

C/2024/3658

13.6.2024

RELATO INTEGRAL DOS DEBATES DE 16 DE JANEIRO DE 2019

(C/2024/3658)

PARLAMENTO EUROPEU

SESSÃO 2018-2019

Sessões de 14 a 17 de janeiro de 2019

ESTRASBURGO

Índice	Página
1. Abertura do período de sessões	5
2. Declaração da Presidência	5
3. Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito (comunicação das propostas de resolução apresentadas): ver Ata	6
4. Entrega de documentos: ver Ata	6
5. Transferências de dotações e decisões orçamentais: Ver Acta	6
6. Atos delegados (artigo 105.º, n.º 6, do Regimento): Ver Acta	6
7. Medidas de execução (artigo 106.º do Regimento): Ver Acta	6
8. Saída do Reino Unido da UE (debate)	6
9. Debate com o Presidente do governo de Espanha, Pedro Sánchez Pérez-Castejón, sobre o futuro da Europa (debate)	27
10. Reinício da sessão	62
11. Negociações antes da primeira leitura do Parlamento (artigo 69.º-C do Regimento): Ver Acta	62
12. Período de votação	62

Índice	Página
12.1. Encerramento das contas do Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO) relativas ao exercício de 2016 (B8-0052/2019) (votação)	62
12.2. Proposta de resolução, apresentada nos termos do artigo 108.º, n.º 6 do Regimento, solicitando o parecer do Tribunal de Justiça sobre a compatibilidade com os Tratados da proposta de Acordo UE-Marrocos sobre a alteração dos Protocolos n.º 1 e n.º 4 do Acordo Euro-Mediterrânico (B8-0051/2019) (votação)	62
12.3. Acordo entre a UE e o Reino de Marrocos sobre a alteração dos Protocolos n.º 1 e n.º 4 ao Acordo Euro-Mediterrânico (Resolução) (A8-0478/2018 - Marietje Schaake) (votação)	62
12.4. Acordo UE-Marrocos sobre a alteração dos Protocolos n.º 1 e n.º 4 ao Acordo Euro-Mediterrânico (A8-0471/2018 - Marietje Schaake) (votação)	63
12.5. Acordo UE-China no respeitante ao processo de resolução de litígios DS492 no âmbito da OMC – Medidas que afetam as concessões pautais de determinados produtos à base de carne de aves de capoeira (A8-0472/2018 - Iuliu Winkler) (votação)	63
12.6. Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) (A8-0445/2018 - Maria Arena) (votação)	63
12.7. Fundo Social Europeu Mais (FSE+) (A8-0461/2018 - Verónica Lope Fontagné) (votação)	63
12.8. Disposições específicas relativas ao objetivo de Cooperação Territorial Europeia (Interreg) (A8-0470/2018 - Pascal Arimont) (votação)	63
12.9. Repartição dos contingentes pautais incluídos na lista da União no âmbito da OMC na sequência da saída do Reino Unido da União (A8-0361/2018 - Godelieve Quisthoudt-Rowohl) (votação)	64
12.10. Relatório sobre o procedimento de autorização da União para pesticidas (A8-0475/2018 - Norbert Lins, Bart Staes) (votação)	64
13. Declarações de voto	64
13.1. Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) (A8-0445/2018 - Maria Arena)	64
13.2. Fundo Social Europeu Mais (FSE+) (A8-0461/2018 - Verónica Lope Fontagné)	65
13.3. Disposições específicas relativas ao objetivo de Cooperação Territorial Europeia (Interreg) (A8-0470/2018 - Pascal Arimont)	67
13.4. Relatório sobre o procedimento de autorização da União para pesticidas (A8-0475/2018 - Norbert Lins, Bart Staes)	68
14. Correções e intenções de voto: Ver Acta	70
15. Reinício da sessão	70
16. Composição do Parlamento: ver Acta	71
17. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta	71
18. Reforço do ensino, da investigação e da memória do passado totalitário na Europa (debate de atualidade)	71
19. Situação dos direitos fundamentais na União Europeia em 2017 (debate)	82

Índice	Página
20. Reinício da sessão	94
21. Período de votação	94
21.1. Estabelecimento de um programa financeiro específico para o desmantelamento de instalações nucleares e a gestão de resíduos (A8-0441/2018 - Peter Kouroumbashev) (votação)	94
21.2. Relatório de execução do pilar do comércio do Acordo de Associação com a América Central (A8-0459/2018 - Reimer Böge) (votação)	94
21.3. Criação do programa InvestEU (A8-0482/2018 - José Manuel Fernandes, Roberto Gualtieri) (votação)	94
21.4. Título de viagem provisório da UE (A8-0433/2018 - Kinga Gál) (votação)	95
21.5. Programa de Investigação e Formação da Comunidade Europeia da Energia Atómica para o período de 2021-2025 (A8-0406/2018 - Miapetra Kumpula-Natri) (votação)	95
21.6. Relatório Anual do BCE 2017 (A8-0424/2018 - Gabriel Mato) (votação)	95
21.7. União bancária – Relatório anual de 2018 (A8-0419/2018 - Nils Torvalds) (votação)	95
21.8. Aplicação do Acordo Comercial UE-Colômbia e Peru (A8-0446/2018 - Santiago Fisas Ayxelà) (votação)	95
21.9. Situação dos direitos fundamentais na União Europeia em 2017 (A8-0466/2018 - Josep-Maria Terricabras) (votação)	95
22. Declarações de voto: Ver Acta	95
23. Correções e intenções de voto: ver Ata	95
24. Reinício da sessão	95
25. Medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais (debate)	95
26. Relatório anual sobre as atividades financeiras do Banco Europeu de Investimento (debate)	103
27. Relatório anual sobre o controlo das atividades financeiras do BEI em 2017 (debate)	114
28. Modificação da ordem do dia: Ver Acta	124
29. Proteção do orçamento da União em caso de deficiências generalizadas no que diz respeito ao Estado de direito nos Estados-Membros (debate)	124
30. Instituição do programa «Fiscalis» para a cooperação no domínio aduaneiro (debate)	138
31. Criação do Programa «Direitos e Valores» (debate)	143

Índice	Página
32. Composição dos grupos políticos: Ver Acta	152
33. Composição das comissões e delegações: Ver Acta	152
34. Programa de assistência ao desmantelamento nuclear da central nuclear de Ignalina na Lituânia (debate) . .	152
35. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta	157
36. Encerramento da sessão	157

RELATO INTEGRAL DOS DEBATES DE 16 DE JANEIRO DE 2019

PRESIDENZA DELL'ON. ANTONIO TAJANI

Presidente

1. Abertura do período de sessões

(La seduta è aperta alle 8.35)

2. Declaração da Presidência

Presidente. – Signori deputati, ieri il Parlamento britannico si è espresso a grande maggioranza contro l'accordo che è stato negoziato nel corso degli ultimi due anni con l'Unione europea. Prendiamo atto di questo voto, sia pure non senza rammarico, e lo rispettiamo perché è l'espressione della volontà della maggioranza delle forze politiche presenti alla Camera dei Comuni.

Questo voto tuttavia va letto in maniera corretta, non ci sfugge come queste diverse forze abbiano votato contro l'accordo, però per motivi diametralmente opposti, taluni preoccupati dal «*Brexit backstop*», altri auspicando un rapporto più stretto con l'Unione europea in futuro, per esempio tramite la permanenza nell'unione doganale. Credo sia troppo presto per valutare le conseguenze di questo voto, ma certo non siamo ancora in uno scenario «*no deal*», del resto, a Westminster, non vi è una maggioranza nemmeno a favore di questa ipotesi.

Comprendiamo, infatti, che al parlamento britannico si registrano due maggioranze negative, l'una contro l'accordo e l'altra contro l'eventualità di un'uscita dall'Unione senza accordo, ma non vi è alcuna maggioranza positiva. Auspichiamo quindi che si cominci a lavorare per costruire al più presto una maggioranza a favore di una soluzione condivisa e attendiamo di sapere come il governo britannico intenda procedere.

Noi dal canto nostro siamo pronti ad essere ambiziosi circa le nostre relazioni future con il Regno Unito, se anche il governo britannico vorrà esserlo e deciderà di modificare le «*red lines*» che si era imposto. Il Parlamento europeo ha piena fiducia nel negoziatore Michel Barnier, che ha condotto con moderazione, intelligenza e sapienza il negoziato con il Regno Unito. Se non sarà possibile essere più ambiziosi ci confronteremo con un'uscita senza accordo, che avrebbe però effetti negativi sotto ogni punto di vista per tutti.

Dovremo certamente continuare i preparativi per fare fronte anche ad un'ipotesi di uscita senza accordo, pensando, come credo sia giusto e questa è la linea del Parlamento europeo, innanzitutto ai cittadini dell'Unione europea che vivono nel Regno Unito, e a quelli britannici che vivono sul continente. Cittadini che, più di chiunque altro, soffrono dell'incertezza e che sarebbero le prime vittime di un'uscita disordinata.

Dobbiamo continuare a seguire con attenzione il problema irlandese, non dobbiamo lasciare da sola l'Irlanda, dobbiamo fare in modo che la frontiera tra Irlanda del Nord e Repubblica d'Irlanda sia una frontiera flessibile, ma che nello stesso tempo siano garantiti gli interessi della salute, dell'agricoltura e dell'agroindustria europea.

Naturalmente dobbiamo continuare a mantenere, in questo frangente, quella unità tra Stati membri e istituzioni che siamo riusciti a costruire nel corso di questi lunghi e difficili negoziati. Unità che dimostra che l'Unione, nelle situazioni difficili, esiste ed è in grado di avere una linea politica coesa.

- 3. Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito (comunicação das propostas de resolução apresentadas): ver Ata**
- 4. Entrega de documentos: ver Ata**
- 5. Transferências de dotações e decisões orçamentais: Ver Acta**
- 6. Atos delegados (artigo 105.º, n.º 6, do Regimento): Ver Acta**
- 7. Medidas de execução (artigo 106.º do Regimento): Ver Acta**
- 8. Saída do Reino Unido da UE (debate)**

Presidente. – L'ordine del giorno reca la discussione sulle dichiarazioni del Consiglio e della Commissione sul recesso del Regno Unito dall'UE (2018/2970(RSP)).

Melania Ciot, *President-in-Office of the Council.* – Mr President, last November, the European Council endorsed the agreement on the withdrawal of the UK from the EU and Euratom. The European Council also approved the political declaration setting out the framework for the future relationship between the EU and the UK and restated the Union's determination to have the closest possible partnership with the UK in the future. This outcome would not have been possible without the sense of unity, shared purpose and responsibility among the EU's 27 Member States, as well as among the EU institutions.

Today, having just learned the outcome of the meaningful vote in Westminster, we cannot but regret this outcome. This makes a disorderly exit by the UK more likely. Such a scenario will have serious consequences for all of us, but in particular for the UK. Addressing those consequences will no doubt call for the same unity, shared purpose and responsibility among Member States and the EU institutions.

Given the many conflicting messages that have been conveyed in the UK before and during the debates leading to the vote, on all sides of the political spectrum, it is hard to single out one particular explanation of this outcome. This outcome is, of course, not the end of the game. While having been clear that renegotiation of the agreement is not on the cards, we should stand ready to act once the UK Government has clarified what this result means for the UK ratification process and what the next steps should be.

In the meantime, as repeatedly called for by the European Council in its invitation to the Commission, the European Parliament and the Council to take the necessary steps, we are continuing the ratification process in the EU. In this respect, I am pleased to mention that, last week, the Council adopted its decision on the signing of the agreement and approved its decision on its conclusion, as well as the request for the consent of Parliament.

Responsibility for ensuring UK ratification of the deal remains with the UK Government. Our determination to proceed should, however, be of comfort to the UK Government in its effort to complete its part of the ratification process. However, the final result, in terms of both timing and content, is far from certain. We therefore have to continue our preparation for all outcomes, including a no-deal scenario. We do not want such a situation, but we will be properly prepared for it if it happens.

The preparedness and contingency dimension of Brexit should therefore assume greater importance at EU and national level, building on the solid work already under way. This, of course, means extra legislative work at this late stage of the parliamentary term but we are confident that the European Parliament will rise to the challenge in the interest of all the stakeholders. The Presidency, in any event, is determined, with your cooperation, to facilitate the adoption of the necessary contingency measures in good time.

(Applause)

Frans Timmermans, *First Vice-President of the Commission*. – Mr President, the vote last night in the House of Commons was crystal clear: the Withdrawal Agreement has been rejected and now we will have to look for a way forward. The Commission regrets the rejection of the Withdrawal Agreement, as the representative of the Council has said, because we do believe this was the best possible outcome in a situation where two parties were negotiating, each looking after its own interest.

The Commission negotiator, Michel Barnier, did a remarkable job negotiating on behalf of the 27, the British Government negotiated on behalf of the United Kingdom, and we do believe the outcome of that negotiation led to a withdrawal agreement which did as little harm as possible.

Nobody should be under any illusion: Brexit does harm. It does harm to the United Kingdom, it does harm to the European Union, and we are under an obligation as politicians to limit the harm to the absolute minimum possible, and we do believe the Withdrawal Agreement delivered on that obligation.

I think it's not for us to speculate on what sort of Brexit we will have. We will now have to wait for what's going to happen in the House of Commons in the United Kingdom, for the position of the British Government and the British Parliament, and we will have to take it from there, but, we're also under an obligation to make sure that we are prepared for any possible outcome, including a disorganised no-deal Brexit, which would have far-reaching consequences both for the United Kingdom and for the European Union, but the Commission will be well prepared to make sure that we react to any possible outcome.

As the representative of the Council said, we will continue our process of ratification of the Withdrawal Agreement, since it was agreed with the United Kingdom Government. It is, and remains, in our view, the best possible outcome to ensure an orderly withdrawal.

Let me end with a quote by C. S. Lewis. We 'can't go back and change the beginning, but [we] can start where [we] are and change the ending'.

Michel Barnier, *Chief Brexit negotiator*. – Mr President, honourable Members, Secretary of State, the Commission takes note of the vote in the House of Commons last night.

As said by our Commission First Vice-President, Frans Timmermans, the House of Commons voted yesterday with a crystal-clear majority against the Withdrawal Agreement which the European Council agreed with the British Government in November, and which the European Parliament welcomed. Right now, it's too early to assess all the consequences of this vote. We have always respected, and we continue to respect, the democratic parliamentary debate in the UK, and I will not speculate on the various scenarios.

What yesterday's vote showed is that the political conditions for the ratification of the Withdrawal Agreement are not yet there in London. We profoundly regret this vote, as President Juncker has said, and that regret is obviously also linked to the intense work we have done, not only together with you, honourable Members, with your Brexit Steering Group, for two years, but also with the British Government, on the basis of its 'red lines' and on the realities of leaving the EU.

Nous regrettons profondément ce vote, parce que nous avons construit cet accord de retrait ensemble, avec le gouvernement britannique, sur une base objective, en tenant compte des exigences partagées pour qu'il n'y ait pas de frontière en Irlande, en respectant le souhait britannique de préserver l'intégrité de son territoire douanier. Et nous avons développé ensemble, avec le gouvernement britannique, le cadre d'une future relation que l'Union européenne souhaite aussi proche et aussi ambitieuse que possible – et aussi proche et aussi ambitieuse que les lignes rouges britanniques le permettront.

Mesdames et Messieurs les députés, en écoutant les déclarations publiques, nous constatons que les députés de la Chambre des communes qui ont voté contre l'accord négocié avec nous l'ont fait, comme l'a rappelé votre président, pour des motivations très différentes, très diverses, parfois opposées ou même contradictoires. Ce vote, objectivement, n'est donc pas la manifestation claire d'une majorité positive qui définirait un projet alternatif à l'accord qui est aujourd'hui sur la table.

Dans ce contexte, il revient bien, comme l'a dit Frans Timmermans, aux autorités britanniques d'apporter aujourd'hui ou demain l'évaluation de ce vote et au gouvernement britannique d'indiquer comment il veut procéder en vue d'un retrait ordonné le 29 mars, ainsi que l'a rappelé hier soir le président du Conseil européen, Donald Tusk.

Monsieur le Président, Mesdames et Messieurs les députés, contrairement à ce qui a été dit parfois ces dernières semaines ou ces derniers jours, l'accord que nous avons trouvé avec le gouvernement britannique – cet accord de près de 600 pages – est un bon accord. Il est évidemment le résultat d'un compromis, mais c'est le meilleur compromis possible et nous y avons travaillé, encore une fois, avec objectivité.

Ce compromis apporte de la sécurité juridique partout où le Brexit a créé de l'incertitude, comme toute séparation. Sécurité pour les citoyens, les citoyens britanniques, les citoyens européens des vingt-sept autres États membres, dont les droits se trouveraient garantis durablement. Ces droits ont toujours été notre priorité, ont toujours été votre priorité ici au Parlement, et la protection de ces droits restera notre priorité en toute hypothèse.

Sécurité pour les porteurs de projets publics ou privés, tous les bénéficiaires du budget européen, qu'ils soient britanniques – ils sont nombreux – ou de chacun de nos vingt-sept autres États membres. Ces projets se trouveraient préservés grâce à l'accord qui est ici.

Sécurité et stabilité pour l'Irlande et l'Irlande du Nord, où le retour d'une frontière dure serait évitée grâce à une solution qui préserverait l'intégrité, d'un côté, du Royaume-Uni et, de l'autre, du marché unique, dans le respect, auquel nous avons souscrit, auquel nous nous sommes engagés, de l'accord du Vendredi saint ou accord de Belfast. C'est aussi pourquoi, Mesdames et Messieurs, le *backstop* que nous avons convenu avec le Royaume-Uni doit rester un *backstop* crédible.

The backstop must be a backstop. It must be credible.

Sécurité pour les entreprises et pour les administrations qui disposeraient d'une période de transition – dont je rappelle que la seule base juridique est bien l'accord de retrait –, transition durant laquelle elles auraient le temps nécessaire pour se préparer et pour s'adapter.

Ce compromis nous donne aussi, évidemment, avec cette transition, le temps nécessaire pour négocier notre future relation sur la base d'une déclaration politique que nous avons également convenue, du côté de l'Union, avec le gouvernement britannique. Cette déclaration politique, je le rappelle, laisse ouverte la voie à différentes options, tout en respectant nos principes fondamentaux.

Bien sûr, en toute hypothèse, je le rappelle, la ratification de cet accord de retrait est nécessaire. C'est un préalable pour créer la confiance mutuelle entre nous, dans la perspective de la deuxième négociation, qui doit s'ouvrir le plus tôt possible, sur notre relation future. S'agissant de cette relation future, qui est évidemment le plus important pour l'avenir, et pour l'avenir de notre continent, je veux rappeler que votre Parlement et le Conseil européen, unanimes, ont toujours dit que si le Royaume-Uni choisit de faire évoluer ses propres lignes rouges à l'avenir et qu'il fait le choix de plus d'ambition pour aller au-delà d'un simple – ce qui n'est pas négligeable – accord de libre-échange, alors l'Union européenne sera toujours immédiatement prête à accompagner cette évolution et à y répondre favorablement.

En évoquant cette relation future, Monsieur le Président, Mesdames et Messieurs, je ne parle pas seulement de la relation économique, du commerce, des échanges, qui sont tellement importants pour la croissance et pour l'emploi, je parle aussi de toutes les coopérations sectorielles auxquelles vos commissions sont évidemment attachées: la coopération universitaire et dans la recherche, dans la pêche, secteur très important, dans l'aviation, dans les transports, et bien d'autres choses encore. Je parle de la coopération policière et judiciaire, dont nous avons besoin après le Brexit. Je pense aussi, évidemment, à la stabilité de notre continent, à la sécurité: le Royaume-Uni, grand pays membre du Conseil de sécurité des Nations Unies, pays ami et allié, restera durablement notre partenaire pour tout ce qui touche à la politique étrangère, au développement, à la coopération et à la coopération en matière de défense.

Mesdames et Messieurs, nous avons mené un travail collectif pendant 18 mois. Ce travail collectif a été validé à chaque moment clé par le gouvernement britannique, par le Conseil européen, par vous-mêmes dans ce Parlement européen. Aussi longtemps qu'une issue ne sera pas trouvée à l'impasse britannique actuelle, politique, aussi longtemps qu'une issue ne sera pas identifiée clairement et appuyée par une majorité parlementaire, nous ne serons pas en mesure d'avancer. Voilà pourquoi les prochaines étapes doivent à présent être, vous l'avez dit, indiquées clairement par le gouvernement britannique.

Monsieur le Président, Mesdames et Messieurs, un Brexit ordonné restera notre priorité absolue dans les semaines qui viennent. Pour autant, au moment où je vous parle, aucun scénario ne peut être exclu. C'est particulièrement vrai du scénario que nous avons toujours voulu éviter, celui d'un *no deal*: nous sommes le 16 janvier, à dix semaines seulement de la fin du mois de mars, c'est-à-dire du moment choisi par le gouvernement britannique pour que le Royaume-Uni devienne un pays tiers. Aujourd'hui, à dix semaines de ce moment, jamais le risque d'un *no deal* n'a paru aussi élevé.

Notre résolution reste d'éviter un tel scénario, mais nous avons aussi la responsabilité d'être lucides. C'est la raison pour laquelle, de notre côté, nous allons intensifier nos efforts pour être préparés à cette éventualité. Ce travail, la Commission européenne, tous ses services, le secrétariat général de la Commission, nous avons commencé à le mener depuis plusieurs mois, avec les États membres et avec vous. Ce travail va devoir être accéléré en liaison avec tous les partenaires, tous les acteurs qui pourraient être appelés, dans des délais maintenant très brefs, à adopter des mesures d'urgence pour faire face aux conséquences éventuelles de ce scénario.

Monsieur le Président, Mesdames et Messieurs, en vous remerciant pour votre confiance, je veux dire notre conviction, celle qu'a rappelée Frans Timmermans, que le compromis que nous avons trouvé au bout de 18 mois avec le gouvernement britannique demeure aujourd'hui le meilleur compromis possible. Il est le fruit d'un travail constructif entre les deux parties, tout au long de cette négociation. Il est aussi le résultat d'une attitude constructive qui restera la nôtre, la mienne, jusqu'au bout: le calme, l'unité, le dialogue et la transparence. C'est maintenant au gouvernement britannique de clarifier comment le Royaume-Uni veut procéder pour organiser le retrait ordonné qu'il a lui-même demandé, et comment, au-delà de ce retrait ordonné, il veut bâtir avec nous un partenariat ambitieux et durable.

(Applaudissements vifs et prolongés)

Le Président. – Monsieur Barnier, j'avais anticipé la confiance du Parlement européen. Elle est très claire à la fin de votre discours et je veux vous remercier.

And at the same time I want to thank our sitting group working hard close to Mr Barnier for a good solution to Brexit. I want to thank first of all the leader of our sitting group, Mr Verhofstadt, but also the other Members of the European Parliament working hard on this issue. Thank you very much.

Manfred Weber, on behalf of the PPE Group. – Mr President, four short remarks. First remark: I am proud. I am proud as a European, having in mind the comments after the Brexit vote two and a half years ago that a lot of speculation was on the table, that the European Union would experience a domino effect, that this would follow as the experience is so strong in Great Britain.

Having today's situation in mind – the 27 Member States are so strongly united, the European Parliament is backing their positions, we know what we want. That the people in Europe feel the strength of unity of being a European Union – our Irish friends especially have this experience.

I think we can be proud of what we have achieved in the last month, thanks to Michel Barnier, thanks to his engagement, also to Jean-Claude Juncker. That's good.

(Applause)

The second remark I want to make is that 28 governments said 'yes' to a Treaty, confirmed the Treaty; three institutions at European level said 'yes', that's a good Treaty, and now one parliament has said 'no' with a clear majority.

That means for me that the ball is in the field of our British friends, and not so much on the governmental side, mainly on the parliament side. We have there a camp of hard Brexiteers, we have a camp of those who want to stay in the European Union, we have a camp of Norway-plus, a camp of CETA-plus, whatever; so please tell us, finally, what do you want to achieve? Give us a clear orientation and then Europe is ready to conclude the negotiations in a good way.

The third element I want to put on the table is: reflect again on our goals. We have a difficult political situation ahead of us now and we started with clear principles. For example for me, the idea of the single market and especially the idea of freedom of movement – that Europeans on this continent can freely decide where they want to live – is a great achievement of this European Union, and I did and I will defend this principle whatever the outcome of a British vote is and what will be.

And we have other elements in mind, for example, the idea of avoiding a hard border in Northern Ireland or the question of keeping the rights of citizens strong and alive. That's why I must say that I don't see any room for manoeuvre if our British friends want to have renegotiations, and if they have further requests in the negotiations then we have also the right to ask further questions and then we open the whole box – not only the British questions would be on the table if there were to be any kind of renegotiation.

So for me there is at the moment no room for manoeuvre in any renegotiations.

And the final statement I want to make is that I am traveling around Europe at the moment, as a candidate like we all do, and I see nobody in the European Union who thinks that the British approach is a clever approach. Nobody is telling me this. People in the European Union tell me more that they see political chaos and the economic uncertainty in the British development. That's why our main message in the election campaign ahead of us is: don't follow the nationalists, don't follow the egoists, they are liars. It's much better to reform the European Union than to leave or even destroy the European Union.

Roberto Gualtieri, *on behalf of the S&D Group*. – Mr President, after two months of postponement we now know the position of the British Parliament. An overwhelming majority voted against the Withdrawal Agreement and the Political Declaration. This is a historic defeat for the Tory government and Prime Minister Theresa May.

We now know what the British Parliament does not want but, 70 days before the exit day, we don't yet know what they do want. The parliament has also made clear last week that they reject a no-deal scenario. This is welcome because no deal would be the worst outcome for everybody, but especially for the UK. We make clear today, we will not water down the Withdrawal Agreement and put into question the credibility of the backstop.

Protecting the peace process in Northern Ireland, avoiding a hard border and safeguarding the integrity of the single market are not up for negotiations. Protecting the rights of EU and UK citizens has been our priority throughout the negotiations and we won't accept any solution that threatens their rights.

The autonomy of the EU legal order, the safeguarding of our social, labour, environmental and taxation standards, the honouring of financial commitments, the balance of rights and obligations, none of these can be put into question. And we will not allow any temptation for bilateral solutions, which will not be beneficial for any of the parts involved. The unity between the institutions and within this Parliament in support of our chief negotiator is, and will remain, our greatest strength. We are united and we support you, Michel.

So where do we go from here? We need a positive majority from the UK side, and we need a clear direction and the capacity to deliver. Yesterday's vote clearly shows that, at the moment, we do not have that. The majority supporting this government may tonight stick together to stay in power, but they have shown they cannot agree and deliver on the most important question facing the country. Either a positive and credible majority on Brexit takes shape in the parliament, or you need to put the question back to the people.

We have always been and will be open to a closer relationship if the UK wants to change its red lines. Permanent customs union and the single market were always options on the table. It was the UK Government's red lines that made them impossible. A more ambitious future relationship would be positive for both sides, and we are ready to engage in it in a constructive way in full respect of our guidelines and red lines.

We have always said very clearly that we respect the outcome of the referendum, but we consider Brexit a historic mistake that would leave British people worse off. Article 50 is revocable and if the UK parliament is not able to define a credible way forward, maybe it is the right time for the people to have their say with new elections or a new referendum.

Our group is clear that, if an extension of Article 50 is needed to provide the necessary time for any of these options, then we would not object. But any extension must be for a clear reason and not just to waste more time. Brexit is at a deadlock, the ball is now in the UK's court. It must show responsible leadership and a clear vision, which are needed to open new perspectives and charter its way out of these difficult waters. We will remain constructive and reliable partners working for the interests of the European citizens.

Syed Kamall, *on behalf of the ECR Group*. – Mr President, Mr Barnier, Mr Timmermans and Minister. I would first of all like to start by thanking both Mr Barnier and Mr Timmermans for their measured speeches this morning. I thought they were very fair, and people can't really have much to complain about.

Let me speak today, as someone who has observed the debate about the UK's membership of the EU from both sides of the Channel over the last few years, as someone who has regularly spoken to individuals on both sides of the negotiating table and at times suggested solutions to unlock some of those difficult issues, and as the leader of the ECR Group, that not only tells you what we are against, but offers alternative solutions.

Since becoming an MEP, one of the things that has struck me about the UK-EU relationship has been the gap in perceptions between both sides of the Channel. Many in this House believe strongly in the post-war 1950s model of political integration, while for the last 40 years in the UK, the political class has often sold the EU more as a trade area, often neglecting to mention or downplaying the goal of political integration.

The fact that politics is often about perception is equally true when looking at the withdrawal agreement. On this side of the Channel, the EU has been very clear – while they would not seek to punish the UK for leaving, they say that being outside the EU cannot be seen to be as good as being inside the EU. You in the EU have taken a tough stance in negotiations, not only because it is a good thing for negotiators to do, but also to make sure that any deal acts as a disincentive to other countries that might be thinking of leaving.

Most people in this Parliament are happy that these negotiations or these objectives have been met, but have also stressed to me that compromises have been made along the way. Some worry that the backstop could give an unfair advantage to UK companies accessing the single market. Others are concerned that it may affect the ability of the EU to conclude future trade deals with other countries, and they tell me that they hope that a backstop is never needed – a sentiment often repeated by speakers here.

Let me tell you that in Westminster, opponents of this deal see it very differently. There is, once again, a gap in perceptions. They see a withdrawal agreement with legal obligations that they believe could bind them to a customs union forever. They refer to briefings from Commission officials who have told the press that the customs union will form the basis of the future relationship. They see the text on the future agreement as a list of aspirations, with no legal obligations to move towards a future trade relationship or future relationships quickly. They are concerned that while the EU treaties have an exit clause in terms of the infamous Article 50, under the backstop they worry about being trapped in a customs union, possibly forever. Many of them quote the song Hotel California – you can check out any time you like, but you can never leave.

They also believe that the agreement shows a lack of respect for unionists in Northern Ireland, and they feel it does not take account of the views of both the unionist and the Irish nationalist communities, as required under the Good Friday Agreement. They also ask me why we need a backstop at all, given that the Irish Prime Minister said that there will be no hard border in the event of no deal. For those Westminster opponents, many of whom are normally loyal and considered moderate, no deal is better than this deal.

But of course there are other reasons for the results of last night's vote. As the official opposition, the Labour Party will seize every opportunity to seek to defeat the government, and, as you see, they've already called for a vote of no confidence. But then there are other politicians who think that the public was smart enough to vote for them, yet somehow too stupid to understand what they were voting for in the referendum. These MPs aim to disrupt the process in the hope that they can reverse the referendum result.

So as a consequence, today we find ourselves in a critical phase of the process. The EU has been very patient while the ball has been in UK's court, but I'm afraid you're going to have to wait a little longer while the government faces the vote of confidence, which I expect it to win, and the Prime Minister holds cross-party discussions to find a realistic way forward that can win the support of Parliament. At this point, the EU will face a choice: you can do nothing, and prepare for no deal; you can gamble that Brexit could somehow be stopped, or you can attempt to address some of the concerns expressed. For example, you could convince British MPs that you have no intention of keeping the UK in the customs union forever and that the backstop, if ever applied, would only be temporary.

I understand that you see this as a lot to ask, given that you believe the UK has been offered a good deal, but just as in 2015 when a few tweaks to the renegotiation sought by David Cameron might have been enough to change the result of the referendum, it would be a great pity if no further efforts were made to try to reach an agreement that could help the British Prime Minister to forge a consensus at Westminster.

We must never forget that this should be about people, not politics. Whatever our views, we should remember that our decisions in the coming days and weeks will affect people's jobs, the success of companies and the growth of our economies.

Monday's letter from President Juncker and President Tusk hinted at more flexibility. Let us see, when the Prime Minister comes back, if we can turn that flexibility into concrete proposals to address the concerns that arose in the lead-up to last night's vote. Only then can we stop looking back at the past, move on from the present negotiations and look to build a more honest relationship for the future.

Guy Verhofstadt, *on behalf of the ALDE Group*. – Mr President, let's be honest, we had hoped for another outcome, but we have known for a few weeks already that this would be the outcome of the vote, and the fact that the betting offices in Britain didn't take bets on the outcome was already a clear indication of what would happen.

I have to tell you, I'm not so surprised, because, since the outcome of the referendum, British politics, in Downing Street, in Westminster, in Whitehall, has consistently produced majorities against something or other: against membership of the Union, against membership of the single market, against the Customs Union, against the free movement of people, against the Irish backstop ... the list is long. In this debate this morning, Mr Kamall, the question is how to break the deadlock, and I had hoped you would give an indication in that regard. You described the situation in Britain, and we can follow it. But how do you break this deadlock? How do you avoid the devastating no-deal scenario?

My answer to that – and I hope you are in agreement with me – is that we need urgently a majority in favour of something, in the House of Commons and in British politics, a majority in the interest of Britain and in the interest of the Union too. And I think that can be achieved if, finally, the political parties in Britain – and I mean all political parties not just the Conservative Party – start to put the interest of the country, the interest of Britain, above their own narrow party political interests. That is the key.

(Applause)

Let me put it differently. That Jeremy Corbyn wants to become Prime Minister of his country is legitimate. That Theresa May wants to remain Prime Minister is legitimate. That the SNP wants to use the situation to have an independent Scotland is legitimate. That the DUP wants to keep the unity of the country is legitimate. All these ambitions that everybody has are legitimate. But what is more important is that they should all come out of the trenches now, that they should transcend the binary system in which they are currently locked, a system that has produced antagonism.

Let's be honest: Brexit started as a catfight inside the Conservative Party on the back of the European Union. That was the start of the whole discussion. But today it is something completely different. It is no longer a catfight inside the Conservative Party, it is an existential problem for Britain, a problem of Britain's future and Britain's souls. So it's not a catfight anymore. I know it's not up to me as a humble Belgian to lecture the Brits on what to do, but I think it's time now to tell our British friends that, for the sake of Britain itself, it's time for cross-party cooperation in Britain, as we have had here in this Parliament from day one.

It is time to define what the new relationship between the UK and EU must be and to redefine, too, the red lines – that have, in fact, been imposed unilaterally from the beginning by what I will call the 'hardliners' in the Conservative Party. We in the European Union, I can tell you honestly, are ready for a deeper future relationship, even deeper than what is envisaged, Michel, in the Political Declaration, and you confirmed that a few minutes ago. And, if there is a cross-party majority in the House of Commons to go in the direction of a deeper relationship, we are ready to engage fully in order to obtain that and to make it happen.

But there are two small warnings that I want to give. First of all, what we will not let happen, deal or no deal, is that the controversy in British politics is now imported into European politics. While we understand that the UK can have, and needs, more time, I think it would be a bad thing to go with Article 50 beyond European election day. That would only prolong uncertainty for businesses and for people.

My second warning concerns the interests of our citizens, EU citizens and UK citizens alike. Deal or no deal, Mr President, we will do everything in our power to safeguard their rights – rights provided for in the Withdrawal Agreement – and, if necessary, together with our Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs, we will engage directly with the House of Commons, with the Home Office Select Committee, to secure those rights, because no citizens should ever be the victims of party political games such as those we see around Brexit today.

(Applause)

Philippe Lamberts, *on behalf of the Verts/ALE Group*. – Mr President, what we witnessed yesterday was an improbable coalition of Members of the British Parliament, who, for often opposing reasons, voted massively against something – that something being the Withdrawal Agreement – taking into account, first, the legal constraints set by the Good Friday Agreement – which, don't forget, is a peace agreement – second, the red lines set by the British Government itself and, third, yes, the preservation of the foundations of the European Union and their integrity, is the only Withdrawal Agreement possible. We in the European Parliament stand firmly and staunchly behind that negotiated agreement, as Michel Barnier presented it.

My second point is that I'm encouraged to see that an amendment that was tabled – which basically amounted to creating the possibility for the United Kingdom to unilaterally get out of or breach the Good Friday Agreement – was massively rejected. I'm really encouraged to see that, on both sides of the Channel, there is determination to preserve the Good Friday Agreement. Do not underestimate the potential that any unilateral action in Northern Ireland could spark violence again and we don't want this.

We have a vast majority against a Withdrawal Agreement and I understand that there's a vast majority against a no-deal scenario. But make no mistake about that: a no-deal scenario is what will automatically happen by default if no positive majority can be found for an alternative, an alternative that would probably require the British authorities to reconsider their aspirations for the future relationship. If the House of Commons is either unwilling or unable to find such a positive majority, as a democrat, I believe that the only alternative will then be to ask the British people to choose whether they want Brexit along the lines negotiated both by the British Government and the –

(Heckling)

Dear colleagues, my understanding of British traditions is courtesy and fair play.

(Applause)

I've seen more than my fair share of interruptions by British MEPs here. I would basically expect British MEPs to stand by the values of their own country, and this is why I cherish the membership of the United Kingdom in the European Union because you can bring a lot to our Union. As I said, the only other option would be to go back to the British people to decide between Brexit, as negotiated, or to remain in the European Union.

Finally – and I will conclude there – there's a lot being said in the discussion about the economy and business. I would urge all of us, on both sides of the Channel, to keep in mind the three million citizens of the European Union in the United Kingdom and the two million British citizens on this side of the Channel because they are held hostage by this ongoing chaos. This should remind us that democracy and politics are, and must remain, about people's well-being.

(Applause)

Martina Anderson, *on behalf of the GUE/NGL Group*. – Mr President, we support the backstop as the least damaging way forward but it can't be watered down nor renegotiated.

Daily, the British Government shows contempt for the people of Ireland and a complete disregard for the Good Friday Agreement. The part of the British establishment that the DUP supports has always been opposed to the Good Friday Agreement. Some see Brexit as a way to get rid of it. No positive resolution for Ireland will ever come from a British parliament. It never has and it never will.

In contrast to the frustrating and infuriating circus at Westminster, the EU is committed to supporting the Good Friday Agreement in all of its parts. One vital aspect of the Good Friday Agreement presents a route out of this mess for Ireland and – Mr Verhofstadt – it is both legitimate and democratic.

It states that once the British Secretary of State considers that there has been demonstrable attitudinal change she will trigger a border poll on Irish unity. Well there has been demonstrable change. Theresa May knows that – she stated so publicly – as does Karen Bradley. The Irish Government needs to take more account of what the European Council statement of April 2017 stated, which was: 'In the event of a successful democratic vote on Irish unity, the north of Ireland would remain part of the EU'. That was referred to as the 'German clause'.

In the meantime Ireland needs a contingency plan to uphold the Good Friday Agreement in all of its parts. Supporting and preparing for the holding of a referendum on Irish unity has to be part of that.

So let's de-dramatise that conversation. We are entitled to the right to decide our future without external interference. That's a Good Friday Agreement provision. So let's have our say on what Union we want to be a part of. James Connolly's words grow in significance day by day. He said: 'The British Government has no right in Ireland, never had any right in Ireland and never can have any right in Ireland'.

Nigel Farage, *on behalf of the EFDD Group*. – Mr President, 'Your Excellency Mr Barnier, Your Excellency Mr Timmermans' – these are the terms that the British Prime Minister used in her begging letter just a couple of days before the Brexit vote, and the fact that she actually use those terms is entirely consistent with the entire negotiation. I realised on 8 December 2017 where this was going when, in order to meet a deadline set by Mr Barnier, an unelected bureaucrat in Brussels, the Prime Minister left Downing Street at 4.15 in the morning to fly to meet you, and in the run-up to the deadline, she signed up to the principle of the Irish backstop. The pass was sold from that moment.

It has been throughout a total failure of leadership. But perhaps more significantly, she hasn't learned or heeded the historical lesson that if you appease bullies, they always come back for more. She has behaved like a leader of a nation defeated in war, and that is why this Withdrawal Agreement looked more like a surrender document and it was smashed to pieces in the House of Commons last night. She of course believed that she'd get some concessions from you today, but it's perfectly clear from what you've said that there are no concessions to come. She is still our Prime Minister, and that of itself is quite remarkable. If she had any sense of honour, she'd be gone by lunchtime today.

There are some here today, Mr Barnier, who say you have wasted two years of your life. I disagree completely, because you've got us now exactly where you want us, and that is despite the fact that 500 MPs voted for Article 50, which of course makes it very clear that there are two years in which to negotiate a withdrawal agreement, or we just leave. And that was backed up of course by the Act of Parliament, the Withdrawal Act, which once again says, unconditionally, that we leave on 29 March.

Mr President, you say there's no support for no deal, but then you all thought there was no support for Brexit in the first place. You might be surprised how quickly public opinion is changing. Mr Timmermans, you say this would cause great harm, but if we leave on no deal, if we stick to the law as it is, we become an independent country. I would say to you: what price freedom?

I'd be the first to admit that I doubt this will happen, because working in cahoots with you we have Mr Blair and many other leaders of the British establishment who treat the Brexit vote, and treat voters in general, with total and utter contempt. There is a great tradition here, isn't there – we've seen it with Denmark and with Ireland – where you make people vote again.

All I can say is that if we finish up with an extension of Article 50, we may well finish up fighting the next set of European elections, and we will fight them. If the betrayal becomes complete and we are forced to vote in a second referendum, you may be in for a big surprise. The British may be a very placid people, very laid back, but I promise you: if they get pushed too far, it's a lion that will roar. We will be even more defiant if we have to fight a second referendum, and we will win it by a bigger majority.

(Applause from various quarters)

Gerard Batten, *on behalf of the ENF Group*. – Mr President, we've seen two and a half years of an elaborate political charade, based on an entirely false premise, which is that you can't leave the European Union without a deal. There never was going to be a deal, there never is going to be a deal.

We've seen Ms May and her emissaries go back and forward to Brussels in order to reach a withdrawal agreement that nobody wants. The remainers don't want it because they don't want to leave. The leavers don't want it because under it we don't really leave. And what is the purpose of it all, which has now been extended? It is to wear the British people down to the extent where they accept defeat and surrender and the result of the referendum is overturned.

Not for the first time I found myself agreeing with something that Mr Verhofstadt said. He said, how to break the deadlock in the British parliament we need a majority in favour of something. Absolutely right Mr Verhofstadt, and in three days. Ms May has to come up with a plan B.

Well, the good news is, there is a plan B – which should have been plan A in the first place – which is to repeal the 1972 European Communities Act, leave the European Union under our law and then to tell you how we are going to repeal and amend 45 years and tens and tens of thousands of bits of legislation under our priorities and under our time-scales.

Now Ms May should immediately resign and hand over to somebody who can become prime minister who really does want to leave the European Union, and the British Parliament has the opportunity to redeem itself. If it betrays the result of the referendum then it will destroy what remaining belief or faith there is in our democratic system, which isn't very high to start with.

But they can turn things around if they want to. They can take the initiative. They can stop asking you how we can leave and they can start telling you how we're going to leave. And I can tell you that the British people will never surrender.

Diane Dodds (NI). – Mr President, thank you to those from the Commission and Council for their contributions. Last night in the House of Commons, MPs acted on behalf of the British people and decisively rejected the draft withdrawal agreement. In doing so, they defended the integrity of our precious Union, the constitutional position of Northern Ireland, the unity of the UK's single market and the UK's right to an independent future outside the European Union.

Already in this House this morning, there is some confusion around the legal position in the United Kingdom, much talk about delaying Article 50 or another referendum. Let me clarify: it is the legal position that the United Kingdom leaves on 29 March 2019. This is the one clear element of law within this whole conundrum. There has also been much focus on the backstop proposal, much ill-informed talk and threats of violence if Europe doesn't get its way.

Again, I repeat in this House, we in the DUP do not want to see a hard border, but the intransigence of Dublin and EU leaders in this House in demanding the backstop leaves a no-deal option on the table.

By refusing to countenance legally viable changes to the draft withdrawal agreement, these institutions made the result of yesterday's vote inevitable. All sides have said that there can be no hard border under any scenario. We should now direct our energy to a positive and beneficial negotiation on trade which minimises all frictions at all borders without the controversy of the backstop. Ultimately, this is where the answer has been all along, and it is where progress will be unlocked.

Elmar Brok (PPE). – Herr Präsident, Frau Ratspräsidentin, Herr Vizepräsident, lieber Michel Barnier, Kolleginnen und Kollegen! Ich glaube, in dieser Debatte – wie auch aus vielen Äußerungen aus Hauptstädten – wird deutlich, dass die Einheit der Europäischen Union in dieser Frage bestehen bleibt. 27 Länder und ihre Institutionen sind sich einig, in Großbritannien ist nichts an Einigkeit. Das ist das eigentliche Problem. Wir bleiben in unserer Einigkeit bestehen und werden die Integrität des Binnenmarktes und die Einheit dieser Europäischen Union verteidigen. Das ist unser Interesse.

Der zweite Punkt ist: Gestern hat sich eine Koalition der Gegensätze gefunden. Sie haben inhaltlich für eine Lösung nichts miteinander zu tun, die *hard Brexiteers* und die *Remainers* und all das, was dazwischen ist, die da Nein gesagt haben, weil sie andere Vorstellungen und Wünsche haben. Theresa May ist nach dieser Lage wohl nicht mehr in der Lage, eine konstruktive Lösung anzubieten. Jetzt, nach zwei Jahren, zu sagen, man werde mit der Opposition reden, scheint mir zwei Jahre zu spät zu sein. Ich glaube, es ist jetzt wichtig, dass aus dem Parlament heraus ein Vorschlag gemacht wird, dass aus dem britischen Parlament heraus eine konstruktive Lösung kommt, über die wir dann entsprechend reden können.

Und wenn beispielsweise Herr Corbyn gesagt hat, er möchte eine Zollunion haben, dann soll er diesen Vorschlag einbringen, eine Mehrheit dafür besorgen. Das wäre kein Problem für uns – unter den bestehenden Verhältnissen, dies möchte ich hinzufügen – und hier eine Lösung zu finden, das wäre uns sehr willkommen. Und wenn es da eine konstruktive Lösung gibt, dann sollte man das entsprechend machen.

Ich meine, es ist jetzt vorbei mit parteipolitischen und personellen Ambitionen in der britischen Politik, die es unmöglich gemacht haben, dass es in und zwischen Parteien eine Mehrheit gibt. Deswegen sollten wir jetzt warten, bis die Briten ihre Dinge zusammengebracht haben.

Josef Weidenholzer (S&D). – Mr President, this is a historic moment. As we know, history always comes as a surprise. When we started our mandate in 2014 nobody could have predicted such a debate today. Not even in 2016, when we discussed the unexpected outcome of the Brexit referendum. It took more than 900 days for the British Parliament to come to a meaningful decision. Months of uncertainty are behind us, and the result is clear, very clear. The future development is still not foreseeable at all.

Only one thing is certain: we are running out of time. Seventy days to go – this great nation is sleepwalking towards the edge of the cliff. Yesterday's vote should be seen as a wake-up call.

We could start discussing accountability, bad governance or how a small self-centred elite was hijacking the country's future for short-sighted reasons. It is evident that British Conservatism has dramatically failed.

But this is not the moment for insisting on being right, much less for revenge or retaliation. Now is the moment for responsible action in the interests of the many and not the few. The ordinary people of Britain would be the losers in a hard Brexit. We, the remaining 27 Member States, who stayed united over the negotiations, have to be flexible in breaking the deadlock and to provide pragmatic solutions to minimise the damage.

You can count on the Socialists & Democrats.

And we should not forget that over the last 40 years the UK has made a huge contribution to our common project. We will miss the expertise of our British colleagues, but life goes on and we have to deliver: therefore we need certainty on what the UK wants. We need a clear signal and a people's vote undoubtedly could deliver this.

The British people should take back control and this time nobody could argue that the people did not know what they were voting for. We do not want to intervene in your domestic politics, but any decision you made to remain would be warmly welcomed.

140 colleagues joined me in an open letter to British citizens this week to make it clear to everyone that we want you to stay and we will welcome you back with open arms.

(Applause)

(The speaker declined to take a blue-card question from Bill Etheridge)

Alyn Smith (Verts/ALE). – Mr President, I feel for all the honourable Members having to put up with this nonsense and I do apologise for it, but it cannot have escaped your notice that the United Kingdom is, in fact, not overly united and is led by a Conservative administration that is less united still, sadly.

Now I represent Scotland. Our position is clear on these matters: we want to stay. We voted to stay, we want to remain within our family of nations.

(Applause)

Colleagues, you have to deal with the United Kingdom as you find it, and you have to respect the United Kingdom's constitutional order. I respect that. But Scotland's position on this is clear. There is no good Brexit. It's bad news for Scotland; it's bad news for the United Kingdom; and it's bad news, as well, for the United Europe – the European Union.

My job is not to mitigate Brexit, it's to stop it.

(Applause)

And I'm very proud that there are so many UK colleagues here working across party lines to bring sense to this process.

So, two points to close. Firstly, we need more time. I apologise for that, but that's the reality of where we are. If you want to keep us in, we need more time to achieve that. A referendum may well be a way out of this process: we need more time to put that case together and to make that case now that the United Kingdom Government might just possibly be starting to listen to voices other than its own.

Secondly, citizens: too many people, the length and breadth of our European continent, are feeling too anxious right now – UK nationals across the EU and EU nationals within the UK. A lot of work on citizens' rights has gone into the Withdrawal Agreement. Those provisions must be spun out into a ring-fenced agreement now, so as to give those people clarity and certainty over their day-to-day lives. They feel prisoners of a process they do not control and that is not good enough. We in this House, the people's house of Europe, have a duty to our citizens. Our Commission has done a great deal of work to try to guarantee those rights but, in the absence of complete buy-in from the United Kingdom government, we must act – and unilaterally guarantee those citizens' rights – now.

Those two steps might be a start to plot a way out of this impasse. I fear it will not come from Westminster: we ourselves need to step up.

(Applause)

President. – Mr Smith, there is a blue card for you. Do you want to answer it?

Alyn Smith (Verts/ALE). – May I ask who it is from?

(Laughter)

I will not give Mr Coburn any more oxygen than he deserves.

(The speaker declined to take a blue-card question from David Coburn)

(Loud applause)

Barbara Spinelli (GUE/NGL). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, la prospettiva di un non-accordo sulla Brexit rappresenterebbe una lesione grave del *Good Friday Agreement*, su cui i cittadini nord irlandesi finiranno col pronunciarsi, ma anche per i cittadini europei nel Regno Unito e per gli inglesi che vivono nell'Unione, l'orizzonte è scuro.

L'assenza di un *Withdrawal agreement* li priverebbe di tutti i diritti legati alla libertà di movimento; dal limbo di questi anni passerebbero all'inferno dell'incertezza legale. Difficile dire come si potrà uscire da questa massiccia sconfessione della linea dell'esecutivo senza che il popolo sia di nuovo interpellato.

Comunque, se il *No deal* sarà confermato, Commissione e Parlamento dovranno fare di tutto per preservare almeno i diritti dei residenti inglesi, raccomandando l'allineamento delle procedure nazionali alle *best practice* già prospettate in alcuni paesi membri e garantendo loro il libero movimento nell'Unione.

Ben più grave il caso dei cittadini europei in Gran Bretagna, più di 3 milioni. Essi diverranno vittime, come già purtroppo i cittadini di paesi terzi, dell'ambiente ostile promosso dai Tories fin dal 2012. Le promesse di Theresa May potranno essere revocate d'un colpo dal parlamento inglese. Solo un trattato internazionale che salvaguardi i diritti iscritti nel *Withdrawal agreement* darebbe loro certezza giuridica.

Il cosiddetto *ringfencing* dei diritti è possibile se l'Unione, oltre a proteggere unilateralmente i residenti inglesi in Europa, condizionerà i negoziati sulle future relazioni a un preliminare accordo bilaterale Unione-Regno Unito, che preservi e migliori il capitolo sui diritti contenuto nel *Withdrawal agreement*. Anche per questo è importante e cruciale dare più tempo al Regno Unito.

Infine vorrei dire un grazie particolare, molto particolare al signor Barnier.

Janice Atkinson (ENF). – Mr President, the EU is sounding a bit desperate today, isn't it? Shutting down debates ... *Carpe diem*, Ms May.

Anyway, I would like to thank a few people, Mr Juncker and Mr Verhofstadt, for being the EU poster boys for Brexit. Keep it up lads!

I'd like to thank the 17.4 million Brexit voters who put 'Great' back into Britain and to remind the EU we are GB plc, we're not a subsidiary of the EU Parliament.

Yet the largest plebiscite the UK has ever had is being betrayed. We have a Remain Prime Minister, we have a Remain cabinet and we have a Remain Opposition led by terrorist-supporting Marxist. What a choice!

But the 17.4 million people said we're better than that, and they deserve better than that. Together with our greatest allies, the USA and our Commonwealth people, we can trade under World Trade Organisation rules. We can and we will put the 'Great' back into Britain, the country of Thatcher, Churchill and the 17.4 million brilliant Brexiteers. Together we will make Britain great again. We don't need the EU. Let's go out and make Britain great again in the great wide world.

(Mixed reactions)

IN THE CHAIR: MAIREAD McGUINNESS*Vice-President*

Seán Kelly (PPE). – Madam President, the mind boggles with some of the things that are being said here today. Having said that, I just want to say that the vote in the House of Commons last night, though disappointing, was entirely predictable. But one thing is very clear: before the vote you sensed that the unity of the EU27 is to be admired. Thanks are due to Michel Barnier, who did a tremendous job, and to everybody involved. Ireland would like to express its gratitude for that.

I must take issue, though, with a comment made by Arlene Foster yesterday when she said 'There is no need for the backstop, as we never had a hard border'. My goodness, try telling that to those who were killed when they were crossing the border, who were subjected to searches by British soldiers, who saw the watchtowers, who were victims of the violence and, indeed, terrorist acts. I must say that this is not helpful, and because of that violence we had the Good Friday Agreement. And in fairness, and to give credit, to Theresa May, Michel Barnier and the EU as a whole, they did everything in the Withdrawal Agreement to ensure that the Good Friday Agreement would be observed in all its parts and that peace would continue on the island of Ireland.

I want to say as well, though, to my colleague Martina Anderson, that this is not the time to be calling for a referendum on Irish unity. It's not the Irish Government's position. It's not what the Irish people want. Even though we aspire to a united Ireland, we know that to be calling for it at this time is divisive and that is not what we want.

The big worry now for most people is that there will be no deal, that the United Kingdom will crash out of the European Union, and preparations are in place in case that is the outcome. But I think it's important for the United Kingdom to make a decision that that is not what it wants. I have no doubt that the good people of the United Kingdom do not want that scenario, and if given the opportunity they would say so. While clarifications might be needed from Brussels regarding the Withdrawal Agreement, the sensible thing, I think, would be to consult those who actually voted for Brexit in the first place – the British people – and ask them 'Is this really what you want?'. I think they will say emphatically 'No'.

Seb Dance (S&D). – Madam President, let's be clear about the process that got us here. Governing in the interests of the Conservative Party, and the Conservative Party alone – and not even being very good at that – has got us to this situation and we very firmly believe that this government has had its day. But that is, of course, a discussion that has to take place in the UK.

Whichever party is in power, they will find themselves – when it comes to Brexit – faced with this choice. You either move away from the EU structures and destroy jobs, destroy life chances, reduce workers' rights and environmental protections or you stay within the structures of the EU and lose all say and power over what those structures are. That is the fundamental and unavoidable choice when it comes to Brexit. Neither of those things is right for any country and certainly not the United Kingdom.

But I want to give you here a message of hope: in Britain – thanks to the people opposite and their ludicrity – we have now got the biggest pro-European movement on the continent. We have millions and millions of people who are prepared now to go out there and defend the values of this place, to talk about in open terms about why we are proud of what the European Union has achieved, and will achieve. We will defend free movement, we will defend what the structures of this place have given not just the current generation, but generations to come. The nonsense and fantasies of the people opposite have been found out.

There is no majority in the British Parliament for no deal but, whether there is a new government, whether there is a new referendum or whether or not Parliament has a majority for some other way forward, we must recognise that we might need more time. Please do not let the logistics of this defeat the politics of this. We have a chance to turn this around and we need your support and your friendship.

Molly Scott Cato (Verts/ALE). – Madam President, I watched last night's historic Westminster vote here in Strasbourg with my colleagues from across our continent who are deeply concerned about Britain's Brexit crisis. Many still hope that we will find a way to stay with you all. I would like to take this opportunity to thank you for your support.

Brexit is a failure of leadership. Theresa May has failed to lead the country and instead has responded only to the needs of her own party. Jeremy Corbyn has failed in his constitutional duty of opposing Brexit, leaving half the country in frustration and despair. But Brexit is also a failure of solidarity. Older generations have ignored the hopes and dreams of our young people. Too many British people have forgotten about other EU citizens who are a vital part of our communities, or their fellow citizens who live elsewhere in the EU. So many have had their hearts broken and their lives turned upside down by this process. Now that the complexity and the cost of Brexit are clear, we have a democratic right to say whether it is still what we want for our country. With Westminster in gridlock, it is only right that the decision goes back to the people.

(Applause)

Esteban González Pons (PPE). – Madam President, after yesterday's vote in Westminster only one thing is clear: the Commons rejected the agreement that their Government signed but they don't know what they want. We had majorities for two negative votes but not a majority for a positive one.

After months of illusions, false hopes and lies, it's time for the British Parliament to accept the truth. Brexit is not a European problem. It is a British one. So please find a solution.

Everybody wants to have the best possible relationship with the United Kingdom, but not at any price. We are friends and allies but what Britain cannot expect from us is to re-try our principles. There is one simple reason for that: being a member of the European Union is not an economic decision, but a life choice. We are a community of shared values based on the rule of law and treaties. It is not a transactional relationship. The British Government created this problem and the British Government must solve it.

We at the European Parliament are ready to sign the agreement when it comes to us, but we are also ready to move on without it.

Until yesterday, we thought Brexit was the reaction to a European crisis. Today we know it was the reaction to a national British crisis. Yesterday it became clear: there is no majority for a Brexit with a deal, and there is no majority for a Brexit with no deal. So the most sensible thing to do would be to keep calm and carry on.

To Mr Farage, wherever he is, I would say, with all due respect, please be very careful in using the word 'war', because there was indeed a war and, thank God, the British won it. Everybody learned their lesson, but perhaps not Mr Farage.

(Applause)

(The speaker declined to take a blue-card question from Bill Etheridge)

Esther de Lange (PPE). – Madam President, I have to say that watching yesterday's debate in the House of Commons – a parliament, which, due to its tradition and history we hugely respect – I couldn't help but think 'Boy! Collectively they don't know what they want, but boy do they hold great speeches about it!' A bit like Mr Farage, actually, who, even in this debate of just an hour-and-a-half about Brexit – Brexit, mind you, his *raison d'être* – can't be bothered to remain in this Chamber.

(Applause)

He made his speech, probably put it on YouTube, and left the room. That is what he always does.

But I have to hand it to Mr Farage, he does know what he wants. What he wants is the hardest no-deal Brexit possible, only for his buddies then afterwards to dismantle the NHS, to destroy ordinary people's jobs and to create a bankers' paradise uncontrolled.

(Applause)

Listening then to the debate in this House, in this European Parliament, what I hear from colleagues is 'Please let's sit down and look at what we can agree in terms of creating a majority and finding a solution.' Mr Corbyn says he would prefer a customs union. Why doesn't anyone put forward an amendment in the House of Commons that actually says that, and see how far we can get?

If, regrettably, the British leave, a customs union would be the best solution, in order to keep jobs on both sides of the water and actually find a workable solution. We went into politics, colleagues, here and in Westminster, not only to give speeches but to sit down, create majorities and find solutions. Let's get to work.

(Applause)

Catch-the-eye procedure

Georgios Kyrtos (PPE). – Madam President, our British friends are in a state of political confusion as far as Brexit is concerned. We should respond with a creative approach. First, we should offer the British more time to make up their minds. Second, if they decide against a hard Brexit and are reconciled with the idea of participating in the Customs Union, or even in the single market, we should accommodate them. After all, we too made serious mistakes, which led the British people to vote in favour of Brexit.

The European Union badly needs the United Kingdom and it seems to me that it becomes obvious every day that the United Kingdom also needs the European Union.

Juan Fernando López Aguilar (S&D). – Señora presidenta, una mayoría negativa, que es la suma de muchos noes, ha sumido al Reino Unido en un largo túnel de confusión, incertidumbre y crispación del que la sociedad británica sale más dividida que nunca sobre su propia pluralidad política, social, territorial y generacional.

Y no corresponde a este Parlamento Europeo discutir infinitamente sobre el artículo aplicable para que la sociedad británica encuentre su salida del laberinto que ha causado un uso desdichado del referéndum, que otro referéndum con un debate informado podría enmendar.

Sí que nos corresponde expresar apoyo y reconocimiento a los millones de británicos que han resistido con coraje la mentira y la demagogia nacionalista y populista. Y, por supuesto, apoyar, señor Barnier, la unidad negociadora de la Unión Europea con un mensaje tranquilizador, con un mensaje garante y comprensible para todos los ciudadanos, las personas que más temen el impacto de la inseguridad y de la incertidumbre en sus vidas.

Marek Jurek (ECR). – Pani Przewodnicząca! Kryzys demokracji europejskiej widzieliśmy na tej sali. Tyle razy słyszymy o pluralizmie i dialogu, a za każdym razem, kiedy koledzy chcieli zadać pytanie, słyszeli twarde „nie” – żadnego dialogu, żadnej rozmowy itd. No, ale powiedzmy, że my jesteśmy reprezentatywnym, ale jednak małym kolegium, a Europa patrzy szerzej. Ten kryzys widzimy dzisiaj wszędzie. W Niemczech rekordowo niskie od 70 lat wyniki dwóch głównych partii politycznych zmieniających się u władzy albo rządzących razem. We Francji – rekordowo niska frekwencja w wyborach parlamentarnych, mimo prezydenta, którego podziwia cała Europa oprócz francuskiej ulicy. Również referendum brytyjskiego nie zrozumieliśmy.

Jeżeli naprawdę chcemy obronić współpracę europejską, jeżeli chcemy, żeby Europa współpracowała, czas zmienić tę politykę, politykę, która przestraszyła Brytyjczyków. Imigracjonizm, armia europejska... Unifikację walutową na szczęście wyłączyli. Im szybciej to zmienimy, tym więcej szans zostawiamy Europie.

Τάκης Χατζηγεωργίου (GUE/NGL). – Κυρία Πρόεδρε, νομίζω ότι το Κοινοβούλιο εδώ έχει δώσει κατεύθυνση προς τη Βουλή των Κοινοτήτων για επαναπροβληματισμό και νομίζω ότι και εγώ γενικά πράγματα μπορεί να πω. Πιστεύω ότι το αποτέλεσμα χθες δεν ήταν ήττα της βρετανικής κυβέρνησης μόνον. Ήταν ήττα, κατά την άποψή μου, τις μεγαλαυχίας των πολιτικών εξουσιών διαχρονικά, και βεβαίως της βρετανικής μεγαλαυχίας διαχρονικά. Δεύτερον, πρέπει να κάνουμε αναφορά σήμερα σε ένα όνομα ένεκεν του οποίου βρισκόμαστε σήμερα εδώ και ένεκεν του οποίου βρίσκεται ολόκληρη η Ευρωπαϊκή Ένωση και η Βρετανία σε αυτή την κατάσταση και είναι το όνομα του κυρίου Ντέιβιντ Κάμερον. Γιατί το λέω; Όχι για να χλευάσω, αλλά για να πω ότι οι μεγάλοι ηγέτες τις κρίσιμες ώρες δεν κάνουν παιχνίδια. Δεν παίζουμε χαρτοπαίγνιο, δεν είμαστε «gamblers». Τρίτον, τα δημοψηφίσματα πρέπει να γίνονται με φειδώ, ιδιαίτερα όταν οι σημερινοί αποφασίζουν για το πώς θα ζουν εδώ οι άνθρωποι έναν αιώνα μετά. Με φειδώ τα δημοψηφίσματα.

Alojz Peterle (PPE). – Gospa predsedujoča, imamo zmedo, krizo, škodo, časovno stisko in nepredvidljivost. Vse to v škodo Britancev in cele Evropske zveze.

Strinjam se s kolegom Kamalom, da britanski državljani niso bili seznanjeni s posledicami izstopa. Bili so populistično zavedeni s pravljico o neodvisni in bogati prihodnosti. Koliko je vredna demokracija, ki ne temelji na resnici? Plačujemo davek populizmu.

Danes Britanci vedo, kaj pomeni dogovor, kaj nedogovor in kaj je ostati v zvezi. Včeraj je padel dogovor. Če poenostavimo, sta ostali dve opciji: nedogovor ali ostati v Evropski zvezi. Če se ni sposobna odločiti elita, naj odločijo ljudje.

Čim dlje bo trajala nejasnost, tem več podjetij bo zapustilo Veliko Britanijo in tem več njenih državljanov bo iskalo državljanstva po Evropi. Jaz sem za podaljšek roka in za drugi referendum. Predvsem pa za združeno Evropo z Združenim kraljestvom.

Marc Tarabella (S&D). – Madame la Présidente, je voulais répondre à M. Kamall, le leader des conservateurs britanniques au sein de ce Parlement – mais il est parti –, et je voulais aussi dire à M. Farage, qui est également parti – ce qui les intéresse, c'est de faire un show en plénière, puis de s'en aller, le débat ne les intéresse pas –, que c'est d'abord à David Cameron qu'incombe la responsabilité du Brexit, puisqu'il a pris en otage son peuple pour essayer de se faire réélire. Évidemment, les populistes ont embrayé.

Je voudrais saluer Michel Barnier et toute son équipe, car il a raison de dire que cet accord de 600 pages est le meilleur compromis possible. Je vais un peu paraphraser Margaret Thatcher, ce qui ne m'est pas arrivé souvent dans ma vie, parce que je n'avais aucune sympathie pour cette ancienne Première ministre: *I think there is no alternative*. Ou plutôt si: la seule alternative, c'est que l'on peut profiter de la situation chaotique d'aujourd'hui en donnant du temps au temps, et je pense qu'au niveau du Royaume-Uni, au-delà des populistes, ce sont les gens raisonnables qui vont triompher, ceux qui pensent que et nos citoyens et l'économie ont intérêt à ce que le Royaume-Uni reste. En définitive – et c'est ma conviction –, je pense qu'il n'y aura pas de Brexit.

Joachim Starbatty (ECR). – Frau Präsidentin! Wir wissen, dass die jetzige Lösung, die auf dem Tisch lag, gescheitert ist.

Wir wissen, dass ein Brexit ohne Absicherung katastrophal ist, auch das Nordirland-Problem ist nicht gelöst. Es bleibt also letztlich nur übrig, das Volk noch einmal zu befragen. Da wird gesagt: Ja, wir haben es ja bereits gefragt, es ist nicht demokratisch, es wieder zu befragen. Nein! Demokratie ist Herrschaft des Volkes und nicht das Verweilen bei einem Fehler. Insofern ist es das Beste, das Volk noch einmal zu befragen mit der Fragestellung: Wollen wir noch einmal in Verhandlungen mit dem Europäischen Parlament, mit der Kommission, mit dem Rat eintreten?

Dann möchte ich an dieses Haus eine ernste Bitte richten: Wir sollten nicht auf hohem Ross sitzen, wenn wir verhandeln – wie es bisher der Fall gewesen ist. Alles, was ich in diesem Haus gehört habe, war letztlich: Gott strafe England! Das ist die falsche Haltung. Wir müssen fragen: Was brauchen wir für Europa, was brauchen wir für Großbritannien? So müssen die Verhandlungen geführt werden, und dann kommen sie auch zu einem Erfolg.

Luke Ming Flanagan (GUE/NGL). – Madam President, the first thing that needs to be said – and it isn't often I agree with MEP Kelly here – is to come back to what Ms Arlene Foster said about there being no hard border in Ireland ever. I'd love to know where Arlene Foster was when the hard border was there. Maybe it wasn't there for her, because she was so influential she didn't get stopped, but it was there.

It's quite clear now that we need an extension to Article 50. The game of chicken being played is heading for a crash. In the event that this does not happen, then the EU needs to lay out exactly how it's going to help the Irish economy, and in particular our farming communities. I heard a comment from MEP González Pons that this is not Europe's problem. Now people here will argue that it wasn't caused by Europe, and that's a very, very strong argument. You can say that all day long, but it is our problem now. We, in the Republic of Ireland, are Members of the European Union. This is causing a massive problem for us, so to say that this is not a European problem is wrong. Change that attitude!

Can Mr Barnier – who I have to say I was worried about at first, but who has done an excellent job and held his cool the whole way – say what exactly will be done for Ireland in financial terms in the case of a hard Brexit?

(The President cut off the speaker)

Gunnar Hökmark (PPE). – Madam President, first of all, regarding our UKIP colleagues: as far as I understand, they don't have a single seat in Westminster, not one of them has been elected by the British people to Westminster to deal with the future of the United Kingdom.

(Applause)

I think there is a point in that. But also, to Mr Farage and all the others, I would say this: you should be grateful to the European Union because without the European Union you wouldn't have any parliamentary representation anywhere.

(Applause)

Secondly, regarding our British friends and those who are dealing with these issues in Westminster. If they want prolongation, if they want time for reflection, if they want to return to the European Union, let us tell them: 'You are very welcome.'

Maria Grapini (S&D). – Doamnă președintă, domnule comisar, dragi colegi, s-au spus foarte multe lucruri aici. Este un subiect extrem de important. Cred că rezultă că avem o majoritate aici, în Parlamentul European, care dorim ca Marea Britanie să fie aici.

Vreau să îl felicit pe negociator. A făcut tot ce trebuie. Problema nu este la noi. Problema este în Marea Britanie și eu sunt îngrijorată de ceea ce se întâmplă cu cetățenii europeni, cu concetățenii mei care trăiesc acolo. Sunt îngrijorată de ce se va întâmpla cu cetățenii britanici care trăiesc în Uniunea Europeană și, de asemenea, sunt îngrijorată de relațiile comerciale.

Eu cred că trebuie să continuăm negocierile, dar Marea Britanie, prin reprezentanți – nu prin populație, pentru că populația își dorește în majoritate să fie în Uniunea Europeană (...) Am fost în Londra, am fost în Birmingham, am discutat cu cetățeni, cu oameni de afaceri: toți doresc să rămână în Uniunea Europeană. Dar responsabili sunt oamenii politici care dezinformează și am văzut recent un membru al Parlamentului European, de dreapta, când făcea reclamă să ne instige că, dacă va ieși Marea Britanie, vom plăti noi, din buzunarele noastre, pensii eurodeputaților britanici. Fals!

(End of catch-the-eye procedure)

Frans Timmermans, First Vice-President of the Commission. – Madam President, without the resilience of the British people in our darkest hour we would probably not be sitting here. My country too is grateful for the freedom that British soldiers brought to our shores. There is an unbreakable link between the United Kingdom and Europe, and whether the United Kingdom is in the European Union or not it will be part of Europe in a way that will define our common destiny.

Now it pains me to see the United Kingdom as divided as it is today: the division caused by Brexit has a paralysing effect on British society. I will remain eternally grateful not just for our liberty but also for the British teachers I had as a young lad, who taught me to love British literature and art, who taught me the English language, and this will not change whatever happens. But I want to make one thing perfectly clear in reaction to what was said by Mr Kamall and by Mr Farage. I have not encountered, in the Commission with Michel Barnier, nor in any of the 27 capitals, a punitive attitude in this process. Nobody wants to punish the United Kingdom for leaving the European Union.

(Applause)

In the negotiations we have seen an attitude, in all the capitals and in the Commission, of wanting to do as little harm as possible in this process. However, let's not create the illusion that this could be a process without harm. Brexit will do harm to the United Kingdom and to the European Union. It is our collective responsibility to limit that harm as much as possible.

Now, what will happen in the next weeks, months and perhaps years is up to the British people to decide – which means, in the first place, up to the House of Commons, where this discussion will be held. And we will have to play with the hand that will be dealt by Britain in this, whatever our thoughts are. I've never made a secret of the fact that, of course, I would prefer the United Kingdom to stay in the European Union, but that's not up to us. That's up to the British people and the British politicians to decide.

I also want to make one thing very clear in relation to what Mr Kamall said about the internal market and other elements of the European Union. You can't honestly say 'I'm going to leave the European Union, but I'm going to take with me everything I like' regardless of what that does to the European Union.

I think we are under an obligation – as European politicians, as Member States, as institutions – to safeguard the essential elements of what it means to be part of the European Union, which includes the integrity of the four freedoms, which includes the integrity of the internal market. That is non-negotiable.

What also astonishes me is that Mr Farage's pipe dream of independence would lead him to disregard completely the fundamental importance of the Good Friday Agreement for peace in Europe. It is absolutely clear to the Commission that we have a collective responsibility as Europeans to make sure that peace remains on the island of Ireland.

(Applause)

And, for that peace, in our analysis, it is essential that there are no hard borders in Ireland. Therefore we need the backstop: that also is non-negotiable. And, while it's encouraging on the one hand that we have this level of European solidarity, that no one in the 27 capitals will throw Ireland under the bus in any circumstances, it is mind boggling that so many people in Westminster would not see the essential value of the Good Friday Agreement and, for their pipe dream, would sacrifice stability and peace in Ireland.

(Applause)

I'm not even talking about the jobs lost, the investment opportunities lost and all of that. It would have been honest, in this campaign that led to the Brexit vote – which we respect – if they'd said: 'We want this so much that we don't care that you lose your job, we don't care that investment will be lost, we don't care that there will be havoc in the NHS, we don't care that there will be havoc on the roads. We don't care, we just want this, regardless of the consequences.' That would have been an honest Brexit campaign.

Anyway, we will wait for the decisions in Westminster and the UK. We will continue in an honest way with our project to do as little harm as possible, regardless of the cards that we will be dealt.

Mr Kamall quoted the Eagles. Let me stay closer to home and quote the Rolling Stones: 'You can't always get what you want but, if you try, sometimes you might get what you need.'

(Applause)

President. – Thank you, First Vice-President, one would perhaps like to hear people sing in the Chamber, it might lighten the mood?

Melania Ciot, President-in-Office of the Council. – Madam President, we obviously have to be hopeful that the parliamentary process in the UK will lead to an outcome conducive to an orderly withdrawal and we have to be as supportive of this process as possible. Should this positive scenario indeed materialise, then we have to realise that the agreement reached on 25 November was just the first step in a long process. We will have to keep the implementation of the Withdrawal Agreement under close watch so that it delivers in the interest of citizens and businesses. The negotiations on the future relationship are unlikely to be easy.

We will therefore count on your cooperation at all the stages of these processes in the years to come. Thank you very much once again for your attention.

President. – The debate is closed.

(The sitting was suspended for a few moments)

Written statements (Rule 162)

Birgit Collin-Langen (PPE), schriftlich. – Die Situation in Großbritannien ist äußerst Besorgnis erregend. Für uns ist klar: Das Austrittsabkommen wird nicht neu verhandelt. Wir müssen nun abwarten, welchen Kurs die britische Regierung einschlägt. Wir brauchen eine klare Position aus London. Es steht zu viel auf dem Spiel. Ich hoffe, dass ein ungeregelter Brexit abgewendet werden kann, denn die Schäden, die so ein Bruch mit sich bringen wird, werden für unsere und die britische Wirtschaft verheerend sein.

Tanja Fajon (S&D), pisno. – Britanski parlament je jasno sporočil, da sporazuma, o katerem se je britanska premierka pogodila z EU, ne želi. Sporočil je tudi, da ne želi trdega izhoda, a je ta danes bolj verjeten kot kdajkoli prej. Sinočnje glasovanje pomeni velik poraz za britansko premierko.

A čas je, da Velika Britanija končno sporoči, kaj v resnici želi. Sama sem prepričana, da brexit škoduje vsem. Obžalujem sicer sinočnjo zavrnitev dogovora, vendar dramatiziranje ni potrebno. V zraku je trenutno veliko nejasnosti. Možne so predčasne volitve, nov referendum, a odločitev je na strani Britancev.

Odhod Združenega kraljestva je najslabši scenarij, ki se mu moramo skušati izogniti. Negotovost, v katero bi zapadli tako državljani na Otoku kot Britanci v EU ter gospodarstvo, je prevelika in preveč tvegana.

Socialisti in demokrati v EP državam članicam pošiljamo močno opozorilo, da ne bomo pripravljeni oslabiti že doseženih dogovorov v pogajanjih z Veliko Britanijo. Če bo Otok zaprosil za podaljšanje izhoda, ki bi lahko vodil k bolj ambicioznemu dogovoru, potem temu tudi v Sloveniji ne smemo nasprotovati.

João Ferreira (GUE/NGL), por escrito. – A decisão soberana do povo britânico de saída do Reino Unido da UE deve ser inteiramente respeitada. Com este pressuposto, devem ser rejeitadas manobras, pressões, ameaças ou chantagens, nomeadamente por parte da UE, que a visem defraudar, deturpar ou mesmo reverter.

O que a realidade evidencia, no Reino Unido e não só, é um profundo sentimento de rejeição das políticas da UE, que agredem os direitos e as aspirações dos trabalhadores e dos povos, que promovem a concentração da riqueza à custa do empobrecimento, que desrespeitam a soberania nacional e o direito ao desenvolvimento de diversos países.

É possível construir uma outra Europa de cooperação entre Estados soberanos, com base no respeito mútuo, na igualdade de direitos, na cooperação, na solidariedade, no desenvolvimento recíproco, no progresso social, na paz.

No quadro presente, o Governo português deve intervir resolutamente, seja junto das autoridades do Reino Unido, seja na UE, para assegurar a defesa dos direitos dos cidadãos portugueses que trabalham e vivem naquele País. Deve ainda tomar as iniciativas necessárias para promover as condições para o desenvolvimento de relações bilaterais mutuamente vantajosas entre Portugal e o Reino Unido, no quadro do respeito da soberania de cada um dos países e dos direitos e aspirações do povo português e do povo britânico.

Danuta Jazłowiecka (PPE), na piśmie. – W czasie minionych dwóch lat mogliśmy obserwować więcej zwrotów akcji niż w niejednym dobrym filmie sensacyjnym. Powinno nas niepokoić, iż kilkadziesiąt dni przed oficjalnym terminem wystąpienia nie wiadomo, czy nastąpi to na podstawie wynegocjowanej umowy czy też będzie to tzw. twardy brexit. Nie ma pewności nawet, czy rzeczywiście Wielka Brytania opuści Wspólnotę. Każda z opcji jest prawdopodobna. Nie powinno nas to cieszyć, gdyż narasta niepewność wśród zwykłych ludzi i przedsiębiorców. Obywatele Unii mieszkający w Wielkiej Brytanii, jak i Brytyjczycy osiedleni na kontynencie nie mogą być pewni jaki będą mieć status za dwa miesiące. Mikro, małe i średnie przedsiębiorstwa nie są w stanie planować działań na najbliższe pół roku i wiele z nich ze względu na tę niepewność będzie musiała zakończyć działalność. Nie musimy daleko szukać konkretnych przykładów niepewności. W samym Parlamencie Europejskim brytyjscy urzędnicy oraz asystenci nie wiedzą, czy po brexicie i po powrocie do domu będą mogli skorzystać z nabytego zasiłku z tytułu bezrobocia czy praw emerytalnych. Taka sytuacja jest nie do przyjęcia!!! Z punktu widzenia zwykłych ludzi trzeba to zakończyć. Jako Parlament Europejski powinniśmy głośno i stanowczo zaapelować do Izby Gmin o natychmiastowe podjęcie decyzji co do przyszłych działań, łącznie z możliwością kolejnego referendum.

Светослав Христов Малинов (PPE), в писмена форма. – Британският политически елит, всички заедно, бавно и постепенно тласкаха лодката към сблъсъка. Две години го наблюдаваме, като катастрофа в забавен кадър и не можем нищо да направим, защото сигналите от Великобритания бяха най-разнопосочни, а ние не можем да взимаме страна. Тереза Мей няма мнозинство в британския парламент по въпросите на Брекзит. Най-лошият вариант е напускане без споразумение. Най-доброто за европейските граждани сега е отлагане на Брекзит и удължаване на срока след 29 март 2019 г. При този вариант също ще има хаос и напрежение, но само в институциите на Европейския съюз, защото бюджетът и европейските избори са планирани без Великобритания. Следващите седмици ще бъдат ключови.

Urmars Paet (ALDE), kirjalikult. – Nüüd, kus Ühendkuningriigi parlament on EList väljaastumise leppe ja poliitilise deklaratsiooni tagasi lükanud, on Ühendkuningriigi valitsusel ja parlamendil vaja ELile teada anda, milliseid suhteid nad ELiga soovivad. Väljaastumise kokkulepe on parim ja ainuke võimalik kompromiss Ühendkuningriigi seatud „punaste joonte” piires. See loob õigusliku kindluse seal, kus Brexit loob ebakindluse. EL ei aktsepteeri sätestatud suuniste muutmist, mis puudutab rahuprotsessi ja piiri liri saarel või kodanike õigusi. Ühendkuningriigis on vaja parteideülest kokkulepet, et saavutada enamus nii ümmikseisu lahendamiseks kui ka võimalikuks „punaste joonte” ümberkujundamiseks.

Pedro Sánchez Pérez-Castejón, in writing. – The impasse that faces both the EU and the UK results from the deeply flawed method by which the Brexit negotiations have been conducted. These have been designed in two sequences: first to establish the conditions for an orderly withdrawal; then those of a future relationship. Aggravated by huge political fractures on the British side, and the steely determination to maintain unity on the EU side, this approach has been driving both sides towards a brick wall. A divorce process can only be well managed if not just the terms for a separation but also those of any alternative future relationship are mapped out. The two sets of terms are interdependent, as is shown by the ongoing controversies within the British political system regarding whether Brexit should be hard or soft. The UK should have been asked first to clear as a matter of principle and policy what future relationship it sought. The EU should have indicated what relationship it found acceptable. Agreement would have been sought on this. Negotiations would then have been about proceeding from a status of full membership to that of the proposed new relationship. Instead, another episode is being played in a soap opera that frankly has become rather dreary.

Kārlis Šadurskis (PPE), rakstiski. – Pateikt vienkārti “nē” ir ļoti viegli. Grūtāk ir piedāvāt risinājumu. Tagad, kad britu parlaments ir nobalsojis pret valdības piedāvāto vienošanos, būtu tikai loģiski, ka parlaments izvēlētos vienu no diviem iespējamajiem ceļiem: piedāvāt jaunu konstruktīvu risinājumu vai arī pajautāt britu pilsoņiem referendumā, vai viņi atbalsta tādu Brexit, kādu valdība ir panākusi sarunās ar ES.

Vissliktākais risinājums būtu Lielbritānijas izstāšanās no ES bez vienošanās. Kaut gan vissāpīgāk to jau nākamajā dienā izjustu paši briti — jo, piemēram, liela daļa medikamentu un pārtikas produktu tiek ievesti no citām ES dalībvalstīm — neskaids būtu arī ES pilsoņu statuss Lielbritānijā un viņu tiesību nodrošināšana.

Vienlaikus vēlos norādīt arī uz citu — mazāku publicitāti guvušu, bet ārkārtīgi svarīgu — projektu turpināšanu, kuru dzīvotspēju var apdraudēt *Brexit* bez vienošanās. Mani uztrauc gan Latvijas studentu statuss Lielbritānijā, gan dažādu pētniecības programmu liktenis, kurās piedalās gan Latvijas, gan ES, gan Lielbritānijas zinātnieki. Lai sadarbība dažādās izglītības un zinātnes programmās turpinātos arī pēc Lielbritānijas izstāšanās no ES, vienošanās ir absolūti nepieciešama.

Henna Virkkunen (PPE), kirjallinen. – Britannian EU-ero ei näytä valitettavasti selkiävän, vaan muuttuu yhä kaoottisemmaksi. Eilinen äänestystulos brittiparlamentissa ei ollut sinänsä yllätys. Pääministeri Mayn neuvottelema erosopimus kaatui nurin selvin luvuin (432-202). Tämä tarkoittaa, että keinot hallitun eron turvaamiseksi alkavat olla vähissä. Riski sopimuksettomaan eroon kasvaa. Britannian lähtöön EU:sta on enää reilut kaksi kuukautta. Uusien neuvotteluiden aloittaminen ei ole realistista tietäen, että nyt torjutusta sopimuksesta neuvoteltiin 18 kuukautta. Meillä ei myöskään ole tarvetta avata sopimusta. Brittiparlamentin tyrmäämä erosopimus olisi kattanut ne kolme päätavoitetta, jotka EU-parlamentti on halunnut varmistaa. Sopimuksessa olisi turvattu Britanniaassa asuvien EU-kansalaisten oikeudet ja sovittu Britannian maksuvelvoitteista EU:lle, eikä Irlannin tasavallan ja Pohjois-Irlannin välille olisi tullut kovaa rajaa. Sopimuksen tärkein anti olisi ollut vuoden 2020 loppuun jatkunut eron siirtymäaika, jonka aikana Britannia olisi noudattanut kaikkia EU:n lakeja ja maksanut jäsenmaksut muttei olisi kuitenkaan osallistunut päätöksentekoon. Kun alustavien päälinjojen mukaan Britannia haluaisi olla mukana lähes kaikissa toiminnoissa myös jatkossa, herää kysymys, miksi sitten erota. On selvää, ettei Britannia voi EU:n ulkopuolella saada parempaa sopimusta kuin jäsenenä. Toivottavaa on, että tämä kaikki kaaos Britanniaassa johtaa vielä uuteen kansanäänestykseen. Se olisi reilua. Nyt kansalaisilla on parempi käsitys siitä, mitä ero oikeasti tarkoittaa. Britannian ero on suuri tragedia ja osoittaa mitä voi tapahtua, kun populismi pääsee liian pitkälle. Erityisen ikävää tämä on nuorille, jotka olisivat halunneet pysyä unionissa.

PRESIDENZA DELL'ON. ANTONIO TAJANI

Presidente

9. Debate com o Presidente do governo de Espanha, Pedro Sánchez Pérez-Castejón, sobre o futuro da Europa (debate)

El presidente. – El punto siguiente en el orden del día es el debate con el presidente del Gobierno español, Pedro Sánchez Pérez-Castejón, sobre el futuro de Europa (2018/2748(RSP)).

Señor primer ministro de España, gracias por aceptar la invitación del Parlamento Europeo para hablar con nosotros, con los diputados, de la posición de España sobre Europa.

Hoy es un día políticamente muy importante, porque tenemos el problema del *Brexit*; pero también para nosotros es importante hablar de los dossiers más importantes de la Unión: la inmigración.

El Parlamento Europeo votó a favor de la reforma del sistema de Dublín. Pedimos al Consejo, a los Estados miembros, que votaran a favor de nuestra propuesta, para concluir un debate muy largo sobre los refugiados, sobre la relocalización de los refugiados.

Tenemos también el problema del presupuesto. El Parlamento pide más inversiones, de 1,1 a 1,3. Nosotros creemos que se puede añadir dinero sin pedirlo a los Estados miembros, pero con recursos propios. Por eso, el debate está abierto. Es una propuesta de la reforma de Europa del Parlamento, una propuesta sobre las inversiones del Parlamento Europeo.

Para nosotros es importante defender la posición del Parlamento como corazón de la democracia europea. Hay aquí, en el Parlamento Europeo, una exposición de la Agencia EFE con motivo del 40.º aniversario de la Constitución española, país muy importante también para el Parlamento Europeo.

Quiero agradecer y saludar la presencia del ministro de Asuntos Exteriores del Reino de España, el señor Borrell, que fue presidente de esta Cámara. Gracias por estar con nosotros.

(Aplausos)

Señor primer ministro, presidente del Gobierno de España, gracias por estar con nosotros, por aceptar la invitación. Ahora tiene usted la palabra.

Pedro Sánchez Pérez-Castejón, *presidente del Gobierno de España*. – Señor presidente del Parlamento Europeo, señor vicepresidente de la Comisión Europea, señor comisario, señoras y señores diputados, es un honor, un auténtico honor dirigirme a todos ustedes para aportar la visión de España al apasionante debate sobre el futuro de la Unión Europea.

Y digo «apasionante» con toda convicción y desde la propia experiencia vital. En 1985, cuando se firmó el acta de adhesión de España a la entonces Comunidad Económica Europea, yo tenía 13 años. Y, a pesar del tiempo transcurrido, recuerdo con claridad ese día.

Recuerdo la emoción que sintieron quienes habían sufrido durante décadas la ausencia de democracia y de libertades en mi país, en España.

Recuerdo la emoción en una generación entera de españoles, la de mis padres; hombres y mujeres para quienes Europa significaba, durante muchos años de dictadura, libertad y Estado de Derecho, progreso y cohesión.

Aquel momento representó para España muchas cosas, sobre todo representó la garantía de que ya no habría vuelta atrás; de que, al fin, estábamos en paz con nuestra historia; de que al fin nadie, nunca jamás, volvería a arrebatar la democracia a nuestro país.

(Aplausos)

Desde entonces, generaciones posteriores de españoles —la mía propia— han visto las fronteras interiores convertidas en reliquias de la historia y han construido solidaridades y afectos con pueblos antaño distantes.

Siempre desde el respeto a los valores que hoy identificamos como europeos: la seguridad jurídica, el respeto al Estado social y democrático de Derecho, el diálogo y la tolerancia, el feminismo y la igualdad de oportunidades, la fraternidad y la convivencia, el ecologismo y la solidaridad intergeneracional.

De modo que, sí: pueden considerarme un apasionado europeísta. Orgulloso de lo que ese atributo representa y, precisamente, orgulloso ahora, cuando algunos esgrimen el antieuropeísmo como un supuesto activo electoral.

Gracias, presidente Tajani, por darme la oportunidad de dirigirme a este Parlamento. Situarlo en el corazón de este debate a mí me parece que es un gran acierto, precisamente cuando vamos a celebrar el 40 aniversario de las primeras elecciones europeas. La Unión no se entiende sin la primacía de los valores democráticos.

Señoras y señores diputados, antes de nada, quisiera hacer mención a la votación de ayer en el Parlamento británico.

Respeto —como no puede ser de otra manera, como presidente del Gobierno de un Estado miembro—, pero no puedo sino lamentar, el rechazo negativo al acuerdo de retirada del Reino Unido de la Unión Europea.

Un acuerdo que ha sido negociado durante más de un año y medio y que, además, quisiera reconocer en la figura del principal negociador, Michel Barnier, el extraordinario trabajo que ha hecho por mantener la unidad de los veintisiete Estados miembros.

Como decía, un acuerdo que ha sido negociado durante un año y medio, y que creo que es el mejor acuerdo posible. Es la opción que protege mejor los intereses del Reino Unido y también del conjunto de Estados miembros de la Unión y, por tanto, de la sociedad europea. Es la opción que protege no solamente los derechos de sus ciudadanos, sino también los derechos de los principales operadores económicos.

Un acuerdo, en consecuencia, que contiene un equilibrio de concesiones que es muy difícil de alcanzar y que busca, ante todo y sobre todo, una salida ordenada.

Corresponde, en este sentido, al Gobierno del Reino Unido adaptar o adoptar las decisiones que considere oportunas sobre los pasos a dar. Nosotros estamos, como Estados miembros y también como instituciones comunitarias, haciendo nuestro trabajo; adoptando, tanto los países miembros como la Comisión Europea, las medidas necesarias para minimizar el impacto de una posible salida sin acuerdo.

Señoras y señores diputados, siempre he manifestado mi opinión, tanto en el Parlamento de España como también en sucesivas y distintas entrevistas a los medios de comunicación, de que el *Brexit* es una desgracia para el pueblo británico y, también, para el conjunto de la Unión Europea. Nadie gana; todos perdemos, en especial los británicos y, en particular, quienes más necesitan del amparo de su gobierno, aquellos que son los más vulnerables.

Pero es una decisión soberana que no podemos sino respetar y, por ello, deseo que el Reino Unido elija mantener una relación lo más estrecha posible con el conjunto de la Unión Europea. La decisión corresponde a ellos, pero nuestros principios son claros: la integridad del mercado interior, la indivisibilidad de las cuatro libertades y la autonomía de decisión de la Unión.

En el marco de estos tres puntos nos encontraremos siempre.

Señoras y señores diputados, quisiera hablarles de la necesidad de movilizar Europa.

Quisiera hablarles de la necesidad de relegitimar Europa frente a los nuevos desafíos, pero también frente a quienes quieren la destrucción de Europa. Hablemos claro: hay, dentro y fuera, actores importantes que quieren la destrucción de la Unión.

Como líder de la familia socialdemócrata, sé que esperan de mí que hable de la Europa social, de la Europa que ampare; y lo voy a hacer, porque creo que la Europa social es la Europa de las convicciones.

Ahora bien, precisamente por esa convicción moral y porque es necesario reconciliar la idea de Europa con lo que se espera de ella por parte de la ciudadanía, si me preguntan cuál es la idea central en mi intervención, es un llamamiento mucho más amplio.

Es muy sencillo, se resume en una frase: para que Europa proteja, nos toca, ahora mismo, en este tiempo histórico, proteger a Europa.

Proteger Europa es construir una Europa de derechos que ampare a los más vulnerables.

(Aplausos)

Es impulsar una Europa de oportunidades para nuestros jóvenes y también para los parados de larga duración —que no necesariamente deben tener 60 años, sino que, en países como el mío, tienen 45 años y están sufriendo el paro de larga duración—; es avanzar hacia una Europa social que fortalezca nuestro tejido empresarial y nuestro tejido industrial, pero también salvaguardando derechos laborales frente a la precariedad que inunda los mercados de trabajo de todos y cada uno de los Estados miembros de la Unión.

Proteger Europa es garantizar la seguridad y la defensa de nuestros conciudadanos con los medios que hagan de la Unión un actor global, capaz de defender sus valores y sus ideales.

Proteger Europa es reafirmar nuestro compromiso con los Acuerdos de París, en la lucha contra el cambio climático. Es también culminar, de una vez por todas, la unión económica y monetaria.

Solo así, con una Europa que se reconcilie con la ciudadanía, con una Europa autónoma para defender su modelo de estado de bienestar, con una Europa que culmine la arquitectura económica y monetaria, podremos abordar los desafíos que marcarán las próximas décadas con las suficientes garantías.

Así que no es momento de vacilar. A los enemigos de Europa les digo que nuestra convicción y nuestra determinación vencerán al autoritarismo. Por dura que sea la retórica excluyente de algunos, por cuestionables que sean lógicamente sus métodos y sus mentiras, es el momento de mostrar convicción y determinación en la defensa de nuestro proyecto común que es Europa.

Hoy se está librando una auténtica batalla en el terreno de las ideas. Este es un escenario en el que, a buen seguro, también se está desarrollando esa batalla, como en todos y cada uno de los Parlamentos nacionales: involución frente a progreso.

Nosotros sabemos que el futuro nunca se conquistó dando pasos hacia atrás y, por ello, no podemos retroceder ni un milímetro en la defensa del modelo europeo. Europa protege si todos y cada uno de los que nos sentimos concernidos —no solamente los Estados miembros, no solamente el Parlamento Europeo y los Parlamentos nacionales, no solamente la sociedad civil, sino el conjunto de la ciudadanía— protegemos Europa.

A los que extienden mensajes de repliegue también desde esta tribuna, les digo que Europa no es ni será jamás una amenaza a la extraordinaria diversidad de nuestros países, de nuestras lenguas, de nuestras culturas.

Europa es todo lo contrario. Europa es la multiplicación, nunca la división de identidades. No se es menos español por ser europeo, al contrario.

La Unión Europea nunca fue ni será una mera expresión geográfica, es lo que nos une. Fue, es y será siempre una comunidad de valores, los valores de la Revolución Francesa: la libertad, la igualdad, la fraternidad —tan importante en nuestros días—, valores que son propios de sociedades abiertas y optimistas, las que innovan y las que crean, porque ven el futuro como una oportunidad y nunca como una amenaza. Sociedades que vinculan la necesaria competitividad y el desarrollo económico con algo fundamental que nos define como europeos, como es la cohesión social y nuestro modelo de bienestar.

Compromiso este como el que nos une en los Objetivos de Desarrollo Sostenible de la Agenda 2030, que es un auténtico contrato global de la próxima década, que debe encontrar en Europa a su principal activista y embajadora.

Señoras y señores diputados, es evidente que existe desencanto social en el contexto de la globalización. Lo vivimos en todas y cada una de las calles, de los pueblos, de las plazas de nuestras ciudades a lo largo del continente. Desencanto que alimenta las retóricas ultras y que nace de una gran paradoja: por un lado, la globalización ha redistribuido la riqueza entre regiones del planeta y, en consecuencia, ha reducido la desigualdad global; pero, por otro lado, incrementa la desigualdad de este o dentro de nuestras propias sociedades.

Y, en definitiva, si lo pensamos bien, el auge de los mensajes antieuropeístas debe mucho a este último fenómeno. Sin embargo, la globalización no es una catástrofe natural ante la que debemos estar indefensos. Goethe decía que los padres debían dar a sus hijos «raíces y alas». De manera similar, la Unión Europea debe proporcionar a sus ciudadanos «raíces» —es decir, un anclaje, una protección, un amparo— y «alas» —en definitiva empoderarlos— para que puedan prosperar a partir de las oportunidades en un mundo global.

Estamos, señoras y señores diputados, ante un cambio de época, y el próximo 26 de mayo abrirá un nuevo ciclo político en Europa. Y la prioridad, en consecuencia, debe centrarse en regular la globalización para garantizar la vigencia del modelo social europeo.

Debemos consolidar los cimientos de la unión económica y monetaria, complementándola con la base indispensable de una unión política, social y —me gustaría también añadir— medioambiental.

Una década después de su inicio, muchos de nuestros conciudadanos todavía sufren las consecuencias de la Gran Recesión en forma de desigualdad salarial, de exclusión social, de precariedad, de bajada salarial. Una crisis que asoció injustamente la idea de Europa a la austeridad. A la austeridad, por cierto, de los que siempre fueron austeros por necesidad, frente a quienes nunca fueron austeros y estuvieron detrás de la responsabilidad de la crisis financiera que afectó y azotó al conjunto de las sociedades europeas.

(Aplausos)

La consecuencia fue la desigualdad y, en especial, la desigualdad intergeneracional, la desigualdad que sufre la gente joven en nuestro continente. Y, por supuesto, la desigualdad de género, porque las mujeres son las que están sufriendo con mayor impacto y mayor intensidad la precariedad y la desigualdad en el ámbito laboral. Por tanto, desigualdad, precariedad y el debilitamiento del estado de bienestar.

Ese relato, hay que reconocerlo, dividió a las sociedades, pero también nos dividió a nosotros, como Unión: dividió a los países entre el norte y el sur entre el este y el oeste, entre los países acreedores y los deudores. Así que es el momento de cerrar esa etapa y relegitimar a Europa donde más se necesita, que es entre la ciudadanía.

Y para lograrlo, debemos reivindicar la Europa social, la Europa de los derechos. La cohesión social y territorial es un pilar esencial y, yo diría, único en el mundo de las sociedades europeas. Para recuperar legitimidad, la Unión debe promover un nuevo contrato social; hacer que la globalización, con el amparo europeo, sea una fuente de oportunidades y no únicamente una fuente de amenazas.

Es indispensable fortalecer la cohesión social, con objetivos claros y medibles para el empleo, para la justicia social y también para la sostenibilidad de nuestro estado de bienestar. Debemos reforzar esta perspectiva en los procedimientos europeos de coordinación económica y también en la política de cohesión.

Esa es, y no otra, señoras y señores diputados, la filosofía de la propuesta que ha defendido el Gobierno de España en el seno del Consejo Europeo, como es la creación de un seguro europeo de desempleo —un auténtico *backstop* para la gente— desde el que dotar de contenido a conceptos tan importantes, para quienes creemos en la Unión, como es la solidaridad y como es la ciudadanía europea. Una vía que debemos promover activamente y en paralelo a la culminación de la unión económica y monetaria.

Y, en la misma línea, es imperativo culminar la tarea que nos han encomendado los sindicatos europeos —la Directiva de conciliación de la vida personal y laboral y también la relativa a condiciones laborales transparentes y previsibles en el conjunto de la Unión Europea— y asegurarnos de que todas las personas, con independencia de su raza de su sexo o de su edad, tienen acceso a un trabajo libre —digno, mejor dicho— en nuestro continente.

La Unión tiene que estar presente en la lucha contra la precariedad laboral. La incertidumbre en el trabajo implica incertidumbre vital, y no podemos permitir que cale la idea de que la gente joven en nuestro continente está destinada a vivir peor que la generación precedente. Es primordial en este punto —y esta es la posición del Gobierno de España— apostar por la Garantía Juvenil.

Señoras y señores diputados, hace siete meses España formó el Gobierno con más mujeres de la OCDE. Es un hito en el camino de la igualdad real y efectiva entre hombres y mujeres, al cual le queda todavía muchísimo camino por recorrer.

(Aplausos)

Un camino que nunca habríamos podido recorrer sin el impulso y sin el ejemplo y la inspiración de Europa. Así que hoy, en esta casa, quiero agradecer singularmente el compromiso de las mujeres, de las diputadas de todo el continente con el ideal que ya forma parte del acervo europeo, como es el feminismo.

En la causa de la igualdad de género, lo que sí que les puedo garantizar es que España no va a dar ningún paso atrás; seguiremos dando pasos adelante. Pero necesitamos también del concurso de Europa.

Por eso, hoy quiero proponer la adopción de una estrategia de igualdad de género de la Unión Europea con carácter vinculante, una estrategia para combatir la brecha de género, la mayor tasa de desempleo que sufren las mujeres y la precariedad que sufre con particular intensidad la mujer. Que la voz de Europa lidere esta lucha en el que es ya —el siglo XXI— el siglo de las mujeres.

(Aplausos)

Debemos, señoras y señores diputados, avanzar en la obligatoriedad de los principios del pilar europeo de derechos sociales, en igualdad de oportunidades en el acceso al mercado de trabajo y en las condiciones de trabajo justas, así como en la protección y en la inclusión social. Reitero por ello mi apoyo al Reglamento sobre la Autoridad Laboral Europea para garantizar los derechos de los trabajadores y trabajadoras en el mercado laboral.

Europa debe saber expandir la igualdad de oportunidades y garantizarla en el acceso a todos los estudios, incluidos también aquellos de alto perfeccionamiento. En la cultura, en la ciencia, en la investigación, estaremos todos de acuerdo en que tenemos un bastión fundamental contra quienes quieren destruir el sueño europeo.

Señoras y señores, para garantizar la seguridad de nuestros ciudadanos y reforzar nuestro papel en el mundo, como auténtico actor global, es necesario avanzar con decisión, con determinación, en la Europa de la seguridad y la defensa.

Hace algo más de un año lanzamos la Cooperación Estructurada Permanente. Estamos dando los primeros pasos para la creación de capacidades propias en el ámbito de la defensa tras décadas de parálisis. Y este es el momento de hacerlo con decisión. De avanzar, abiertamente, en la creación de un verdadero ejército europeo.

La Unión, señoras y señores diputados, tiene que mostrar al mundo que es un *soft power* —si me permiten la expresión— por elección, no por debilidad. Por convicción. La capacidad de proyectar fuerzas conjuntamente, más allá de nuestras fronteras, y la voluntad política para hacerlo, son condiciones fundamentales para ser una potencia creíble en el tablero internacional.

La Unión es un modelo sin duda algún atractivo para el mundo en muchísimos aspectos. Muchas veces se nos olvida, pero es así. Es precisamente la unión lo que nos permite aspirar a un papel de liderazgo a nivel mundial. Representamos las posibilidades de un orden multilateral, que ahora mismo está siendo puesto en cuestión por fuerzas internacionales bien importantes; un orden multilateral basado en el Derecho y en las reglas comúnmente aceptadas.

España quiero decirles que está dispuesta a contribuir en este liderazgo. Aportando. Y aportando decididamente, gracias a nuestra relación privilegiada con Latinoamérica, con el Norte de África y con Oriente Medio.

Pero, sin embargo, ante los grandes desafíos mundiales, el peso de Europa es muy inferior al que se tiene en otros ámbitos, en los que la Unión tiene competencia exclusiva. Y en este sentido, me gustaría hacer alguna reflexión.

Tenemos que llegar a ser un verdadero actor global. Hoy no lo somos. Y para ello es necesario eliminar la regla de la unanimidad; no solo en materia de política exterior, sino también en materias tan importantes como la fiscalidad, el presupuesto plurianual y el mecanismo de verificación del respeto al Estado de Derecho y los derechos humanos.

(Aplausos)

Proteger Europa es, hoy más que nunca, dotarla de herramientas que tienen que ser necesariamente ágiles en la toma de decisiones. Apostar, en definitiva, por una nueva soberanía, que es la soberanía que ustedes representan, que no es ni más ni menos tan importante como la soberanía europea.

Y, en tercer lugar, señoras y señores diputados, debemos completar la arquitectura de la moneda única y avanzar en el Marco Financiero Plurianual.

Hace cincuenta años, en La Haya, los jefes de Estado y de gobierno de la entonces Comunidad Económica Europea abrieron el camino de la unión económica y monetaria. Y se da la paradoja de que el año final de cada década estuvo siempre marcado por un avance sustantivo en este terreno. Fijense:

- En 1969, la Cumbre de La Haya, a la cual antes hacía referencia;
- En 1979, la adopción del Sistema Monetario Europeo;
- En 1989, el Plan *Delors* para alcanzar la Unión Económica y Monetaria;
- Y en 1999, la implantación oficial del euro.

Entre esta última fecha, 1999, y el año que acabamos de estrenar, 2019, solo hay un llamativo vacío en esta secuencia casi perfecta, que es el año 2009, cuando la crisis financiera internacional reveló las carencias de nuestra arquitectura de la moneda única.

Así que, nada ilustra mejor el impacto de la crisis que esta cadencia rota. Así que, hagamos de este 2019 un año definitivamente para avanzar.

El euro, a mi juicio, pese a las dificultades que, lógicamente, ha entrañado, sobre todo en momentos tan difíciles como los de la década de la crisis, es una historia de éxito que aporta beneficios económicos y también políticos al proyecto europeo.

Pero sin las reformas necesarias para reforzar nuestra moneda única, la unión económica seguirá estando incompleta y expuesta a la inestabilidad.

No se trata solo de reforzar el sistema financiero a través de una unión bancaria en los tres pilares fundamentales y mutualizados —eso es evidente, lo saben ustedes y lo han defendido— sino también de acometer, a medio plazo, una integración fiscal más estrecha. Con herramientas de estabilización para atenuar los efectos adversos sobre la actividad económica y el empleo ante eventuales crisis en el futuro.

Relegitimar Europa en este terreno a mí me parece que es clave. Es fundamental. Y para ello, los ciudadanos deben sentirse protagonistas de esas reformas, deben sentirse en el centro de esas reformas: proteger sus ahorros, protegerlos de la inflación o protegerlos y ampararlos cuando hay crisis económica y desempleo.

Una moneda común es un pilar clave en un proyecto político compartido como es la Unión Europea. La reforma de la Unión Económica y Monetaria tiene que asegurar que la protección e inclusión social están presentes desde la misma concepción de nuestras políticas económicas comunes.

El momento es este. Además, es este, cuando las condiciones económicas continúan siendo favorables. Que sea la política la que, por una vez, se anticipe a los acontecimientos. Que no sean estos los que vuelvan a marcar la agenda de la Unión Europea. Debemos completar la estructura del euro antes de que la próxima crisis debilite nuestra moneda y nuestra Unión. Aprendamos de la experiencia reciente y avancemos con decisión; no podemos permitirnos el precio que sabemos que tendría la inacción. Para las instituciones, pero, sobre todo, para quienes representamos en este foro y en otros muchos institucionales, a nivel nacional.

Y miren, en lo relativo al nuevo Marco Financiero Plurianual, nos enfrentamos a nuevos desafíos por atender. Pero también debemos consolidar iniciativas estratégicas, como la política agrícola común o las políticas de cohesión, que son tan importantes para países como España; la Europa urbana no puede desentenderse de la Europa rural, si me permiten la síntesis de esta reflexión.

Reducir el presupuesto implica aceptar la idea de que Europa se retira, de una Europa en retroceso. Así que, pensemos también en quién se beneficia de este tipo de mensajes.

La propuesta de la Comisión, a juicio del Gobierno de España, contiene elementos positivos, muy positivos, como el nivel de gasto, la dimensión exterior de la política migratoria, a la cual posteriormente me referiré, o el reforzamiento de los programas de innovación y de desarrollo tecnológico.

Europa tiene que ser soberana en innovación, y reducir su dependencia en inteligencia artificial, en informática cuántica, en ciberseguridad y en automatización. Solo uniendo nuestras capacidades y recursos podemos competir con garantías. Y, por ello, la propuesta de duplicar los fondos del programa Erasmus es especialmente oportuna, y desde luego, el Gobierno de España la apoya.

Pero es necesario también avanzar en otras líneas.

Debe haber una respuesta europea a fenómenos que creíamos desterrados en nuestras sociedades, y que crecen a costa del incremento de la desigualdad, como es el de la pobreza infantil.

La Europa de las oportunidades arranca, señoras y señores diputados, desde la infancia. Por eso quiero apoyar, como presidente del Gobierno de España, expresamente, la necesidad de impulsar una garantía infantil para atajar la exclusión social más temprana.

(Aplausos)

Señoras y señores diputados, la propuesta que tenemos —aun con carencias en este ámbito— es un buen punto de partida. Pero es el momento de dar un salto adelante.

Nuestra Unión vale mucho más, pesa mucho más que un 1 % del producto nacional bruto europeo. Así que, prudencia en el gasto, racionalidad en el gasto y capacidad para atender las prioridades derivadas de los retos transnacionales que enfrentamos.

Todos ganamos con un presupuesto de la Unión razonable, previsor, creador de sinergias y de economías de escala.

Proteger Europa es avanzar -como decía- en la Europa social, en la Europa de la defensa y la Unión Económica y Monetaria. Una Europa, en definitiva, federal, que se relegitima si reconquista el favor de su ciudadanía; que necesita confrontar el relato de la distancia con medidas que hagan de ella una realidad cercana; y que encuentra su norte, su guía, en los valores que la identifican.

Señoras y señores diputados, quiero recuperar esa idea al abordar el último vector de mi intervención, el que alude a los desafíos en materia de cambio climático y de migraciones.

En ambos marcos, quiero apelar a valores nítidamente y netamente europeos. Y hacerlo desde una sincera voluntad de alcanzar consensos, más allá de las fronteras ideológicas; consensos que unan frente a quienes más provecho obtienen de la división de los que estamos aquí presentes.

Estas materias son el campo de batalla elegido, si lo pensamos bien, por quienes ni creen ni creerán nunca en Europa. Son el marco conceptual desde el que intentan socavar los cimientos de la democracia liberal.

Es aquí donde, nuevamente, invoco a la necesidad de proteger Europa. De preservar, de defender nuestro modelo europeo, pero también nuestros valores europeos.

En materia de cambio climático, foros internacionales recientes muestran el avance de posiciones escépticas, resignadas, o incluso beligerantes. Nuestra perspectiva en este ámbito debe aunar compromiso global y oportunidad de futuro. La transición energética puede y debe ser un vector de modernización y de creación de oportunidades en nuestros países. Pero también de cohesión, con el impulso de interconexiones energéticas para mejorar nuestra eficiencia y reducir emisiones.

Las consecuencias de este desafío son devastadoras. Ustedes seguro que lo han debatido en multitud de ocasiones en el seno de este foro. La propia entidad de este desafío nos reafirma en la vigencia de la unión política. Porque ni el autoritarismo ni el nacionalismo excluyente pueden negar la evidencia de que contra este reto del cambio climático nada pueden hacer las fronteras. Por eso militan en el negacionismo irracional.

El cambio climático se combate desde la razón y desde la ciencia. Y ambas están de nuestro lado. Del lado de una Europa cuya voz es imprescindible ante el repliegue de actores muy importantes del escenario internacional.

Y en parecidos términos quiero referirme, también, al segundo ámbito al que antes hacía referencia, que es el de la cuestión migratoria.

Hablamos de una materia, señoras y señores diputados, en la que la actuación conjunta y coordinada, en colaboración con los países de origen, de tránsito y de destino es fundamental. Para España, esta perspectiva es crucial. Especialmente desde nuestra condición de frontera exterior de la Unión. Desde ese punto de vista, tenemos muy presente el papel clave que desempeñan países muy importantes para el conjunto del continente europeo, pero también para España, como es el Reino de Marruecos en este ámbito en términos de cooperación y de control. Un papel que me gustaría resaltar expresamente en esta Cámara.

Necesitamos impulsar un enfoque global paralelo en esta materia. La Conferencia de Marrakech representa o representó un primer paso para alcanzar una gestión multilateral del asunto migratorio, y España es, desgraciadamente con muy pocos países europeos, uno de los firmantes de este pacto global.

Sé muy bien, como lo saben todos ustedes, del potencial divisorio de este debate en nuestras sociedades. Pero no podemos partir de un enfoque negativo de la cuestión migratoria, centrado exclusivamente en la migración irregular. La migración regular tiene implicaciones positivas para nuestro desarrollo económico; juega un papel esencial en sectores deficitarios en mano de obra y contribuye a paliar uno de los desafíos que tenemos en nuestro continente, como es el envejecimiento poblacional.

Pero no hay respuesta posible a este desafío sin un compromiso con un continente, con África, que necesita una transformación socioeconómica profunda. Esta vía política, de medio y largo plazo debe transitar en paralelo con el control de fronteras, que es una obligación de todos y cada uno de los Estados miembros.

Un espacio único, sin fronteras exteriores, requiere una política migratoria conjunta, en la que la reforma del Sistema Europeo Común de Asilo ocupa un lugar central. Necesitamos reglas adaptadas a la realidad actual y dos principios deben servir de guía a esta reforma, como son los principios de responsabilidad y solidaridad.

Que la complejidad de las negociaciones no nos haga perder de vista el sentido originario de esta reforma cuando se propuso: cumplir nuestros deberes —derivados de los convenios internacionales de protección de los derechos humanos— hacia las personas que huyen de la persecución, de la guerra y de los conflictos.

El prestigio de Europa, señoras y señores diputados, se pone en duda cuando emergen en nuestro seno actitudes contrarias a la más esencial humanidad. Ser solidarios y empatizar con los demás nos ayuda también a serlo con nosotros mismos. Europa no sigue modas, señoras y señores diputados. Europa, con su acervo democrático, es la que crea tendencias. Ahí reside nuestra fortaleza.

Señoras y señores diputados, nuestra división, aquí en la Unión, es nuestra mayor debilidad. De ella solo se benefician quienes, como decía al principio de mi intervención, buscan el fracaso, la quiebra y la derrota de nuestro modelo. Un modelo que cristaliza en un triángulo a mi juicio virtuoso, y que es único en el mundo: democracia, progreso económico y Estado del Bienestar. Superar nuestras divisiones exige comprensión mutua y luchar contra los estereotipos.

En mayo de este año, nos enfrentamos a una prueba crucial.

Nos enfrentamos a quienes esgrimen un mensaje ya conocido en este continente, señoras y señores diputados. Un mensaje que sembró de cenizas esta tierra hace décadas, no hace muchas. También entonces a muchos les parecieron inofensivos esta retórica y sus gestos. La paz, la democracia y la libertad nunca pueden darse por sentadas.

Lo vi con mis propios ojos a finales de los años 90 en Bosnia, trabajando para las Naciones Unidas en una ciudad devastada por la guerra civil y por el odio. En Sarajevo. La barbarie, que creíamos desterrada de la historia de este continente, se hizo presente cuando nadie la esperaba. Alimentada por fuerzas que siempre anteponen el odio a la razón y a la convivencia.

La pujanza de estas fuerzas no solo amenaza nuestro proyecto de integración. También condiciona de manera sutil —y esto me gustaría también planteárselo a todos ustedes— la agenda de actores en principio contrarios a ellas.

Hoy, pido en esta Cámara que ningún europeísta se deje arrastrar por estas fuerzas.

Me dirijo a todos ustedes para pedirles que continúen firmes en la defensa de los valores europeos; y fortaleza para resistir los cantos de sirena del autoritarismo. Porque solo persiguen un objetivo, que es destruir Europa.

Por eso, hoy apelo a la necesidad de proteger Europa, para que Europa proteja a sus ciudadanos, a los europeos.

Durante los próximos años, yo estoy convencido de que nuestro proyecto común pese a las dificultades continuará avanzando. Habrá divergencias, por supuesto, habrá retrocesos, pero, sin duda alguna, en el cómputo global habrá más avances que retrocesos. Consensos que no colmarán enteramente a nadie. Ese es el peaje que debemos asumir con toda naturalidad.

La Unión es la síntesis de ideas distintas, e incluso contrapuestas. Ideas que se confrontan pacíficamente para conseguir avances en bienestar y en prosperidad, preservando la estabilidad en un mundo cada vez más cambiante.

Contamos, de todas formas, pese a las dificultades, con una sólida base: solidaridades de hecho, que no han dejado de crecer a lo largo de estos últimos años. Lo vemos cada vez que hemos sufrido el zarpazo del terrorismo. Son el germen de una ciudadanía europea real, tangible.

Cuando un ciudadano español cubre su perfil en una red social con la bandera de Francia, en solidaridad por un ataque terrorista en París, está abrazando la bandera de Europa.

Cuando un ciudadano alemán siente como propio el atentado de las Ramblas de Barcelona está abrazando la bandera de Europa.

Y cuando hoy honramos a las víctimas que esta misma ciudad de Estrasburgo sufrió en un atroz atentado terrorista hace apenas un mes lo que estamos haciendo es abrazar la bandera de Europa.

(Aplausos)

Nada pueden los enemigos de Europa contra ese sentimiento creciente, de solidaridad invisible pero real. Que arraiga con fuerza, sobre todo, entre los más jóvenes, entre los jóvenes de Europa.

Son ellos los que exhiben la bandera europea como símbolo contra la injusticia, contra las derivas autoritarias, contra el machismo o contra el racismo. O, simplemente, para expresar su malestar ante decisiones contrarias a la lógica de los tiempos y sus intereses.

El olvido de la historia, señoras y señores diputados, es un lujo que no nos podemos permitir. Ser conservadores ante la incertidumbre nos hace más vulnerables. Es la determinación, la convicción en nuestras ideas, la que nos permitirá recuperar el impulso perdido.

Nos enfrentamos a un autoritarismo que vive de la nostalgia inventada.

Pero no hay nostalgia peor que añorar lo que nunca jamás sucedió, como dice una canción de un gran autor español. A todos los que viven de tales nostalgias inventadas, y subrayo lo de «inventadas», les pregunto:

¿Era firme la paz cuando las fronteras nos separaban?

¿Existió el progreso económico cuando las aduanas limitaban los intercambios comerciales?

¿Avanzaron los derechos sociales y de ciudadanía en cada Estado más de como lo han hecho estos últimos años en el conjunto de la Unión Europea?

Muy cerca de aquí, en los campos de batalla de la Primera Guerra Mundial, tenemos la respuesta.

Por ello, hoy quiero decir: frente a la involución, progreso.

Frente a la retórica de las identidades excluyentes, identidades que suman, que no se anulan unas a otras.

El pasado —me decía un buen colega del partido de los socialistas europeos y un extraordinario vicepresidente de la Comisión Europea, Franz Timmermans—, el pasado nunca será el futuro de nuestras sociedades. El pasado es un lugar del que aprender de nuestros aciertos y nuestros errores.

Es el momento de movilizarse por Europa. Es el momento de proteger y defender los valores que hacen del nuestro un proyecto único en el mundo. Envidiado en el mundo. Solo así podemos derrotar a quienes desde fuera, pero también desde dentro, quieren destruir nuestros ideales. Y lo quieren hacer, y a mí me gustaría esto subrayarlo y recordarlo, por una sola razón: por los valores que defiende la Unión. En la defensa de tales valores debe estar nuestra respuesta.

En este camino, señoras y señores diputados, necesitamos convicción y determinación. Conjugación de ideales con la búsqueda del pragmatismo, como hemos hecho durante estos últimos sesenta años de vida.

Nuestra tarea, como herederos y depositarios de este gran legado, es preservar y mejorar lo recibido para transmitirlo a las generaciones de europeos que vengan.

Si una lección hemos aprendido es que, en momentos puntuales de nuestra historia como en el que estamos, resistir es avanzar.

Hoy, a las generaciones que ustedes representan en este Parlamento nos corresponde una única pero trascendental tarea: proteger a Europa para que Europa proteja a sus ciudadanos.

Muchas gracias.

(La Asamblea, puesta en pie, aplaude al orador)

Frans Timmermans, *First Vice President of the Commission*. – Mr President, I want to start by thanking Prime Minister Sánchez Pérez-Castejón for his inspiring speech. One notion he tried to share with us is that, if Europe wants to protect its citizens, we politicians have a collective responsibility to protect Europe. Only a Europe that is united and strong can actually protect its citizens.

And those who sell the illusion that you can protect citizens by isolating those who are different, by building fences and walls, and by selling a pipe dream of nationalism will only lead to disappointment because there is no protection in protectionism, but there is isolation in isolationism. Nations left on their own in Europe will not be able to face the many challenges the world is throwing at us. Only a united Europe can do what its citizens demand, and that is protect them and help them shape their futures as independent people – free people.

I know that Europe runs deep in Pedro Sanchez Pérez-Castejón's veins. He is from a generation that was the last to be born under dictatorship, a generation that went on to grow up with the hope of freedom and democracy and then to realise the rights and freedoms of European membership, as Spain took its rightful place at the heart of Europe.

The message I have for the Spanish Government today is – looking back over the last 40 years – that it is right to say that Europe shaped Spain as it is now, because that was the wish of the Spanish people. But I also believe it is right to say now that Spain should step up and shape Europe. It should take its responsibility as a leading nation in Europe. Use the potential you have to shape our collective future.

(Applause)

You are strong and resilient. You have shown in this terrible crisis that affected the Spanish population how you can come out of it stronger. Yes, unemployment is still at 13% – it's much too high – but you've made huge progress in the last couple of years to put that behind you, with a determination from the Spanish people that was an inspiration to all of us in the rest of Europe. The Spanish people also share the analysis that Europe is first and foremost about democracy, liberty, freedoms and prosperity, and that these things are precious and can never be taken for granted.

Spain has such a unique and important place in our Union, and its European story goes back much further than 1985, in particular about how much Europe owes to the determination and the ideas of people like Salvador de Madariaga, who helped to build the European project after the Second World War. He never gave up on the idea of a free Spain and a democratic Spain.

People who never give up on their ideals, even in the darkest days, are the people who shape our future best. He saw our European destiny as intertwined with the destiny of Spain, our identities linked, and our successes linked. This is why he would be proud of what he sees today, a democratic Spain, celebrating 40 years of its Constitution, now at the heart of a strong and united Union. He would be proud of the social and economic progress made since 1985.

Whilst growth is now above 2%, unemployment, as I said, is still too high at 13%. So there's clearly a lot that needs to be done, but there are so many positive signals in the economy – the economy that's back on its feet – and I again want to stress that this is thanks to the courage and determination of the Spanish people and also the solidarity of the European people – a solidarity that was more than reciprocated by Spain. It did receive solidarity from its European partners during the financial crisis, but it has shown time and again that it will also show solidarity to Europe, and it is showing it on a daily basis if I look at the issue of migration.

Countries like Spain and Malta, even in difficult times, really show solidarity with people in dire need. Spain has been a leader in many respects, and you, Pedro, have been a leader in generously welcoming those stranded on board the Aquarius boat. This was for me a defining moment in Europe when you stood up and said, on behalf of the Spanish people, 'we will not let these people float on the sea and get into trouble'.

(Applause)

That is true political leadership, not the easy way out of looking away, not the easy way out of blaming refugees, but taking the responsibility for their destiny, and I salute you for that. The images of these boats and the divisions caused by only a small number of arrivals on our shores show the need for Europe to overcome its differences and find a sustainable solution that works for all. It is now high time we conclude the necessary reform of our Common European Asylum System (EASO). Only if we make all these reforms, can we come to a sustainable situation. Border protection alone will not get us there. We also need a working asylum system based on solidarity and the fundamental values of the European Union.

I also want to underscore, Pedro, what you said about Africa. If there is one continent that will be defining for the future of Europe, it is Africa. There is no one else in the world that can take this responsibility – or wants to take this responsibility on their shoulders – other than Europe. This is our sister continent, a stone's throw away from our shores, and if we do not work towards a collective responsibility for the future of both continents, then the troubles of Africa cannot be kept away from Europe, however high the fences you want to build. Only stability, prosperity, optimism and a future that people in Africa can believe in will create the necessary stability for Europe also to be stable, prosperous and free in the future.

I call upon you, Pedro, to lead in Europe and to lead Europe to understand that this relationship with Africa should not just be an issue for Mediterranean Members of the European Union, but for every single Member State, whatever its position in the European Union.

In our budget, there will be an almost threefold increase in funding for migration and security to reach nearly EUR 33 billion. This will be especially important for Spain, not only because you have shown such responsibility and solidarity as concerns migrants, but also because you know all too tragically the horror of terrorist attacks on Spanish soil. Funding for research and innovation will also be increased by 50% and the new Digital Europe programme, with EUR 9 billion, will support Europe's digital transformation. Both of these will provide real opportunities to further boost the productivity of the Spanish economy.

We will build on the success of the Juncker Plan, which has already triggered more than EUR 46.2 billion of investment in Spain's economy and supported almost 150 000 small businesses. It is already making a difference on the ground through cleaner, more efficient buses in Palma de Mallorca and a new mill for recycling paper in Zaragoza for example, creating 110 jobs in the local community and supporting Spain's circular economy in the process.

Prime Minister, I know your Government's strong attachment to the Sustainable Development Goals (SDGs), and I know Spain needs to make that transformation, as Europe needs to make that transformation. I want to use the opportunity to salute my colleague here, next to me, who has been a leader in the world to make sure that Europe can really attain the Paris climate goals. I think he has been one of the global leaders in this respect and he deserves our recognition for that.

The new programme InvestEU has the potential to go much further by triggering another EUR 650 billion of investment across Europe between 2021 and 2027. Following in the footsteps of Manuel Marin, the founder of the Erasmus exchange programme, we will more than double its funding to more than EUR 30 billion. I had the pleasure of working with Manuel Marin in the past. If ever there was an explosive character, it was he, but he could get things done.

This increase will open up new opportunities for many more young Spaniards to gain new skills and experiences. All of us in the rest of Europe have had experience with young Spanish people coming to work in our countries and we were all inspired by their knowledge, their determination and their openness to differences. All of these investments can, and will, make a real difference on the ground in Spain and across our Union. So it is crucially important that we can agree on our new budget as swiftly as possible. I count on the support of Pedro, his counterparts and this House to make it happen.

I also want to emphasise the importance of the equality agenda the Spanish Government has put forward. Why don't we have a better plan to put an end to the pay gap in Europe between men and women? Why don't we all agree that we will put an end to the pension gap, which is still 40% in Europe? Why don't we all agree to break the glass ceiling and to make sure that more women are on boards? Why do we put 50% of our human potential on the back burner in Europe? This is unacceptable. I count on Pedro's Government's leadership to make this happen. Why don't we finally put an end to violence against women? Why not? This is our duty.

(Applause)

And why don't we call out those who falsely claim family values as an excuse to deny women their full rights in society? These are not family values, to say that women should not have full rights. These are not family values if you use them to justify violence in a marriage. Never ever can there be a justification for that.

Prime Minister, in my eyes, Spain and its European story are an example for the future of our Union. It shows what the values that we talk about really mean, and it shows how much can be achieved when we work together, take responsibility and make European solidarity truly meaningful. If Europe is to protect, then we need to protect Europe.

(Applause)

Manfred Weber, *on behalf of the PPE Group*. – Mr President, Mr Prime Minister, welcome.

Your presence is a great kick-off for the year 2019 firstly because you as a person, as a leader, are a committed and clearly pro-European prime minister and politician and your country is clearly pro-European. That's why it's great to have you here. For Spain, Europe has meant peace, stability and prosperity for more than four decades, and for Europe, Spain means strength, fresh ideas and leadership. That's why it's great to have you here.

Secondly, it's great because 2019 is a year when we will celebrate democracy in the European Union. The European elections will take place.

I also thank you for your commitment on the so-called *Spitzenkandidaten* concept. To support Franz Timmermans in your capacity as a Socialist leader gives us a clear indication that you believe in a democratic idea for the future of Europe and we have to keep this alive after the elections too – like me? – ... as a reminder.

(Applause)

Talking about the future of Europe, we have to speak about extremism and nationalism: that's clear, bearing yesterday's vote and the developments in Europe in mind.

Many of the founding fathers of this European dream were Christian Democrats, Liberals, and colleagues from your parties, the Socialists and Greens. We are in one boat, and the reason why the anti-Europeanists are attacking is that we represent everything that they hate. The extreme right is a danger. There is no doubt about this. But let me stress that extremists have no colour. You are a committed pro-European – there is no doubt about this – but your government could not exist without the support of the extreme left and the pro-separatists in the Spanish Parliament, and that worries us.

The answer to populism, we believe, is first of all to create stability, to do a good job as politicians. Frans Timmermans praised the perfect – not perfect – but very good development of the Spanish economy during the last few years since the economic crisis.

I want to remind everybody that this was due to the efforts of Mariano Rajoy's Government to create the conditions for economic success in Spain.

(Applause)

And now you are considering going back on Mariano Rajoy's labour market reforms. That, we think, would be the wrong signal. To create opportunities for the future, to create an economic future, means to be ready for reforms, and a real social Europe means creating jobs and increasing people's income. So please don't follow the populists: keep the reforms in place.

And the second thing which I want to underline is that we have the utmost respect for your Government, even if we don't share the same political values and ideas. But we are worried about political stability. For the moment you have been unable to secure a constructive and stable majority in your Parliament for a budget for 2019. You are representing one of the biggest economies in the European Union, in the eurozone, and such a big economy without a stable budget means less stability and more uncertainty. That's why this cooperation – this sum of the parts of the Spanish Parliament – is increasing uncertainty in Europe.

And then, finally, there is migration, which you mentioned. We as the EPP have a clear picture, a clear priority.

The first way in which we care is with the Marshall Plan for Africa, with the idea of a strong and an ambitious resettlement programme. We want to help people from Syria and other regions who need our help. But one thing is clear: illegal migration has to be stopped.

We have to destroy the inhuman business model of the smugglers and send illegal migrants, after a fair procedure, back home. And Spain has a special responsibility: illegal crossings in Spain have doubled for the second consecutive year to 57 000 migrants. I very often hear the argument that it is difficult to protect the border.

During the summer break last year I was on the other side of the continent on the Bulgarian-Turkish border. There the Prime Minister installed a 5 metre-high fence over more than 180 kilometres, and he showed that if you have the political will, then you can protect the border and stop illegal migrants from crossing borders, for example with a fence.

You do this as well in Ceuta and Melilla, so you have the same concept there.

We are looking to you to fight extremists. We have to solve problems, and that means that we are looking to Spain to protect borders against illegal migrants.

The extreme form of populism is nationalism. The old ghost is alive again, and in Spain it has a concrete name. It is a Catalan question. We as the EPP stand behind the Constitution of Spain. We stand behind the territorial integrity of Spain and we stand behind the Government in preserving the unity of Spain.

Europe is built upon the rule of law and Spain is built upon the rule of law. We stood beside the Rajoy Government and we would do the same for you if you needed us.

So that's why we should together fight against the nationalists on this continent. My group, for example, voted here in this House in favour of a Communist Vice-President, but we refused to vote in favour of a far-right Vice-President of this House because we want to guarantee that nationalists will never have anything to say about the future of Europe. They are our enemies. Thank you very much for your presence. We have a lot to do. My group and I thank you for your clear determination in support of Spain's European path. The EPP has a clear direction: no more fears, but hope; no more egoism, but solidarity; no more nationalism, but a common European future. Thank you for your contribution.

Udo Bullmann, *en nombre del Grupo S&D*. – Señor presidente, querido presidente del Gobierno español, querido Pedro, bienvenido al Parlamento Europeo.

Dear Pedro, I cannot help quoting you again: «if Europe has to protect us, we have to protect Europe». I wish that this would be the motto of all European governments. I wish that this would be the slogan of all European leaders and for it to become the new benchmark which everybody with political responsibilities in Europe has to live up to.

But unfortunately we are far from that. And this is the very reason why we were looking forward to having you here, to listening to you, to this ambitious speech, to this passionate idea of justice and progress for our homeland, Europe.

Leider ist es nicht so einfach, Kollege Weber, wie Sie es darstellen. Wir sitzen alle in einem Boot. Aber wenn wir dem Nationalismus entgegenwirken wollen, wenn wir verhindern wollen, dass Europa das Opfer der Rechtsextremisten wird, dann muss dieses Boot auch fahren, es muss eine gewisse Dynamik entwickeln. Und wir müssen den Stillstand der letzten Jahrzehnte überwinden, wo die Menschen in Europa darauf warten, dass wir liefern und dass wir uns um ihre Arbeitsplätze, um ihre soziale Situation, um ihre Renten, um ihre Perspektiven in der modernen Arbeitswelt kümmern. Das ist das eigentliche Problem, dass immer alle sagen, dass sie in einem Boot sitzen, aber niemand die Dynamik entfaltet, wie man durch die Wellen reitet, durch die Gefährdungen dieser modernen Welt. Auf was warten wir denn? Wir wissen, auf der anderen Seite sitzt jemand wie Putin, der kein Interesse an unserer Idee von Freiheit hat. Wir wissen aber auch, auf der anderen Seite gibt es Trump, der keine Idee hat von unserem Vermögen, soziale Gerechtigkeit zu organisieren in unserer Gesellschaft. Auf was warten wir denn eigentlich? Warum zünden wir denn nicht die Dynamik, die in den europäischen Gesellschaften liegt?

Hier muss ich sagen: Mir hat das extrem gut gefallen, was Pedro Sánchez vorgetragen hat, weil es ein Programm ist, die Europäische Union vor dem Hintergrund der Interessen und der Ängste, die die Menschen in Europa haben, zusammenzuführen. Wir müssen wieder lernen zu liefern! Das ist der entscheidende Punkt. Pedro Sánchez, mir hat diese Rede gefallen, weil sie das ausgestrahlt hat, weil sie das versprüht hat, was wir brauchen – auch brauchen in den nächsten fünf Jahren des neuen Mandats. Aber ich muss ehrlich sagen, es hat mir auch gefallen, weil sie vorgetragen worden ist vom Regierungschef Spaniens, eines Landes – und da will ich unterstreichen, was Frans Timmermans gesagt hat –, in dem sich das Schicksal Europas mitentscheiden wird. Ein Land mit kulturellem Reichtum, ein Land, das um seine unterschiedlichen Wurzeln weiß, um seine Geschichte weiß, ein Land, das Franco – das autoritäre faschistoide Regime – überwunden hat und die demokratische Kraft entwickelt hat, allem zu widerstehen, was sich zurückbewegen wollte in die Zeit der Ungerechtigkeit, in die Zeit des Obrigkeitsstaates, in die Zeit der Abschaffung der Demokratie. Wir verlassen uns auf Spanien, und wir wissen, dass Spanien in guten Händen ist.

Das Programm, das er vorgetragen hat, ist ein Programm, das meine Fraktion aufnimmt, das wir selber erarbeiten. Ja, wir sagen, wir wollen nie wieder über Wirtschaft reden ohne die Perspektive der arbeitenden Menschen. Aber wir können nicht über Wirtschaft und Arbeit reden, ohne anzuerkennen, dass es diesen Wandel geben muss – einen Wandel, der den Planeten rettet. Aber dieser Wandel wird nur gelingen, wenn wir die Menschen mitnehmen, wenn wir ihnen Hoffnung geben, wenn wir ihnen Perspektive geben, und er wird nicht gegen die Menschen gehen. Schauen Sie nach Frankreich und auf die Erfahrungen, die Herr Macron hat machen müssen. Wir müssen die Menschen stark machen, damit sie mit uns diesen Wandel gehen. Und deswegen hat die soziale Perspektive, die soziale Gerechtigkeit, die wir herstellen müssen, einen ganz entscheidenden Anteil daran.

Und zum guten Schluss: Ja, es kommt auch darauf an, wie wir regieren. Die zahlreichen Neuigkeiten, die aus Madrid gekommen sind: dass es Ihnen, Pedro Sánchez, gelungen ist, ein intelligentes Kabinett, ein vorwärtsweisendes Kabinett zusammenzustellen, wo Kompetenzen gebündelt werden, Energie und Umwelt, eine Hohe Kommissarin für die Frage der Nachhaltigkeit und endlich, endlich, endlich ein klares Signal nicht nur für Geschlechtergerechtigkeit, sondern ein Dammbruch für qualifizierte Frauen in der ersten Reihe. Ich wünsche mir mehr davon in Europa. Ich möchte Ihnen gratulieren! Wir möchten zusammenarbeiten auf der Linie, die Sie heute gezeichnet haben.

(Beifall)

Hans-Olaf Henkel, *im Namen der ECR-Fraktion*. – Herr Präsident! Sie hatten zur Zukunft von Europa gesprochen und Sie haben – ich finde zu Recht – Ihre Rede mit Ihren Gedanken zum Brexit ausgeführt.

Davor hat in dieser Diskussion Vizepräsident Timmermans seinen Dank gegenüber den britischen Soldaten ausgesprochen, die sein Land von den Nazis befreit haben. Herr Vizepräsident, mein Vater – ich bin Deutscher – ist im Krieg geblieben. Unser Haus wurde 1943 von den Briten zerbombt und ich muss Ihnen sagen: Ich bin froh darüber, dass wir – die Deutschen – die Schlacht um England verloren haben.

I'm happy we lost the Battle of Britain, but I tell you I will be totally destroyed if we lose the battle for Britain. Prime Minister, said earlier – and rightfully so – that Brexit is a lose-lose situation for both, not only for Britain, but also for the European Union. I believe it is a lose-lose situation economically, politically and morally. Economically, because Brexit is equivalent to 19 other countries leaving the European Union and the Common Market at the same time; politically because Britain has always been the voice of reason, of subsidiarity, of competitiveness and of decentralisation; and morally, because rightfully many people in this Parliament have said earlier that Brexit makes everybody poorer, so it is actually an immoral proposition.

In the earlier discussions we heard, everybody here seemed to regret Brexit, except these people here to my left, but not a single person has offered anything to stop it. It's time to do that. More than 140 Members of this Parliament earlier wrote a letter addressed to the people of Britain asking them to come up with a second vote. I support that. But they should have written the letter to themselves, because let's not forget – contrary to what Mr Verhofstadt said – it's not only a catfight within the Conservative Party, there was a reason for the British to start thinking about Europe.

In the Lisbon Treaty we talked about subsidiarity – and what was done? More and more centralisation. In the Lisbon Treaty we talked about competition – and what was done? The opposite: harmonisation. In the Lisbon Treaty we talk about self-responsibility of a country for its debts – and what are we doing? We are trying to socialise them. So there are good reasons for this Parliament, the Commission and the Council to start doing something else.

I agree with everybody who said that it is unlikely we will come up with a new deal that will help Theresa May get the support of Parliament, so let's change the strategy. Let's offer Britain a deal which enables Britain to stay in the European Union. That is the call of the day, and not moaning and blaming Britain. It is also up to us to agree that we have a responsibility for Brexit. So let's offer a new deal to Britain for them to stay in the European Union, and that can only be a special temporary deal on immigration. So that's what I'm saying. Instead of always blaming Britain, let's also recognise that Europe and Brussels are part of the problem. They should become part of the solution. Let's fight a battle for Britain.

Guy Verhofstadt, *on behalf of the ALDE Group*. – Mr President, I will try to say this in four minutes because I have a Catalan colleague and a Basque colleague who want to speak and I do not want to be killed afterwards.

But, Prime Minister, there is one underexposed characteristic of Spain which you too have demonstrated, namely that it is maybe for the moment the most pro-European country in Europe because it has the guts to talk about a federal Europe. There are not so many of your colleagues who are come here and have the courage to talk about a federal Europe. This is no accident. The reason, I think, is that European history and Spanish democracy are interlinked. Over the last decades those who have taken responsibility in your foreign affairs departments were all Members of this House: Íñigo Méndez de Vigo, Ms Mendez de Vigo, Ms Palacio, Josep Borrell, my good friend, who was a former civil servant, and Miguel Moratinos. Last but not least, there is competition in Spanish politics to be the most pro-European party between the Partido Popular, the PSOE, and Ciudadanos, and I like that. I like to see national political parties in every country in the European Union competing among themselves to be the most pro-European. That's the way forward.

But I have to tell you that after – I don't know – the 15th debate that we have had on the future of the European Union, I am a little frustrated because every time there is a prime minister, or a president, who comes here to make a whole list of all the new European policies that we need to have – social policies, tax policies, migration policies, or a European army – and we never tackle the question why doesn't it happen today? What is the obstacle? Why do we always do too little too late compared, for example, with our American friends, who in nine months can tackle the financial crisis, whereas after nine years we still do not have a banking union?

(inaudible) after several years of an enormous tragedy in the Mediterranean, I want to congratulate you on the way that you dealt with the Aquarius refugees, but let's be honest: that was the consequence of inhumane nationalistic policies by Mr Salvini, who was the real source and reason in that case, and of the lack of European policies. Why do we still not have a European border in Ceuta? Why do we still not have an agreement on the reform of Dublin, for example, after so many years of tragedies in the Mediterranean? Why do we today not have a European army? Why are we still struggling with the reform of the eurozone nine years after the start of the financial crisis? That is, for me, the key question and I hope that in your reply in a few minutes' time you will go into it. To my mind the problem is that for the moment we have bad institutions in the European Union and bad institutions create bad results. Good institutions create good results. The problem – and I want to repeat this again and again and again, and will continue to do so, together with a number of you – is the unanimity rule that exists in our Union and especially in the European Council: that is the main problem which has to be solved.

(Applause)

That's the main problem. The imbalance that exists between the European Parliament deciding by a majority and the European Council that continues to act unanimously. All five of the examples that I have given are blocked in the European Council. So my plea to you, now and in the coming years, is to take up this political battle that we need to win, as otherwise all our long lists will be wish lists that will never be realised. Mr President, I think that I have for the first time done something which is impossible, namely to keep more or less to my four minutes.

Ska Keller, on behalf of the Verts/ALE Group. – Mr President, I would like to thank the Prime Minister for his speech, which I believe was very strong and very pro-European, and I'm happy about that because a lot of people are very concerned when it comes to the future of Europe. We see many governments who are actually falling short of providing rule of law and progress on democracy in their countries. So it's good to see that things can be done differently – very good to see.

Let me congratulate you specifically on some of the measures that have already been taken in Spain, which reflect the commitments you were voicing here. Namely, first, your decision to increase the minimum salary to EUR 900, which helps many families who suffered considerably in the past from the budgetary cuts and anti-social reforms, and also, especially, in combination with your taxation reform, which will be a great improvement. We want a true social union, and for that we need more effort in the Council and in every single Member State, so I really hope that others will follow your example.

Secondly, your decision to make sure that families who put up solar panels on their roofs will actually benefit from doing so is a way not only to combat climate change but also to reward people for their own initiative and make sure that everyone will contribute in this big quest to save our planet. We need these concrete steps.

Lastly, I'm very happy that, as you also mentioned today, your cabinet has the highest proportion of women in the whole European Union. Women's rights are human rights, and we're still far from real gender equality but we need to take progressive steps here. We are seeing a big backlash in many Member States inside the European Union against women's rights, against human rights, and it's very good to see that there are still some governments left who can champion an ambitious agenda on gender equality.

However, your job in Spain is certainly not an easy one and, of course, you've inherited a lot of problems, among them the situation in Catalunya. The harsh and uncompromising way in which your conservative predecessor dealt with the issue hardened the conflict and made it worse. Now the issue is on your desk, and it's very clear that only a democratic political solution can open the way forward, and this includes a solution for the prisoners. Two former members of our political group are currently in prison and what they're accused of does not stand up to scrutiny, as has been pointed out by courts in Belgium and in Germany. So we urge you to initiate a sincere dialogue because only goodwill from both sides will bring us closer to a solution, and that is sorely needed for Catalunya, for the whole of Spain and for the whole of Europe.

Prime Minister, you mentioned European values and how all of us need to stand up for them. I am very concerned in that regard when I look at Andalusia because an extremist right-wing party will be included in a governmental deal and tolerated in the government. I am sad to see that the conservatives and liberals are agreeing to a deal which will not only make sure that those nationalists have a say in our future and the future in Andalusia, but which also goes beyond that context.

I am sure that many of you are concerned about that. I'm sure that many of you are not happy about it, but it is something on which, precisely, you can take concrete action, and all of us and all our groups have to work towards ensuring that this does not happen – because it's a shameful deal, as it would be for any one of us to make a coalition with an extremist, nationalist, right-wing party. Let's not do that. Use all the powers that you have in your hands – and you have those powers – to end that deal.

We support the women who are protesting right now for gender equality because machismo and violence against women have no place anywhere in the European Union. I would like to remind you, Prime Minister, that many of the goals that you mentioned – all of them, in fact: gender equality, ecology and social Europe – need action at European level, so we hope you will take the initiative in the Council as well. We hope for your support in the Council, and we hope your colleagues in the Council will follow your example. And, if you are going to continue working for a progressive, social, ecological and democratic Europe, then you can count on our support.

Paloma López Bermejo, *en nombre del Grupo GUE/NGL*. – Señor presidente, señor Sánchez, quiero agradecerle su presencia en esta Cámara y sus aportaciones al debate europeo. Un debate más necesario que nunca ante el empuje de las fuerzas populistas de extrema derecha, que azotan Europa, incluida España.

Sin embargo, más allá de coincidir o no con su diagnóstico sobre los peligros y las amenazas que asolan a la Unión Europea, tengo que discrepar en las soluciones que tanto usted como otros líderes europeos han traído a este Parlamento. Con referencia a la extrema derecha, esas formaciones de tendencias fascistas, hay que hacerles frente y combatir las desde la raíz. El origen y el caldo de cultivo para el surgimiento de estos fenómenos se encuentra en la dejación de funciones que muchos gobiernos han hecho por lo que respecta a sus obligaciones con la clase trabajadora.

No es necesario que le recuerde cómo las políticas neoliberales impulsadas desde Bruselas no han hecho más que reducir el ya mermado Estado del Bienestar. La crisis ha acrecentado los problemas existentes, y la gestión de la crisis es responsable de una desigualdad insostenible. Con sus políticas, al servicio de los privilegiados, han provocado un enorme dolor social y una crisis de legitimidad.

Los Gobiernos de España, da igual su color, han sido partícipes y colaboradores de los momentos amargos que vivimos. La reforma constitucional exprés implicó recortes en sanidad, en educación, en pensiones, en dependencia y dos reformas laborales extremadamente lesivas para los trabajadores y las trabajadoras. Esto es algo que no puede volver a pasar. Han creado una tormenta perfecta para que la extrema derecha se aproveche de la indefensión y desesperación de la mayoría social y ofrezca falsos enemigos y falsas soluciones.

Señor Sánchez, la Unión Europea tiene hoy más de 140 millones de pobres y trabajadores precarios, consecuencia, también, de la asimetría territorial del modelo productivo con el que se castiga al sur de Europa. Nos condenan a modelos subsidiarios basados en mano de obra barata y escaso valor añadido. Hoy tenemos miles de personas cuyos puestos de trabajo están pendientes de un hilo porque en sus empresas, o no les pagan, o les van a echar con un expediente de regulación de empleo.

Está Alcoa: han alcanzado un preacuerdo con los sindicatos. Espero que lo ratifique. Vodafone, Deliveroo, Globo, Amazon. La lista es demasiado larga para leerla entera. Este es el resultado de dejar la democracia en manos de los intereses de las multinacionales, cuando la prioridad son los problemas reales de la ciudadanía, vivan donde vivan y sean de donde sean. Por eso hay que impulsar políticas públicas, que promuevan el empleo de calidad y que impidan la explotación laboral en cualquiera de los Estados miembros. Porque, hasta ahora, la libre circulación de capitales ha caminado en paralelo con la libre circulación de la pobreza y la desigualdad.

No sigan pactando las políticas económicas con la derecha, no continúen tejiendo alianzas estériles, atajen desde ya los problemas que afectan a la clase trabajadora. No necesitamos buenas intenciones. Necesitamos compromisos. Por ejemplo, para que la política social se convierta en el eje de las políticas europeas, ¿va a forzar la ratificación de la Carta Social Europea? Ese es un buen contrato social. ¿Qué está usted dispuesto a hacer para que la política exterior de la Unión Europea sea un factor de credibilidad y no de contradicciones, como en el caso del Sahara Occidental o de Palestina?

Finalizo. Derogue el voto rogado y reforme la Ley Orgánica del Régimen Electoral. Y, para terminar, la igualdad entre mujeres y hombres está amenazada. La brecha la sufrimos las mujeres. Es estructural y se da en todos los ámbitos. Pero no vamos a cejar en ello. Vamos a seguir luchando para defender nuestros intereses como mujeres.

Laura Ferrara, *en nombre del Grupo EFDD*. – Señor presidente, señor primer ministro, muchas gracias por estar aquí hoy con nosotros.

Este es el decimoquinto debate sobre el futuro de la Unión Europea que celebramos aquí, en el Parlamento Europeo. Por decimoquinta vez tenemos que repetir que la Unión está atravesando indudablemente un momento de extrema dificultad y, por decimoquinta vez, tenemos que preguntarnos por qué. Nuestra respuesta siempre es la misma: políticas equivocadas llevan a daños e injusticias. Citaré solamente dos ejemplos.

Las políticas de austeridad han causado daños enormes en nuestra sociedad. Ayer el presidente Juncker admitió en el Pleno que esas políticas de austeridad han producido algunos daños.

Se dice «más vale tarde que nunca». Pero aquí no, aquí nos hemos pasado del tiempo máximo. Hemos creado economías que han desmantelado el sistema de protección de los trabajadores y de las categorías más vulnerables, dejando insatisfechas las necesidades de los que viven en dificultad.

Hablar de justicia social, de respeto de la dignidad humana, del drama de la pobreza, de la falta de trabajo y de la exclusión social que viven millones de ciudadanos europeos no significa ser populistas, sino que significa tomar nota de la realidad y dar inmediatas respuestas.

Juncker, comisarios, disfruten estos últimos meses que le quedan a la Comisión, porque las próximas elecciones llevarán un viento de cambio no solamente a este Pleno, sino a toda la Comisión.

El segundo ejemplo de políticas equivocadas que quiero citar concierne a las políticas migratorias. Aquí, el fracaso de la Unión —una Unión de nombre y no de hecho— es evidente.

La falta de una posición común sobre el reparto equitativo de las responsabilidades y sobre la solidaridad en las políticas de asilo y migración entre todos los Estados miembros ha hundido la reforma del sistema europeo común de asilo. Esos dos principios están establecidos en el artículo 80 del Tratado, pero ya han cedido el paso a los egoísmos nacionales. Eso significa que los mayores gravámenes en la gestión de los flujos migratorios recaen, sobre todo, en los Estados fronterizos y en pocos (*palabras incomprensibles*) colaboradores.

El fracaso de la Unión Europea en esas políticas tiene un impacto muy grande sobre los derechos fundamentales y también en términos de costes sociales y económicos, estimados anualmente en cerca de 49 millones de euros, según un reciente estudio.

No es casualidad que haya citado estos dos ejemplos, señor primer ministro: España e Italia son dos países del Mediterráneo que tienen intereses que coinciden, como, por ejemplo, la gestión de los flujos migratorios y la economía.

Usted y yo somos expresión de dos fuerzas políticas diferentes. Sin embargo, nuestros países deberían colaborar para luchar contra la austeridad y encontrar soluciones a la crisis migratoria. En ese tema, toda la Unión Europea debería dar señales de vida; y nosotros, señorías, deberíamos dar otras señales a los ciudadanos.

Los ciudadanos nos piden hechos y respuestas concretas. Por ejemplo, podríamos empezar acabando con los derroches. Vamos a comenzar una gran lucha contra los derroches de la Unión, y hagámoslo partiendo de aquí, de este Parlamento, de esta inútil e injustificable triple sede.

Maintenir Estrasburgo les coûte à los ciudadanos hasta 1 000 millones de euros por cada legislatura, es decir 200 millones de euros cada año para estar abierto cuarenta y ocho días al año. ¿Con qué cara y con qué ánimo podemos justificar estas cifras enormes ante nuestros ciudadanos? No es posible.

Señorías, pedir la cancelación de ese derroche no es un ataque a la democracia, y la democracia no es un privilegio ni es tampoco un edificio.

Señorías, señor primer ministro, en una parte están los decimales, la austeridad, los derroches, los privilegios; y en la otra están los ciudadanos y la solicitud de cambio. Hay que poner a las personas en el centro de las políticas y de las decisiones de la Unión Europea. Hay que anteponer el respeto de los derechos y el bienestar de todos los ciudadanos y no sacrificarlos en nombre de determinados intereses económicos y financieros que benefician a pocas personas.

Nicolas Bay, au nom du groupe ENF. – Monsieur le Président, Monsieur le Premier ministre, il y a moins d'un an, vous vous êtes retrouvé par accident à la tête de l'Espagne grâce au scandale qui a éclaboussé Mariano Rajoy. Votre arrivée fut miraculeuse pour le Parti socialiste espagnol, qui n'a que 80 sièges à la Chambre des députés, mais désastreuse pour les Espagnols qui souffrent aujourd'hui de votre politique.

Votre premier geste a consisté à accueillir l'Aquarius, navire d'une ONG franco-allemande, dont le fonds de commerce est le soutien à l'immigration clandestine en Méditerranée. Les mafias qui prospèrent sur le trafic d'êtres humains usent et abusent de la naïveté des Européens. Les passeurs sont les grands bénéficiaires de ces prétendues opérations humanitaires, qui leur permettent de faire de belles économies sur le carburant de leurs embarcations de fortune, où ils entassent des migrants.

M. Macron et M^{me} Merkel, ravis de recevoir ce soutien inespéré à leur folle politique migratoire, se sont évidemment empressés de vous féliciter. L'été dernier, vous avez reçu deux fois M^{me} Merkel, la seconde fois, d'ailleurs, dans votre résidence d'été en Andalousie. Sans consulter les Espagnols, vous avez conclu un accord avec la chancelière pour récupérer le trop-plein de migrants dont elle souhaite finalement se délester après avoir ouvert grand ses frontières en 2015.

Dans votre zèle, vous ne vous êtes même pas rendu compte que vous traitiez au passage le Maroc de pays sous-développé en parlant, je cite, d'un «abîme d'inégalités». Vos prédécesseurs ont pourtant conclu plusieurs accords avec ce pays, le plus stable et le plus prospère du Maghreb, dont un accord sur la réadmission des immigrés illégaux, qui est d'autant plus important que seulement 14 kilomètres séparent le sud de l'Espagne du nord du Maroc. Mais, après avoir montré votre volonté de faire bon accueil aux immigrés clandestins, ceux-ci se sont évidemment précipités à vos portes et on a vu alors des scènes chaotiques de migrants se ruant à Ceuta et Melilla en attaquant vos garde-frontières, y compris parfois avec des armes.

Soumis à Berlin, vous l'êtes aussi à Bruxelles. Et depuis longtemps déjà. En 2011, dans la discrétion de l'été et sous votre impulsion, le Parti socialiste a décidé de soutenir une modification majeure de la constitution espagnole. Depuis lors, tout gouvernement est contraint par sa propre constitution au respect des injonctions budgétaires de la Commission européenne.

Mais le peuple se espagnol est en train de se réveiller. Depuis début décembre, un parti que vos amis traitaient avec condescendance a réussi une percée historique dans votre fief andalou. Je parle évidemment de Vox, qui, dans le cadre d'une coalition, a permis de dégager les socialistes qui tenaient cette région depuis 40 ans.

Et ce n'est qu'un début, car Santiago Abascal vous met face à vos responsabilités: en 2018, à cause de vous, les arrivées de migrants ont ainsi augmenté de 129 % par rapport à 2017. À l'inverse, dans l'Italie de Matteo Salvini, l'immigration illégale a chuté de plus de 95 % car le message est clair: les Italiens ne supportent plus que l'on bafoue leurs lois en arrivant illégalement sur leur territoire. Et ce, d'autant moins que la mafia – la vraie, celle contre laquelle Matteo Salvini lutte sans relâche – exploite la misère humaine dans tous ces trafics. Un article récent dans le journal *The Guardian* indiquait d'ailleurs que le trafic de migrants était plus rentable que le trafic de drogue. Sans parler des multinationales qui voient souvent d'un bon œil l'arrivée d'une main d'œuvre à bon marché.

Monsieur le Premier ministre, la résolution du problème migratoire n'est qu'une question de volonté politique, car les hommes de la *Guardia Civil* sont tout aussi compétents et déterminés que leurs homologues italiens. Mais, au lieu de vous appuyer sur eux, vous avez préféré annoncer avant Noël la création d'un fonds spécial dédié à l'intégration des migrants. Eh bien, je prédis que les Espagnols ne supporteront plus très longtemps votre irresponsabilité.

Kazimierz Michał Ujazdowski (NI). – Panie Przewodniczący! Koleżanki i Koledzy! Chcę zacząć od podziękowań dla Pana Premiera za wystąpienie i przy tej okazji wyrazić szacunek dla Hiszpanii, bo rozumiem, że każdy występujący tutaj szef rządu reprezentuje nie tyle swoją partię polityczną – ta debata jest zbyt upartyjniona – ale swój kraj. Więc chcę serdecznie pogratulować Hiszpanii wszystkich wysiłków, tego, że może świętować rocznicę czterdziestolecia swojej konstytucji i tego, że za poprzednich rządów ocaliła swoją integralność. Pan poseł Verhofstadt widzi w Pana wystąpieniu wyraz doktryny federalistycznej. Ja jestem przekonany Europejczykiem, ale uważam, że Europie potrzeba dzisiaj realizmu i bardziej praktycznego podejścia, większego szacunku dla państw, konkurencyjności gospodarki, odwrotu od centralizmu. Tego mi zabrakło w Pana wystąpieniu. Chcę też powiedzieć, że trzeba bardzo precyzyjnie rozumieć ideę solidarności. Solidarność to jest potrzeba, konieczność przyjsia z pomocą drugiemu, szczególnie wtedy, kiedy znajduje się w stanie nieszczęśliwym nie z własnej winy. Ale solidarność to nie jest płacenie za marnotrawstwo innych. Europa potrzebuje odpowiedzialności finansowej. Ta odpowiedzialność spoczywa na państwach członkowskich. I mam nadzieję, że Hiszpania będzie w praktycznym sensie partnerem do rozmowy o bardziej realistycznym podejściu do polityki europejskiej niż to, które dzisiaj Pan Premier przedstawił w swoim wystąpieniu.

Pedro Sánchez Pérez-Castejón, *presidente del Gobierno de España* – Señor presidente, gracias a todos y todas las intervinientes y gracias, además, por el tono del debate, que se ha ido animando conforme ha ido suscitándose y desarrollándose cada una de las intervenciones. Sí me van a permitir los portavoces de los distintos Grupos que lo que haga sea responderles en su conjunto y no personalmente, porque creo que si no extenderíamos en demasía la respuesta a sus cuestiones. La idea central de la intervención, lógicamente, es la de que hay que proteger Europa para que Europa nos proteja. Y eso es evidente que ha sobrevolado en muchas de las intervenciones, al menos en las de los principales grupos parlamentarios. Todos estamos de acuerdo en que tenemos que fortalecer Europa, por encima de cuáles sean las discrepancias ideológicas que tenemos. La cuestión es en qué sentido, en qué orientación.

Me quiero referir en primer lugar a la migración. Yo al señor Weber le diría que está bien que traslade la visión del Partido Popular de España, pero sería bueno que también supiera y contrastara esas informaciones, porque la migración no llegó con el Gobierno socialista el pasado mes de junio. Para que se haga una idea, en 2017 el aumento de los flujos migratorios en España fue de un 137 %. De un 137 %. Por tanto, lo que llegó con el Gobierno de España no fue la migración, fue la política migratoria, que no existía hasta entonces; que no existía hasta entonces. Lo que sí que le diré, y lo que les diré también al resto de diputados, es que nosotros siempre hemos sabido, siempre hemos sabido -y por eso también tomamos la decisión de acoger al *Aquarius*, de ofrecer como puerto seguro Valencia- que el desafío de la migración exige a todos los países, a todos los Estados miembros, que tengamos una posición compartida, una posición común, basada en dos ejes fundamentales. El primero, la responsabilidad y el segundo, la solidaridad.

Desde luego nosotros, y el Gobierno de España, defendemos una política, una política exterior como la que ha planteado el vicepresidente de la Comisión Europea. Defiende que tenemos que volcar recursos económicos para el desarrollo y para el impulso de África. Defiende la cooperación bilateral con muchos de los países de tránsito y de origen de la migración. Nosotros hemos reforzado en siete meses el diálogo bilateral con Marruecos, con Mauritania, con todos los países del Sahel, no solamente por interés de España, sino por interés del conjunto de la Unión Europea. Para que se hagan una idea, España, desde hace muchos años, tiene políticas de retorno, con Marruecos, con Mauritania y con otros tantos países de África, del Sahel. De hecho, hace muy pocos días estuve en Mali, donde impulsamos también, o reabrimos de alguna manera, una política de retorno voluntario de los nacionales de Mali que están ahora mismo viviendo en España. Por tanto, las políticas de retorno las estamos impulsando desde el Gobierno de España.

Estamos también fortaleciendo nuestras políticas de fronteras. Y, sin duda alguna, lo que estamos haciendo también es reforzar las políticas de integración, porque creemos que es importante reforzar esas políticas de migración para todos aquellos migrantes que están en nuestro continente. Y, sin duda alguna, yo lo que les quiero trasladar en este asunto es que estamos, el Gobierno de España está, por supuesto, a favor de que se reforme el sistema europeo común de asilo y de que no se ponga en duda Schengen, y, por cierto, me ha preocupado que no lo hagan partidos minoritarios, señoras y señores diputados. Lo han hecho partidos que forman parte de grandes partidos en el Parlamento Europeo, como es el Partido Popular. Y creo que en eso no podemos realizar ningún retroceso. Por eso a mí lo que me preocupa, hablando y

haciendo referencia simplemente a la ultraderecha, lo que me preocupa no es tanto la presencia de la ultraderecha, señores y señoras diputados, lo que me preocupa es cómo sutilmente la ultraderecha está condicionando el discurso y la agenda política de partidos que otrora eran europeos y que querían el fortalecimiento del proyecto europeo.

Este Gobierno -y reconozco su brillantez oratoria, señor Verhofstadt-, este Gobierno apoya sin duda alguna que se apruebe el marco financiero plurianual. Lo hemos hecho, además, en el Consejo Europeo. Hemos defendido y he defendido en particular, y no solamente yo, también el Gobierno anterior, con el presidente Rajoy a la cabeza, la aprobación del marco financiero plurianual antes de las elecciones. Porque consideramos que es fundamental para políticas esenciales en España, como es la política agraria, como es la política de cohesión, pero también políticas importantes, como la política de inmigración o las políticas vinculadas con la ciencia y con la innovación. Por cierto, señor Weber, no se preocupe, porque nosotros vamos a aprobar los presupuestos generales del Estado probablemente en el mes de abril. La anterior administración, con el señor Rajoy al frente, presentó los presupuestos en el Congreso de los Diputados en el mes de abril. Por tanto, lo que le quiero decir con esto es que, no es que vayamos en tiempo y forma, sino que vamos a anticiparnos a lo que propuso la anterior administración como oferta presupuestaria al conjunto de la Cámara. Y yo creo que lo vamos a sacar, porque creo que son unos buenos presupuestos, no solamente en el ámbito social, con un aumento considerable de las partidas vinculadas a la redistribución, sino que también plantean fórmulas innovadoras desde el punto de vista de la justicia fiscal, como pueda ser la imposición a las grandes corporaciones tecnológicas, como pueda ser la creación del impuesto de transacciones financieras, que son, sin duda alguna, algunas de las medidas que ustedes han propuesto aquí en esta Cámara y que nosotros estamos también liderando a nivel de España.

Permítame también hablar por un instante de Cataluña, porque así lo ha hecho la portavoz, la señora Keller.

En primer lugar. En Cataluña, desde el año 2014, desde el año 2014, ha habido cinco votaciones, cinco votaciones, en torno a tres procesos electorales autonómicos y luego dos referéndums contraviniendo la Constitución, el Estatuto de Autonomía en Cataluña. Bien, ¿cuál ha sido el resultado de esos referéndums y de esas votaciones también en el marco estatutario español? Como mucho, un 48 % de la sociedad catalana ha apoyado formaciones proindependentistas y el 52 % no ha apoyado formaciones proindependentistas. Por tanto, primera conclusión: el independentismo en Cataluña no tiene una mayoría social. Tiene una mayoría parlamentaria, producto y derivada de la Ley electoral, pero no tiene una mayoría social. Insisto el 52 % de la sociedad en Cataluña no apoya la independencia, no apoya la independencia. Bien, por tanto, el independentismo lo que tiene que reconocer es que no hay una mayoría social en Cataluña. Y, por tanto, no puede apoyar, o no puede imponer un proyecto político a una mayoría que le está diciendo en reiteradas ocasiones, desde el año 2014, que no comparte esa deriva independentista. Primer lugar.

En segundo lugar. Es evidente que, en Europa, no solamente en Cataluña, si nos vamos, por ejemplo, a Alemania, en Baviera, o si nos vamos, por ejemplo, a Italia, en el Véneto, o si nos vamos, por ejemplo, a Francia, en Córcega, hay tensiones territoriales, hay movimientos de fragmentación territorial, de descomposición de lo que otrora eran las naciones Estado. ¿Cuál es la diferencia entre lo que ha pasado en Cataluña y lo que ha pasado en el Véneto, por poner un caso, o por ejemplo en Baviera, cuando se ha defendido por parte de distintas formaciones políticas la independencia de Baviera de Alemania o la independencia del Véneto de Italia? Que cuando se ha pronunciado el Tribunal Constitucional o el Tribunal Supremo en el Véneto, mejor dicho, en Italia con el caso Véneto o en Alemania con el caso de Baviera, esas fuerzas independentistas lo que han dicho es «acatamos esas sentencias». En España no ha ocurrido. En España, pese a reiteradas sentencias del Tribunal Constitucional, lo que han hecho las formaciones proindependentistas es quebrar unilateralmente el Estatuto de Autonomía, es decir, la Constitución regional en Cataluña y la Constitución española. Por tanto, por tanto, el problema es que, de alguna manera, no se ha cumplido o no se acatado por parte de las fuerzas independentistas el mandato constitucional, porque no se ha reconocido esa Constitución tanto regional como estatal.

En tercer lugar, es evidente que desde el año 2010 Catalunya tiene una Constitución regional, un Estatuto de Autonomía de Cataluña, que en su totalidad no fue votado por la sociedad catalana. Por tanto, ese es un problema que tenemos que resolver. Y el Estado español es consciente de ello. También es cierta una cosa. Desde hace diez años a esta parte, es evidente que hay partidos políticos que, cuando están en la oposición, utilizan a Cataluña como agravio territorial para hacer oposición al Gobierno socialista de turno y, cuando están en el Gobierno, lo que hacen es reclamar la lealtad, en este caso, al Partido Socialista. Nosotros siempre lo vamos a hacer. Vamos a ser leales, no con el Gobierno de turno, cuando estamos en la oposición, sino con el Estado.

España es un gran país. España es un país que tiene un nivel de descentralización, en lo económico, en lo social, en lo cultural, en el reconocimiento de las lenguas, en lo que representa el planteamiento educativo de los niños y niñas que están en comunidades que tienen un alto sentir de nacionalidad muy importante. Hay índices en la comunidad internacional no menores y bastante solventes, por cierto, que sitúan a España como el segundo país más descentralizado del mundo.

Por tanto, primero, yo creo que es evidente que el independentismo en Cataluña lo que tiene que hacer es abrir un diálogo sincero y reconocer a la otra parte, que es mayoritaria en Cataluña, que es no nacionalista, y, por tanto, Cataluña tiene que hablar con Cataluña. Y España, el Gobierno de España, lo que tiene que hacer es facilitar ese diálogo entre los dos, digamos, las dos dimensiones que existen ahora mismo en Cataluña: la nacionalista y la no nacionalista. Y, desde luego, lo que sí que le puedo garantizar es que el Gobierno de España, a diferencia de en épocas pasadas, sí tiene voluntad firme de resolver mediante el diálogo, pero siempre dentro del respeto a la Constitución y al Estatuto de Autonomía, la situación en Cataluña. Pero primero, lo que tiene que hacer el independentismo en Cataluña es reconocer 1, que no tiene mayoría social y 2, que tiene que hablar con la parte mayoritaria de la sociedad catalana, que quiere un nuevo acuerdo para salir de este bucle en el que lleva instalado más de diez años. Por resumírselo de una manera muy sintética, muy sencilla, en Cataluña el problema no es la independencia, es la convivencia.

Y, finalmente, usted ha hecho, señor Weber, una alusión a la moción de censura. La moción de censura tuvo un mandato, que fue la regeneración democrática en nuestro país. Lo que ha pasado en Andalucía entre el Partido Popular, el Grupo de los Liberales y los hermanos del Frente Nacional en Francia es una involución, un cuestionamiento de derechos y de consensos asumidos y consolidados durante estos últimos años, como pueda ser, por ejemplo, el de la igualdad de género y el de la lucha contra la violencia de género. Por tanto, en Andalucía, lo que ha ocurrido, señoras y señores diputados, es que se ha cruzado una frontera que existe en Europa, y es que no se puede pactar con la ultraderecha. Desde luego, nosotros, la socialdemocracia, nunca pactará con la ultraderecha, como muy bien hemos podido ver con sus planteamientos.

En todo caso, señoras y señores diputados, quiero decirles que el planteamiento que tiene el Gobierno de España es el de hacer fuerte Europa. Ahí están las propuestas que hemos planteado en lo que representa la estrategia de la igualdad de género, en lo que representa la igualdad, o mejor dicho, la lucha contra la precariedad laboral, lo que representa la garantía infantil, la garantía juvenil. En definitiva, en todos aquellos aspectos que tengan que ver con el reforzamiento y con la protección de Europa para que nos proteja y, sobre todo, aquellos más vulnerables podrán encontrar al Gobierno de España y, sin duda alguna, al Partido Socialista Obrero Español, que también está aquí representado. Y, finalmente, señor Verhofstadt, también le diré una cosa: usted lleva muchos más años que yo en el Parlamento Europeo. Yo llevo siete meses al frente del Gobierno de España. Seguro que usted puede compartir conmigo su experiencia de frustración. También le diré una cosa: creo que en mi intervención he apuntado algunas salidas a esa falta de velocidad en muchas de las tomas de decisiones que se necesitan en el ámbito de la unión económica y monetaria, en el ámbito de la política exterior, que tiene que ver con el cambio en los procedimientos de toma de decisiones, tanto del Consejo como del Parlamento y la Comisión. Y, desde luego, ahí nosotros vamos a estar, así lo he hecho desde esta tribuna, defendiendo que no sea por unanimidad en cuestiones tan esenciales como las que he referido anteriormente. Hay algunas de ellas que necesitarán de una modificación del Tratado, pero otras no. Ahí están las pasarelas que me recordaba el ministro de Asuntos Exteriores, el señor Borrell. Podemos perfectamente utilizar esas pasarelas para reforzar, digamos, el carácter global de nuestro continente, de nuestra Unión en el ámbito de la política exterior. Muchas gracias señor Presidente.

Procedura «catch-the-eye»

Esteban González Pons (PPE). – Señor presidente, vivimos un tiempo de noticias falsas, pero también, como se ha visto, un tiempo de convicciones falsas.

No se puede decir «Yo nunca pactaré con los extremistas» cuando se está en el Gobierno gracias al voto de los independentistas, de los antiguos terroristas y de la extrema, extrema izquierda, y cuando, en la misma intervención, se acaba de anunciar que los presupuestos generales del Estado se aprobarán —y solo se pueden aprobar— con el voto de los independentistas, los antiguos terroristas y la extrema, extrema izquierda.

De todas maneras, déjeme que le diga, señor Sánchez, que lo que más me ha dolido de su intervención de hoy es que en su primer discurso, en el que ha hablado mucho de la globalización, ha sido incapaz de hablar de la unidad de España, incapaz de defender el Estado de Derecho español.

Han tenido que apretarle los de los «carteles amarillos» para que usted diga algo sobre Cataluña. Y lo que ha dicho es que no es un problema de independencia, sino de convivencia, cuando el Tribunal Supremo está a punto de empezar un juicio sobre rebelión en España. Todos esperábamos del presidente del Gobierno español que aquí defendiera el Estado de Derecho de nuestro país. Se lo digo como diputado español.

Llevamos dos años defendiendo —también los diputados de su partido— aquí la unidad de España. Pero defender aquí, con convicción, la unidad de España, señor presidente, no es solo un problema de su puesto de trabajo, es también un problema de convicción, y de convicción que no sea falsa.

A usted hoy, desgraciadamente para los intereses de nuestro país, siendo el presidente del Gobierno español en el Parlamento Europeo, no le ha salido. A nosotros sí nos sale.

Me duele, pero me agunto.

Iratxe García Pérez (S&D). – Señor presidente, presidente Sánchez, es un momento delicado para Europa, y escuchar su discurso con un firme compromiso de los valores europeos realmente es un respiro para quienes creemos que la solución a nuestros problemas está en Europa. En más y en mejor Europa.

Hay quien no puede resistir la tentación de traer los argumentarios de Madrid para ganar puntos ante las siglas de su partido, pero creo que respetamos poco el proyecto de Europa si no utilizamos este espacio, si no utilizamos el corazón de Europa para hablar de cómo somos capaces de resolver los problemas de la gente.

Más justicia social, más equilibrio, evitar las desigualdades, avanzar en una Europa igualitaria entre hombres y mujeres, ser capaces de mirar de frente a las personas y decir que en Europa está la solución a sus problemas.

Ese es el compromiso de los europeístas. Ese es el compromiso de la socialdemocracia, y vamos a trabajar con uñas y dientes para defender más y mejor Europa. Una Europa que mire de frente a las personas y sea capaz de devolver la ilusión al proyecto europeo.

Muchas gracias por tener gobiernos en el seno de la Unión Europea que siguen, junto a este Parlamento, defendiendo los valores fundamentales del proyecto europeo.

Joachim Starbatty (ECR). – Herr Präsident! Der große Sozialdemokrat Ferdinand Lassalle hat gesagt: Politik beginnt mit dem Betrachten der Wirklichkeit.

Gestern haben wir hier den Euro gefeiert, und da habe ich sechs Reden gehört, die mit der Wirklichkeit nichts zu tun hatten. Sie haben einen Wunschtraum präsentiert.

Herr Ministerpräsident, Sie wollen ein soziales Europa. Ein soziales Europa ist eines, das den Bürgern Arbeit und Beschäftigung verschafft und der Jugend Perspektiven. Das ist das ganz Entscheidende. Da muss man sich doch fragen: Warum ist das Euro-Währungsgebiet, die am langsamsten wachsende Region in der Welt? Warum ist das so? Warum machen wir Investitionsprogramme? Herr Timmermans hat ja gesagt, wie wunderbar es ist, was Herr Juncker gemacht hat. Ja, wir brauchen private Investitionen. Warum haben wir keine privaten Investitionen? Weil ein Spalt durch Europa geht und dieser Spalt ist der Euro. Schauen Sie nach Deutschland, da sprudeln Steuerquellen. Da haben wir keine Arbeitslosigkeit.

In anderen Ländern haben wir ein Prekariat, oder wie gesagt wird: Wir arbeiten für weniger Geld. Wir arbeiten mehr für weniger Geld, und das ist nicht das soziale Europa, das wir wollen.

Javier Nart (ALDE). – Señor presidente, señor presidente Sánchez, nos enfrentamos a la amenaza creciente y crecida de populistas y separatistas, pero no basta con la condena.

Debemos dar respuestas efectivas a la causa que es el cambio de paradigma: la economía difusa, que ha precarizado a las clases medias, que son la base de la democracia. Pero hoy tenemos más doctrina que soluciones y más políticos que política.

Presidente Sánchez, el camino no es ni con los separatistas ni con los populistas de izquierdas o derechas que quieren destruir y debilitar Europa. Frente al populismo y al separatismo, debemos encontrarnos quienes creemos y hemos construido y queremos seguir construyendo Europa. Y defendiéndola.

Quiero recordar también —para aquellos que piensan que Cataluña es un problema de catalanes— que en Cataluña el primer partido es un partido que cree en España y que se llama Ciudadanos. No los separatistas, Ciudadanos.

Basta ya a la exclusión y al uso sectario de lo que es de todos —por ejemplo, el feminismo— y trabajemos juntos en defensa de lo común. Nuestra alma, más que nunca, debe ser la igualdad, la solidaridad y la unidad.

Presidente Sánchez, eso vale para Europa y también para España.

José Bové (Verts/ALE). – Monsieur le Président, Monsieur le Président du gouvernement espagnol, le 5 novembre dernier, je suis allé rendre visite à mes anciens collègues du Parlement européen qui sont aujourd'hui incarcérés dans des prisons espagnoles. Est-ce qu'il est aujourd'hui imaginable qu'on soit dans une telle situation, que des gens qui ont été élus, d'abord au niveau européen, ensuite en Catalogne, de manière légale, puissent être incarcérés pour leurs idées politiques?

On a dans ce Parlement, à de multiples reprises, dénoncé les politiques illibérales de M. Orbán; on a dénoncé les politiques illibérales de la Pologne; on a dénoncé, à juste raison, les attaques aux droits qui ont lieu aujourd'hui dans d'autres pays européens. Est-ce que l'Espagne, à cause de sa constitution et à cause de la politique qui est menée en Catalogne, est en train de rejoindre le camp de ces pays? Je trouve cela dommage.

J'ai entendu votre discours, mais comment se fait-il aujourd'hui que des personnes, des députés, des membres de gouvernements régionaux et des responsables associatifs, soient en prison? J'ai entendu votre appel au dialogue et je le partage, mais si on veut dialoguer, ce n'est pas avec des gens en prison. Il faut que vous fassiez libérer ces personnes, alors nous pourrions discuter. Jamais aucune d'entre elles n'a décidé de ne pas assumer ses responsabilités, y compris devant un tribunal, même si elles ne sont pas d'accord d'être au tribunal. Libérez ces personnes, et alors vous ferez acte de démocratie.

Le Président. – Monsieur Bové, je vous rappelle qu'il faut respecter le système d'Hondt. Si vous parlez deux minutes, un député de votre groupe perdra son temps de parole. Je veux seulement vous en informer. C'est la règle, il faut la respecter.

Miguel Urbán Crespo (GUE/NGL). – Señor presidente. Señor Sánchez, su Gobierno empezó acogiendo al Aquarius y seis meses después ha terminado bloqueando al *Open Arms* en Barcelona. Por cierto, para alegría de fascistas como Salvini.

Prometió la derogación de la «Ley mordaza» y ahí sigue.

Prometió derogar la reforma laboral y no solo no lo ha hecho, sino que no evita que empresas con beneficios, como Alcoa, despidan a cientos de trabajadores.

Prometió un impuesto a la banca y parece que el impuesto nunca llega.

Prometió regular la burbuja de los alquileres que expulsan a miles de personas de sus casas y parece que ganan los buitres.

La cuestión, señor Sánchez, es si los socialistas van a seguir siendo cómplices de las políticas neoliberales de la gran coalición en Europa.

Para parar la ola reaccionaria que avanza, y que ahora gobierna en Andalucía, necesitamos un giro de 180 grados en las políticas austericidas y de recortes al servicio de las élites.

Es urgente darle la vuelta a Europa y, señor Sánchez, nos estamos quedando sin tiempo. Hay que tomar partido.

William (The Earl of) Dartmouth (EFDD). – Mr President, I'm going to speak in support of what Mr Bové said about the Catalan prisoners, who, incidentally, have languished for a year in pre-trial detention. These are political prisoners. Political prisoners, but the European Commission does nothing. The Council does nothing. The Parliament, as an institution, says nothing, and even Mr Verhofstadt stays quiet.

The European values that we hear about all the time are suppressed, and one wonders why. The likely reason is that Spanish governments support the EU project and, somehow, that makes it okay to have political prisoners. This is to be deplored, and the hypocrisy is extremely hard to stomach. I suggest that you people should look at yourselves in the mirror and start campaigning for these political prisoners to be freed.

(Applause)

Γεώργιος Επιτήδειος (NI). – Κύριε Πρόεδρε, κύριε Πρωθυπουργέ, καλώς ήρθατε. Έχω κάποια ερωτήματα να σας υποβάλω. Σε ποιες πρακτικές ενέργειες θα προβείτε ούτως ώστε η χώρα σας, η Ισπανία, καθώς και η Ιταλία, αλλά και η πατρίδα μου, η Ελλάδα, να πάψουν να είναι τόποι μόνιμης διαμονής παρανόμων μεταναστών; Είπατε ότι είστε υπέρ της δημιουργίας του ευρωπαϊκού στρατού. Για να δικαιολογείται, όμως, η αύξηση των στρατιωτικών δυνατοτήτων της Ευρωπαϊκής Ένωσης, θα πρέπει να υπάρχει ένας εχθρός, ο οποίος θα απειλεί την Ευρώπη. Μπορείτε να μας κατονομάσετε ποιος είναι αυτός εχθρός και ποιες χώρες απειλεί; Διότι, όπως ξέρετε και όπως γνωρίζω και εγώ, οι μόνες χώρες της Ευρώπης που απειλούνται από τρίτη χώρα είναι η Ελλάδα και η Κύπρος, που απειλούνται από την Τουρκία. Είπατε, επίσης, ότι η Ευρωπαϊκή Ένωση πρέπει να έχει τη δυνατότητα να παρεμβαίνει έξω από τα σύνορά της. Αυτή είναι η Ευρώπη του μέλλοντος που οραματίζεστε; Ο ρόλος ενός παγκόσμιου χωροφύλακα; Υποστηρίξατε, επίσης, ότι πρέπει να καταργηθεί η αρχή της ομοφωνίας. Όμως, εάν καταργηθεί η αρχή αυτή, τότε θα μειωθεί η δύναμη των κρατών, και κυρίως των μικρών κρατών. Μπορείτε να φανταστείτε τη χώρα σας να θίγονται τα συμφέροντά της, να βρίσκεται στη θέση της μειοψηφίας, και να μην μπορεί να υπερασπιστεί αυτά τα συμφέροντα της;

Esther de Lange (PPE). – Mr President, first of all I would like to thank the Prime Minister for a very constructive speech. It is clear that Spain is a reliable partner in Europe and Europe will be a reliable partner to Spain. So yes, we will for example continue the youth guarantee, cohesion policy, etc.

But let's be clear, responsibility for a social Europe starts at home, so calling for a European unemployment scheme to take attention away from the work you have to do at home is, I think, a dangerous strategy. Economically we're lucky. Spain is standing on the shoulders of giants. It has a good economic situation thanks to the work of previous governments.

So let's continue that work, let's not burden future generations with unsustainable levels of debt. I think that's where social policy starts. Responsibility and solidarity go hand-in-hand, and on that basis, I look forward to continuing work with Spain.

Antonio López-Istúriz White (PPE). – Señor presidente, señor Sánchez, en estos momentos nos encontramos aquí, como ha dicho su compañera, hablando sobre el futuro de Europa. Y en ese respeto a Europa, no he entendido por qué, al final, su discurso se ha transformado en un pequeño mitin electoral de apoyo al señor Timmermans, el candidato socialista, y de él a usted.

Y también muchos compañeros míos se preguntan si la misma energía que utiliza en acusar y en perseguir a dictadores del pasado, la va a utilizar en las dictaduras actuales, en Venezuela y en Cuba. ¿Va usted a demandar en el Consejo sanciones al régimen de Venezuela y al régimen cubano o va a seguir callando? Muchos compañeros quieren saber si eso va a cambiar.

Usted hablaba del acervo democrático europeo que usted respeta: demuestre ese europeísmo denunciando en el Consejo Europeo y no apoyando a los regímenes dictatoriales de Maduro y de Castro —porque sigue siendo Castro quien dirige Cuba—.

Y que se libere a los presos políticos. Aquí se habla de presos políticos. Hay presos políticos en Cuba y en Venezuela: libertad para ellos, ya.

Y, por favor, anúncielo usted en el Consejo. Entonces sí creeré que es usted europeísta.

José Blanco López (S&D). – Señor presidente. Señor Esteban González Pons, ser patriota no consiste en gritar «¡Viva España!», sino en mantener los valores constitucionales y europeos y no en ir de la mano de quien quiere destruirlos. Usted tuvo una oportunidad de demostrar aquí que era un patriota español, apoyando al Gobierno de España, como siempre los socialistas hemos hecho en esta Cámara cuando España estaba amenazada y usted nos venía a pedir ayuda. Pero yo le quiero decir una cosa. Ustedes llegaron al Gobierno de España al grito de «¡Se rompe España!», y este Gobierno recibió una España más rota que nunca, con más independentistas que nunca, después de dos referéndums ilegales que se celebraron cuando ustedes gobernaban y con una convivencia deteriorada. Y con esta herencia lamentamos que ustedes no contribuyan a generar espacios de convivencia, que es precisamente lo que está fomentando el Gobierno de España.

Ruža Tomašić (ECR). – Gospodine predsjedniče, poštovani premijeru, hvala vam na doprinosu ovoj raspravi. Od referenduma o Brexitu EU se fokusirao na pitanje daljnje političke reintegracije, a izbor predsjednika Trumpa i redefinicija američke pozicije dodatno su nas pogurali u tom smjeru, koji smatram potpuno pogrešnim.

Drago mi je stoga što ste se osvrnuli na neke velike izazove koji nisu vezani uz političku integraciju, kao što su radnička prava i javne usluge, koje ste objedinili pod terminom socijalna Europa. Europa mora ostati bastion radničkih prava, ali jednako tako, želi li ostati globalno konkurentna, ne smije ubijati poduzetništvo visokim porezima i nepotrebnom regulacijom.

Izvjesno je da se nalazimo na pragu nove recesije i u tom kontekstu moramo biti jako oprezni s javnom potrošnjom. Vama bih to posebno preporučila, zato što dugogodišnje poigravanje Španjolske deficitom može buduću krizu u Europi učiniti pravom katastrofom.

Izaskun Bilbao Barandica (ALDE). – Señor presidente, presidente Sánchez. La ciudadanía espera que la Unión sea útil, que aporte un modelo de desarrollo económico con alma, centrado en las personas, que respete la diversidad, que se construya mediante una adhesión voluntaria y convencida.

En eso está el Partido Nacionalista Vasco desde los años treinta del siglo pasado. Desde ahí estamos dispuestos a aportar estabilidad a nuestra Unión, contribuyendo a ella en un Estado que se enfrenta a cuatro retos: transformar su modelo de desarrollo; reforzar su sistema de protección social; apostar por proyectos con valor añadido europeo; y resolver problemas de convivencia que necesitan diálogo y política.

Ante problemas tan complejos, saludamos su voluntad de huir del simplismo, un buen principio que suena mucho mejor que las conocidas y fracasadas recetas que venden en *clips* de treinta segundos los telepredicadores de moda.

Esperamos que las buenas palabras se transformen en unos presupuestos alentados por estos principios y en una apuesta valiente por la convivencia que asuma que, si bien fuera de la ley, nada es posible, solo con la ley, tampoco. Y mucho menos, si se retuerce para convertir un problema político en una causa penal, como ha ocurrido en Cataluña.

Eso denuncian estas fotografías. Cuento con nosotros si decide apostar por lo complejo, por lo empático, por lo humanista, por lo europeo, por lo útil para poder construir convivencia y soluciones.

Florent Marcellesi (Verts/ALE). – Señor Presidente. Señor Sánchez, saludamos el avance que plantea el proyecto de presupuestos en España, pues le recuerdan a Europa que otro camino, más social, más ecológico, es posible. Frente a la Europa de los mercados y a la Europa del odio, hay otra Europa solidaria y sostenible que le está mirando y que pide más ambición. Más ambición es atreverse con una política migratoria humana. Señor Sánchez, ¿va a poner fin a la ley mordaza y a las devoluciones en caliente de inmigrantes y refugiados? ¿Va a permitir a barcos, como el Open Arms, seguir salvando vidas en el Mediterráneo? Más ambición es también atreverse a liderar una transición ecológica y justa que no deje a nadie atrás. Si de verdad apuesta por el Acuerdo climático de París, por las energías limpias y sus empleos, ¿va a poner una fecha de cierre a las centrales de carbón y a las centrales nucleares? Está en sus manos, demuestre a favor de qué Europa está.

Lara Comi (PPE). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, buongiorno Presidente, benvenuto al Parlamento europeo.

Lei ha parlato molto di donne, dei diritti delle donne e della violenza contro le donne. Io mi auguro però che la prossima volta si possa presentare anche con uno staff un po' femminile, visto che oggi sono solo presenti uomini, perché dalle parole passare ai fatti penso che sia anche un plus maggiore, quindi questo è un auspicio.

Dato che l'Italia e la Spagna hanno sempre avuto un buon rapporto, anche partendo dall'immigrazione, penso che Lei possa essere il portavoce, a livello dei paesi del Mediterraneo, per la riforma di Dublino, perché quando si dice che l'Europa ci ha lasciato soli, e lo dico da italiana, c'è un nome e un cognome che si chiama Consiglio europeo, c'è un nome e un cognome che si chiama Stati membri. Il Parlamento europeo ha votato a favore della riforma di Dublino, a favore dei rimpatri obbligatori, però abbiamo bisogno che Lei e gli altri primi ministri si mettano d'accordo.

Sul tema della violenza nei confronti delle donne, noi come PPE siamo a favore che ci sia un bilancio e anche un legame che può essere quello della famiglia e del lavoro e pensiamo che la donna viene nobilitata ancora di più con il lavoro e non rimanendo a casa o a fare semplicemente la casalinga per obbligo e non per scelta.

Markus Ferber (PPE). – Herr Präsident! Herr Premierminister! Meine Bitte wäre schon, wenn Sie Katalonien und Bayern vergleichen, dass die Fakten stimmen und dass Sie jetzt auch zuhören.

In Bayern gab es nur einmal eine Unabhängigkeitsbewegung von Ultralinken vor über 100 Jahren, zu einem Zeitpunkt, wo die Bundesrepublik Deutschland – oder das Deutsche Reich damals – nicht existent war. Es besteht ein großer Unterschied zu den Katalonen und deswegen bitte nicht diese Vergleiche anstellen, die passen nicht.

Zweitens: Sie haben jetzt hier erzählt, was alles auf europäischer Ebene gemacht werden muss. Ich hätte gerne auch gehört, was Ihre Regierung tut. Es reicht ja nicht, eine europäische Arbeitslosenversicherung zu fordern, wenn Sie auf der anderen Seite Maßnahmen der Vorgängerregierung zurücknehmen, die den Arbeitsmarkt liberalisieren sollen. Das heißt, das Wachstum an Arbeitsplätzen in Spanien geht deutlich zurück.

Sie ergreifen selber keine Maßnahmen, wenn es darum geht, für Jugendliche mehr Beschäftigung zu schaffen. Da hätte ich gerne mal was gehört. Es reicht nicht nur, europäische Solidarität einzufordern, sondern es gehört auch mit dazu, dass man eigene Maßnahmen ergreift. Subsidiarität und Solidarität gehören eng zusammen.

Csaba Molnár (S&D). – Tisztelt Elnök úr! Európa jövőjéről vitatkozunk ma, amikor hatalmas kihívások érik az európai demokratikus rendszereket. Ma például Európa nem tudja kezelni azt, hogy egyik tagállamának kormánya a demokrácia tagadásával illiberális rendszer kiépítésébe kezdett. Igen, Orbán Viktor Magyarországról beszélnek, ahol a miniszterelnök barátja pár év alatt egyszerű vidéki gázszelőlőből az ország leggazdagabb emberévé válhatott. Ahol a kormány a közmédiából hírhamisító állami médiagépezetet épített ki, és teljes egészében uralja a magyar médiát. Ahol az ellenzéki képviselőket fizikailag bántalmazzák és a hatóságok nem csinálnak semmit. Ahol, miközben néhányan közpénzből elképesztő módon meggazdagodnak, több mint százezer gyermek éheznek. Ahol az ügyészség folyamatosan fedezi a kormányzat által elkövetett korrupciós ügyeket, de állandóan koncepciós eljárásokat indít az ellenzékiekkel és a civilekkel szemben. Miniszterelnök úr, az Ön országa, Spanyolország az elmúlt évtizedekben nagyon sikeresen vált diktatúrából világszerte elismert és megbecsült demokráciává. Kérdezem Öntől, európai szinten mit kell tennünk azért, hogy ne alakulhassanak ki újra Európában, az Unióban diktatúrák.

Mark Demesmaecker (ECR). – Voorzitter, Meneer Sánchez, op 21 december was ik nog in Barcelona. U was daar toen ook. Ik wilde vier Catalaanse gevangenen bezoeken die net hun hongerstaking hadden beëindigd. Het is niet aan mij om te oordelen over hun politieke project of hun strategie, maar wat ik niet aanvaard is dat mensen daarvoor nu al meer dan een jaar gevangenzitten en zware straffen riskeren, beschuldigd van een rebellie.

Ik kan u verzekeren: bij ons heeft niemand een gevaarlijke rebellie gezien en het gerecht in mijn land, in Duitsland en in Zwitserland ook niet, want de Catalaanse bannelingen zijn er vrij. Politiek doen we via dialoog, niet via de rechtbank. Meneer Weber slaat de plank mis als hij het heeft over het gevaarlijke nationalisme. Ja, dat leeft in Spanje, maar niet in Catalonië. Wel in de vorm van een gevaarlijk neo-franquisme.

Ik hoop, meneer Sánchez, dat u uw politieke angst voor extreemrechts overwint, dat u werk maakt van een echte dialoog en dat u de politieke gevangenen vrijlaat.

Ramon Tremosa i Balcells (ALDE). – (*El ponente comienza su intervención en catalán*). Señor presidente, señor Sánchez, el Gobierno anterior de España creó el año pasado un precedente terrible en la Unión Europea, encarcelando a líderes sociales pacíficos, a ministros del Gobierno catalán y a la presidenta del Parlamento catalán por autorizar un debate. España hoy está más cerca de Turquía que de Gran Bretaña, que pactó y autorizó un referéndum de independencia en Escocia.

En Cataluña hay una mayoría creciente a favor de un referéndum, que no es delito en el Código Penal español por una reforma de Zapatero en 2005.

Y una última cuestión. El comisario Almunia era partidario del uso del catalán en esta Cámara. Pedimos a diputados del PSOE si era posible hoy hablar en catalán. Federalismo es hablar la lengua del otro. ¿Qué día podremos hablar en catalán en esta Cámara?

Y, finalmente, en Cataluña no hay un conflicto de convivencia, sino de centralismo español. Y es en el referéndum donde confluyen todas las mayorías. En el diálogo nos encontrará.

Pilar del Castillo Vera (PPE). – Señor presidente, señor Sánchez, permítame que comience diciéndole eso que dice el refrán español de «obras son amores y no buenas razones». Habla usted de los extremismos, habla usted de la retórica de identidades excluyentes, y el problema es que, en la realidad, en su realidad como presidente del Gobierno de España, no practica nada de esto. Desde el minuto uno, desde el minuto en que una moción de confianza acabó con la presidencia del señor Rajoy, usted está en brazos de partidos políticos —los independentistas catalanes— que son excluyentes en su retórica práctica, y no solo en la retórica, que han intentado quebrar el orden constitucional, que se saltan la ley y que no tienen ninguna lealtad institucional. Señor presidente, usted puede venir aquí, usted puede contar una historia, pero cuando al final la realidad y los hechos difieren de esa manera tan notable, todos, más allá de nuestras propias fronteras, las españolas, se enteran y se enterarán. Hay que ser consecuente y usted no lo es. Lo ha demostrado una vez más.

Georgi Pirinski (S&D). – Mr President, I would like to address the Prime Minister. You mentioned the need for new legitimacy for democracy in Europe and you appealed for more European democracy. Don't you feel that people feel deprived of their sovereignty, of the right to decide their own future? Regions are being massively depopulated, deindustrialised. The people working there feel they have no say as to how their lives will develop. What would you say about the notion of sovereign democracy, which in a new way matches the will of the people to have a say in their future, and join this with the understanding that Europe has to have a new beginning. This challenge, Prime Minister, is central to every issue that was up for discussion, from Brexit to Catalonia.

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra (PPE). – Señor presidente, señor presidente del Gobierno español, bienvenido al Parlamento Europeo.

Ha dicho usted y ha dicho con acierto que la Unión Europea es una unión fundada en valores. Por eso, este Parlamento tiene un compromiso indeclinable e inderogable con la causa de los derechos humanos, que no se tienen que predicar de una región, de un país, de un continente, sino que tienen que tener un carácter planetario o universal.

Por eso, este Parlamento ha instituido un premio a la libertad de conciencia que lleva el nombre de Andréi Sájarov, que dejó un legado de integridad moral y de coexistencia pacífica entre los pueblos.

Este Parlamento ha concedido el Premio Sájarov a tres disidentes cubanos: Oswaldo Payá, Guillermo Fariñas y las Damas de Blanco. Y el año pasado a la oposición democrática de Venezuela. Quisiera preguntarle qué opinión le merece este Premio. ¿Piensa usted que los galardonados con este Premio son personas honorables que defienden su libertad y su dignidad?

¿Ha estado usted en Cuba? ¿No se ha reunido con ellos? Le pregunto: ¿Estaría usted dispuesto a reunirse con ellos?

Y, en relación con Venezuela, señor presidente del Gobierno, este Parlamento ha aprobado por una amplia mayoría una resolución en la que pide que la Unión Europea y sus Estados miembros se adhieran a la demanda presentada ante la Corte Penal Internacional por las serias violaciones de los derechos humanos en ese país.

¿Qué piensa usted de esta iniciativa? ¿Piensa, como otros Estados miembros —Alemania, Francia, Canadá—, sumarse a esta propuesta?

Elena Valenciano (S&D). – Señor presidente. Ya ve, señor presidente del Gobierno de España, que usted debía pensar que el Partido Popular venía ya llorando de España por haber perdido la moción de censura, pero no. En realidad, no hemos oído una sola idea sobre Europa. Eso sí, han llorado sobre la leche derramada. Y también ha quedado muy claro, aquí en esta Cámara, que el patriotismo del Partido Popular es absolutamente intermitente. Es decir, ellos exigen patriotismo del PSOE cuando el PSOE está en la oposición, pero no nos dan ni un trocito de patriotismo cuando nosotros estamos en el Gobierno. En todo caso, y para consolidar la idea que usted ha traído a esta Cámara, que me parece central, soplan aires de populismo, soplan aires del nacional-populismo, soplan aires de ruptura, de fractura en Europa, soplan aires de extremismo, soplan aires de reacción: una reacción contra la unidad europea, una reacción contra la fuerza de la Unión, una reacción contra la fuerza de las mujeres. Es un movimiento reaccionario nacional-populista que dice no tener complejos. Pues nosotros tampoco, señor presidente. ¡Adelante, europeístas, progresistas sin complejos!

Rosa Estaràs Ferragut (PPE). – Señor presidente, señor presidente Sánchez, bienvenido a esta Cámara.

Europa es el primer destino del mundo y España es el segundo país, después de Francia, donde van más turistas y el segundo país de donde se reciben más ingresos, después de Estados Unidos. El sector turístico tiene su fortaleza acreditada.

Pero el turismo, además de innovación, de sostenibilidad y de calidad en los servicios, necesita seguridad y estabilidad. Y de eso le quiero hablar.

Usted debe su Gobierno a las mismas personas que combaten el turismo, que lo demonizan, que realmente expulsan el sentido común de la vida diaria con actos vandálicos — en Gandía, en las Islas Baleares, en Valencia, en Cataluña— minando la convivencia.

Señor presidente, cuando no hay estabilidad, es un dardo en la línea de flotación de todo el sector turístico y de la convivencia de un país.

Europa nos da un ejemplo, cada día, de fortaleza, de principios y de convicciones, pero usted se esfuerza, cada día, en ir hacia otra dirección. Fomenta deliberadamente la división entre los ciudadanos: es tolerante con los intolerantes, irresponsable con los que quieren combatir Europa y las instituciones.

Para combatir los autoritarismos, la mejor medicina es cumplir la ley. Por eso le pido que vuelva a la senda de Europa y que gobierne con un pacto, pero siempre que no sea secreto y que sea por las urnas.

Evelyn Regner (S&D). – Herr Präsident, sehr geehrter Herr Ministerpräsident! Danke herzlichst für diese inspirierende Rede für ein Europa für Menschen. Eine Rede, die Hoffnung macht und Mut gibt.

Meine Frage richtet sich an Sie bezüglich der Frauenfrage. Wir haben einen fix und fertig verhandelten, im Parlament schon vor langer Zeit abgestimmten Bericht auf dem Tisch, in dem es heißt, dass Frauen und Männer die gleichen Chancen haben sollen, in Aufsichtsräten weiterzukommen. Was können wir erwarten? Wie können wir Sie hier als Verbündeten bekommen? Sie sprechen sich absolut dafür aus.

Ich richte mich jetzt mit dieser Frage auch an Präsident Tajani: Schauen Sie bei der Vergabe der Redezeit auch einmal darauf, dass wirklich ausreichend Frauen drankommen? Hier ist ein absolut unausgeglichenes Verhältnis. Um diese Frauenfragen auch artikulieren zu können, braucht es auch die Stimme der Frauen, die sich im Europäischen Parlament auch stärker einbringen können, indem sie das Wort bekommen.

Presidente. – Le ricordo che sono uno dei firmatari della proposta della Commissione europea per dare più posti alle donne nei consigli di amministrazione. Ero il secondo firmatario all'epoca.

La parola all'on. Corazza Bildt. Vede le donne parlano.

Anna Maria Corazza Bildt (PPE). – Mr President, I say to the Prime Minister: I share your concerns about the anti-EU rhetoric from the extreme right and the need to recover the legitimacy of the European institutions.

This Parliament has been voting across political and national boundaries, constantly regularly for a single seat of the European Parliament. We want to be able to decide when and where to meet. Chancellor Angela Merkel and Sebastian Kurz showed leadership last year and took a clear public position in favour of one location for the European Parliament.

Are you, as pro-European, willing to take a stand, to put it on the agenda of the Council, to talk to the people of Europe and of Spain during the election campaign about that and to engage in a constructive dialogue – a pro-European, pro-democracy dialogue – or are you going to ignore it and risk letting a symbol of peace, a reconciliation in Europe which is so dear to us all, to become a symbol of waste?

Christine Revault d'Allonnes Bonnefoy (S&D). – Monsieur le Président, cher Monsieur le Premier ministre, merci pour le discours que vous avez tenu. Merci pour ce discours, qui donne des couleurs d'espoir à l'Union européenne en mettant en avant les questions sociales, les questions d'écologie, les questions de solidarité et de valeurs, ainsi que les questions budgétaires européennes où vous avez été extrêmement ambitieux eu égard au fait que 1 % du PIB des États membres, ce n'est pas suffisant pour avoir des propositions européennes fortes. Vous êtes aussi allé très loin en osant parler d'Europe fédérale; cela fait plaisir à entendre et je vous en remercie.

Je voulais revenir sur la situation en Andalousie. Nous sommes très préoccupés ici et nous avons absolument besoin d'arrêter toute forme d'ambiguïté, toute forme d'alliance contre nature entre des forces de droite et d'extrême droite. C'est absolument scandaleux. Sachez que vous pouvez compter sur nous pour marquer toujours cette cohérence et cette alliance avec des forces progressistes de gauche et écologistes.

Carlos Iturgaiz (PPE). – Señor presidente, permítame que haga una moción de orden, lo primero, porque quiero rechazar y lamentar que se permita colocar carteles de presuntos delincuentes excarcelados, que son una falta de respeto a esta Cámara y a los intervinientes, en este caso, el presidente del Gobierno de España.

Señor presidente.

Señor Sánchez, usted ha llegado aquí pidiendo proteger el modelo europeo, entre otras cosas, frente a las ideologías extremistas que lo amenaza. Permítame que le diga que se le pueda aplicar a usted ese refrán de «consejos doy, que para mí no tengo». Porque usted, señor Sánchez, nos habla del peligro de los extremismos en Europa, que es cierto, pero a la vez, haga el favor de explicarnos a esta Cámara y a toda Europa que usted es presidente del Gobierno de España gracias, precisamente, a esos extremistas. Es decir, a los golpistas nacionalistas catalanes, a los chavistas podemitas, a los proetarras *batasunas* de Bildu, que son el brazo político de los terroristas de ETA, con los cuales, por cierto, usted se ufana de compartir mantel en determinadas comidas vergonzosas. Haría mejor explicando qué es lo que hace usted, señor Sánchez, gobernando con los que son la mayor bazofia de la política española y de toda la Unión Europea.

Javi López (S&D). – Señor presidente, señor presidente Sánchez, hoy ha traído aquí la voz de los europeístas que creemos en una Europa (*palabras inaudibles*) la voz en el mundo. Una Europa social que se preocupa de la precariedad laboral, de la pobreza infantil y que quiere mejorar las condiciones de los trabajadores. Una Europa ecologista que lidera en el mundo la lucha contra el cambio climático. Una Europa abierta que hace de la tolerancia su razón de ser y que cumple con sus obligaciones internacionales en materia de refugio desde la solidaridad y la responsabilidad. Y una Europa feminista que hace de la igualdad de género una de sus banderas.

Esa es la Europa que hoy defiende el Gobierno de España, una voz que necesitamos los europeos y que es bien recibida por esta Cámara.

Una Europa que, además, entiende que su futuro solo va a pasar por la construcción de una ciudadanía común, conjunta y que hace de la convivencia, del diálogo, su razón de ser. Y, además, trae la voz de un nuevo Gobierno que ha entrado también en una nueva etapa política en mi tierra, en Cataluña: una etapa de diálogo, de autogobierno, de Constitución, una etapa de respeto a la convivencia, que busca salidas políticas.

Eso es lo que ha traído el nuevo Gobierno de España y es la única solución para el futuro de los catalanes.

Gabriel Mato (PPE). – Señor presidente. Señor Sánchez, esperaba al menos que aquí hoy, en Europa, en un discurso que ha durado treinta y siete minutos, dedicara al menos diez segundos para referirse a las regiones ultraperiféricas de la Unión Europea, entre ellas Canarias. Vuelve a decepcionar.

Nos habla del futuro de Europa, pero el futuro Europa va ligado necesariamente al futuro de las RUP, unas regiones reconocidas en el propio Tratado, lejanas y con características peculiares, que necesitan de todo el apoyo. Yo sé que para usted Canarias no es más que un destino turístico donde pasar el fin de año. Pero para este Parlamento y para la Unión Europea, las RUP son mucho más que eso: son una oportunidad y un ejemplo de lo que debe ser la política de integración, de cohesión y de solidaridad. El presidente Tajani ha manifestado reiteradas veces que las regiones ultraperiféricas son ultraimportantes. Y es verdad. Confío en que, tras su paso por este Parlamento, también lo sean para usted. Cumpla con Canarias. Cumpla con los convenios pendientes. Defienda los intereses de las RUP y no tenga duda de que, desde aquí, desde el corazón de Europa, va a tener todo nuestro apoyo.

Jonás Fernández (S&D). – Señor presidente. En primer lugar, deseo dar la bienvenida a esta Cámara al presidente del Gobierno de mi país, a todo su gobierno y, por supuesto, a su ministro de Exteriores, Josep Borrell, antiguo presidente de este Parlamento. Me gustaría destacar, simplemente, de su intervención, la palabra federalismo. La necesidad de seguir reivindicando la construcción de una Europa federal, una idea que sirve también para la organización de nuestro país, España, que no es más que el reconocimiento de la armonía, de la capacidad de vivir en libertad y en igualdad. Una armonía que necesitamos en la Unión para proteger a los ciudadanos; una armonía que necesitamos para proteger también a la Unión Europea, que necesita reformar la unión monetaria. Necesitamos ese pilar fiscal de la mano, probablemente, de ese seguro de desempleo que el Gobierno de España está defendiendo y que en esta Cámara el Grupo socialista viene peleando en los últimos años, y tenemos que construir una mayoría en las próximas elecciones con la Comisión, con el Consejo y con el Parlamento, para tener un seguro de desempleo que proteja a los ciudadanos.

Francisco José Millán Mon (PPE). – Señor presidente. Desde la incorporación de España a la Unión Europea, la cuestión iberoamericana, el refuerzo de las relaciones con Iberoamérica ha sido prioritario para un dirigente español. Yo me pregunto cómo hoy se ha olvidado de citar, no solo Venezuela, sino, por ejemplo, las importantísimas negociaciones con Mercosur, señor presidente. En su discurso me preocupa, no solo lo que dice, sino también las ausencias. Otro tema cuya importancia también le quiero subrayar es el *Brexit* y, en particular, las cuestiones de pesca. Yo le pediría que, en el marco de la futura negociación con el *Brexit* —que veremos cómo acaba—, usted preste atención prioritaria no solo a Gibraltar, que lo merece, sino también a las cuestiones de pesca, de acceso recíproco a aguas y recursos. Hay muchos intereses en juego, europeos, españoles y también de mi región, de Galicia. Y termino. Le veo complacido con las cuentas y los presupuestos de la Unión Europea, y yo le quiero señalar que el nuevo marco financiero plurianual y los textos legislativos de la Comisión no dejan en buen lugar a algunas regiones españolas, que pueden sufrir graves recortes de fondos. Le ruego, por favor, que preste atención también a ese punto.

Michael Detjen (S&D). – Herr Präsident! Sehr geehrter Herr Ministerpräsident, ich freue mich, dass Sie uns heute die Ehre geben. Wir setzen große Hoffnungen in Sie, dass Sie mit Ihrem neuen Politikstil, der darin besteht, auf die Bedürfnisse der Menschen zu hören, Spanien nach vorne bringen. Ich darf Ihnen sagen, dass viele Menschen auch in Deutschland ein sehr positives Bild von der neuen sozialdemokratischen Regierung haben. Statt Konfrontation setzen Sie auf Verhandlungen und Moderation, statt rückwärtsgewandter Politik setzen Sie auf den besseren Schutz von Frauen, statt purer Sparpolitik streben Sie nach wirtschaftlichen Anreizen und Wirtschaftswachstum und einem ausgeglichenen Haushalt. Ich würde Sie bitten, uns zu berichten, wie die Umsetzung neuer Arbeitsmarktgesetze aussehen kann; Ihre konservative Vorgängerregierung hat ja mit neoliberalen Mitteln die Arbeitnehmer entrechtet. Was können Sie tun, um die Position der Arbeitnehmerinnen und Arbeitnehmer wieder zu stärken?

(Fine della procedura «catch-the-eye»)

Pedro Sánchez Pérez-Castejón, presidente del Gobierno de España. – Señor presidente, gracias a todas y todos los eurodiputados que han hecho uso de la palabra. Primero, quiero agradecerles el tono; segundo, también agradecerles —por qué no decirlo— la intensidad en las intervenciones, porque creo que también anima el debate, sobre todo después de tener que escuchar muchísimas intervenciones, un número importante de intervenciones de distinto signo y de distintas orientaciones.

Si les parece, lo que haré será, lógicamente, responderles en su conjunto, no individualmente, y lo haré además en torno a dos ejes que me parece que pueden resumir no solamente el espíritu de mi primera intervención, sino también el espíritu y el contenido de las respuestas en esta réplica a las intervenciones de cada uno de los diputados: en primer lugar, el multilateralismo y, en segundo lugar —como bien ha comentado antes un eurodiputado socialista español—, el federalismo.

En relación con el multilateralismo, yo he dicho en mi primera intervención, señoras y señores diputados, que el Gobierno de España cree, defiende la Agenda 2030, no solamente desde el punto de vista de una agenda política de transformación a nivel nacional, sino que también creemos que en la próxima década la Unión Europea tiene que ser la gran embajadora, la gran activista de la Agenda 2030 en el orden multilateral.

Ahí está, por ejemplo, esa Agenda 2030, que hace una defensa cerrada e inequívoca de la igualdad de género; está absolutamente incardinada con el planteamiento que yo he hecho a todos ustedes en relación con la Estrategia Europea de Igualdad de Género. O también lo que estamos haciendo a nivel de España con la aprobación de una serie de medidas vinculadas con la lucha contra la violencia de género, pero, también, con el cumplimiento del Pacto de Estado contra la violencia de género o la aprobación de leyes que reduzcan la brecha salarial entre hombres y mujeres, y la igualdad laboral entre hombres y mujeres.

En este asunto, me gustaría también decirles una cosa: ha habido algunos intervinientes que han hablado del desempleo, que es absolutamente inaceptable todavía en España, en términos comparativos con otros países de la Unión Europea y en términos de media de la zona euro y de la Unión Europea. Pero también les diré una cosa: ahora mismo en España hay en torno a 19 millones de afiliados y afiliadas, y es la primera vez en la historia de la Seguridad Social en que el 48 % de los afiliados a la Seguridad Social en nuestro país son mujeres. Más de ocho millones de mujeres han encontrado trabajo, están afiliadas a la Seguridad Social y están integradas en el mercado laboral.

También les diré una cosa: la medida que ha aprobado el Gobierno de España de aumentar en un 22 % el salario mínimo interprofesional, es decir, la subida más importante que se ha dado desde 1977 en la historia de nuestro país, en la historia democrática de nuestro país, beneficia, en un 70 %, sobre todo a las mujeres, que son las que están cobrando, desgraciadamente, un sueldo inferior y, por tanto, son las receptoras del salario mínimo interprofesional.

Por tanto, igualdad de género, pobreza infantil...

La lucha contra la pobreza infantil también es uno de los principales ejes de la Agenda 2030. Nosotros ahí no solamente hemos planteado a la Cámara la necesidad de reforzar esa propuesta de la «garantía infantil», sino que también estamos planteando lo mismo a nivel de España.

En los presupuestos generales del Estado que presentamos en las Cortes el pasado lunes, lo que hacemos es una apuesta decidida en la lucha contra la pobreza infantil, reforzando —y mucho— todo aquello vinculado con la garantía infantil —si lo pudiéramos llamar o traducir así— en el ámbito de la política española.

En relación con el cambio climático, ha habido algunos intervinientes que han hablado sobre cuál es el grado de compromiso del Gobierno de España en relación con este asunto. Vamos a aprobar en muy breve plazo de tiempo —espero—, en las Cortes Generales, presentada por el Gobierno de España, una ley de cambio climático, un plan o una estrategia nacional de transición ecológica, donde, si me permiten, una de las cuestiones fundamentales —al menos para el Gobierno de España— es que esa transición sea justa, es decir, que aquellas cuencas mineras, aquellas zonas de España en las que hay una fuerte presencia de las centrales térmicas puedan encontrar oportunidades y que, lógicamente, hagan comprensible para los damnificados, los principales afectados, la necesidad de hacer esa transición.

Y, finalmente, se ha hecho referencia a un amplio paquete de derechos, de libertades que, desgraciadamente, durante siete años de gobierno conservador se pusieron en marcha por parte de la anterior Administración.

Aquí se ha hablado de la «ley mordaza», se ha hablado también de todo lo que tiene que ver con la reforma laboral y con los derechos laborales de los trabajadores y trabajadoras en nuestro país.

Y dos cuestiones. La primera, en relación con la «ley mordaza». Está ahora mismo en trámite de enmiendas, en ponencia en el Congreso de los Diputados, y espero que se pueda resolver y aprobar por las Cortes Generales en el periodo de sesiones que se va a abrir a partir del mes de febrero. Y, en segundo lugar, en relación con los derechos laborales, quiero decirles que el Gobierno de España ha impulsado el diálogo social, que ha aprobado en siete meses —en tan solo siete meses— un plan de empleo juvenil para reducir en tres años la tasa de desempleo juvenil en diez puntos y movilizar 2 000 millones de euros.

También hemos aprobado un plan de lucha contra la explotación laboral, un plan de lucha contra la precariedad laboral, que ha hecho aflorar más de 50 000 empleos, que no eran —digamos, acordes— con la legislación de nuestro país y ahora mismo son contrataciones indefinidas.

Y, finalmente, también quiero decirles, en este ámbito, que saben ustedes que los trabajadores autónomos, es decir, los trabajadores por cuenta ajena en nuestro país, que ascienden a más de tres millones de personas, de hombres y mujeres, gracias a un acuerdo que hemos logrado con los sindicatos y con los empresarios en tan solo siete meses han visto reforzadas todas las garantías sociales vinculadas con la prestación por desempleo y también con la cobertura en accidentes laborales, etcétera, etcétera, etcétera. Y eso lo hemos hecho, lógicamente, de la mano de los agentes sociales y también de los empresarios. Por tanto, multilateralismo, una agenda social clara por parte del Gobierno de España, no solamente a nivel europeo, sino también a nivel nacional, y también quería hacer dos reflexiones añadidas que han surgido al hilo de las intervenciones.

En relación con la política exterior y vinculado con Venezuela, quiero decirles que el Gobierno de España, pero también yo, como líder de la oposición antes de ser presidente del Gobierno, no reconocimos la legitimidad de las elecciones venezolanas ni tampoco hemos reconocido en absoluto el régimen de Maduro. La prueba está en que no hemos estado presentes en la toma de posesión. Hemos pedido en sistemáticas ocasiones, en recurrentes ocasiones, al régimen de Maduro que pusiera en libertad a los presos políticos —allí sí que hay presos políticos—. Gracias a las buenas gestiones del ministro de Asuntos Exteriores, hemos logrado también que puedan viajar a España algunos presos políticos —el último, un chaval joven con el que tuve ocasión de reunirme— y, sin duda alguna, el planteamiento que tiene el Gobierno de España con la cuestión de Venezuela es la de intentar forjar una alianza, un grupo de facilitación de diálogo, tanto en países europeos como en países del Grupo de Lima.

Me gustaría también hacer una puntualización. Francia no ha participado en la decisión impulsada por el Grupo de Lima, y también les puedo garantizar que el Gobierno de España no está en esa idea. El Gobierno España está intentando construir un grupo de facilitación que, precisamente, lo que haga sea permitir un tránsito dialogado para resolver, de una vez por todas, la crisis venezolana.

Me ha sorprendido que cuando se habla de Venezuela no hablemos de la crisis migratoria que se sufre en Venezuela, pues unas de las principales —digamos— damnificadas son nuestras oficinas de asilo en España, porque son muchos los venezolanos y venezolanas que están buscando asilo en nuestro país. Pero tampoco de la crisis migratoria que existe en el conjunto del continente latinoamericano y, en particular, en Colombia, en Perú, en Brasil, en Chile..., en muchos países con los cuales he tenido ocasión de poder reunirme a lo largo de estos siete meses como presidente del Gobierno.

Tengo que decirles que, en el Consejo de Asuntos Exteriores, el ministro de Asuntos Exteriores —y también el Gobierno de España en su conjunto— ha defendido el desbloqueo de los recursos económicos para ayudar a esos países a poder gestionar de una manera al menos razonable la ingente cantidad de flujos migratorios que están llegando a esos países y, singularmente, a Colombia que, lógicamente, cuenta con todo nuestro apoyo.

Sobre Canarias, yo solamente quisiera decirles que el Gobierno de España..., que gracias, además, a este Gobierno, se ha tramitado en poco más de siete meses la renovación del Estatuto de Canarias y se han firmado en tiempo y forma todos los convenios que estaban pendientes de firmar. Por tanto, no es que creamos en las regiones ultraperiféricas, no es que creamos en las oportunidades, en los derechos de Canarias, sino que los estamos ejerciendo con la firma, por ejemplo, de un convenio de carreteras por 1 800 millones de euros —nada más y nada menos—, para que sean gestionados por el Gobierno canario.

Y, finalmente, quiero hacer una reflexión, una reflexión global sobre algunas de las intervenciones más vinculadas con el Partido Popular y también con la cuestión de Cataluña.

Yo lo he dicho en el Parlamento español. Me gustaría también planteárselo a los diputados del Parlamento Popular Europeo que son de mi nacionalidad, que son españoles. Quiero decirles que, ahora mismo, el orden del día de las derechas lo está marcando la ultraderecha. Y lo está marcando la ultraderecha en dos cuestiones fundamentales que son típicas cuando la derecha está en la oposición: la primera, el agravio territorial y utilizar Cataluña, es decir, la convivencia y la cohesión territorial, como un elemento y como un ariete para hacer oposición al Gobierno de España.

El Gobierno de España —el Partido Socialista Obrero Español— es y será siempre leal con la Constitución. Y lo somos en la oposición y lo somos en el gobierno. Y nos gustaría también que el Partido Popular hiciera lo propio cuando está en la oposición.

Y, en segundo lugar, si yo tengo que mirar para encontrar alguna formulación de gobernabilidad que dé estabilidad, ya sea en regiones, ya sea en países, me gusta más el ejemplo sueco que el ejemplo que acabamos de ver en Andalucía.

(Aplausos)

El presidente. – Muchas gracias, señor presidente del Gobierno de España, gracias por contestar a las preguntas de los diputados.

Yo creo que este debate ha sido un debate muy interesante. Se ha hablado mucho de España, pero también mucho de Europa y de la política en Venezuela.

Para nosotros es una cosa muy importante. Nosotros defendemos los derechos de los ciudadanos venezolanos. No se puede morir de hambre en ese país, donde no hay ni democracia ni libertad.

Gracias a todos.

Se cierra el debate.

Declaraciones por escrito (artículo 162 del Reglamento interno)

Maria Grapini (S&D), în scris. – Apreciez că doriți o Europă în care să garantăm drepturile muncii tuturor cetățenilor, în care să-i protejăm pe cei mai vulnerabili. Doriți o Europă unită, semnalizând că au crescut inegalitățile în UE. Mulți concetățeni de-ai mei lucrează în Spania și m-aș bucura să aplicați aceste principii pentru orice cetățean european care trăiește în Spania. De aceea, domnule prim-ministru, vă întreb ce părere aveți de deciziile Austriei de discriminare a copiilor, a mamelor în funcție de naționalitate? Știu, domnule prim-ministru, că aveți măsuri de susținere a tinerilor până la 30 de ani. Dar am primit mesaje de la concetățenii mei care trăiesc în Spania, care îmi spun că pentru cei de peste 30 de ani nu există nicio măsură. Nu acordați dublă cetățenie și acest lucru creează mari probleme cetățenilor europeni care sunt de altă naționalitate. Sunteți pro-european și trebuie, domnule prim-ministru, să îmbunătățiți accesul la piața muncii în țara dumneavoastră și să primeze criteriul pregătirii profesionale și nu naționalitatea, religia, genul. Sper ca Spania să acționeze pentru aplicarea fără discriminare a tratatului și excluderea dublei măsuri. Vă cer, domnule

prim-ministru, să susțină intrarea României și Bulgariei în spațiul Schengen pentru că întrunesc condițiile încă din 2011.

(Se suspende la sesión durante unos instantes a la espera del turno de votaciones).

PRESIDENZA DELL'ON. DAVID-MARIA SASSOLI

Vicepresidente

10. Reinício da sessão

(La seduta è ripresa alle 13.06)

Daniele Viotti (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, rubo solo un minuto del tempo di quest'Aula, dai voti, perché più fonti giornalistiche confermano che in Cecenia è ripresa una repressione durissima contro la popolazione omosessuale: decine di arresti, molte torture e tre morti sono stati identificati, per colpa di un regime che tende a reprimere queste persone soltanto perché sono omosessuali.

Questa Europa non può essere soltanto economia e finanza. Nei rapporti con la Russia – io ringrazio l'alto rappresentante Mogherini perché l'ha ricordato al ministro Lavrov – però, nei rapporti con la Russia, non possono esserci soltanto le questioni economiche. Siamo i campioni del mondo dei diritti umani, dei diritti civili, dobbiamo dimostrarlo. Dobbiamo chiedere fortemente alla Federazione Russa di aprire un'inchiesta su quanto sta avvenendo in Cecenia, perché non è tollerabile che delle persone vengano uccise da un regime perché omosessuali.

11. Negociações antes da primeira leitura do Parlamento (artigo 69.º-C do Regimento): Ver Acta

12. Período de votação

Presidente. – L'ordine del giorno reca il turno di votazioni.

(Per i risultati delle votazioni e altri dettagli che le riguardano: vedasi processo verbale)

12.1. Encerramento das contas do Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO) relativas ao exercício de 2016 (B8-0052/2019) (votação)

12.2. Proposta de resolução, apresentada nos termos do artigo 108.º, n.º 6 do Regimento, solicitando o parecer do Tribunal de Justiça sobre a compatibilidade com os Tratados da proposta de Acordo UE-Marrocos sobre a alteração dos Protocolos n.º 1 e n.º 4 do Acordo Euro-Mediterrânico (B8-0051/2019) (votação)

12.3. Acordo entre a UE e o Reino de Marrocos sobre a alteração dos Protocolos n.º 1 e n.º 4 ao Acordo Euro-Mediterrânico (Resolução) (A8-0478/2018 - Marietje Schaake) (votação)

12.4. Acordo UE-Marrocos sobre a alteração dos Protocolos n.º 1 e n.º 4 ao Acordo Euro-Mediterrânico (A8-0471/2018 - Marietje Schaake) (votação)

Tomáš Zdechovský (PPE). – Pane předsedající, já bych jenom chtěl Vaším prostřednictvím připomenout, že na ochozech sedí naši přátelé z Maroka, z marockého parlamentu, tak bych je chtěl Vaším prostřednictvím tady přivítat.

Presidente. – Certamente, salutiamo la delegazione del Marocco, grazie della vostra presenza.

12.5. Acordo UE-China no respeitante ao processo de resolução de litígios DS492 no âmbito da OMC – Medidas que afetam as concessões pautais de determinados produtos à base de carne de aves de capoeira (A8-0472/2018 - Iuliu Winkler) (votação)**12.6. Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) (A8-0445/2018 - Maria Arena) (votação)**

— *Prima della votazione:*

Maria Arena, rapporteure. – Monsieur le Président, le dispositif du Fonds européen pour la transition reconnaît la nécessité de disposer d'un outil de solidarité pour les travailleurs victimes des reconversions, et je m'en félicite.

Je tiens ici, malgré tout, à attirer l'attention de mes collègues sur un amendement, l'amendement 96, qui vise à donner la possibilité aussi au secteur économique de soutenir la reconversion économique à la suite d'une crise importante. Il est important de donner la priorité aux travailleurs, il est aussi important de donner la priorité aux entreprises pour avoir une réponse concrète en matière de création d'emplois. C'est ce que je propose dans l'amendement 96, et j'espère que j'aurai le soutien de cette assemblée.

12.7. Fundo Social Europeu Mais (FSE+) (A8-0461/2018 - Verónica Lope Fontagné) (votação)

— *Dopo la votazione:*

Verónica Lope Fontagné, ponente. – Señor presidente, de conformidad con el artículo 59, apartado 4, solicito que el informe sea devuelto a la comisión para comenzar las negociaciones institucionales.

(Il Parlamento accoglie la richiesta di rinvio in commissione)

12.8. Disposições específicas relativas ao objetivo de Cooperação Territorial Europeia (Interreg) (A8-0470/2018 - Pascal Arimont) (votação)

— *Dopo la votazione:*

Pascal Arimont, Berichterstatter. – Herr Präsident! Zunächst möchte ich allen Kollegen danken, die an diesem Text mitgearbeitet haben, der auch im Ausschuss einstimmig angenommen worden ist.

Nach der gestrigen Brexit-Abstimmung in London ist es beruhigend und ein gutes hoffnungsvolles Zeichen, dass die überwiegende Mehrheit in diesem Haus für grenzüberschreitende Zusammenarbeit steht. Dafür steht Interreg. Vielen Dank dafür!

In diesem Sinne möchte ich auch das Hohe Haus bitten, diesen Bericht an den Ausschuss zurückzuüberweisen, um dort gemäß Artikel 59 Absatz 4 der Geschäftsordnung interinstitutionelle Verhandlungen einzuleiten.

(Il Parlamento accoglie la richiesta di rinvio in commissione)

12.9. Repartição dos contingentes pautais incluídos na lista da União no âmbito da OMC na sequência da saída do Reino Unido da União (A8-0361/2018 - Godelieve Quisthoudt-Rowohl) (votação)

12.10. Relatório sobre o procedimento de autorização da União para pesticidas (A8-0475/2018 - Norbert Lins, Bart Staes) (votação)

Presidente. – Con questo si conclude il turno di votazioni.

13. Declarações de voto

13.1. Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) (A8-0445/2018 - Maria Arena)

Dichiarazioni di voto orali

Νότης Μαριάς (ECR). – Κύριε Πρόεδρε, το Ταμείο για την παγκοσμιοποίηση έχει τη δυνατότητα να συνεισφέρει πραγματικά για τη στήριξη της απασχόλησης. Διότι σε μια φάση όπου η παγκοσμιοποίηση έχει οδηγήσει σε τεράστια ανεργία, σε «outsourcing» των επιχειρήσεων και σε χτύπημα των μικρομεσαίων επιχειρήσεων, θεωρώ ότι το Ταμείο παγκοσμιοποίησης μπορεί να στηρίξει και έχει στηρίξει την προσπάθεια, προκειμένου οι άνεργοι να μπορέσουν και να καταρτιστούν και φυσικά να πάρουν οικονομική στήριξη. Δυστυχώς, στην Ελλάδα μέχρι στιγμής δεν έχουν αξιοποιηθεί τα κονδύλια αυτού του Ταμείου, το οποίο θα μπορούσε να έχει συνεισφέρει πραγματικά για να απαλύνει κάπως την φτωχοποίηση του ελληνικού λαού που έχει επέλθει με τα μνημόνια όλα αυτά τα χρόνια. Από και πέρα, με τη νέα ρύθμιση θα δοθεί η ευκαιρία για περαιτέρω στήριξη και σε σχέση με την ανεργία που δημιουργείται λόγω και των αυτοματισμών και των νέων τεχνολογιών.

John Howarth (S&D). – Mr President, in the Committee on Budgets (BUDG), we regularly receive and approve reports on the Globalisation Adjustment Fund. Nobody wants to consider these reports because of the circumstances, but it gives us concrete action to assist people who have been thrown out of work in large-scale redundancies. We've had them recently from AirFrance, from Nokia, from Almac, major department stores in Finland, in the retail sector in Greece, textiles in Portugal and so on. I'm proud of the fact that the European Union is able to offer solidarity to people in the most difficult of circumstances.

The new Multiannual Financial Framework (MFF) will make available around EUR 1.6 billion over the course of the years. I accept and welcome the changes in this report that simplify and broaden the scope of the fund, and that move towards proactive and just transition funding. Since 2007 to July, there were only 161 cases from 21 Member States. Unfortunately, the UK Government didn't participate in any of them.

Rory Palmer (S&D). – Mr President, I support the idea of a European Globalisation Adjustment Fund to help industries and areas in transition and to respond to the challenges of an ever-changing global economy presenting all the challenges that brings, whether it be new technology, artificial intelligence, automation, moving to a low-carbon and zero-carbon economy.

I urge colleagues to learn the lessons of recent history, particularly in parts of the UK, where that move has seen people lose good, well-paid jobs in industries like coal mining and steel, with those jobs being replaced with low-paid, precarious jobs on zero-hour contracts. In bringing forward funds, such as the Transition Fund and the Globalisation Adjustment Fund, I would urge colleagues across the European Union to be mindful not just of creating jobs, but to be mindful of the types of jobs we are creating as well. We want good, well-paid jobs with dignity.

Andrejs Mamikins (S&D). – Mr President, as a result of globalisation, the restructuring of companies puts many workers at risk. However, I don't claim that globalisation is a negative phenomenon, it brings us enormous opportunities that our parents did not have.

However, what we need now is more solidarity, and I want to thank Maria Arena, my Socialist colleague from Belgium, for keeping this spirit in her report. I welcome the amendments that speak about the technological, energy and environmental aspects of globalisation. It brings significant added-value to the Commission proposal.

However, tackling globalisation is not possible without adjusting social policies. If you look at Latvia, my country, low birth rates and high levels of emigration are changing the face of our labour industry very rapidly. As a report by the Baltic Centre for Investigative Journalism concluded, almost half of all Latvian residents would be over 50 years old by 2030. That is why the EU must help our country or it will be made up of pensioners.

Deirdre Clune (PPE). – Mr President, I welcome the report on the Globalisation Adjustment Fund to provide support to those who have lost their jobs as a result of major structural changes in world patterns due to globalisation, or as a result of economic or financial crises. I particularly welcome some of the provisions proposed to reduce the level of redundant workers from the original figure of 500 down to 200, and it is very important for smaller countries such as Ireland – and indeed for SMEs – to reduce that threshold, because it has been difficult to qualify under previous provisions.

The Globalisation Adjustment Fund has been enormously successful in Ireland. There have been at least 10 projects that have qualified including Dell in Limerick, TalkTalk in Waterford, and Andersen in Limerick, as well as Lufthansa. So I welcome the provision, and it is important to say that this complements national measures that are there to support workers and reintegrate them into the workforce.

Seán Kelly (PPE). – A Uachtaráin, cosúil le mo chomhghleacaí, Deirdre Clune, fáiltím roimh an tuarascáil seo agus molaím go bhfuil sé glactha againn an Coiste seo a leathnú ar feadh a lán blianta eile. Ó bunaíodh é in 2007, bhí caiteachas de €611 mhilliún aige agus tháinig sé i gcabhair ar 147,000 duine. Do dhaoine a bhí dífhostaithe, thug sé jabanna nua dóibh, traenáil, cáilíochtaí oideachais agus, i gcuid de na cásanna, thug sé seans dóibh a ngnó féin a bhunú.

Molaím go háirithe, go bhfuil an t-uasphointe íslithe ó chúig chéad go dhá chéad agus cabhróidh sé sin go háirithe le daoine in áiteanna tuaithe a bheidh ag cailliúint a jabanna. Dá bhrí sin, is iontach an Coiste é, taispeánann sé go bhfuil croí agus comhbhá an Aontais beo fós.

13.2. Fundo Social Europeu Mais (FSE+) (A8-0461/2018 - Verónica Lope Fontagné)

Dichiarazioni di voto orali

Νότης Μαριάς (ECR). – Κύριε Πρόεδρε, η λιτότητα και η βίαιη δημοσιονομική προσαρμογή έχουν γεμίσει την Ευρώπη με στρατιές ανέργων και εκατομμύρια φτωχούς. Αυτή η πολιτική, δυστυχώς, συνεχίζεται μέχρι και σήμερα και τα όποια μέτρα έρχονται να προστεθούν για να απαλύνουν τις συνέπειες αυτής της πολιτικής μέσω του Ευρωπαϊκού Κοινωνικού Ταμείου δεν μπορούν να χτυπήσουν το κακό στη ρίζα του. Σε κάθε περίπτωση, θα πρέπει τα κονδύλια του Ευρωπαϊκού Κοινωνικού Ταμείου+ να αξιοποιηθούν από τις περιφέρειες, να αξιοποιηθούν από τις χώρες του ευρωπαϊκού Νότου, να πάνε πραγματικά για τη στήριξη της κατάρτισης και της επιμόρφωσης, να στηρίξουν κυρίως τους μακροχρόνια ανέργους, να στηρίξουν επίσης τη φτώχεια, η οποία χτυπάει την Ευρωπαϊκή Ένωση, να γίνουν πάρα πολλές δράσεις για την ενίσχυση του κοινωνικού κράτους. Μέτρα και κονδύλια τα οποία θα πρέπει να αξιοποιήσουν με τον καλύτερο τρόπο τα κράτη μέλη, και ιδίως οι χώρες του ευρωπαϊκού Νότου που έχουν χτυπηθεί από τα μνημόνια.

Момчил Неков (S&D). – Г-н Председател, гласувах в подкрепа на доклада за новия Европейски социален фонд +, тъй като той има за основна цел справянето с ключови социални предизвикателства. Справянето с детската бедност, младежката безработица и съществуващото несъответствие между образователните системи и пазара на труда трябва да бъдат основни приоритети. В противен случай Европейският съюз ще продължи да бъде изправен пред силен икономически и социален натиск, който застрашава благосъстоянието на нашите граждани.

Вярвам, че преодоляването на неравенствата трябва да започва от най-ранна детска възраст, и затова приветствам заделянето на 5% от Европейския социален фонд + за изпълнението на европейска схема за гаранция за децата.

Детската бедност е феномен, който засяга почти половината от децата в България, които са лишени от достъп до здравеопазване, образование и грижа. Тази статистика звучи шокиращо за държава, която от 2007 г. е член на Европейския съюз. Наш дълг е да осигурим перспектива за развитие на младите хора, за да спрем обезлюдяването на регионите.

Andrejs Mamikins (S&D). – Mr President, it is a big asset of this report that the Member States can flexibly channel the money into the most urgent matters, be it the labour market, working conditions, social protection, education or health protection. However, it is crucial that the Commission carries out oversight of how and on what this money is spent. I say this because some countries, such as Latvia, have very specific issues.

In Latvia the Russian-speaking minority, accounting for 24% of the population, is not allowed to pursue higher education in the Russian language, and according to the new school reform, our children will not be able to study in their native language from September 2019. The youth unemployment rate in Latvia reached almost 11% in December 2018. This is a clear sign that our young people simply cannot take an academic or professional path due to a very restrictive and discriminatory language policy. We should stop it.

Rory Palmer (S&D). – Mr President, the last time I checked there was not a shortage of food in the European Union. The shelves of our supermarkets and our markets tend to be well stocked, but there is a food poverty emergency across this Europe, in every Member State. We are seeing queues growing all the time at food banks and emergency food poverty projects, many of them now funded by European Social Fund (ESF) monies.

One thing we can do to prevent that food poverty emergency becoming even worse in my own Member State would be to rule out right now a no-deal Brexit because it will not be the millionaires on the back benches of the Conservative Party in the House of Commons that will pay the highest price of a no-deal Brexit, it will be the people queuing at food banks who will pay the highest costs of the economic catastrophe that 'no deal' will bring about, the higher food prices that will lead to higher queues at our food banks. That is unacceptable. That's one reason why 'no deal' must be taken off the table immediately.

Ivana Maletić (PPE). – Poštovani predsjedavajući, nikako se nismo mogli složiti s prijedlogom smanjenja ulaganja u Europski socijalni fond od gotovo 7 milijardi eura i naš prijedlog, prijedlog Europskog parlamenta, ide upravo u suprotnom smjeru: skok s dosadašnjih 96 na novih 106 milijardi eura.

Ovaj instrument je izuzetno bitan za nova znanja u Europskoj uniji, za nove vještine, za digitalnu transformaciju, za pripremu za nove poslove, posebno vezano uz zapošljavanje mladih, a s druge strane za društvenu solidarnost odnosno poboljšanje uvjeta života za osobe s invaliditetom, uključivanje marginaliziranih skupina u svakodnevni društveni život i, posebno, iskorjenjivanje siromaštva, a osobito ako je vezano uz dječje siromaštvo.

Upravo zbog toga tražimo više sredstava i više aktivnosti usmjerenih na nova znanja i društvenu solidarnost.

Deirdre Clune (PPE). – Mr President, I welcome Parliament's proposal today to strengthen the Fund for the next period of funding up to 2027. The European Social Fund pulls together a series of funds: the Youth Employment Initiative, the focusing on those that are most disadvantaged, the EU health programme and the European social initiative. It focuses on unemployment, improving the employability of individuals, addressing poverty issues and focusing on social exclusion with a particular emphasis on young people and on children. So the value of this Fund – it is targeted directly at individuals, enabling them in developing skills for a modern economic era where we have automation, as we have spoken of already, and globalisation, and it will equip them with lifelong learning, which is becoming very important, and training.

I welcome this report. I think it's very important that we would continue to support the ESF+, the European Social Fund Plus, as it benefits citizens directly in their communities.

Dubravka Šuica (PPE). – Poštovani predsjedavajući, pozdravljam ovaj prijedlog Europske komisije o Europskom socijalnom fondu plus za razdoblje od 2021. do 2027.

Ne radi se samo o zapošljavanju i socijalnoj uključenosti, nego ovaj socijalni fond ostaje dio kohezijske politike, a uključit će europsku inicijativu za mlade i niz drugih programa koji će nastaviti biti dio kohezijske politike. Budući da se sada radi o 106 milijardi eura, mislim da je to dovoljan novac koji podrazumijeva u ovom trenutku 27 % cjelokupne kohezijske politike.

Smatram da je dobro da će se pojednostavniti način dobivanja ovih sredstava, da postoji veća fleksibilnost i da će se optimizirati postojeći postupci. U svakom slučaju, dobar je ovo iskorak i Europski socijalni fond plus sam podržala današnjim glasovanjem.

Nicola Caputo (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, ho votato a favore della proposta della Commissione europea sul Fondo sociale europeo Plus, per il periodo 2021-2027.

Un fondo che continuerà a promuovere l'occupazione e l'inclusione sociale, ma che punta anche a realizzare passi in avanti in termini di rafforzamento della dimensione sociale europea. Il sostegno ai giovani va mantenuto come obiettivo principale. Il tasso di disoccupazione giovanile è troppo elevato, specie in alcune aree. Il Fondo sociale europeo Plus deve mettere in atto misure personalizzate, in linea con i sistemi nazionali di garanzia per i giovani, prestando particolare attenzione ai giovani inattivi, i più lontani dal mercato del lavoro.

Il Fondo sociale europeo Plus va utilizzato per migliorare il funzionamento dei mercati del lavoro, sostenendo la modernizzazione dei servizi pubblici per l'impiego e migliorando i servizi di consulenza e di orientamento per i lavoratori.

Considerando infine che le disparità sociali esistenti in Europa suscitano sempre maggiore preoccupazione, è necessario che il Fondo sociale europeo Plus destini gran parte della propria dotazione per azioni contro la povertà e per una maggiore inclusione sociale.

13.3. Disposições específicas relativas ao objetivo de Cooperação Territorial Europeia (Interreg) (A8-0470/2018 - Pascal Arimont)

Dichiarazioni di voto orali

Rosa D'Amato, a nome del gruppo EFDD. – Signor Presidente, onorevoli colleghi, nonostante il voto estremamente deludente sui due emendamenti da noi presentati sullo scorporo del cofinanziamento nazionale dal calcolo del deficit, il testo consolidato come votato in commissione per lo sviluppo regionale è soddisfacente, dunque ho votato a favore.

Pur nell'apprezzabile sforzo di una semplificazione dell'architettura mista dei programmi di cooperazione territoriale, la proposta della Commissione sul nuovo regolamento conteneva diverse criticità, sulle quali siamo intervenuti con successo, sia in fase emendativa che in fase negoziale, il cui risultato è riflesso nel testo consolidato come votato in commissione per lo sviluppo regionale.

Innanzitutto nella relazione approvata si sono riportati i programmi transfrontalieri marittimi sotto il primo asse. Il cambio di architettura proposto dalla Commissione, che prevedeva per i programmi di cooperazione marittima solo la componente due, transnazionale, non solo non era funzionale ai bisogni delle regioni, ma non era neanche supportata da sufficienti elementi, per introdurre un cambio radicale e compromettere quindi quei programmi di cooperazione marittima, così importanti e strategici per l'Italia ed altri paesi.

A livello di risorse, la relazione prevede una somma totale di 11 miliardi, 10 dei quali destinati alle prime quattro componenti e circa un miliardo al nuovo strumento degli investimenti interregionali in materia di innovazione.

Per finire, si è innalzata la soglia di cofinanziamento dell'Unione europea all'80 %, innalzando i tassi di prefinanziamento e i livelli di programmazione 2014-2020 e dando quindi alle autorità regionali e locali la liquidità necessaria per iniziare i progetti sul territorio.

Apprezzabile anche il richiamo al fatto che tutte le componenti di Interreg debbano contribuire ai *Sustainable Development Goals* che i piccoli progetti e quelli *people to people* debbano essere mantenuti e rafforzati e che la nuova componente pilota numero 5 dovrà focalizzarsi anche sulla creazione di legami tra le regioni meno sviluppate e quelle più sviluppate, aumentando la capacità di creare quegli ecosistemi regionali di innovazione, funzionali a colmare quindi il gap tra regioni, sia all'interno degli Stati sia in una prospettiva transnazionale.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κύριε Πρόεδρε, το Ταμείο Περιφερειακής Ανάπτυξης, όπως ξέρουμε, στηρίζει τις περιφέρειες και, βεβαίως, το πρόγραμμα Interreg απεδείχθη πολύ σημαντικό για την ενίσχυση των διασυνοριακών σχέσεων και για την ενίσχυση των οικονομικών σχέσεων κρατών μελών τα οποία γειτνιάζουν. Ταυτόχρονα, όμως, η γειτνίαση ορισμένες φορές μπορεί να αποβεί και αρνητική για ορισμένες οικονομίες. Διότι έχουμε κράτη όπως είναι η Βουλγαρία στην οποία υπάρχει χαμηλή φορολογία και αυτό έχει αρνητικές συνέπειες για τον νομό Έβρου, Δράμας και Σερρών, που γειτνιάζουν με τη Βουλγαρία, και έτσι δημιουργείται, θα έλεγε κανείς, ένα φορολογικό ντάμπινγκ. Για αυτό πλέον το Interreg πρέπει να χρησιμοποιηθεί προκειμένου να στηρίζει εκείνες τις οικονομίες οι οποίες υφίστανται έναν αθέμιτο ανταγωνισμό από γειτνιάζουσες χώρες και να βοηθηθούν πλέον οι χώρες, όπως είναι η Ελλάδα, προκειμένου να στηριχθούν οι οικονομίες, να στηριχτούν οι επιχειρήσεις, οι οποίες υφίστανται έναν αθέμιτο ανταγωνισμό λόγω της γειτνίασης με τη Βουλγαρία, η οποία πραγματικά κάνει ένα φορολογικό ντάμπινγκ με πολύ φτηνό και χαμηλό ΦΠΑ, αλλά και φορολογία εισοδήματος.

Ivana Maletić (PPE). – Poštovani predsjedavajući, programi europske teritorijalne suradnje izuzetno su važni za jačanje europske solidarnosti i zajedništva. Posebno prva komponenta, prekogranična suradnja, i zato mi je drago što smo u Parlamentu prihvatili da se poveća iznos za prekograničnu suradnju i da je ta raspodjela unutar četiri komponente ipak više na strani prekogranične suradnje u odnosu na prijedlog Europske komisije.

U ove programe ulažemo ukupno 11 milijardi eura. To je značajan iznos koji mora biti iskorišten efikasno i na što jednostavniji način. Zbog toga mi je drago da je veliki broj amandmana koje sam predložila vezano uz pojednostavljivanje procedure provedbe ušlo u konačni tekst i da ćemo u budućnosti imati ipak manja administrativna ulaganja i opterećenja na strani provedbe ovih programa, a to su korisnici najčešće u praksi isticali.

Isto tako, zadnja komponenta, inovacije, izuzetno je važna i nadam se da ćemo uspjeti povećati ukupnu omotnicu za 0,3 % kako bismo mogli što više uložiti u inovacije.

Dubravka Šuica (PPE). – Poštovani predsjedavajući, moj interes za ovu temu proizlazi iz činjenice što sam bila izvjesteljica u sjeni za mišljenje Odbora za vanjske poslove za ovu temu.

Posebno želim zahvaliti onima koji su radili u Odboru za regionalni razvoj i koji su jako doprinijeli da ova tema dobije na značaju na način da očekujemo da se pojednostave procedure, da se lakše dolazi do sredstava, da naravno postoje kontrole, ali da ne budu višestruke. To je osnovni razlog.

Znamo zbog čega je uopće Interreg osnovan, da bi zemlje koje dijele granicu, bilo na kopnu ili na moru, ostvarile bolju suradnju. Ono što ovaj prijedlog govori, to su mali projekti, od građanina prema građaninu, što je vrlo važno i to zaista pozdravljam i nadam se da će i ovo izvješće doprinijeti tome da dođe do veće fleksibilnosti, do boljeg korištenja, do smanjivanja administrativnih barijera i da će ovi projekti zaista koristiti našim građanima. Iznos od 11 milijardi eura i nije zanemariv, stoga pozdravljam inicijativu i, naravno, Parlament koji je ispravio svojim amandmanima ono osnovno izvješće.

13.4. Relatório sobre o procedimento de autorização da União para pesticidas (A8-0475/2018 - Norbert Lins, Bart Staes)

Dichiarazioni di voto orali

Момчил Неков (S&D). – Г-н Председател, с гласувания доклад даваме ясен сигнал на Европейската комисия, а и на индустрията, че що се касае до оторизацията и дори използването на препарати за растителна защита, нещата не могат да останат така както са днес. Трябва пълна прозрачност по време на процедурата на одобрение. Трябва ли да имаме и в Европа случай, подобен на Дуюйн Джонсън – американския градинар, заболял от рак – за да осъществим тази промяна?

Трябва по-сериозен финансов ресурс за Европейския орган за безопасност на храните (EFSA) и повече ресурси за развойна дейност на нови нехимически методи за растителна защита. Някои от сегашните препарати представляват риск за полезните опрашители, като пчелите. Така, освен че застрашаваме тяхното здраве, застрашаваме и биологичното разнообразие и поминъка на пчеларите.

Трябват сериозни усилия и в борбата с нелегалния внос на пестициди, а също така и други препарати от трети страни. Повече контрол на българските КПП-та, като външна граница на ЕС, е очевидно належащ. Неразрешените препарати могат да носят пряк риск за здравето на европейските граждани, но и косвен за много икономически сектори.

Eleonora Forenza (GUE/NGL). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, sono molto contenta di aver partecipato come componente sostituta ai lavori della commissione PEST in questi mesi, contenta del contributo che abbiamo apportato come gruppo GUE/NGL alla definizione di questa relazione e anche soddisfatta della votazione di oggi, che fa indubbiamente un passo in avanti nella direzione della trasparenza dopo la vicenda preoccupante, come ho rimarcato anche nella relazione EFSA Glifosato.

Avremmo voluto una relazione ancora più in linea con la campagna Stop Glyphosate, ma credo che oggi, appunto, si sia fatto un passo in avanti. Ricordo che il glifosato è un erbicida non selettivo, che ha lo stesso effetto su tutte le piante, anche quando è usato in dosaggi differenti, che non si disperde e non decade facilmente. E voglio anche ricordare una questione che riguarda la mia terra, la regione Puglia perché in Salento è stata trovata una grande quantità di glifosato nel suolo, anche a seguito del decreto Martina, che obbliga anche in Salento l'uso di pesticidi, prediligendo la scelta di quelli chimici. La strada è ancora lunga da fare ma oggi abbiamo senz'altro fatto un passo in avanti.

Eleonora Evi (EFDD). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, anch'io sono contenta del risultato del voto di questa relazione, importante, sulle procedure di autorizzazione dei pesticidi, affinché l'Europa finalmente risponda alle richieste di milioni di cittadini europei che chiedono che i prodotti tossici e pericolosi, non soltanto per la salute, ma anche per l'ambiente, per la biodiversità, vengano finalmente banditi e, soprattutto, si possa arrivare ad avere valutazioni scientifiche pubbliche ed indipendenti e soprattutto trasparenti. Questo è l'obiettivo, la strada da percorrere, per garantire, appunto, che scandali come quello dei Monsanto Papers e dell'autorizzazione del glifosato non avvengano più.

Questa Europa deve mettere al centro la salute dei cittadini e la tutela dell'ambiente e dei nostri territori.

Sylvie Goddyn (EFDD). – Monsieur le Président, ce rapport sur la manière dont on autorise les pesticides dans l'Union européenne fait suite aux graves dysfonctionnements de l'Autorité européenne de sécurité des aliments (EFSA). La procédure de réévaluation du glyphosate et les «Monsanto papers» ont démontré que le système est faillible mais, plus grave encore, probablement corruptible.

Après neuf mois de commission spéciale au sein du Parlement européen, nous aboutissons à un texte bien timide. Il ne répond qu'à la marge au défi de la protection de la santé des Européens face aux pesticides. Néanmoins, je note la présence de quelques avancées qui seront déterminantes dans l'élaboration d'une réforme approfondie des processus d'autorisation des pesticides.

J'ai donc voté en faveur de ce rapport tout en gardant à l'esprit que nous devons, d'une manière ou d'une autre, contraindre l'EFSA à plus de transparence afin d'éviter les conflits d'intérêts.

Emmanuel Maurel (GUE/NGL). – Monsieur le Président, nous venons de voter des recommandations pour améliorer l'efficacité des dispositifs de détection et d'interdiction des produits phytosanitaires dangereux. C'est bien, et tout le monde s'en félicite, sauf qu'au même moment, la presse révèle que l'un des instituts qui travaillaient pour l'Autorité européenne de sécurité des aliments avait purement et simplement copié-collé une grande partie des rapports de Monsanto, qui est le fabricant du glyphosate, dont chacun ici souligne la dangerosité.

On est là en face d'un scandale et on ne peut pas laisser faire. Il faut pointer du doigt les responsables. Il faut que le Parlement demande des comptes, à la fois, bien sûr, au commissaire et au directeur de l'Agence européenne de sécurité des aliments. Sinon, quelle est notre crédibilité?

Je pense que nous devons être fiers d'avancer vers un meilleur contrôle et l'interdiction de certaines substances dangereuses, mais il faut aussi savoir sanctionner les responsables de tels agissements.

Jiří Pospíšil (PPE). – Pane předsedající, já jsem podpořil tuto zprávu, je nutné zpřísnit pravidla pro povolování pesticidů v Evropě. Je dobře, že takto máme kvalitní a budeme mít kvalitní jednotnou právní úpravu pro 28, v budoucnu 27 států. Já jsem podporoval některé pozměňovací návrhy, které přinášely ještě razantnější regulaci. Mrzí mě, že třeba neprošel pozměňovací návrh, který měl omezit testování pesticidů na zvířatech. Tento návrh jsem podpořil. Ale i tak ta zpráva je podle mého názoru kvalitní a nová legislativa určitě bude lepší než ta dosavadní. Takže mám radost z toho, že návrh prošel, a zpřísnění povolovací procedury pro uvádění nových pesticidů na trh považuji za mimořádně důležité, významné a tato část je podle mě největším přínosem té nové právní úpravy.

Dubravka Šuica (PPE). – Poštovani predsedavajući, zabrinutost zbog prekomjerne upotrebe glifosata rezultirala je osnivanjem *ad hoc* Odbora protiv upotrebe pesticida.

Smatram da je jednogodišnji rad tog Odbora bio vrlo kvalitetan, 30 članova na tome je intenzivno radilo, i ovo je jedno od rijetkih izvješća koje je ideološki suprotstavljene strane, zdesna i slijeva, jako približilo. Znači, jedno od rijetkih izvješća gdje smo danas gotovo unisono glasovali. Smatram da idemo u dobrom smjeru.

Ono što je važno, to je da postoje dvije faze odobravanja. Jedna je na europskoj razini, kad se radi o aktivnim tvarima, a druga je na nacionalnoj razini, kad se radi o upotrebi sredstava za zaštitu bilja. Mislim da je to jako dobro, da je postupno i da smo krenuli u dobrom smjeru jer prije svega, ipak, mi ovdje moramo voditi računa o zdravlju ljudi. Kad govorimo o budućnosti Europske unije, onda je zdravlje broj 1.

Stanislav Polčák (PPE). – Pane předsedající, já jsem podpořil tento návrh zprávy. Myslím si, že je důležité se chovat skutečně odpovědně a udržitelně. A například nejen v Evropě i v jiných lokalitách, a zejména i v České republice, jsou glyfosát a jiné látky v zemědělství skutečně používány nadměrně a tyto látky zároveň působí neselektivně. Jsou skutečně univerzální, ničí všechno zelené. Myslím si, že jsou dnes už dostupnější alternativy v rámci používání těchto látek a my bychom do našeho rozhodování měli přinést co nejvíce transparentnosti.

Já sám se musím přiznat, že jsem, když jsem ještě působil ve výboru AGRI, byl uveden v omyl právě jednou studií, která nebyla transparentní a dala se vlastně označit za plagiát, takže je dobře, že postupujeme tímto směrem zpřísnění kritérií a co nejvyšší možné transparentnosti. Proto já jsem podpořil tuto nelegislativní zprávu a doufám, že tento environmentální přístup bude vítězit ve více politikách Evropské unie.

14. Correções e intenções de voto: Ver Acta

(La seduta è sospesa alle 14.27)

PŘEDSEDNICTVÍ: PAN PAVEL TELIČKA

místopředseda

15. Reinício da sessão

(The sitting resumed at 15.00)

16. Composição do Parlamento: ver Acta

17. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta

18. Reforço do ensino, da investigação e da memória do passado totalitário na Europa (debate de atualidade)

President. – The next item is the topical debate (Rule 153a) on Comprehensive European education, research and remembrance of the totalitarian past (2019/2500(RSP)).

Андрей Ковачев, *от името на групата PPE.* – Г-н Председател, г-жо Комисар, г-жо Министър, тази година ще отбележим 30 години от падането на комунистическия режим в Източна Европа. Когато преди 10 години този парламент прие резолюцията за европейската съвест и тоталитаризма, поставихме началото на дебата за формирането на общ прочит върху историята на Европа с осъждане на всички тоталитарни режими от XX век.

С поставянето на знак за равенство между страданията, причинени както от фашизма, така и от националсоциализма и комунизма. С преосмислянето им и извличането на поуки от трагичните събития от историята на западните европейски народи, както и от историята на народите в Източна Европа.

Поуки, които да насърчат демокрацията, толкова нужното ни днес европейско единство, върховенството на закона, зачитането на човешкото достойнство и свободата.

И в същото време поуки, които да предотвратят избуяването на омразата, ксенофобията, посяването на авторитарни или тоталитарни идеи в европейските общества.

Десет години по-късно моята лична оценка е, че по различни причини този дебат не се състоя. През този период Европейският съюз бе изправен пред нови предизвикателства, на които със сигурност би реагирал по-успешно, ако бе извлякъл поуки от историята.

Мисля, че Европа днес се нуждае от рестарт на дебата. В момента не правим достатъчно, за да се справим с възкръсването на духовете от миналото. Национализмът и популизмът се подсилват от липсата на памет и разбиране за нашата история, за ролята на европейската интеграция в преодоляването на дълбоките рани от тоталитарните режими в Европа.

Достатъчно е да обърнем поглед към някои държави, където разочаровани от несигурното икономическо настояще и социалното неравенство, младите хора подкрепят екстремистки крайнодесни или крайнолеви партии, за да се убедим колко голяма е опасността от повтаряне на трагичните грешки от миналото. Затова е толкова важно да предаваме паметта, за да не стават младите европейци жертва на политическите играчи, които предлагат лесни решения на много сложни обществени проблеми.

Когато не предаваме паметта за миналите събития, позволяваме младите поколения да бъдат подвеждани с пропаганда и дезинформационни кампании, както за националсоциализма, така и за комунистическите режими, които и до днес се радват на носталгия поради незнание за мащабите и продължителността на техните престъпления. До какво води това виждаме много ясно в Русия и в други държави, където има притеснителни тенденции за нарастване на носталгията по сталинизма.

Има различни политики, които отделните държави – членки на Европейския съюз, прилагат, една от тях обаче е универсална и може да бъде модел навсякъде. И това е образованието.

Чрез образованието следващите поколения европейци, без значение дали в Западна, Централна, Източна, Северна или Южна Европа, трябва да получат представа за тоталитарните режими през XX век и да знаят, че за свободата, демокрацията, човешките права, които имат днес, са се жертвали милиони. Да знаят, че свободата не е даденост и както казваше Роналд Рейгън, винаги е на едно поколение от изчезване и трябва да се отстоява.

Вчера в тази зала тържествено отбелязахме 20-годишнината от въвеждането на еврото, но е добре да припомним, че Европейският съюз не е само общ пазар и валута, а преди всичко гарант за свободата, мира, демокрацията и зачитането на човешките права на нашия континент. Европейският съюз е отговор на ужасите на тоталитаризма, който потискаше и ограничаваше с цената на милиони невинни жертви, разрушения и неизмеримо страдание. Днес, когато сме изправени пред предизвикателствата да защитим своята ценностна система, ние повече от всякога трябва да си даваме сметка за заплахите от липсата на историческа памет.

Нека с помощта на образованието съхраним този уникален проект за следващите поколения европейци, вместо да позволяваме да станат жертва на невежество и манипулации, които упорито насаждат носталгия за отминали времена на тоталитарни режими.

Melania Ciot, *President-in-Office of the Council*. – Mr President, the topic of our debate today touches on the very core of our Union and what it stands for. The authoritarian and totalitarian regimes across Europe in the last century remain a dark chapter in our continent's history. Our Union is based on the common values and the general principles of respect for human dignity, freedom, democracy, equality, the rule of law and respect for human rights.

Its aim is to uphold and promote these values, which, as we are all well aware, have been increasingly challenged in recent years. Fortunately, younger generations have not suffered under totalitarian regimes, yet there is now a risk that we are taking these common values and principles for granted. Our common values have enabled the longest period of peace in Europe. They remain a cornerstone of our democratic societies and they need to be safeguarded and constantly nurtured.

Today we face a number of challenges that put our open societies at risk, be it through xenophobia, divisive nationalism, discrimination, disinformation or violent radicalisation, to name just a few. If we are fully to understand the present, an awareness and understanding of the past is crucial. A lack of knowledge about the origins of the Union and about the way in which it works increases the risk of discrimination. It also prevents citizens from developing informed opinions on the actions that the Union takes. On the other hand, knowledge about the diversity, heritage and traditions within the Union and its Member States promotes mutual respect, understanding and cooperation, which in turn can strengthen a common sense of belonging.

We know that education can play a crucial role in promoting our common values and in promoting a better understanding of the Union and of each other. We are also all well aware that the Union's competence in the field of education is limited and that Member States remain fully responsible for their education systems and for the design of their curricula. However, at a time when Europe is looking to the future and seeking to re-engage its citizens, especially young people, around an agenda of shared values, we believe it is important to create a sense of belonging among Europeans. In this spirit, the Member States have therefore made a number of commitments, as evidenced in various political statements, be they Council conclusions or recommendations, which provide a strong basis for cooperation in this area.

At the Gothenburg Summit in November 2017, the EU heads of state and government chose education and culture as the first subject to be addressed under the new Leaders' Agenda, underlining their resolution to do more in these areas. The Gothenburg discussions were followed by the conclusions of the European Council of December 2017, which highlighted how education and cultures are key to building inclusive and cohesive societies.

In May 2018, the Council adopted a recommendation on promoting common values, inclusive education and the European dimension of teaching. This recommendation was a follow-up to the Paris Declaration of 2015, in which education ministers stressed the importance of the role that education can play in this respect. The commitments of the Paris Declaration are as relevant today as they were then.

In addition to our efforts in this area at national level, we need to make the best use of the Union's instruments and programmes, such as Erasmus+, Horizon, Creative Europe, Europe for Citizens and the European Solidarity Corps, the support initiatives that serve to promote our common values. We need to provide our young people with the skills and competencies to become active, informed and responsible citizens. Media literacy and critical thinking are crucial skills in today's society. Our young people need to develop the critical analysis and understanding needed to cope with the ever-growing volume of information. They need to be aware of the need to identify correctly, and use, reliable sources of information and of the risk of disinformation.

Finally, it is of the utmost importance to promote and encourage tolerance, mutual understanding and intercultural dialogue in order to secure a better future. The role of educational staff and their continuing professional development plays a key role in this respect. It is important to learn how to address difficult or sensitive topics or controversial issues and not to leave them unaddressed. Teachers need support in their new role in an ever more diverse classroom.

This subject is closely tied in with the priorities of our Presidency. As our Prime Minister outlined yesterday, one of our main pillars is the Europe of common values. We aim to stimulate the solidarity and cohesion of the European Union by promoting policies on combating discrimination, ensuring equal chances and equal treatment, and by increasing the involvement of citizens, particularly young people, in the European debate.

To conclude, I can assure you that this issue will remain high on the Council's political agenda. Thank you for your attention.

Věra Jourová, *Member of the Commission*. – Mr President, thank you very much for having put this important and very timely debate on the agenda. Learning about our history and analysing the complex forces at play between and within our societies is the basis for understanding the world we are living in today. Knowing about our past is also critical for building the future of our continent and our countries.

Let us not forget that the original underlying idea of the European integration project – ensuring that its dark history does not repeat itself and preserving our freedoms, shared values and ways of life – needs to be defended every day.

Commemorating and teaching that past, as well as cultivating the memory of troubled times, are key to shaping a common future. It is important to include all totalitarian regimes – be they fascist, communist or others – as we do on the Europe-wide day of remembrance for the victims of these regimes, on 23 August each year.

The Commission supports remembrance, research and education in the field of totalitarianism in a variety of ways. Preserving the memory of Europe's totalitarian past is one of the core themes of the current Europe for Citizens programme, which supports activities that encourage reflection on European cultural diversity and on common values.

Funds are available for initiatives that reflect on the causes behind the rise of totalitarian regimes in Europe's modern history and commemorate the victims of their crimes. Furthermore, Europe for Citizens is the Union's main tool to support initiatives that raise awareness of and educate about the Holocaust. Each year the Commission invests EUR 3.5 million in these projects. Several operational grants support Holocaust memorials and education sites.

Remembering the Holocaust needs to remain a priority. In that context, the EU has recently acquired permanent international partner status with the International Holocaust Remembrance Alliance. The Commission is also supporting the largest-ever EU-funded research initiative on the Holocaust, with EUR 8 million, through the Horizon 2020 project. It is called European Holocaust Research Infrastructure.

Further, in the field of research, in 2015 and 2017 the Commission published calls under the Horizon 2020 programme to support research on cultural opposition in the former socialist countries and on improving mutual understanding among Europeans by working through troubled past.

Take, for example, the project COURAGE which stands for – Cultural Opposition – Understanding the Cultural Heritage of Dissent in the Former Socialist Countries. This project has created the first digital database highlighting various forms of cultural opposition in former socialist countries. The project concluded that education and research on cultural heritage are crucial to support open pluralistic democracies.

In the field of education, the Union supports and complements national policies aimed at better understanding our history and shared values. The current Erasmus+ programme has so far supported some 30 projects dealing with history and totalitarianism in the EU. These projects gave pupils and students the chance to learn about the past in a direct way and make changes in their own lives as a desired result.

Last year, the Commission put forward a Council recommendation on promoting common values, inclusive education and the European dimension of teaching. Member States agreed on it after only several months; this was a real milestone. Never before has the EU said so clearly how important it is to promote our common values, to create a sense of belonging, to teach about the functioning values and origins of the EU, and, most importantly, learn about the complex cultural and historical experiences in our Member States.

The Commission strongly believes that education is also the most effective means of preventing antisemitism. This is why the Commission is co-funding a study entitled the Holocaust in Contemporary Education, a joint initiative with UNESCO.

Finally, we can raise awareness and understanding through our cultural heritage, and I am proud that the European heritage label has been awarded to sites of historical significance. Sites such as Poland's historic Gdańsk shipyard or the Sighet memorial in Romania.

Let me reassure you that the Commission will continue to promote remembrance of totalitarian regimes, whatever their ideological basis. Understanding our past is crucial if we are to live together and to build a better future for our continent.

Sandra Kalniete, *on behalf of the PPE Group*. – Mr President, the last century taught us a harsh lesson in how dangerous and unpredictable authoritarian regimes and dictatorships are. That's why totalitarian crimes must not be repeated. We need education, research and remembrance to build immunity and resilience in our societies against every temptation of undemocratic solutions. Europeans need this knowledge in order to clearly recognise and resist nationalists, populists and radicals on both the left and the right and to prevent them from hijacking and denigrating our democratic values and brainwashing our open societies.

The European Union was constructed against the backdrop of trauma brought about by National Socialism and Communism. Also, they defied ideology. They originated as groups of populists who used manipulation to grab power in order to build the most brutal regimes that claimed the lives of millions. The historical experience of Western Europe was Nazism, whereas Central and Eastern European countries have experienced both Communism and Nazism. These authoritarian regimes are our common legacy, and Europe must be able to speak in one language about this double legacy.

To this end, the Union should provide a framework and sufficient financial funding for comprehensive research into Europe's totalitarianism – both totalitarianisms – as well as educational programmes and cultural projects. We also need the full opening up of historical archives to verify the historical lies.

We have to see the clear link between populism, extremism, autocracy and dictatorship around the world. Moreover, we have to act in response to mass violations of human rights be it in Russia, China, Iran or in jihadism or Islamism.

Petra Kammerevert, *im Namen der S&D-Fraktion*. – Herr Präsident! Europa hat gerade im 20. Jahrhundert eine Geschichte der Verirrungen, der Verbrechen des Krieges und des Unrechts, aber auch eine Geschichte des Gelingens: mit der Gründung der Europäischen Union, dem Fall des Eisernen Vorhangs und der Vertiefung der europäischen Integration.

Demokratie braucht Erinnerung. Nur wer sich der Vergangenheit bewusst ist, kann die Zukunft gestalten. Die Gründung der Europäischen Union und die gemeinsame Verteidigung der Grundwerte einer offenen, liberalen und pluralistischen Gesellschaft sind die Lehren, die wir aus dem dunkelsten Kapitel der europäischen Geschichte des 20. Jahrhunderts gezogen haben.

Der Blick in die Vergangenheit hilft, Lösungen für die Gegenwart und Zukunft zu finden, indem man Fehler erkennt, sich bewusst macht, wie es dazu kam, und auch indem man Schuld eingesteht, auch für Taten, die man selbst nicht zu verantworten hat. Der Kniefall Willy Brandts in Warschau ist das bemerkenswerteste Beispiel eines solchen Schuldeingeständnisses.

Ich warne allerdings davor, mit Erinnerungskultur Geschichtspolitik betreiben zu wollen. Das gelingt nicht. Geschichte ist immer lang, kompliziert, vielfältig und vor allem widersprüchlich, auch in ihrer Erzählung selbst. Erinnerungskultur hat nie den Anspruch auf absolute Wahrheit. Es gibt historische Tatsachen, die sich nicht leugnen und wegdiskutieren lassen. Aber eine Erinnerungskultur, die Widersprüche nicht verdeutlicht und versuchen würde, die Ereignisse nur aus einer Perspektive zu erzählen, ist sinnlos. So etwas eint nichts, das spaltet.

Erinnerungskultur gelingt immer dann, wenn sie Brüche verdeutlicht und anerkennt, dass Einordnungen nach schwarz, weiß, Gewinner, Verlierer, Held, Täter oder Opfer oft so nicht funktionieren und Fragen nach Schuld und Mitschuld nicht so einfach zu beantworten sind.

Erinnerungskultur gelingt, wenn der Zweifel bei einem selbst bleibt. Insoweit hilft Erinnerungskultur auch gegen Populismus. Sie mahnt uns, den eigenen Standpunkt zu überprüfen. Dreißig Jahre nach dem Fall des Eisernen Vorhangs sollten wir uns erinnern: Diejenigen, die für sich absolute Wahrheit beanspruchten, sind gestürzt. Totalitarismus und Populismus haben eins gemeinsam: Sie verlangen nicht nach Erinnerungskultur, sondern nach Geschichtserzählungen aus der Sicht des vermeintlichen Siegers. Diesen Unterschied sollten wir deutlich machen. Das ist das, was wir unseren Kindern vermitteln sollten, damit sie gewappnet sind.

Branislav Škripek, za skupinu ECR – Ďakujem Vám vážený pán predsedajúci, pokúsim sa dodržať čas. Ďakujem za napomenutie. Veľká časť nás poslancov sediacich v tejto sále Európskeho parlamentu na vlastnej koži zažila, čo to znamená totalitný režim, ktorý vo veľkej časti Európy vládol celých 40 rokov.

Ja som dieťa socializmu, kde naša komunistickou ideológiou vedená vláda si predstavovala, ako vybudujeme blahý socializmus. Pred vami teraz stojí človek, ktorý pod násilným vplyvom tejto ideológie musel ako dieťa sľubovať, keď som bol iskríčka, potom pionier, potom zväzák, že budem budovať a brániť socialistickú vlasť vždy pripravený. Ale, nebolo to naozaj to, čo by som naozaj chcel. Ako človek z Československa, kde nás dogmaticky učili, že komunizmus a socializmus, tézy Marxa, Engelsa, Lenina sú to najlepšie, čo môže byť, že Boh neexistuje, a zakazovali o jeho existencii vôbec hovoriť a vláda hlásala, že šírenie učenia Ježiša Krista je skrz-naskrz zlá vec. Ja preto za dôležité skutočne považujem, aby sme vzdelávali našich mladých ľudí aj v temnej časti našej histórie. Je potrebné, aby história slúžila ako memento zápasu práve preto, aby sa neopakovala. Hrdinovia našej doby, ktorých chcem pripomínať, nám slúžia ako vzory aj pre dnešnú dobu. U nás na Slovensku je takýmto odbojovým bojovníkom, vojakom Jozef Gabčík, ktorý počas druhej svetovej vojny pôsobil v exilovej Československej armáde a spolu s Jánom Kubišom uskutočnil atentát na predstaviteľa nacistickej totality, na ríšskeho protektora Heidricha, ale keď sme ju porazili začala vládnuť tá komunistická, ktorá vo východnom bloku chcela vybudovať spoločné dobro.

Myslím však, že sa to nepodarilo a ďakujeme za dnešnú slobodu.

María Teresa Giménez Barbat, en nombre del Grupo ALDE. –Señor presidente, queridos colegas, nuestra Unión nació de las cenizas humeantes de los totalitarismos de izquierdas y derechas, pero también como un refugio y una esperanza frente a ellos. Me gustaría recordar una reflexión de Vaclav Havel, presidente, sobre cómo de parecidas son las raíces del sistema totalitario, sobre la irresistible tendencia de las ideologías a independizarse de la realidad y de la vida. En una realidad totalitaria, la ideología sustituye a la razón, y la verdad se identifica simplemente con el poder. Si la memoria de Europa flaquea, si los ciudadanos no comprenden su pasado, incluyendo las grandes tradiciones de la razón, el fin de la división del continente que programan los Tratados no se convertirá en realidad. Esta historia común debería animar todas las iniciativas de investigación, todos los planes educativos para prevenir la demencia totalitaria. Porque la lucha contra el totalitarismo, que los clásicos llamaban simplemente tiranía, es una lucha común por la Unión, por las libertades y la democracia, bienes preciosos, pero frágiles, como la memoria humana, que necesitan de atenciones y perseverantes cuidados. Es de vital importancia preservar la memoria del totalitarismo, pero debemos hacerlo desde una perspectiva de historia europea, de una historia europea común, para no alentar un excesivo particularismo nacional, para no dar alas al nacionalismo y para, en resumidas cuentas, hacer honor a la verdad. Sí, la verdad existe, y debe ser nuestro objetivo más trascendental y luminoso y una gran inspiración para todos.

Bronis Ropė, *Verts/ALE frakcijos vardu*. – Gerbiamas Pirmininke, labai svarbu priminti, ypač jaunajai kartai, kokias nenu-sakomas tragedijas žmonijai atnešė totalitariniai XX amžiaus režimai. Mano Tėvynėje Lietuvoje dėl sovietinės okupacijos netekome apie 800 000 gyventojų, apie 300 000 buvo kalinami lageriuose ir pasmerkti badui ir šalčiui Sibire. Kas trečias iš šių nekaltų žmonių, įskaitant vaikus ir moteris mirė baisiomis sąlygomis. Visgi šie kraupūs komunistiniai nusikaltimai dar nėra deramai pasmerkti ir to pasekmės pajausime ir jau jaučiame mes visi. Rusijoje jau seniai skatina-mas stalinizmo kultas, sovietinis režimas šlovinamas visur: nuo suvenyrų iki televizijos laidų, neigiami net tokie akivaiz-dūs dalykai, kaip Stalino ir Hitlerio sandėris pasidalinti Rytų Europą ir Baltijos šalių okupaciją.

Νικόλαος Χουντής, *εξ ονόματος της ομάδας GUE/NGL*. – Κύριε Πρόεδρε, αγαπητοί συνάδελφοι, κατά την άποψή μου, η συζήτηση που κάνουμε σήμερα έχει αποπροσανατολιστικό χαρακτήρα και δεν αντιμετωπίζει τα σύγχρονα προβλήματα και τις προκλήσεις της νεολαίας και της εκπαίδευσης. Στις μέρες μας, ο ευαίσθητος κλάδος της εκπαίδευσης, με την επίθεση που δέχεται, κινδυνεύει να μην μπορεί να επιτελέσει τον ιστορικό και κοινωνικό του ρόλο. Οι νεοφιλελεύθερες πολιτικές της Ευρω-παϊκής Ένωσης έχουν οδηγήσει την αποδιάρθρωση και τον κατακερματισμό της εκπαίδευσης προτάσσοντας την ιδιωτικοποίηση ως πανάκεια με βάση τις επιταγές της αγοράς. Οι περικοπές των δημοσίων δαπανών και η υποχρηματοδότηση έχουν απαξιώσει τα εκπαιδευτικά συστήματα και έχουν υποβαθμίσει την ποιότητά τους. Η σημερινή συζήτηση συνδέεται άμεσα με αυτή την ποιότητα, το περιεχόμενο και τη συμβολή της εκπαίδευσης που στο όνομα, όμως, της θεωρίας, όπως αναπτύχθηκε, των δύο άκρων, προσπαθεί να αποπροσανατολίσει, να ξαναγράψει την ιστορία και να δικαιολογήσει, κατά την άποψή μου, τα μέτρα που λαμβάνονται σε ορισμένες χώρες κατά των κομμουνιστικών και αριστερών κομμάτων. Αγαπητοί συνάδελφοι, τι ιστορικό μάθημα δίνει η άρνηση της Γερμανίας να αποπληρώσει το κατοχικό δάνειο που πήρε από την Ελλάδα, να αποπληρώσει και να αποζη-μιώσει τα θύματα της ναζιστικής κατοχής; Ποιο είναι το ιστορικό μάθημα που δίνουμε και η αποκατάσταση της ιστορικής μνήμης; Αγαπητοί συνάδελφοι, τούτες τις μέρες, τούτες τις ώρες, η παιδεία στην ελληνική πραγματικότητα δέχεται μια νέα επίθεση λιτότητας, από την κυβέρνηση, περικοπής των δαπανών και αλλοίωσης των πτυχίων. Αυτοί οι καταστροφικοί σχεδιασμοί δεν εξυπηρετούν τις ανάγκες ούτε της παιδείας ούτε των κοινωνιών μας. Η αγωνιστική στάση σπουδαστών και καθηγητών αυτή την περίοδο, που αντιμετωπίζουν αυταρχική βία, δείχνει τον δρόμο για μια καθολική εκπαίδευση και εκπαιδευτικούς με αξιο-πρέπεια και εργασιακά δικαιώματα.

Nathan Gill, *on behalf of the EFDD Group*. – Mr President, I know that those who fail to learn from our history are doomed to repeat it. I believe strongly in education, but know that education can be and is used to further propaganda. I am concerned that the EU will use this as a way to further propagandise its existence and further make patriotic citizens of nation-states into villains.

I know the often-used term populist. Let us not forget that the opposite of populist is un-populist. Why have you made speaking up for the populace somehow a bad thing, always when they say what you do not want to hear? I am also very concerned about the oft-repeated line that the EU has been the source of 75 years of peace in Europe. Communication, cooperation and learning off each other often have helped but do not write out the role of NATO, of the Americans, of the UN, and yes, of nuclear weapons, the threat of which have made war impossible.

If you must dabble in education, please trust the Member States to decide what is best for their children. Trust in national education systems and keep political motivation out of education.

Marie-Christine Arnautu, *au nom du groupe ENF*. – Monsieur le Président, enseigner l'histoire du totalitarisme est indispensable, et ce n'est pas l'anticommuniste viscérale que je suis qui vous dira le contraire. Mais ce n'est pas au Parlement européen de s'occuper de l'éducation, surtout quand des millions d'Européens, qui souffrent de la misère, de l'insécurité et de la submersion migratoire, ne voient jamais leurs problèmes résolus. Que des élus veuillent influencer sur la recherche et l'enseignement n'est pas de bon augure pour la vérité historique. C'est justement l'histoire du totalitarisme qui nous l'apprend.

C'est pourtant déjà le cas dans de nombreux pays européens. L'actuelle tendance, au sein de l'Union européenne, au totalitarisme mou s'exprime par la culpabilisation, les oukases, les mises au ban, la propagande dans les écoles, les persécutions policières et judiciaires contre les mouvements résistants à l'euromondialisme, comme en Italie, en Grèce, en Belgique, en Allemagne, ou encore en France contre le Rassemblement national ou les gilets jaunes. L'histoire doit avoir pour but d'extraire les générations à venir de l'actuel totalitarisme européen bien-pensant et du marché roi, et donc de les préserver de celui qui se profile, le totalitarisme islamiste.

Κωνσταντίνος Παπαδάκης (NI). – Κύριε Πρόεδρε, συνάδελφοι, μιλάτε περί ολοκληρωτισμού. Ο στόχος σας προφανής: να εξισώσετε τον κομμουνισμό με το τέρας του φασισμού, του γνήσιου παιδιού της καπιταλιστικής βαρβαρότητας, αυτής που όλοι σας υπερασπίζεστε. Η ιστορική αλήθεια, η κόκκινη σημαία στο Reichstag αποτελούν άσβεστο μάρτυρα του ποιος εξολόθρευσε τον ναζισμό, του ποιος θρέφει και σήμερα την ακροδεξιά, τον εθνικισμό και τους φασίστες. Το μαρτυρά το τι γίνεται σήμερα στην Πολωνία, την Ουγγαρία, τις βαλτικές χώρες με τις διώξεις και τις απαγορεύσεις κομμουνιστικών κομμάτων την ίδια ώρα που απονέμονται τιμές σε συνεργάτες των ναζί με τη στήριξη της Ευρωπαϊκής Ένωσης. Όσα ιδρύματα, ψέματα στα σχολικά βιβλία και ακριβοπληρωμένες καμπάνιες και αν χρηματοδοτήσετε, την ιστορία την γράψανε και την γράφουν οι λαοί με την πάλη τους ενάντια στο σάπιο εκμεταλλευτικό σύστημα. Είναι ιστορικές οι κατακτήσεις του σοσιαλισμού σε παιδεία, υγεία και εξάλειψη της ανεργίας. Η Ευρωπαϊκή Ένωση και ο καπιταλισμός δεν είναι μονόδρομος. Οι λαοί μπορούν με τη δική τους εξουσία στις χώρες τους να παλέψουν για την Ευρώπη του σοσιαλισμού.

Sabine Verheyen (PPE). – Herr Präsident! Totalitarismus steht in hohem Maße gegen die Grundrechte. Keine freie Meinungsäußerung, keine Reisefreiheit, Ausgrenzung, Unterdrückung, Angst, Gräuelt, Überwachungsstaat – das zeichnet das Leben in totalitären Regimen aus. Dies war über viele Jahre Teil der Geschichte in Europa und ist Gott sei Dank und hoffentlich auch in Zukunft in der Europäischen Union überwunden. Damit sich dies in Zukunft in keiner Form wiederholt, darf dieser Teil unserer Geschichte nicht in Vergessenheit geraten. Wir müssen die Erinnerung an den Nationalsozialismus, den Faschismus, aber auch an die totalitären kommunistischen Regime wachhalten, und diese Mahnung muss im Bewusstsein der Menschen bleiben. Deshalb muss die Aufarbeitung und Bearbeitung von allen totalitären Systemen und deren Auswirkungen auf das Leben der Menschen ein wichtiger Bestandteil im europäischen Bildungssystem und im Schulunterricht sein, damit eine Erinnerungskultur entstehen kann. Die wissenschaftliche Aufarbeitung der Geschichte an Universitäten ist ebenso von besonderer Bedeutung. Wir tragen die Verantwortung für zukünftige Generationen, damit dies nie mehr geschieht, damit Totalitarismus in Europa nie wieder Raum hat.

Silvia Costa (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, penso che il progetto democratico e solidarista europeo non si potrà sviluppare se non sarà fondato sulla conoscenza e la coscienza della storia comune europea.

Una storia che prende le mosse dal «mai più» dei totalitarismi, del nazismo e del comunismo, nonché dell'Olocausto, e che si è concentrata sulla dignità della persona umana, la libertà e la solidarietà.

Di fronte ai nuovi rischi di involuzione democratica, ai nazionalismi, ai razzismi, ma anche di fronte ai revisionismi e ai negazionismi, è necessario che, nella costruzione di un'area educativa europea, si tenga maggiormente conto della necessità, nella ricerca storica e anche nella metodologia condivisa, dell'insegnamento della storia comune, attraverso la promozione di studi comuni, confronti critici, anche per riunificare davvero l'Europa.

Io penso che vada messa a punto una nuova metodologia anche di educazione civica europea e che si possa arrivare naturalmente, nella libertà dei diversi sistemi, alla necessità di insegnamenti di un nucleo condiviso della storia europea, che evidenzia i valori comuni che sono stati alla base del processo di integrazione.

Non basta, però, lo sappiamo, essere colti o avere memoria per essere esenti da rischi. Noi sappiamo che se non c'è anche un'educazione valoriale, una pratica di cittadinanza europea, un aumento del pensiero critico, sarà molto difficile che alla cultura si accompagni la coscienza e noi dobbiamo sapere che appunto non basta solo coltivare la memoria, ma una coscienza democratica che nasca da quel «mai più» che abbiamo pronunciato all'inizio dell'esperienza del progetto europeo.

Ci sono degli esempi interessanti, ma anche degli esempi negativi in Europa, nei sistemi scolastici. Per esempio ci sono alcuni paesi che hanno fatto molta fatica a inserire la storia della Shoah dentro ai loro libri di storia e altri, come per esempio, mi dispiace la Repubblica Ceca, in questi giorni ha deciso di non ricordare più Jan Palach o nell'Ungheria non si vuole ricordare più un eroico Imre Nagy. Questi revisionismi non fanno bene alla creazione di una coscienza comune europea, mentre ci sono delle esperienze molto positive che non dico, e che ...

(Il Presidente ritira la parola all'oratrice).

Jordi Solé (Verts/ALE). – Señor presidente. En la era de las *fake news* y la posverdad, la manera de rearmarnos como sociedad es a través de una educación de calidad y unos medios de comunicación libres y plurales. Serán los ciudadanos bien formados y bien informados los que podrán plantar cara a quienes pretenden falsear la historia, como el líder del Partido Popular español, Pablo Casado, cuando dice que los españoles no colonizaron, sino que lo que hacían era tener una España más grande. Por respeto a las víctimas es imprescindible reaccionar a este tipo de insultos a la memoria. Debemos trabajar la memoria histórica para dar voz a quienes no pudieron participar en la construcción del discurso oficial, para reconocer la parte olvidada de la historia negada, para restaurar la justicia y reparar aquellos que sufrieron la injusticia. Y debemos hacerlo, no solo con la memoria de las atrocidades de los totalitarismos, sino también con la de todos los regímenes que han basado su poder en la vulneración sistemática de los derechos fundamentales.

Miguel Urbán Crespo (GUE/NGL). – Señor presidente. España es una excepción en Europa. Es una excepción de impunidad. Solo en España tenemos monumentos que hacen apología de las dictaduras fascistas, como fue la de Franco. Solo en España tenemos asociaciones que hacen apología del fascismo subvencionadas, asociaciones dedicadas a genocidas y asesinos. Solo en España tenemos miles de cadáveres en las cunetas sin exhumar. Somos el segundo país del mundo, después de Camboya, con más desaparecidos. Solo en España se encuentra suspendido el principio de justicia universal, porque se están rechazando los exhortos de la justicia argentina para interrogar a presuntos criminales de lesa humanidad de cara a su posible enjuiciamiento. Durante toda esta legislatura nos hemos dirigido al comisario Timmermans para que recibiera a las víctimas, a los familiares de las víctimas, y se ha negado. Si la Comisión Europea se sigue negando a recibir a las víctimas del franquismo, será cómplice de la impunidad.

Marcus Pretzell (ENF). – Herr Präsident, sehr geehrte Damen und Herren Kollegen! Wenn es um die Erinnerung an die sozialistischen und nationalsozialistischen Diktaturen des letzten Jahrhunderts geht, dann sind wir uns sicherlich alle einig, dass das seinen Platz in den Geschichtsbüchern und in der Bildung finden muss.

Wenn es aber darum geht, über gemeinsame Werte zu reden, dann wird es schon schwieriger. Denn in der Familienpolitik oder auch in der Frage des Verhältnisses zwischen Nationalstaat und der EU haben wir doch die Debatten gerade über diese Werte. Es ist gut, dass wir diese Debatten führen und dass sie offen, mit offenem Ergebnis geführt werden können. Es geht eben nicht nur darum, auf Gemeinschaft Wert zu legen, sondern auch um das Individuum. Es geht nicht nur um die europäische Dimension, wie hier gesagt worden ist, es geht schon gar nicht um die eine Wahrheit. Es sind totalitäre Regime, die von „der“ Wahrheit reden. Um Wahrheit muss gerungen werden. Es ist Aufgabe, Bildung zu vermitteln, aber es ist nicht Aufgabe von staatlichen Institutionen zu erziehen. Das ist ein klassisches Zeichen für totalitäre Regime. Damit sollte die Europäische Union gar nicht erst beginnen.

Alain Lamassoure (PPE). – Monsieur le Président, je félicite notre collègue Andrey Kovatchev d'avoir pris l'initiative de ce débat. L'enseignement de l'histoire, certes, n'est pas une compétence communautaire et ne doit pas le devenir, mais l'Union ne peut pas se désintéresser de la réapparition, presque partout en Europe, d'un discours de haine dans le débat public.

En deux générations, l'Europe est passée de la damnation de la guerre récurrente à la paix quasiment perpétuelle. C'est un miracle. Ce miracle n'a été possible que grâce à la construction européenne car, année après année, elle a réconcilié nos peuples en les mobilisant, non plus l'un contre l'autre, mais autour d'un projet commun.

Or, voilà que, ici ou là, nous formons avec nos enfants une nouvelle génération de nationalistes. On se méfie enfin des *fake news*, prenons garde à la *fake history*, celle qui a joué un rôle si dramatique dans les tragédies du XXe siècle. Oui, mille fois oui au récit national, non au roman national.

Krystyna Łybacka (S&D). – Panie Przewodniczący! Totalitaryzm to cywilizacja przemocy, to pogarda dla wolności myśli i przekonań. Czy w walce z totalitaryzmem wystarczy tylko pamięć? Czy wystarczy nam tylko pamięć o męczeństwie narodów i heroizmie jednostek? Nie. Potrzeba nam czegoś więcej, tym bardziej że współczesne totalitaryzmy działają pod przykryciem demokracji. Taki ukryty totalitaryzm jest bardzo niebezpieczny, ponieważ usypia umysł.

Dlatego naszym zadaniem jest wykształcenie pokolenia młodych ludzi, którzy potrafią krytycznie i refleksyjnie rozumieć świat, własne człowieczeństwo, potrafią współdziałać z innymi na zasadzie tolerancji i poszanowania drugiego człowieka. To edukacja jest najlepszym, najbardziej skutecznym elementem walki z nienawiścią, z brakiem tolerancji i z totalitaryzmem. Nie pozwólmy, aby były w odniesieniu do nas prawdziwe słowa Indiry Gandhi, która sama padła ofiarą nienawiści. Powiedziała ona: „Historia jest najlepszym nauczycielem, ale ma bardzo złych uczniów.”. My nimi być nie możemy.

Indrek Tarand (Verts/ALE). – Mr President, I think John Donne's words, also immortalised by Ernest Hemingway – ‘don't ask for whom the bell tolls; it tolls for you’ – should be in front of our eyes while debating today. Indeed, totalitarianism can come in different colours: left, right, Fascist, Nazis, Bolshevik, Trotskyist, whatsoever.

But the important thing is that we need to recognise it and deal with it when it's a little seed, not just a grown-up blossoming tree. As usual, I'm a little bit ahead of my time. A month ago I published a book by a great Estonian author who knows how to recognise a totalitarianist. His name was Enn Sarv. He was a prisoner in Le Struthof because he was an enemy of *das Reich* and later he was in the gulag because he was an enemy of the Soviet people. He taught me a lot and I hope I have taught you a bit in this one minute.

Eleonora Forenza (GUE/NGL). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, non ho qui il tempo di rispondere a certo revisionismo cialtrone, che ho sentito in alcuni interventi.

D'altro canto la stessa festa dell'Unione europea si celebra il 9 maggio, dimenticando che quello è anche il giorno della vittoria sul nazifascismo da parte dell'Armata Rossa e lo dico rigettando con forza ogni idea autoritaria di socialismo di comunismo.

Voglio soltanto dire che sono orgogliosa di aver contribuito all'approvazione, in quest'Aula, di una risoluzione che mette a bando tutte le organizzazioni neofasciste, di aver contribuito con una denuncia a far sì che oltre 25 neofascisti fossero arrestati a Bari.

Voglio dire che oggi però, noi dobbiamo riandare, come ci insegna a fare Hannah Arendt, alle origini del totalitarismo, a quel processo di disumanizzazione che stiamo ripercorrendo anche in Italia e anche in Europa. Quando 49 persone si lasciano in mare, senza considerarle persone, quando si pubblica il video dell'arresto di una persona, come nel caso di Cesare Battisti, siamo di fronte a quella disumanizzazione ...

(Il Presidente ritira la parola all'oratrice)

Michaela Šojdová (PPE). – Pane předsedající, učit o historii, o totalitách je nutné a vůbec to není lehké. Proto chci připomenout český projekt Paměť národa, který provádí organizace Post Bellum. Tato organizace sbírá svědectví a předává je žákům ve školách i celé společnosti. Svědectví pamětníků, to je velmi účinná metoda, kterou bychom měli podporovat, protože víme, že klíčovou roli hrají učitelé, je třeba jim poskytnout podporu a co nejvíce informací. K tomu má sloužit například cena Jana Ámose pro učitele o Evropské unii. Tento pilotní projekt podpořil Evropský parlament a měl by v letošním roce být uskutečněn. Je to náš příspěvek a podpora pro učitele, kteří mají povzbuzovat a informovat žáky. A také dům Evropských dějin, který je v gesci Evropského parlamentu. Máme k tomu jeden konkrétní příspěvek. 20. března se zde bude promítat film o studentovi Janu Palachovi, který zde již byl dnes zmíněn. Dnes je to přesně 50 let, kdy zahořela jeho lidská pochodeň.

Liliana Rodrigues (S&D). – Senhor Presidente, Senhora Comissária, a boa intenção que calculo ter presidido à sugestão deste debate deve deixar de lado a tentação de querer saber quem teve ou tem as piores ditaduras: se a esquerda, se a direita.

Uma ditadura é uma ditadura, ponto. Não tem qualquer inquinação ideológica neste aspeto. Não há ditaduras na Europa, mas alguns dos nossos lugares assomam arremedos travestidos de democracias iliberais, maneirismos de uma linguagem usada para entorpecer as pessoas e o seu sentido de alerta.

Assistimos a discursos de ódio e isso deveria ser o suficiente para nos encher de vergonha, a nós e a todos aqueles que morreram a combater os totalitarismos. Por isso, particularmente pela educação, poderemos recusar aquilo a que T.S. Eliot chamava provincianismo temporal, referindo-se aos que ignoravam e ignoram as lições e a sabedoria da História. Portugal sabe bem do que falo.

Tunne Kelam (PPE). – Mr President, 10 years ago this Parliament concluded that Europe will not be really united unless it is able to reunite its history, to recognise Communism and Nazism as a common horrible legacy. This November, we're going to mark 30 years since the demolition of the Berlin Wall. However, a mental Berlin Wall still divides us.

The victims of Communism still belong to the second category. They lack an internationally binding commitment to 'never again', and all European public awareness of what happened in the eastern part of Europe after World War II is still alarmingly superficial and inadequate.

The European Parliament also insisted on what should be done, and I would like to recall some points: public debate on the nature of totalitarian systems; updating European history textbooks – I think the Commission can coordinate this job – and marking 23 August as a common day of remembrance of all victims of totalitarian systems.

Julie Ward (S&D). – Mr President, the European Union was founded as a peace project following the atrocities resulting from totalitarianism and dangerous nationalism. Last year's European Year of Cultural Heritage promoted positive intercultural dialogue and involved more than six million people taking part in nearly 12 000 events organised across 37 countries. We must continue to celebrate our diversity and common bonds, working in formal and informal education across all age ranges, teaching our difficult history as well as extraordinary achievements.

I wish to state that there are still many difficult moments from our past which must be recognised and taught in schools, for example the genocide against Roma, and the shocking Holodomor, or terror famine, in Ukraine which caused the death of 7.5 million people. Now more than ever in times of political instability, we must bring together the people of Europe to learn the mistakes of the past and work together. As Ms Merkel said, when the generation that survived the war is no longer with us...

(The President cut off the speaker)

Antanas Guoga (PPE). – Mr President, one month ago I was personally faced with a situation where the remembrance of the totalitarian past in Europe seemed to be forgotten. I, together with other MEPs from 13 countries, wrote a public letter to Amazon CEO Jeff Bezos asking him to withdraw the selling of Soviet symbols, the hammer and sickle, on memorabilia. I was surprised about the reactions of some of my fellow MEPs. Some of them didn't see what the issue is about, the others weren't aware about the horrors of the Soviet regime.

Let me remind you why the Soviet symbols cannot be a fashionable detail or just a kitsch souvenir. Horrific crimes were committed under the Soviet symbols of the hammer and sickle, millions killed, tortured, exiled. The total number of victims of the Soviet regime is estimated at over 60 million. The rest of the world knew very little of these crimes as they happened behind the Iron Curtain. Our attitude towards symbols of the Soviet regime should be no less serious than towards Nazi symbols. Both totalitarian regimes, Nazi and Soviet, systematically abused human rights, suppressed freedom and democracy in Europe.

(Applause)

Момчил Неков (S&D). – Г-н Председател, историческата памет за тоталитарното минало е тема, към която трябва да се подхожда деликатно и от необходимата дистанция на времето, особено що се отнася до времето на комунизма в държави от бившия Източен блок, като България например.

Спомените за този период от българската история са все още живи и смятам, че когато комунизмът се изучава в училище от днешното поколение, то историческият прочит трябва да бъде обективен, а не идеологизиран и политизиран. В новия вариант на българските учебници по история комунизмът е описан като най-черния период от нашата история, представен е като по-лош от епохата на турското робство.

Действителността обаче е друга. Изследвания сочат, че една значителна част от българите биха предпочели да живеят по комунистическо време. Ще ви кажа защо. Защото българите в периода на прехода и след него действително живеят по-зле и едва свързват двата края. Защото през последните десет години политиката на Борисов задълбочи още повече неравенствата в обществото. Питам се защо ли управляващите вместо предизборно да разделят нацията на комунисти и антикомунисти и да правят опити за подмяна на историята, не се съсредоточат „...“ *(председателят отнема думата на оратора)*

Věra Jourová, členka Komise. – Pane předsedající, já nemohu odolat, musím mluvit ve svém jazyce, protože chci také připomenout oběť Jana Palacha, jehož výročí vzpomínáme právě dnes. Padesát let od sebeupálení studenta filozofické fakulty Jana Palacha.

Jak jsem poslouchala debatu, uvědomila jsem si, jak velmi silně a jak symbolicky tady dnes tato informace zaznívá právě v souvislosti s totalitou, s cenzurou, a já nemohu nevzpomenout na moment, kdy mně moje maminka, když mi bylo asi 15 let, myslím, že to bylo šeptem, vyprávěla, kdo to byl Jan Palach a co udělal v roce 1969. Pamatuji si velmi přesně, jak mi říkala: „Nikde to jméno neříkej, ale pamatuj si to jméno.“ A pak přišel leden 1989 a tohle jméno jsme my, Češi, skandovali na Václavském náměstí a já jsem si tehdy uvědomila, že ta oběť, kterou Jan Palach provedl, sebeupálení, tak trýznivou a burcující smrt, kterou zvolil, že ta oběť nebyla marná a že udělala svou důležitou práci v české společnosti. A měla by jí dělat dál nejen v české společnosti, ale v celé Evropě. Myslím si, že právě dnes bychom si měli uvědomit tyto souvislosti, uvědomit si, že totalita přináší cenzuru, přináší ohýbání hřbetů, represí, emigrace a deformaci morálky. To jsou všechno plody, které možná sklízíme dodnes a proti kterým musíme udělat všechno.

Co se týče vzdělávání, myslím si, že nikdo, jak jsme tady, ani Evropská unie, jejíž jsem i já reprezentantkou, nechce, aby dnešní vzdělávací systém vykládal dětem jediné možné povolené pravdy. To je znak totality. My chceme, aby školy dávaly objektivní informace, aby se nevyhýbaly tématu moderních dějin a hlavně aby učily mladou generaci pracovat s informacemi, aby ji vedly ke kritickému myšlení. Protože domnívat se, že jenom náš vzdělávací systém, naše školy zajistí, že budeme znát naši novodobou historii, to je velmi naivní představa. Dneska jsme v éře internetu, v éře kdy, jak jste mnozí zjistili, na nás působí dezinformační vlny. Proto je tak důležité nejenom předávat mladým lidem informace, ale učit je pracovat s informacemi, učit je kritickému myšlení a nechat je, aby pracovali s informacemi, které získají z různých zdrojů.

Myslím si, že toto je nejenom úkol pro Evropskou unii, ale především, jak tady taky zaznívalo, pro členské státy, na které já osobně mám tendenci skutečně upřímně se spoléhat, že nedopustí, aby totalita ovládla nejenom vzdělávání, ale i naše společnosti.

Předsedající. – Musím konstatovat, že mě osobně překvapuje a mrzí, že ti kolegové, kteří právě tu obavu z propagandy Evropské unie ve studijních osnovách zde vyjádřili, tak už neměli dostatek času, aby si vyslechli reakci paní komisařky.

Melania Ciot, *President-in-Office of the Council.* – Mr President, I would like to thank honourable Members for this important and enriching debate. I believe that we have a wide consensus regarding the importance of education in building a Europe for the future, based on common values, mutual understanding of our diverse traditions and shared awareness of the history of Europe, including totalitarianism. Parliament can be sure that the Council will keep this issue high on its political agenda in the future. Thank you very much, once again, for your attention.

President. – The debate is closed.

Written statements (Rule 162)

Andrea Bocskor (PPE), *írásban.* – Az Európai Parlament 2009-ben elfogadott, totalitarizmus elleni állásfoglalása szerint a megbékélés a múlt feldolgozása és az igazság megismerése nélkül nem lehetséges. Ennek értelmében szükség van az európai iskolákban használatos történelem-tankönyvek és -tantervek kiigazítására és kiegészítésére, annak érdekében, hogy a fiatal nemzedékek is tudatában legyenek az önkényuralmi rezsimek által elkövetett szörnyű bűntetteknek. A dokumentum emlékeztetett a totalitárius rezsimek áldozatainak emléknepjára, és felkérte a tagállamokat: vizsgálják meg, hogy saját országuk történelmének és sajátosságainak fényében milyen módon történjen a megemlékezés. Fontosnak tartom, hogy a több millió áldozat emlékezetét elevenen tartsuk, hiszen ez az, ami figyelmeztet bennünket a totalitarizmus veszélyeire, ugyanakkor pedig a szolidaritást és megértést erősíti az egységesülő Európa polgárai között.

Az Európai Uniónak meg kell adni a megfelelő keretet és a megfelelő forrásokat az európai totalitárius rezsimek kutatására, csak úgy, mint a megfelelő oktatási programokra és kulturális projektekre a totalitárius múlt objektív és átfogó megismerése érdekében. Csakis így ismerheti meg a jövő nemzedéke, a fiatalabb generációk, a közös múltunkat, és ezáltal pedig egy közös európai jövő építőivé válhatnak.

Dominique Bilde (ENF), *par écrit*. – «Les heures les plus sombres de notre Histoire», telle est la planche de salut de l'Union européenne face au rejet de plus en plus massif des peuples qui la composent. Cette évocation quasi obsessionnelle des atrocités qui, de l'Holocauste au stalinisme, ont jalonné le XXème siècle est d'ailleurs devenue depuis le tournant des années 2000 la raison d'être d'une Union incapable d'asseoir sa légitimité sur un véritable consensus populaire. Il n'est donc pas anodin qu'à mesure que la contestation s'amplifie, la Commission multiplie les commémorations, ramenant l'Histoire millénaire de notre continent à l'unique tragédie des totalitarismes mortifères, dont la construction européenne serait l'antidote. Soyons clairs: la mémoire des millions de victimes du nazisme et du communisme est une exigence impérieuse. Pour autant, son détournement à des fins politiques est quant à lui éminemment contestable. Car l'une des leçons qu'il nous faut retenir de l'expérience totalitaire, c'est que l'Histoire appartient aux historiens et non aux idéologues.

Monica Macovei (ECR), *în scris*. – Aproape toate statele membre au trecut prin experiența regimurilor totalitare. Prea puține pun, însă, accentul pe studierea crimelor acestora. Speranța vine însă de la societatea civilă. Din 1998, Fundația Academia Civică din România organizează la Sighetul Marmăției, la locul vechii închisori comuniste, o școală de vară dedicată elevilor între 15 și 18 ani pentru studierea crimelor din perioada comunistă. Anul acesta se împlinesc 80 de ani de la semnarea Pactului Ribbentrop-Molotov și 30 de ani de la căderea zidului Berlinului, 30 de ani de la eliberarea Europei de sub teroarea totalitară. Programul de la Sighet este un exemplu demn de urmat în întreaga Uniune, pentru ca amintirea celor care au murit pentru libertatea noastră să rămână mereu vie.

Ivari Padar (S&D), *kirjalikult*. – Tihti on nii, et tähistame mineviku saavutusi ja püüame valusaid mälestusi maha suruda. Totalitaarsete režiimide võim Euroopas on üks selline valus mälestus. Aga valusate mälestuste meelepidamine aitab meil edasi minna ja kindlustada, et autoritaarsed jõud ei pääseks uuesti võimule. Minu kodumaa Eesti on kannatanud Nõukogude Liidu kommunismi all ja nii mulle kui ka mu kaasmaalastele on seetõttu eriti oluline, et totalitaarsete režiimide mineviku meelepidamisel ja ajaloo õpetamisel käsitletakse nii fašistlikke kui ka kommunistlikke režiime. Stalinistliku nostalgia jaoks ei tohi läänemaise kultuuriruumis olla ruumi, sest me ju ei kiidaks heaks igatsust fašistliku mineviku järele. Siin on haridusel võtmeroll, ning seepärast peab Euroopa Liit panustama nii totalitaarsete režiimide mineviku õpetamisesse kui ka selle akadeemilisse uurimisse. Koolide ajalooõpikute ajakohastamine vajab samuti Euroopa Liidu koordineerimist. Eriti oluline on meie kodanike harimine praegusel hetkel, kuna igasugused populistlikud liikumised koguvad jätkuvalt toetust üle Euroopa.

João Pimenta Lopes (GUE/NGL), *por escrito*. – Prosseguem vergonhosamente as tentativas da reescrita da História. Alimentam a falsificação do passado, criminalizando o comunismo, equiparando-o ao nazi-fascismo, branqueando hipocritamente os que tentaram escravizar uma parte dos povos europeus e promoveram uma aterradora guerra de extermínio. Pretendem apagar o contributo decisivo dos comunistas e da União Soviética para a derrota do nazi-fascismo, o seu papel nos avanços das condições de vida dos trabalhadores, o seu contributo para a libertação dos povos do jugo colonial, após a Segunda Guerra Mundial. Nenhuma tentativa de reescrever a História apagará este legado. O impacto e significado histórico e universal da Revolução de Outubro, mesmo após o desaparecimento da URSS, é ainda mais evidenciado no tempo em que vivemos. Um tempo que evidencia a natureza exploradora, opressora, agressiva e predadora do sistema capitalista e da União Europeia, permanentemente em confronto com os direitos e as aspirações dos trabalhadores e dos povos e que é responsável pelos crescentes problemas e perigos que a Humanidade enfrenta.

19. Situação dos direitos fundamentais na União Europeia em 2017 (debate)

President. – The next item is the debate on the report by Josep-Maria Terricabras, on behalf of the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs, on the situation of fundamental rights in the European Union in 2017 (2018/2103(INI)) (A8-0466/2018).

Josep-Maria Terricabras, Rapporteur. – Mr President, I also address myself to the Commissioner and the colleagues who played the role of shadows for the annual Report on the situation of fundamental rights in the EU in 2017. This report had to be relatively brief, which it is. When you consider all fundamental rights in the whole of Europe during one year, it is clear that you are tempted to speak about a tremendous amount of things.

We have avoided this and have focused on six main topics. Some of them necessarily extended, all of them of undeniable relevance and of major concern: the rule of law, migration, women's rights, media freedom, freedom of expression and assembly, racism, xenophobia, discrimination, hate speech and other forms of intolerance, the role and mandate of the European Union Agency for Fundamental Rights (FRA).

We agreed from the very beginning on the criteria under which we had to work on it. Our main political and moral criterion is the common view that we didn't want to produce a completely neutral analysis of fundamental rights in Europe, but our aim was to make a joint reflection on the values of the Union, not just to defend them but also to suggest ways and steps to improve the Charter.

Allow me a personal remark. No one thinks that the Charter will be stronger and more vivid if we maintain Article 51, which should be interpreted in a wider way to avoid that we have to advance at a good speed but with the handbrake on.

I am convinced that we have produced a good report. I will highlight just a few aspects. First, as for the rule of law, we stress that the EU's ineffectiveness in ending the breaches of the values referred to in Article 2 is undermining both trust among the Member States and the credibility of the European Union.

Migration is still a major concern. In 2017, 650 000 first-time asylum seekers applied for international protection in the Member States. More than 1 000 refugees have drowned in the Mediterranean Sea. Humanitarian aid has been criminalised. States have not been able to undo the knot of the Dublin Regulation.

Women's rights are clearly defended in the text, now when in some countries and among certain people they are attacked or dismissed.

Media freedom, freedom of expression and assembly that in the past counted among the fundamental rights for free men and women have now to be restored, even in places and countries where one would not expect them to be under threat. Artists or social leaders are also the victims, now and then.

Racism, xenophobia, discrimination, hate speech and many forms of intolerance are reducing equality and freedom among human beings. We have tried to show that there are many forms of intolerance and discrimination, that our life can only be built up if it benefits from a rich soil of justice and a good atmosphere of freedom.

As a final point, we mentioned the Agency for Fundamental Rights, FRA, based in Vienna, which is doing an excellent job and has never before appeared in our annual reports. FRA should be active, not only in giving support when asked to do so but it should also be proactive in discovering and denouncing cases where human rights are at stake or have been abolished. The FRA needs a new mandate.

Our 21 pages are, in my opinion, a text which is at once simple, clear and forceful, thanks to the shadow colleagues and to the advisers who decisively contributed to this satisfactory result.

PRZEWODNICTWO: BOGUSŁAW LIBERADZKI

Wiceprzewodniczący

Przewodniczący. – Witam Państwa serdecznie! Mam jedną prośbę o reżim czasowy. O 17.00 rozpoczynamy głosowania. Jeżeli uznam, że dotrzymanie tego terminu jest zagrożone, to proszę się nie gniewać, ale będę radykalnie interweniować.

Věra Jourová, Member of the Commission. – Mr President, I would like to thank Parliament for its constant focus on strengthening fundamental rights in the EU.

In short, I will start with the rule of law, which is crucial for the very functioning of the EU. The Commission has, over the past years, been committed to upholding the rule of law in all Member States with a sound rule of law policy and it closely monitors the situation in Member States. The rule of law has never been so high on our European agenda as it is today. The Commission has proposed a regulation on protecting the Union's budget in the event of generalised deficiencies as regards the rule of law in the Member States.

The Commission also intends to present an initiative on further strengthening its rule of law framework, taking due account of the work of Parliament, including the resolution on democracy, the rule of law and a fundamental rights mechanism that was adopted in 2016 and the discussion that followed.

Following the actions of the Government of Poland, we have initiated the Article 7 procedure. In September last year, Parliament decided to initiate the same procedure following the actions of the Hungarian Government. These are unprecedented steps.

The Commission is also using infringement proceedings to address values-related violations of EU law by Member States. We also use other instruments, including audits and investigations related to the use of EU funds as well as measures through the European Semester to monitor justice reforms in Member States.

Overall, the EU is encouraging Member States to improve the independence, quality and efficiency of their justice system. National judges are also EU judges. They are, together with the Court of Justice, the guardians and the ordinary court of the EU legal order, particularly through their role in the preliminary ruling procedure.

Effective justice systems are also essential in maintaining mutual trust between Member States and their judicial authorities. This has been underlined by the recent case law of the Court of Justice, which stressed that mutual trust is founded on the premise that the national courts meet the requirements of effective judicial protection. After all, as the Court of Justice has recently phrased it prominently, effective judicial review is of the essence to the rule of law, one of the values upon which the European Union is founded.

With regard to the challenges still faced by women, I would like to stress that women's rights were at the heart of the Commission's work in 2017 with the year of actions and a dedicated colloquium. Of course, as you are right to mention, one of the main achievements is the Istanbul Convention and we hope that the EU too will accede to the Istanbul Convention soon.

I will use the concluding remarks to say a few words about media freedom and civil society, because I am out of time.

Tomáš Zdechovský (PPE). – Pane předsedající, já nevím, jestli, když mluvíme o tak důležité věci jako *human rights*, proč tady nebyli pozvání k této otázce zástupci Rady, tedy rumunského předsednictví? Můžete mi prosím tuto věc vysvětlit nebo základní lidská práva nejsou pro rumunské předsednictví důležitá?

Przewodniczący. – Dziękuję bardzo za tę uwagę. Ja bym zwrócić uwagę, że Pan proponuje, by uznać Rumunię za przypadek specjalny, a Rumunia pełni zwyczajową prezydencję, więc ta uwaga zostanie przekazana. Wnioski na pewno również zostaną przekazane Radzie i państwo rumuńskie zareaguje na nie w razie potrzeby.

Barbara Kudrycka, w imieniu grupy PPE. – Panie Przewodniczący! Dzisiejsze sprawozdanie mierzy się z najpoważniejszymi wyzwaniami, które stoją przed Unią Europejską: łamaniem praworządności, dyskryminacją i mową nienawiści. To dobrze, bo łamanie trójpodziału władz, upolitycznienie sądów i prokuratury, bezprecedensowe szczucie w mediach państwowych oraz brak reakcji władz na akty agresji i nienawiści wobec przeciwników politycznych prowadzą do atmosfery sprzyjającej aktom terroru. Ofiarą takiego aktu terroru stał się prezydent Gdańska Paweł Adamowicz, ofiarą zinstytucjonalizowanej nienawiści, z jaką mamy do czynienia w Polsce od trzech lat.

Dzisiejsze sprawozdanie jest więc apelem całej wolnej Europy o przywrócenie najistotniejszych wartości w życiu publicznym: praworządności, tolerancji i poszanowania godności człowieka. Tylko wówczas, gdy to się spełni, śmierć Pawła Adamowicza nie pójdzie na marne.

Dobrze, że w tak rzetelny sposób opisana została w sprawozdaniu kwestia praworządności i innych fundamentalnych wartości Unii Europejskiej, bowiem ani suwerenność narodowa, ani zasada subsydiarności nie mogą uzasadniać systemowego łamania tych wartości. Dobrze też, że udało się utrzymać poprawkę wskazującą na niską efektywność działania artykułu 7 i wzywającą Radę do jak najszybszego stwierdzenia, czy w przypadku Polski i Węgier dochodzi do wyraźnego ryzyka poważnego naruszenia wartości zawartych w Traktatach.

Chciałabym pochwalić w tym miejscu Franka Engela za wypracowanie dobrych z perspektywy naszej grupy politycznej kompromisów, dlatego też opowiadam się w imieniu PPE za przyjęciem sprawozdania.

Sylvie Guillaume, *au nom du groupe S&D*. – Monsieur le Président, ce rapport annuel sur le respect, ou non, des droits fondamentaux dans l'Union peut sembler routinier, mais c'est faux. En tant que rapporteure pour les socialistes et démocrates, je peux affirmer que 2017 a été une année charnière pour de nombreux droits, et ce dont nous parlons aujourd'hui est crucial. J'aimerais souligner certains principes et droits mis à mal, sur lesquels il a fallu faire preuve de fermeté collective lors des négociations car, selon moi, ils sont non négociables.

L'état de droit: dans plusieurs États membres, des réformes contraires à l'état de droit et à la démocratie sont prises – menaces sur l'indépendance de la justice, la bonne santé des ONG, corruption, grignotage des médias. Le rapport liste ces politiques borderline, ou parfois franchement illégales, et enjoint les États à changer de cap. Le Conseil et la Commission doivent poursuivre les évaluations actuelles au titre de l'article 7 et sanctionner les pays, si nécessaire.

Les droits des femmes: en 2017, le harcèlement et les agressions sexuelles ont été très médiatisés, notamment grâce au mouvement Me Too. On le sait, les droits des femmes ne sont jamais acquis. Au-delà de l'égalité économique en matière d'éducation et de la lutte contre les violences, il est temps que les États membres garantissent équitablement l'accès au planning familial, aux moyens modernes de contraception et à un avortement sûr et légal, ce qui n'est pas toujours le cas aujourd'hui. Toute femme en Europe doit avoir le droit de décider ce qu'elle fait ou non de son corps en toute sécurité. Malgré l'opposition d'une partie de la droite sur ce point, mon groupe se bat pour que le rapport conserve cet impératif.

Les migrations: alors que les arrivées décroissent depuis 2017 et que le Parlement a déjà adopté sa position, les États membres refusent toujours de s'organiser au plan européen. Nous les appelons donc une nouvelle fois à se mettre d'accord sur la réforme du règlement de Dublin.

Il y a tant d'autres thèmes importants dans ce rapport, notamment la lutte contre les discriminations de tous ordres – homophobie, racisme, antisémitisme, etc. – et l'importance de garantir les droits des citoyens européens et britanniques au regard du Brexit. Ces remarques et ces suggestions sont évidemment autant de messages adressés aux États membres, à la Commission, au Parlement. Ils doivent être entendus.

Et je profite de cinq secondes pour souhaiter un merveilleux anniversaire à ma fille qui, à cette minute même, a 18 ans. Bon anniversaire, elle me regarde.

Przewodniczący. – Pozdrowienia dla córki. Rzeczywiście, jak się ma młoda mamę, to i młoda córka.

Marek Jurek, *w imieniu grupy ECR*. – Panie Przewodniczący! Rozmawiamy o stanie praw podstawowych w roku 2017. W tymże roku w Prien am Chiemsee w Bawarii młoda afgańska chrześcijańska konwertytka, kobieta, która była uchodźcą, została zamordowana w akcie nienawiści antychrześcijańskiej przez człowieka ubiegającego się o azyl. W tym czasie Szwecja odrzuciła możliwość udzielania azylu innej chrześcijańskiej konwertytce, młodej irańskiej aktorce.

We Francji w tymże roku średnio co dziesięć godzin dochodziło do znieważania świętyń i cmentarzy chrześcijańskich. W Niemczech nie było aż tak źle, bo statystycznie biorąc, dochodziło do podobnych aktów co trzy dni. W tym samym roku osławiony FEMEN sprofanował żłóbek na placu Świętego Piotra w Rzymie. Mimo tych wszystkich przykładów i mimo apeli w trakcie negocjacji, jak również mimo tego, że w tym sprawozdaniu o prawach podstawowych znalazły się nowe formy uprzedzeń: aporofobia, transfobia, sprawozdanie świadomie ignoruje nienawiść antychrześcijańską. Mimo próśb, żeby ten ponury fenomen, który towarzyszy naszemu życiu, stwierdzić. Milczenie o nienawiści antychrześcijańskiej jest samo w sobie aktem pogardy antychrześcijańskiej i niestety to sprawozdanie jest również formą przyzwolenia na takie akty.

Louis Michel, *au nom du groupe ALDE*. – Monsieur le Président, cette année encore, le Parlement européen fait rapport sur la situation des droits fondamentaux au sein de l'Union. Encore une fois, le Parlement appelle à agir contre les dérives inacceptables et les atteintes inadmissibles aux valeurs des traités dans certains États membres. Cet appel est d'autant plus pressant aujourd'hui à l'approche des élections européennes.

On a en fait le choix, ce n'est pas nouveau, entre deux Europe: une Europe démocrate et libérale, où les valeurs fondamentales et universelles continuent à fonder l'intégration européenne et à protéger les citoyens, comme ce fut le cas depuis la fin de la guerre; ou alors une Europe qui s'inscrit à contresens de l'Histoire, et qui considère que les principes d'état de droit et de protection des minorités sont, dans le fond, des détails encombrants qui gênent la montée de plus en plus inquiétante des tentations autoritaires ou des moralités sélectives. Je viens d'ailleurs de l'entendre de la part d'un collègue, il y a quelques instants.

Les femmes et les hommes politiques doivent choisir leur camp et l'assumer face aux électeurs. À cet effet, je ne peux m'empêcher de rappeler avec insistance qu'il est maintenant urgent que les dirigeants des États membres se positionnent clairement en faveur de l'instauration d'un mécanisme de surveillance, comme cela a été demandé de longue date par Sophia in 't Veld et par le Parlement européen, qui impliquerait aussi le Conseil et qui doit analyser et faire rapport annuellement quant au respect des droits fondamentaux dans chaque pays de l'Union. Tant que l'on n'aura pas ce témoignage visible des manquements dans nos États membres, il va quand même manquer un outil important à ce rapport sur les droits fondamentaux.

(L'orateur accepte de répondre à une question «carton bleu» (article 162, paragraphe 8, du règlement intérieur))

Bruno Gollnisch (NI), question «carton bleu». – Monsieur Michel, ma question sera très brève. Vous êtes un homme politique belge tout à fait éminent. Ne trouvez-vous pas tout de même étonnant que dans votre pays, la Belgique, l'un des principaux partis d'opposition, le Vlaams Blok, ait été pratiquement interdit par la voie judiciaire, il y a quelques années, sans que cela ne soulève aucune protestation dans les rangs de ce Parlement?

Louis Michel (ALDE), réponse «carton bleu». – Je ne trouve pas choquant qu'un parti soit interdit lorsqu'il pratique indiscutablement l'illégalité ou qu'il a des comportements totalement anticonstitutionnels. C'est aussi simple que cela, Monsieur Gollnisch.

Je sais que le Vlaams Belang – car ce n'est plus le Vlaams Blok aujourd'hui – a des parentés extrêmement proches avec votre parti, donc je ne pense pas que vous soyez véritablement le mieux placé pour juger de l'attitude et de la manière dont la Belgique se comporte à l'égard d'un parti qui est vraiment reconnu comme étant fascisant.

Ana Miranda, en nombre del Grupo Verts/ALE. – Señor presidente. En primer lugar, quiero felicitar al señor Josep Maria Terricabras por este informe, que saca a la luz lo que en el papel denominamos derechos y libertades; pero solicitamos a este Parlamento que no queden solo en papel, sino que sean el análisis de la realidad. En 2017, visitando campamentos de refugiados, pudimos observar directamente cómo estaba la situación de las personas migrantes, de las personas refugiadas, de las personas que vienen huyendo por la vida. También fue un año desolador por las muertes del Mediterráneo, señora comisaria, como usted también dijo. Un año desolador, un año que quedará en la memoria histórica europea. Pero también fue un año muy duro para los derechos de la mujer, para los derechos sexuales y reproductivos, incluido el derecho al aborto, aunque le moleste a esa parte de la Eurocámara. Y, por supuesto, fue un año negativo para la libertad de los medios de comunicación y para la libertad de expresión y de reunión, sobre todo por la concentración de medios y por el abuso de poder que se da en algunos de ellos. Y para acabar, presidente, la discriminación, el racismo, la xenofobia y la incitación al odio son precisamente la base de lo que hemos visto y lo que está sucediendo, y la amenaza de lo que puede ser la siguiente Eurocámara, desde partidos como el de la señora Le Pen al partido Vox.

Marie-Christine Vergiat, au nom du groupe GUE/NGL. – Monsieur le Président, je voudrais d'abord remercier à mon tour notre rapporteur et tous les rapporteurs fictifs. Cette structure en cinq chapitres thématiques met en avant ce sur quoi les reculs des droits sont les plus patents, à commencer par l'état de droit sur lequel repose toute construction politique – ou devrait reposer toute construction politique. Toute défaillance en ce domaine devrait être sanctionnée. Sans état de droit, pas de respect des droits, et la démocratie est en danger. Je me prends à rêver de réactions aussi efficaces de la Commission en ce domaine qu'en matière économique et budgétaire. On en est loin.

Parmi les fondamentaux: la séparation des pouvoirs, l'indépendance de la justice, mais aussi la liberté d'expression, celle des médias, les droits des femmes, ou encore les discours de haine. Comment s'étonner que la gangrène se propage vis-à-vis de toutes les minorités, quelles qu'elles soient, et que les migrants deviennent des boucs émissaires, si ce sont les responsables politiques, y compris gouvernementaux, qui montrent le mauvais exemple? Nous l'avons vu avec le débat surréaliste autour du pacte de Marrakech, avec lequel on a atteint des sommets de mauvaise foi, y compris de la part de certains gouvernements, mettant en cause un texte qu'ils avaient adopté en juillet 2018 à l'unanimité. Une société se juge à la façon dont elle traite ses membres les plus vulnérables. Je crains que le jugement de l'Histoire soit assez impitoyable à l'égard de ceux qui nous gouvernent aujourd'hui.

Laura Ferrara, *a nome del gruppo EFDD*. – Signor Presidente, onorevoli colleghi, nell'affrontare annualmente la situazione sui diritti fondamentali, puntualmente ci imbattiamo in criticità relative al rispetto di quei valori, come dignità umana, uguaglianza dinanzi alla legge, libertà, il divieto di qualsiasi discriminazione, che dovrebbero essere alla base di ogni società democratica e fondata sul diritto.

Anche in questa relazione, per citare alcuni dei temi essenziali trattati, vengono messi in luce fenomeni ben presenti in diversi Stati membri. Parliamo di razzismo, xenofobia, gravi e diffusi atti di violenza nei confronti di donne, migranti e minoranze, attacchi allo Stato di diritto e alla libertà di espressione e dei mezzi di informazione. Parliamo della piaga della corruzione, da sempre una minaccia per l'eguale godimento dei diritti fra cittadini e per le risorse destinate a servizi di pubblica utilità.

Già in passato avevo fortemente sostenuto la necessità di istituire un meccanismo europeo di monitoraggio, idoneo a prevenire e contrastare le violazioni dei diritti fondamentali dell'Unione europea. Avrei accolto con favore una maggiore attenzione al problema dell'aumento della povertà e della deprivazione materiale, che richiederebbe la promozione e l'implementazione di regimi nazionali di reddito minimo, affinché siano assicurate a tutte le persone con reddito insufficiente condizioni di vita dignitose, nonché il miglioramento del livello di inclusione sociale e nel mercato del lavoro, per favorire l'accesso a beni e servizi e una migliore qualità della vita.

L'azione politica dell'Unione in campo economico e finanziario dovrebbe infatti privilegiare la tutela dei diritti fondamentali rispetto agli interessi del mercato e alle politiche di austerità, a spese dei cittadini. Il fallimento di questa impostazione è stato evidente e ha prodotto malessere e una richiesta disattesa di maggiore ascolto e partecipazione da parte delle persone, che dovrebbero essere poste al centro delle politiche e delle decisioni dell'Unione europea, su ciò che riguarda il loro benessere, il rispetto dei loro diritti personali, civili, politici, economici e sociali.

Auke Zijlstra, *namens de ENF-Fractie*. – Voorzitter, politiek geweld in Duitsland en Polen leidde afgelopen maandag tot een oproep van de voorzitter van de ENF-Fractie om minder te praten en meer naar elkaar te luisteren. Die oproep werd in deze zaal met niet meer dan een schampere lach ontvangen. Ik vind dat zorgelijk.

Geweld tegen politici is niet alleen fysiek geweld, maar ook juridisch geweld en administratieve uitsluiting. En dit Parlement is daar niet vrij van. Met de verkiezingen op komst vrees ik voor de uitsluiting en demonisering van grote groepen kiezers en hun vertegenwoordigers, enkel omdat ze een bedreiging vormen voor de huidige orde.

Je kunt een democraat zijn en toch de Europese Unie willen opheffen. De leden van dit Parlement moeten bij zichzelf te rade gaan of hun politieke mening alles rechtvaardigt, inclusief uitsluiting van de ander. Vernietigen we daarmee niet de grondrechten die wij geacht worden te koesteren?

Bruno Gollnisch (NI). – Monsieur le Président, les droits fondamentaux sont menacés en Europe, mais pas du tout de la façon que décrit le rapport. C'est l'accumulation de lois qui restreignent, par exemple, la liberté d'expression, lois mémorielles ou autres. La critique de l'immigration – on le voit bien ici – est réputée raciste et xénophobe. J'en veux pour preuve ce que vient de dire M. Michel à l'instant. Il s'agissait de parlementaires, d'un mouvement politique qui s'est présenté légitimement aux élections, de façon pacifique, dont les députés ont été régulièrement élus. Mais il suffit que M. Michel répute ces députés comme tenant un discours de haine et anticonstitutionnel, et il s'arroge le droit, avec la majorité de cette assemblée, de supprimer leurs droits.

La défense de la famille traditionnelle est assimilée aux stéréotypes de genre ou à l'homophobie. Le questionnement légitime sur l'histoire contemporaine est assimilé au négationnisme. Il y a plusieurs centaines de prisonniers politiques en Allemagne, notamment l'avocat Horst Mahler, récemment amputé, âgé de 83 ans, et M^{me} Ursula Haverbeck, qui a été incarcérée à l'âge de 90 ans pour délit d'opinion. Quelle hypocrisie règne dans cette enceinte!

Pavel Svoboda (PPE). – Pane předsedající, z celé té zprávy oceňuji zejména první část, která klade důraz na právní stát. Evropská unie vlastně nic jiného než právo, právní předpisy nemá. Nemá vlastní policii, celníky či vojsko. Proto trvat na dodržování práva a hodnot, jako je právní stát, je pro Unii existenciální záležitost.

Bohužel ale ta zpráva zcela ignoruje projevy militantního sekularismu v Evropě. Projevy netolerance a diskriminace křesťanů v Evropě jsou už tak intenzivní, že mj. v Rakousku vznikl výzkumný ústav, který se věnuje jen tomuto fenoménu. Přitom je to celé nelogické, náš systém základních práv je založen jen a pouze na úctě k jednotlivci, která má křesťanské kořeny. Bez těchto kořenů hrozí, že celý tento systém zdegeneruje.

(Řečník souhlasil s tím, že odpoví na otázku položenou zvednutím modré karty (čl. 162 odst. 8 jednacího řádu).)

Maria Grapini (S&D), întrebare adresată în conformitate cu procedura „cartonașului albastru”. – Stimate coleg, sunt de acord cu ceea ce ați spus dumneavoastră. Avem nevoie de o siguranță a respectării drepturilor cetățenilor în Uniunea Europeană. Pentru că ați amintit de Austria, vreau să vă întreb punctual: ce părere aveți că Austria discriminează copiii și mamele care nu sunt cetățeni austrieci, dar care lucrează și contribuie la PIB-ul Austriei?

Pavel Svoboda (PPE), odpověď na otázku položenou zvednutím modré karty. – Já jsem, vážená paní kolegyně, mluvil o něčem úplně jiném, já jsem mluvil o diskriminaci křesťanů v Evropě. Samozřejmě jakákoliv diskriminace, která je zároveň protiprávní a poškozuje nějaké lidi v Evropské unii, se mi taky nelíbí.

(Řečník souhlasil s tím, že odpoví na otázku položenou zvednutím modré karty (čl. 162 odst. 8 jednacího řádu).)

Sophia in 't Veld (ALDE), blue-card question. – Colleague, I just heard you speak of militant atheists, I'm not really sure what that is and how they are making the lives of Christian people in Europe impossible, but okay.

But you said that the European Union would collapse if it was no longer founded on its Christian roots, but isn't what we all have in common, the enlightenment and the rule of law, isn't that the basis for our community? I mean I respect your Christian roots, but if you do not respect the fact that other people are atheists, then how can we live together?

Pavel Svoboda (PPE), odpověď na otázku položenou zvednutím modré karty. – Já respektuji přesvědčení každého, jen upozorňuji na to, že úcta k jednotlivci, která je základem lidských práv, pokud je odříznuta od křesťanských kořenů a není v jejich duchu vykládána, tak vede nutně k degeneraci a ono už se to děje.

Dietmar Köster (S&D). – Herr Präsident, liebe Kolleginnen und Kollegen! Grundrechte sind dauerhafte und einklagbare Rechte des einzelnen Bürgers bzw. der einzelnen Bürgerin. Sie sind konstituierend für das europäische Verständnis von Rechtsstaatlichkeit, Gewaltenteilung und Demokratie. Nur eine inklusive Gesellschaft ist eine humane Gesellschaft. In der Europäischen Union werden Minderheiten allerdings die Grundrechte oft entzogen. Beispielsweise werden Roma noch immer rassistisch diskriminiert, und es empört mich, dass mehr als 70 Jahre nach dem Ende der Schoah der Antisemitismus heute in Europa wieder zunimmt. Für mich gilt die Definition von Antisemitismus der Internationalen Allianz zum Holocaust-Gedenken, die das Parlament 2017 zustimmend beschlossen hat, vollumfänglich. Ebenso werden Menschen aufgrund ihrer sexuellen Orientierung oder Geschlechtsidentität diskriminiert, und ihnen wird die volle rechtliche Anerkennung verweigert. Die Umsetzung der EU-Grundrechtecharta gehört in das Zentrum der EU-Politik, denn der Grad der Humanität einer Gesellschaft bemisst sich nach der Stellung von Minderheiten in ihr.

Helga Stevens (ECR). – Voorzitter, ondanks terechte kritiek op geweld tegen vrouwen, de LGBTI-gemeenschap en journalisten zal de N-VA toch niet vóór stemmen. Nochtans zijn die thema's belangrijk voor ons, nemen we het ook op voor mensen met een beperking en staan we achter bijvoorbeeld het EU-mechanisme voor de rechtsstaat.

Maar dit verslag mist alle nuance. Zo wordt onvoldoende onderscheid gemaakt tussen illegale en legale migratie. Ook wordt gezinshereniging, en dus volgmigratie, bejubeld als een integratiebevorderende maatregel. Het verslag verwacht ook te veel heil van de EU-asielwetgeving voor het tackelen van de migratiecrisis. Maar die EU-regels laten ons niet toe een strikt nationaal migratiebeleid te voeren.

Deze resolutie is een potpourri van zeer verschillende thema's. Wij verkiezen het om elk dossier afzonderlijk op zijn merites te beoordelen, wat wij deden en ook zullen blijven doen.

Bovendien lees ik in dit verslag niets over de schande van de politieke gevangenen in Spanje. Hoe is dat in godsnaam mogelijk? *Shame on you!*

Nathalie Griesbeck (ALDE). – Monsieur le Président, chers collègues, 2017 a été une année sombre pour les droits fondamentaux, et particulièrement pour la liberté d'expression.

Très souvent, trop souvent, dans cette enceinte, nous avons fait silence pour honorer la mémoire et la détermination de celles et ceux qui ont disparu en exerçant leur métier de journaliste. Ce sont ces acteurs de la démocratie qui ont été menacés pour leur rôle de lanceurs d'alerte, assassinés parce qu'ils touchaient de trop près à des questions de lutte contre la corruption, de blanchiment d'argent, d'évasion fiscale.

Avons-nous tiré les leçons de ces menaces à l'encontre de la liberté d'expression et de la liberté d'information? À l'heure actuelle, où une inquiétante rhétorique anti-médias se développe dans nos arènes politiques, à l'heure où harcèlement, intimidations et agressions à l'encontre des défenseurs des droits de l'homme se banalisent, il convient de rappeler Beaumarchais, qui disait: «Sans la liberté de blâmer, il n'est point d'éloge flatteur». C'est la raison pour laquelle je soutiens largement ce rapport qui souligne les pressions disproportionnées qui ont été commises en 2017 à l'égard de ces droits fondamentaux.

Terry Reintke (Verts/ALE). – Mr President, let's look around in Europe. Everywhere people go to the streets they are waving EU flags, be it in Bucharest, be it in Warsaw, be it in Vienna or in Berlin. They are waving EU flags because they are addressing us, because the rule of law and fundamental rights are under attack in many Member States in the European Union and they want to see action from our side.

Article 7 has proven to be a powerful tool but at the same time, in implementation, to be very impractical from time to time. That is why we need additional instruments in order to uphold the rule of law and fundamental rights of our citizens – for example, an expert group constantly monitoring developments when it comes to the state of the rule of law, to have constant debates about exactly that and if there are breaches, to have a sanction mechanism so that we can do something about that.

The European Parliament is the only directly elected institution of the European citizens and the fight for fundamental rights and the rule of law has to be at the core of this Chamber. This is not a nationally bound fight and this is not a partisan fight. It is the fundament of democracy and European unity for all of us, so let's do this together.

Michał Marusik (ENF). – Panie Przewodniczący! W istocie prawa podstawowe jako prawa naturalne są tylko trzy: prawo do życia, wolności i własności. Chciałbym zwrócić uwagę na jeden detal, niby drobny, ale poważny, dotyczący własności. Własnością jest mianowicie zarobek. Człowiek ma naturalne prawo do pełnego, swobodnego dysponowania wszystkimi owocami swojej pracy. Ten element własności, jakim są dochody, jest powszechnie i brutalnie gwałcony, a pracodawcy uznają to za stan właściwy. Powszechnie praktykowana podatkowa konfiskata własności jest procederem niemoralnym i powinna być zwalczana prawnie, a jest prawnie chroniona. Ma to też swój aspekt pragmatyczny: karanie ludzi za pożyteczność zachowań, a jednocześnie wynagradzanie ludzi za bezużyteczność zachowań niszczy ludzką zapobiegliwość, odpowiedzialność, pracowitość, niszczy więc w efekcie produktywność Europy. Nie ginie Unia Europejska, bo ona jest pasożytem konsumującym te dobra zabrane, ale ginie żywiciel, ginie cała Europa. Potraktujmy prawa podstawowe poważnie!

Λάμπρος Φουντούλης (NI). – Κύριε Πρόεδρε, η συγκεκριμένη έκθεση, πέρα από τις πολλές ανεδαφικότητες που αναφέρει, περιέχει και μία πρόταση εξαιρετικά επικίνδυνη. Σας τη διαβάζω αυτολεξεί: «πρόληψη κάθε διάβρωσης του κράτους δικαίου, το οποίο δεν είναι η άνευ όρων εφαρμογή των νόμων, αλλά η δημοκρατική αποδοχή της υπαγωγής σε νόμους». Αντιθέτως, το θεμέλιο του κράτους δικαίου είναι ακριβώς η άνευ φόρων εφαρμογή των νόμων. Ποιος ορίζει τους όρους υπό τους οποίους θα εφαρμόζονται οι νόμοι; Ελπίζω ο συντάκτης της εκθέσεως να μην θεωρεί πως τα ευρωπαϊκά όργανα ή οι μη κυβερνητικές οργανώσεις έχουν τέτοια εξουσία. Επιπλέον, πολύς λόγος γίνεται για τα δικαιώματα των λαθρομεταναστών και των μειονοτήτων. Αρχικά, ας ξεκαθαρίσουμε πως η μετανάστευση δεν είναι ανθρώπινο δικαίωμα. Αντιθέτως, τα κράτη έχουν το δικαίωμα να αποφασίζουν αν ο οποιοσδήποτε μπορεί να περάσει τα σύνορά τους. Ακόμη, σχετικά με τις μειονότητες, είμαι αντίθετος σε οποιαδήποτε πρακτική θετικών διακρίσεων. Τα μέλη μειονοτήτων πρέπει να έχουν τα ίδια δικαιώματα και υποχρεώσεις όπως και οι υπόλοιποι πολίτες των κρατών, τίποτα παραπάνω. Τέλος, να σας θυμίσω πως ποτέ αυτό το Σώμα δεν καταδίκασε έστω και μία από τις εκατοντάδες επιθέσεις εναντίον εθνικιστών. Ως πατέρας ενός παιδιού δολοφονημένου από τρομοκράτες της αριστεράς, δικαιούμαι να σας ονομάζω υποκριτές.

Milan Zver (PPE). – Gospod predsednik, običajno pohvalim poročevalca za poročilo, toda tokrat tega ne morem storiti. Poročilo pomeni erozijo temeljnega koncepta človekovih pravic, praktično izključuje fundamentalne človekove pravice in absolutno je, da celo poskuša iz ilegalnih migracij, ki so delo tihotapcev, delati temeljno človekovo pravico.

Iz poročila izhaja, da je Evropska unija prostor diskriminacije, rasizma, ksenofobije, sovražnega govora, nasilja nad ženskami, nad migranti, celo piše: najtemnejša stran Evrope. To ni fer do Evropske unije, ki je vendarle prostor svobode, enakosti, solidarnosti, kjer je kvaliteta življenja najvišja, kjer je dostojanstvo najbolj cenjena vrednota.

Zakaj se niste pri pripravi poročila tudi bolj posvetovali s kolegi in ustvarili večjo stopnjo kompromisa, zakaj je moglo priti do preglasovanja? Zato ker torej to poročilo ni celovito, je pristransko, asimetrično, neobjektivno, zaradi tega ga ne bom mogel podpreti.

Josef Weidenholzer (S&D). – Herr Präsident! Der jährliche Bericht über die Lage der Grundrechte in der Europäischen Union ist immer auch ein Highlight für den LIBE-Ausschuss.

Die Grundrechtecharta ist ein Kompass für unsere Arbeit, und es ist wichtig zu wissen, ob die Grundrechte eingehalten werden, wie sich die Situation in einzelnen Mitgliedstaaten darstellt und wie sich das alles im zeitlichen Verlauf entwickelt. Der Berichterstatter, Josep-Maria Terricabras, hat sich zur Aufgabe gemacht, diese Anforderungen systematischer als bisher zu erfassen. Das ist ihm zweifellos gelungen. Herzlichen Glückwunsch!

Mit Recht weist er auch auf die Rolle der Grundrechteagentur hin. Ihre Expertise sollte viel intensiver genutzt werden, nicht nur, wenn es um die Vorbereitung des jährlichen Grundrechteberichts geht, sondern auch als Expertengremium und bei der Erarbeitung legislativer Vorhaben. Diese Anregung greift unsere Fraktion gerne auf.

Es ist wünschenswert, dass die Agentur in diesem Zusammenhang auch aus eigenem Antrieb tätig werden kann. Dazu bedarf es aber auch einer entsprechenden finanziellen und personellen Ausstattung.

Monica Macovei (ECR). – Domnule președinte, în dictatura din Azerbaidjan, jurnaliștii își riscă viața și libertatea pentru a scrie și vorbi liber.

Jurnalistul azer Mehman Huseynov a fost condamnat la doi ani de închisoare pentru defăimare, în martie 2017, după ce a publicat fotografii cu imobile de lux ale unor oficiali. Mehman este în greva foamei. I s-au alăturat și alți deținuți politici, prizonieri de conștiință.

În decembrie 2018, poliția azeră l-a acuzat de alte fapte – nu știm dacă reale sau inventate – și au început investigații împotriva lui Mehman, fiind transferat acum în arestul poliției, unde se află și astăzi, în continuare în greva foamei.

De aceea îi solicit Înaltei Reprezentante pentru Afaceri Externe, Federica Mogherini, să reacționeze dur, așa cum a făcut-o și la prima arestare. Libertatea și viața nu sunt negociabile și cer eliberarea de îndată a lui Mehman.

Sophia in 't Veld (ALDE). – Mr President, I think some of the interventions in this debate demonstrate very clearly how necessary this debate is and how much more we need to invest in the European Union as a community of values. I just heard my PPE colleagues say: well, why didn't you compromise a little bit more? Because we do not compromise on human rights. We do not compromise on certain basic principles, like equality, and when you say everything's fine in the European Union, no violence against women – ask women how many women encounter violence and harassment in their daily life.

It also shows how we need to protect LGBTI rights. Recently in my country we found out that over 200 Christian ministers have signed up to the so-called Nashville declaration, which is profoundly homophobic and transphobic. I'd be really interested to know who else in this House is aware of the declaration and has signed up to it. So I will wholeheartedly support this report, including recital 7 and paragraph 23 which is about the fundamental right of women to decide on their very own bodies. There is no right more basic than that.

Λευτέρης Χριστοφόρου (PPE). – Κύριε Πρόεδρε, η Ευρωπαϊκή Ένωση είναι Ένωση αρχών και αξιών και οφείλει να είναι αδιαπραγμάτευτη και ανυποχώρητη στην εφαρμογή των θεμελιωδών ανθρωπίνων δικαιωμάτων, όχι μόνο για τις χώρες μέλη της αλλά και για τις χώρες που θέλουν να ενταχθούν στην Ευρωπαϊκή Ένωση. Για εμάς είναι απαράδεκτο και αδιανόητο χώρες που επιθυμούν να ενταχθούν στην Ευρωπαϊκή Ένωση και οι οποίες λαμβάνουν και προενταξιακή βοήθεια, δηλαδή επιβραβεύονται κάθε χρόνο, όπως η Τουρκία, να παραβιάζουν συλλήβδην το κράτος δικαίου, τις αρχές και τις αξίες της Ευρωπαϊκής Ένωσης, τους διεθνείς νόμους και συμβάσεις, να παραβιάζουν κάθε ανθρώπινο δικαίωμα και να επιβραβεύονται μέσα από την Ευρωπαϊκή Ένωση προσφέροντάς τους χρηματοδότηση, προγράμματα και προενταξιακή βοήθεια. Εάν ερωτηθούν οι ευρωπαίοι πολίτες, εάν θέλουν χώρες, όπως η Τουρκία αλλά και η Αλβανία που παραβιάζει τα ανθρώπινα δικαιώματα της ελληνικής μειονότητας στη Βόρειο Ήπειρο, αν θέλουν να χρηματοδοτούν αυτές τις χώρες που παραβιάζουν αρχές και αξίες, η απάντηση των ευρωπαίων πολιτών θα είναι «όχι». Επιτέλους, η Ευρωπαϊκή Ένωση πρέπει να δώσει το μήνυμα ότι είναι ασυμβίβαστη σε αυτά και πρέπει να επιβληθούν μέτρα και κυρώσεις για να γίνουν αντιληπτά όλα αυτά τα οποία συζητούμε σήμερα.

Stefano Maullu (ECR). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, questa relazione tocca i diritti umani e lo fa nella maniera sbagliata.

Lo fa soprattutto quando si parla di immigrazione, introducendo due principi che fomentano e creano le condizioni per l'illegalità, lo fa quando dice che i non respingimenti sono una soluzione, ovvero si dovrebbero accogliere tutti coloro che cercano di arrivare in Europa, e lo fa poi in una maniera palese, quando dice che le ONG devono essere sostenute e fanno un lavoro meritorio.

Questo si scontra con la dura realtà di ciò che accade nel Mediterraneo, di ciò che in questi anni ha creato un vero e proprio problema epocale, in particolare per l'Italia, ma anche per il resto d'Europa. Un'Europa che, nonostante tenga alta la voce, la bandiera dei diritti umani, si è scordata, si è scordata dell'Africa e del Nordafrica. Le tante parole, i tanti annunci, su questo grande piano miliardario per il Nordafrica, si sono rivelati vuoti, inutili perché neanche un euro è stato investito. Ecco, credo che manchi di realtà e manchi soprattutto di pragmatismo questa relazione. Ecco perché voterò contro.

Michaela Šojdrová (PPE). – Pane předsedající, samozřejmě souhlasím s akcentem na právní stát a dodržování dělby moci a nezávislost soudnictví v členských státech. Je faktem, že některé státy v Evropské unii s tím mají momentálně velký problém. Také se ztotožňuji s konstatováním zprávy, že článek 7 by měl být využíván až poté, co selžou všechny ostatní prostředky, tedy jen jako poslední možnost. Zároveň mám k této zprávě několik podstatných výhrad.

Především nesouhlasím s jednostranným hodnocením činnosti neziskových organizací ve Středomoří. Pomáhat lidem je správné, ale tato činnost nesmí sloužit jako motivační faktor pro pašeráky a nelegální migraci. Určitě je nutné pamatovat na ty nejzranitelnější, kterými jsou ženy a děti. Není to vždy lehké, například na řeckých ostrovech, a my bychom zvláště v těchto dnech měli dobrovolně pomoci Řecku v této těžké zimě.

Zcela zásadně nesouhlasím s doporučením zprávy ohledně ratifikace Istanbulské úmluvy ohledně sexuálního a reprodukčního zdraví a sexuální výchovy. Je to čistě národní záležitost. Evropská unie by měla chránit právo na život a ne podporovat interrupce.

Anna Záborská (PPE) – Ďakujem, pán predseda. Tak ako každý rok pri prijímaní tejto výročnej správy by som mohla zopakovať, že toto je Parlament Európskej únie a že táto Únia je založená na európskych zmluvách, ktoré jej inštitúciám nedávajú žiadne právo propagovať potraty. Rovnako jej nedávajú právo obmedzovať členské štáty v prístupí alebo neprístupí k medzinárodným dohovorom, akým je napríklad takzvaný Istanbulský dohovor. Namiesto toho ponúknem štatistiku. Anglická verzia textu obsahuje 34 odkazov na „gender“, 31 odkazov na „pohlavie“ a tri zmienky o takzvanom „práve na potrat“. Zároveň sa však len jediný raz zmieňuje o slobode svedomia, ktorú spolu s právom na výhradu vo svedomí zaručuje Charta základných práv Európskej únie.

Predložený text propaguje jeden veľmi zúžený pohľad na svet, ktorý odmietam ja i moji voliči. Preto budem hlasovať proti jeho prijatiu.

Zgłoszenia z sali

José Inácio Faria (PPE). – Senhor Presidente, este relatório do colega Terricabras, que felicito pelo trabalho, mostra-nos que, em 2017, oito anos após a entrada em vigor da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, subsistiam na União enormes dissonâncias entre o quadro legislativo, que é o mais avançado do mundo, e a concretização prática dos seus princípios.

O assédio e a violência contra mulheres e raparigas, o racismo, a homofobia, a intolerância religiosa e a discriminação das minorias, das pessoas com deficiência e dos idosos continuam a ser graves. Cresce a intolerância contra migrantes e candidatos a asilo e nalguns Estados-Membros o jornalismo livre e independente é ameaçado pelo enfraquecimento da separação de poderes e pela corrupção política. E a pergunta que se faz é a seguinte:

Com que autoridade podemos condenar nesta Casa as violações dos direitos humanos em terceiros países se não o fizermos com maior firmeza ainda em relação às perpetradas nos Estados-Membros e não tivermos a coragem política de levar até às últimas consequências punitivas finais os processos previstos nos Tratados?

Somos uma comunidade de direito. Ignorar esse facto e esquecermos que o projeto europeu é herdeiro de uma ética humanista equivale a destruí-lo.

Caterina Chinnici (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, ringrazio il collega Terricabras e i colleghi relatori ombra per il lavoro svolto.

Il 2017 è stato un anno nel quale sono emerse ancora troppe criticità, nel rispetto dei diritti fondamentali, fra questi, l'uguaglianza di genere, i diritti dei minori e il rispetto dello Stato di diritto. Ritengo quindi importante che la relazione ribadisca il principio che i minori non debbano mai essere detenuti in ragione del loro status di migranti ed esorti gli Stati membri a predisporre misure di accoglienza e di inclusione, che tengano conto della loro specifica vulnerabilità.

Sono significative poi le raccomandazioni sulla lotta alla violenza di genere e il richiamo agli Stati membri, alla piena ratifica e alla piena attuazione della Convenzione di Istanbul. Ed è importante ancora il richiamo al rispetto, negli Stati membri, dell'indipendenza della magistratura che, come ribadito anche dalla Corte di giustizia, costituisce un elemento essenziale dello Stato di diritto ed un presupposto indispensabile per mantenere la fiducia reciproca nello spazio di libertà, sicurezza e giustizia.

Ruža Tomašić (ECR). – Poštovani predsjedavajući, čitajući ovo izvješće stječe se dojam da ljudsko biće koje nije žena, migrant ili pripadnik neke manjine nema ljudska prava ili ona ne mogu biti ugrožena. Moramo konačno odbaciti ljevičarski narativ prema kojemu su ljudska prava rezervirana samo za neke.

Izjestitelj zaboravlja na milijune ljudi u Europi koji nemaju krov nad glavom, koji su u dužničkom ropstvu ili su im obitelji izbačene na ulicu. Nije se sjetio ni školske djece koja žive u siromaštvu i čiji im roditelji ne mogu priuštiti užinu.

Pravo na dom i dostojanstvo temeljna su prava koja ovaj dom često zaboravlja, dok istovremeno promovira temeljna prava koja to nisu, poput prava na abortus ili prava na nezakonit prelazak granice.

Počnimo konačno na ljudska bića gledati jednako, posvećivati se svima i istim žarom braniti ljudska prava svih građana.

Γεώργιος Επιτήδειος (NI). – Κύριε Πρόεδρε, παρά το γεγονός ότι η Ευρωπαϊκή Ένωση στηρίζεται μεταξύ των άλλων αξιών και στον σεβασμό των θεμελιωδών δικαιωμάτων, πολλά κράτη της παραβιάζουν τα δικαιώματα αυτά. Θα μπορούσε να πει κανείς ότι αυτή είναι η σκοτεινή πλευρά του φεγγαριού. Όμως, σε μεγάλο βαθμό είναι υπεύθυνη η Ευρωπαϊκή Ένωση που συμβαίνει αυτή η κατάσταση, διότι αντιμετωπίζει με τρόπο επιλεκτικό τις παραβιάσεις αυτές. Παραδείγματος χάριν, ενώ ανέχεται κάποια κράτη να παραβιάζουν τα θεμελιώδη δικαιώματα ατιμωρητί, τιμωρεί κάποια άλλα κράτη. Ενώ κόπτεται, και δικαίως, για την ελευθερία της Δικαιοσύνης, εντούτοις ανέχεται να φυλακίζονται για πολιτική σκοπιμότητα οι βουλευτές της Καταλονίας και δεν αντέδρασε όταν στην Ελλάδα παραβιάστηκε αυτή η αρχή προκειμένου να διωχθούν πολιτικά ο αρχηγός και οι βουλευτές του τρίτου σε δύναμη πολιτικού κόμματος της Ελλάδος, της Χρυσής Αυγής. Υπερασπίζεται την ελευθερία του λόγου αλλά παράλληλα ποινικοποιεί την έκφραση της αντίθετης απόψεως χαρακτηρίζοντάς την ρατσιστική, ξενοφοβική και ομοφοβική. Πρέπει, λοιπόν, να απαλλαγεί από αυτή την υποκρισία η Ευρωπαϊκή Ένωση.

(Koniec zgłoszeń z sali)

Věra Jourová, Member of the Commission. – Mr President, let me just shortly react to what we just heard because I strongly reject what we heard about the selective approach. I don't know which EU you spoke about. I speak about the EU which applies equal treatment as regards the Member States and we apply and recognise very strongly the principle of equality in front of the law for everybody and fundamental rights for everybody without any exceptions, so I had to react to this.

Let me conclude in this very topical and important debate by also stressing the important role of the Fundamental Rights Agency. I think that the debate showed that the catalogue of the current dangerous trends and new dangerous developments is rather low and that there is a job to do in the field of protection of the fundamental rights of people in the EU.

We have not spoken too much about the shrinking space of civil society. We didn't touch too much upon freedom of expression and media freedom and pluralism, which needs to be upheld. So I think that there will be a space for future debates on these very important topics.

We have not spoken about the new trend, which is hatred, and the problematic situation on the internet and in social media where the EU is doing a lot to protect people who are endangered on the internet. So thank you very much and I am looking forward to further continuation of the discussion about these very important themes.

Josep-Maria Terricabras, Rapporteur. – Mr President, I would like to thank my colleagues for their comments and for their support. With your report, we will send the message that the promotion and safeguarding of human dignity, freedom, democracy, equality, the rule of law and respect for human rights can make Europe unique and a worthy political project. It is only by placing the wellbeing of the people at the core of the European Union's policies and decisions that Europe will re-engage with its citizens.

This is why, although the Charter sets out the basic rights that must be respected, we must continue to denounce and address the breaches and violations of their provisions. It is our responsibility to protect the weakest and confront the powerful.

Przewodniczący. – Zamykam debatę.

Głosowanie odbędzie się po zakończeniu debat.

Oświadczenia pisemne (art. 162)

Tibor Szanyi (S&D), írásban. – A jelentés hűen tükrözi az alapjogok érvényesülésének hiányosságait az Unió tagállamaiban, s külön üdvözlendő, hogy az új súlyponti kérdések között megjelenik a migránsokkal való bánásmód, valamint a nőkkel szembeni erőszak (#MeToo) aktualitása. Az eléggé lehangoló összképhez csak annyit tudok hozzátenni, hogy 2017 óta a helyzet csak tovább romlik, különösen egyes keleti tagállamokban.

A demokrácia alapjainak lebontása, az európai értékek, alapjogok helyzete kapcsán leírtak tekintetében az Orbán kormány antidemokratikus működése sajnálatos módon hazámat, Magyarországot, a jogsértések egyfajta „állatorvosi lovává” züllesztette az EU-n belül. Különösen az igazságügy függetlensége, a sajtószabadság, az idegenellenesség tekintetében leírtak tükrözik azt a magyarországi politikai helyzetet, amelyet az EP-ben már tavaly szeptemberben a Sargentini-jelentés kapcsán megvitattunk és elítéltünk. E mégoly fontos és pontos éves alapjogi jelentések gyengesége, következmény nélkülisége azonban egyre inkább kiütözik, s immár az EU és az EP hitelességét kérdőjelezi meg. A beszámoló is utal a 7. cikk szerinti eljárás lassúságára és a kötelezettségszegési eljárások ellentmondásosságára, ami szinte eszköztelenné teszi a közösséget az Orbán-féle gátlástalan politikával szemben.

Véleményem szerint nem tartható tovább, hogy konkrét, súlyos jogsértések esetében is csak „egyes tagállamokról” szól a bírálát. Ezért itt is megismétlem, hogy az EU jogi eszközeit minél előbb ki kellene egészíteni a jogállamiság érvényesülését ellenőrző objektív, szankciókat is tartalmazó automatizmussal.

Jarosław Wałęsa (PPE), *na piśmie*. – Unia Europejska jest unią wartości i pewnych zasad. Fundamentalne i bezpośrednie konsekwencje dla politycznego, społecznego, kulturalnego i gospodarczego życia w Europie mają szacunek dla godności ludzkiej, wolność, demokracja, równość, praworządność i poszanowanie praw człowieka, w tym praw osób należących do mniejszości. Prawa podstawowe dotyczą wszystkich. Ich przestrzeganie jest kluczowe dla zapewnienia, by UE była miejscem, w którym ludzie mogą się rozwijać, korzystać z przyznanych im wolności i żyć bez doświadczania jakichkolwiek dyskryminacji.

W czasach, gdy konfrontujemy się z ekstremizmami, radykalizmami i podziałami, łamaniem praworządności, wzrastającą dyskryminacją i mową nienawiści, promocja, wzmocnienie i obrona sprawiedliwości, praw i wartości UE staje się ważniejsza niż kiedykolwiek wcześniej. Dlatego konieczne jest przywrócenie najistotniejszych wartości w życiu publicznym, takich jak praworządność, tolerancja czy poszanowanie godności człowieka. Wspieranie demokracji i praw podstawowych za pośrednictwem zdrowej debaty publicznej i dynamicznego społeczeństwa obywatelskiego jest kluczowe. Bo tylko wolne i dynamiczne społeczeństwo obywatelskie może stać się głównym elementem sprzyjającym integracji i zdrowym społeczeństwem demokratycznym.

(Posiedzenie zostało na chwilę zawieszone)

PRÉSIDENCE: Sylvie GUILLAUME

Vice-présidente

20. Reinício da sessão

(La séance est reprise à 17 h 04)

21. Período de votação

La Présidente. – L'ordre du jour appelle l'Heure des votes.

(Pour les résultats des votes et autres détails les concernant: voir procès-verbal)

21.1. Estabelecimento de um programa financeiro específico para o desmantelamento de instalações nucleares e a gestão de resíduos (A8-0441/2018 - Peter Kouroumbashev) (votação)

21.2. Relatório de execução do pilar do comércio do Acordo de Associação com a América Central (A8-0459/2018 - Reimer Böge) (votação)

21.3. Criação do programa InvestEU (A8-0482/2018 - José Manuel Fernandes, Roberto Gualtieri) (votação)

José Manuel Fernandes, Rapporteur. – Madam President, pursuant to Rule 59(4) I request that the matter be referred back to committee for interinstitutional negotiations.

(Le Parlement approuve la demande de renvoi en commission)

- 21.4. Título de viagem provisório da UE (A8-0433/2018 - Kinga Gál) (votação)**
- 21.5. Programa de Investigação e Formação da Comunidade Europeia da Energia Atómica para o período de 2021-2025 (A8-0406/2018 - Miapetra Kumpula-Natri) (votação)**
- 21.6. Relatório Anual do BCE 2017 (A8-0424/2018 - Gabriel Mato) (votação)**
- 21.7. União bancária – Relatório anual de 2018 (A8-0419/2018 - Nils Torvalds) (votação)**
- 21.8. Aplicação do Acordo Comercial UE-Colômbia e Peru (A8-0446/2018 - Santiago Fisas Ayxelà) (votação)**
- 21.9. Situação dos direitos fundamentais na União Europeia em 2017 (A8-0466/2018 - Josep-Maria Terricabras) (votação)**

22. Declarações de voto: Ver Acta

23. Correções e intenções de voto: ver Ata

(La séance est suspendue quelques instants)

VORSITZ: EVELYNE GEBHARDT

Vizepräsidentin

24. Reinício da sessão

(Die Sitzung wird um 17.43 Uhr wieder aufgenommen.)

25. Medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais (debate)

Die Präsidentin. – Als nächster Punkt der Tagesordnung folgt die Aussprache über den Bericht von Lara Comi im Namen des Ausschusses für Binnenmarkt und Verbraucherschutz über die Umsetzung der Richtlinie 2011/7/EU zur Bekämpfung von Zahlungsverzug im Geschäftsverkehr (2018/2056(INI)) (A8-0456/2018).

Elżbieta Bieńkowska, Member of the Commission. – Madam President, let me start this debate on late payments, which is an extremely important topic. Late payment is really an issue which has a strong impact on our businesses. Let me very briefly recall the history of the file, because it started in 1995 with the Commission's recommendation on payment periods in commercial transactions. It stated that payment delays were really a danger to the survival of our European businesses.

In 2000, the first Late Payment Directive concluded that the situation had not improved – on the contrary – so in 2011 the revised Directive laid down stronger rules to combat late payments both by public authorities and businesses. In 2016, the Commission's Report on the implementation of the Directive noted a reduction in average late payment delays. So can we say that late payments are a problem of the past? Of course not. Let me remind you that, today, only one in four businesses in the EU pays within the period agreed in the contract. Putting it another way, 60% of European businesses are regularly paid late, and this is really dangerous. Over half of those businesses suffer payment delays of more than 90 days.

For a small company, the probability of going bankrupt increases after six days of non-payment. And that is why late payments still account for 25% of insolvencies in the EU. And, of course, as everywhere in the economy, late payments are especially harmful to smaller companies – to SMEs – which rely on regular streams of liquidity to run their daily operations.

Is this all or partly the Directive's fault? I really do not think so. I fully share the rapporteur's position that the Directive remains the most appropriate instrument to combat late payment. Under this Commission, we have strictly enforced the Directive so, on the one hand, we have opened an active dialogue with the Member States – provided guidance, provided an exchange of best practices – but, on the other hand, we have not hesitated to take more formal and stringent steps. As for today, we have six ongoing infringement cases in the European Union.

I believe that it is still too soon for the revision of the Directive. The point is that late payment is a very complex problem that cannot be solved through legislation alone. I rather think that any change to either hard or soft law should be preceded by a profound change in the business culture and this is what we should focus on.

Evidence shows that late payments are intentional. It is widely known that businesses practice late payments to suppliers. It is the cheapest and the cost-free form of borrowing, but is it really cost-free for all of us, for the economy in its real effects? Of course not. Payment delays cascade down from one supplier to the next. In most cases, late payments are also avoidable as in the case of delays in public contracts. Let me focus a little bit more on this issue.

Lengthy administrative procedures result in extending the payment deadlines artificially and, again, this is especially damaging to smaller companies who are more dependent on contracts with public authorities. In fact I have to tell you that I find late payments by public authorities even more inexcusable than those by private businesses, because we should remember that these are the same public authorities who have very limited tolerance for late payments in the other direction, so from businesses to the tax authorities. Again, this is very dangerous.

The report describes the fear factor affecting smaller businesses – fear that prevents businesses from using the rights the Directive has granted. Fear forces businesses to accept unfair payment conditions from larger counterparts and this is the case for 70% of small and medium enterprises. So, abuse becomes habit, and habit becomes a culture. I firmly believe in the freedom of negotiations, but this freedom should not be abused to the disadvantage of the creditor.

The report lays down a thorough roadmap for building a more responsible payment culture and also strikes the right balance between combating late payments and defending contractual freedoms. It also calls for more transparency of payment practices, stronger enforcement policies and more education on financial matters, again especially for SMEs.

I am also pleased to see that the report takes into account several conclusions of the Commission's own Implementation Report from 2016. I believe that more can be achieved now by leading by example and it can be done much more effectively.

The Directive calls for a decisive shift towards a culture of prompt payment, and this should be, in my view, our ultimate aim. Prompt payment speeds up the flow of money in the economy. It ultimately benefits everyone in society. So again, I want to applaud the report for the strong message in recognising and rewarding prompt payment practices.

Before concluding, I want to say one word on the very hard work of the rapporteur, Ms Comi, and of course the shadow rapporteurs. It was a huge effort in a short time. The result is a very thorough, very balanced and inspirational report, and I also want to thank President Tajani and my predecessor for adopting and starting to implement the Directive. I am looking forward to the debate and, of course, I want to call on you to accept the report.

Lara Comi, Relatore. – Signora Presidente, onorevoli colleghi, innanzitutto mi scuso perché avevo compreso che il dibattito iniziasse alle 18, quindi mi scuso con Lei, con i colleghi e soprattutto con la Commissaria.

Vorrei ringraziare veramente i colleghi che hanno collaborato insieme a me nella stesura di questa relazione perché, come è stato detto, è un tema importante e molto sensibile e utile, anche per la sopravvivenza delle nostre imprese europee.

La prima domanda che mi sono posta e che ci siamo posti insieme è: come si misura lo stato di salute di un'impresa? Sicuramente quando esiste un buon equilibrio tra un aspetto economico e un aspetto finanziario e patrimoniale e quando un'impresa è in grado di investire e di poter espandersi, creare occupazione e generare anche benefici in quell'economia che è sia nazionale, sia internazionale.

Però oggi giorno molte imprese europee, soprattutto le piccole e medie, che sono il tessuto industriale a livello europeo, sono costrette ad affrontare molti ostacoli per far fronte alla crisi. Ostacoli quali il ritardo dei pagamenti, nelle transazioni commerciali, da parte di un'altra impresa o soprattutto, ed è qui il vero problema, da parte della pubblica amministrazione. In Europa sei imprese su dieci sono pagate in ritardo, rispetto a quanto stabilito nel contratto.

Abbiamo considerato alcuni casi: 62% dei casi a difficoltà finanziaria riguardanti i loro debitori, il 48% dei ritardi intenzionali nei pagamenti, il 45% di inefficienze amministrative e il 19% per controversie.

Ma il problema vero ad aggravare la situazione è spesso quando si accettano in modo passivo termini di pagamento più lunghi, perché c'è una posizione dominante di alcune imprese rispetto ad altre. Pensate che, se tutto fosse applicato in modo corretto nei pagamenti, si potrebbero evitare veramente casi che abbiamo visto anche nelle cronache in Italia ma anche in altre realtà, dove gli imprenditori si tolgono la vita, dove gli imprenditori sono talmente disperati e arrivano a un fallimento ma per crediti non riscossi, non per debiti non pagati, e questo porta anche a perdite di lavoro e delocalizzazioni.

Partendo dalla direttiva che ha ricordato la Commissaria del 2011, che non ha raggiunto in tutti gli Stati membri l'obiettivo che ci siamo posti, abbiamo pensato di introdurre, in questa proposta, un maggiore sforzo per pagare entro i trenta giorni, come era stato anche stabilito e una maggiore trasparenza riguardo al comportamento in materia di ritardo dei pagamenti.

Noi dobbiamo aiutare, valorizzare le imprese e gli imprenditori e anche la pubblica amministrazione che paga in regola, con una cosiddetta *white list*, promuovere quelli che sono bravi e capaci, fornire agli imprenditori un'adeguata formazione in materia di gestione del credito e di fatture e considerando che migliaia di start-up e PMI falliscono ogni anno per colpa dei ritardi di pagamento della pubblica amministrazione, è doveroso fornire forme obbligatorie e adeguate di compensazione a livello fiscale, tra cui il risarcimento e altre forme e di sostegno, come il *factoring* che purtroppo nel mio paese non è ancora attivo.

Occorre altresì promuovere le *best practice* come quella spagnola che abbiamo anche introdotto nel documento e nel progetto, proprio perché quando un ente locale non è in grado di poter pagare, interviene lo Stato.

Tutte queste penso che siano delle ottime soluzioni, anche legate alla questione degli appalti pubblici. Bene escludere i contraenti inadempienti dagli appalti futuri, qualora i subappaltatori non vengano pagati puntualmente dal contraente principale, perché questo fa sì che la *best practice* alla fine dica chi sbaglia paga, ma a tutti gli effetti e anche alle conseguenze.

Si invitano gli Stati membri a istituire a livello nazionale servizi di mediazione. Ritengo che se tutti pagassero correttamente, risparmierebbero 158 milioni di euro in costi finanziari. Possiamo farlo, dobbiamo farlo e grazie a tutti, perché siamo riusciti a ottenere un ottimo risultato.

(L'oratrice accetta di rispondere a una domanda «cartellino blu» (articolo 162, paragrafo 8, del regolamento))

Cristian Dan Preda (PPE), întrebare adresată în conformitate cu procedura „cartonașului albastru”. – De fapt, voiam să intervin pentru a întreba de ce Președinția română a Consiliului nu este aici. Doamna Comi se adresa mai devreme statelor membre. Am observat, de altfel, că și la dezbaterile precedente, a raportului Terricabras, acolo unde a fost vorba despre stat de drept și drepturi fundamentale, Președinția română nu era prezentă. Am impresia că nu au înțeles că trebuie să participe, în numele Consiliului, la aceste dezbateri și e absolut regretabil. Aș vrea să știu ce se întâmplă.

Lara Comi (PPE), Risposta a una domanda «cartellino blu». – Approfondirò la motivazione per cui non sono presenti, ma non c'è giustificazione che mi è stata indicata per la non presenza, mi sembra una grande mancanza di rispetto nei confronti dei nostri imprenditori e dei cittadini europei la loro non presenza.

Die Präsidentin. – Ich stelle fest, dass es viele Ratspräsidentschaften immer wieder versäumen, da zu sein, und das finde ich nicht allzu gut. Allerdings finde ich es auch nicht allzu gut, wenn man dies nur bei einer Präsidentschaft anmerkt und nicht bei jeder. Deswegen sollten die Kolleginnen und Kollegen doch gleiches Maß anlegen.

Andreas Schwab, im Namen der PPE-Fraktion. – Frau Präsidentin, liebe Kolleginnen und Kollegen! Zunächst möchte ich der Berichterstatteerin danken. Frau Präsidentin, Sie kennen mich ja schon länger, Sie wissen, dass wir immer wieder – auch ich ganz persönlich – das Fehlen der Ratspräsidentschaft beklagt haben. Deswegen geht der Punkt, glaube ich, an der Sache vorbei.

Wir haben vor einigen Jahren in Europa in der Tat ein großes Problem gehabt. Der Zahlungsverzug zwischen Nordeuropa und Südeuropa variiert bis zu 180 Tage. Daran zeigt sich, dass wir regional besondere Schwierigkeiten haben, und diesen Schwierigkeiten hat der Bericht von Frau Kollegin Comi in besonderer Weise Rechnung getragen. Denn wir haben gesehen, dass wir mit der Änderung der Zahlungsverzugsrichtlinie, die wir ja in der letzten Wahlperiode beschlossen haben, wirklich etwas erreicht haben: Der Zahlungsverzug ist zurückgegangen. Aber Zahlungsverzug ist natürlich immer ein Stück weit auch ein Problem, das im Zusammenhang mit wirtschaftlicher Entwicklung zu sehen ist. Und deswegen müssen wir nochmal deutlich machen – und der Bericht von Frau Comi macht es sehr deutlich –: Kleine und mittlere Unternehmen leiden unter dem Zahlungsverzug besonders, und deswegen sind die Forderungen des Berichts in dieser Richtung von wirklicher Bedeutung.

Zum Zweiten muss es natürlich auch bei kleinen und mittleren Unternehmen Ausnahmen von strengen Regeln geben, denn wenn die Unternehmen untereinander etwas anderes vereinbaren wollen, dann muss es dafür Platz geben, weil in der Europäischen Union die Vertragsfreiheit gilt.

Drittens müssen wir auch aufpassen, dass wir nicht für jeden Sektor unterschiedliche Zahlungsverzugsregelungen schaffen, sondern dass klar ist – ähnlich wie bei den Fluggastrechten –: Zahlungsverzug ist in der Europäischen Union nicht gestattet. Es gibt ein Mindestzahlungsziel, und das muss von allen eingehalten werden. In diesem Sinne glaube ich, dass der Bericht das richtige Signal aussendet.

Maria Grapini, în numele grupului S&D. – Doamnă președintă, doamnă comisar, dragi colegi, în primul rând, vreau să spun că, în calitate de raportor din partea grupului politic, toată dezbaterile acestui raport a fost într-o atmosferă foarte corectă. Nu s-a ținut cont aici de ambiții și orgolii politice. Mulțumesc doamnei Lara Comi, care a condus foarte bine negocierea.

Doamna comisar, și dumneavoastră ați amintit că, de fapt, directiva, care a fost un prim pas din 2011 și adoptată în 2013, nu și-a atins scopul pe care noi îl speram – și anume să scădem întârzierile de plată.

Pentru că sunt și copreședinte la Intergrupul pentru IMM-uri, unde, de fapt, acest raport a fost dezbătut, vreau să vă spun că, indiferent de statul membru, toată lumea a ridicat aceeași problemă: problema IMM-urilor. Sunt într-un deficit de putere de negociere business-to-business și aici trebuie să intervenim.

De asemenea, în relația cu statul – a spus și raportoarea noastră – spun și eu că ar trebui să existe compensări, să nu trebuiască ca IMM-ul să nu primească banii din partea autorităților pentru că, da, sunt de acord cu doamna comisar: trebuie să îmbunătățim cultura antreprenorială.

Problema este ce facem cu cultura administrațiilor publice, centrale sau locale, care nu plătesc și care creează un lanț de neplăți. *Cash flow*-ul, lichiditățile sunt afectate și mă bucur că am reușit să negociem și să avem în acest raport și acea „listă albă”, despre care s-a mai vorbit, să existe o transparență.

Însă trebuie să avem pârgii sigure, pentru a nu duce la falimentul foarte multor întreprinderi mici și mijlocii. De aceea cred că directiva trebuie modificată.

(Vorbitorul a acceptat să răspundă unei întrebări adresate în conformitate cu procedura „cartonașului albastru” (articolul 162 alineatul (8) din Regulamentul de procedură))

Paul Rübig (PPE), *Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte“*. – Ich möchte die Kollegin Grapini fragen, ob es nicht möglich wäre, dass auch der Zahlungsverzug vonseiten der Europäischen Union einmal transparent dargelegt wird.

Wir haben sehr viele Programme der Europäischen Union, und ich stelle fest, dass viele kleine und mittlere Unternehmen hier sehr lange warten müssen, bis die Liquidität wiederhergestellt ist. Könnten wir nicht in den europäischen Institutionen ein *mapping* machen, um sicherzustellen, dass auch wir als Europäische Union diese *late payment directive* einhalten?

Maria Grapini (S&D), *răspuns la o întrebare adresată în conformitate cu procedura „cartonașului albastru”*. – În primul rând, vreau să spun că domnul Rübig este foarte activ în Intergrupul pentru IMM-uri și este un susținător al IMM-urilor.

Da, sunt de acord! Așa trebuie să facem și sper, doamnă comisar, să țineți cont de propunerea indirectă făcută de colegul meu, domnul Rübig, pentru că sunt întârzieri din partea instituțiilor europene și evident că statele membre, după aceea, la rândul lor, întârzie plățile către IMM-uri. Sunt de acord și sper să poată fi cuprinsă această propunere în programul Comisiei.

Richard Sulík, *za skupinu ECR* – Vážená pani predsedajúca, ďakujem pekne. Zmluvná sloboda je jeden mimoriadne dôležitý princíp medzi firmami a vo fungovaní ekonomiky. Práve tieto aktivity narúšajú zmluvnú slobodu. Preto, lebo Komisa alebo aj Parlament vstupujú do vzťahov medzi súkromnými dodávateľmi, súkromnými odberateľmi, preto, lebo politici si myslia, že vedia omnoho lepšie a furt by chceli niečo regulovať. Najlepšie spravíme, ak sa do tohto vôbec nebudeme miešať.

Áno, sú firmy, ktoré platia aj neskoro. No tak tým firmám jednoducho nech nikto nedodáva. Každý dodávateľ si musí svoje pohľadávky chrániť sám. Nesmie mu ich chrániť Komisia, lebo to jednoducho nebude fungovať.

Ak pani komisárka si teda myslí, že naozaj sa treba venovať oneskoreným platbám, nech sa páči, nech začne pri samotnej Európskej komisii, ktorá ešte prednedávnom mala veľké nedostatky v platení načas. Alebo všetky eurofondy, ktoré chodia. To chodí od buka k buku tie peniaze. Takisto v Európarlamente dochádza k oneskoreným platbám. Venujte sa tomu, prosím pekne, ale nemontujte sa do súkromného sektoru. Ten si poradí najlepšie bez vás. Ďakujem pekne.

Jasenکو Selimovic, *on behalf of the ALDE Group*. – Madam President, the entire European economy, especially small and medium-sized companies, is negatively affected by late payments. The EU has taken some action against this – we have this directive and liquidity flow in businesses has increased – but we still have a way to go. According to the figures provided by the Commission, more than half of Member States, and more than half of Member States' companies, are still not paying and respecting the 30-day limit imposed by the law. Even worse, many of these small companies are not asking for compensation because they are afraid of becoming the enemy of somebody to whom they owe money.

Our report puts forward measures that will improve this. We are encouraging Member States to introduce even stricter payment terms. We are calling for the introduction of mandatory information – as was talked about just five seconds ago – on payment behaviour, such as databases and registers for both the public and private sectors. We are urging Member States to set the national and regional free and confidential mediation services so that these businesses can go to somebody else and ask them to fight their cause instead of them.

To finish, we are advising Member States to take all necessary steps in order to ensure that the public authorities pay their suppliers in due time, because this is happening sometimes for economic reasons and sometimes for political reasons as well. By doing this, Member States will increase the liquidity flow in businesses and help to fulfil their obligations, and we will manage to make the business climate in Europe better than it is today.

Igor Šoltes, v imenu skupine Verts/ALE. – Gospa predsednica, torej gre za temo, ki je izjemno pomembna za tudi gospodarstvo v Evropski uniji in pa za plačilno disciplino.

Kot smo lahko videli v preteklosti in tudi vsak dan, so zamude pri plačilih v trgovinskih poslih žal realnost, s katero se sooča mnogo evropskih podjetij. In tukaj pravzaprav nobena od evropskih držav ni posebej varna.

Posebej pa so na udaru mala in pa srednja podjetja, ki so največkrat tudi deležna te zamude pri plačilih. To pa seveda povzroča zelo hude posledice. Ničkolikokrat smo slišali za primere, ko so mala srednja podjetja šla v stečaj, ko so zaradi tega trpele cele družine.

In gre za to, da seveda lahko in moramo prepustiti veliko stvari trgu samemu, ampak vsekakor moramo vzpostaviti regulativo, ki bo šibkeje ščitila pred zlorabo močnejših. In te zamude pri plačilih so samo ena od oblik tako imenovane nedovoljene trgovinske prakse, ki se žal prepogosto pojavlja na vsakem koraku. In neplačevanje oziroma plačevanje z zamudo je samo eden od teh elementov poleg seveda vračanja neprodanega blaga, slabega ravnanja z malimi dobavitelji, in mislim, da kot Evropska unija smo dolžni poskrbeti za mehanizme, ki bodo na tem delu šibkeje zaščitili.

Bi pa seveda poleg te mediacije, ki so jo kolegi že omenili, omenil še nekaj: med velikimi neplačniki oziroma plačniki z zamudo pa se uvršča tudi javni sektor. In tu pa seveda ni izgovorov, da na tem delu ne moremo ukrepati. Tu mislim, da imamo ogromne rezerve in največ seveda lahko naredijo države same, samo sramotno je, da tudi javni sektor velikokrat prispeva k tej zamudi s plačili.

Jiří Maštálka, za skupinu GUE/NGL. – Paní předsedající, napříč Evropskou unií každoročně zbankrotují tisíce malých a středních podniků při čekání na proplacení svých faktur. Opožděné platby v Evropě způsobují mnoho případů platební neschopnosti, což vede k sociálním potížím a ztrátám pracovních míst. Směrnice z roku 2011 o postupu proti opožděným platbám v obchodních transakcích měla za cíl situaci pro společnosti zlepšit. Děkuji paní zpravodajce, že zmapovala a detailně ukázala, jaká je situace kolem provádění této směrnice. Ukazuje se, že stále existuje řada problémů a překážek, jako je nedostatečné povědomí o existenci tohoto právního nástroje. Dále chci uvést, že je pouze malé procento malých a středních podniků, které zaznamenaly pozitivní dopady na opožděné platby od dlužníků díky této směrnici.

Dámy a pánové, máme co zlepšovat. Nesouhlasím s kolegou Sulíkem, abychom se neangažovali v této věci, protože není horšího nepřítele pro střední a malé podniky, než je finanční úřad a jeho aparát, který vždycky hraje přesilovku. Podporuji proto plně paní zpravodajku a její návrhy na řadu opatření, která by mohla vést ke zlepšení prosazování směrnice o opožděných platbách. Cílem musí být nastavení rovných podmínek pro všechny společnosti.

Vzhledem k tomu, že jde, paní předsedkyně – prosím –, o moje zřejmě poslední vystoupení v tomto parlamentu, chci poděkovat všem, se kterými jsem za 17 let mohl spolupracovat, počínaje předsednictvem a konče tlumočníky.

Róza Gräfin von Thun und Hohenstein (PPE). – Pani Przewodnicząca! Zawsze podkreślam, że przecież z dnia na dzień widzimy jak pozytywnie zmieniło się nasze życie, dzięki temu, że wszyscy jesteśmy w Unii Europejskiej. Ale codziennie obserwujemy i odkrywamy, że musimy robić coraz więcej. Udało się nam wiele: likwidacja geoblokowania, likwidacja roamingu – to te spektakularne ogromne sukcesy. Udało się nam to załatwić, a korzystamy wszyscy, wszyscy obywatele Unii Europejskiej.

Dziś przyglądamy się sytuacji przedsiębiorców w Unii Europejskiej i mamy sprawozdanie z wykonania dyrektywy w sprawie tzw. opóźnionych płatności. Wiele małych firm ma problem z powodu nieuregulowanych na czas płatności. Widmo bankructwa z powodu opóźnień stoi przed niejednym przedsiębiorcą, który i tak ma wystarczająco zmartwień z zawilgoceniem regulacjami, np. podatkowymi, albo małą płynnością. Dlatego sprawdzamy, czy prawo przyjęte w tej kadencji Parlamentu, działa jak należy. I co się okazuje? Nie działa.

Sprawozdanie słusznie wskazuje punkty, w których stosowanie przepisów mogłoby być znacznie lepsze. Jednak ta sprawa – pamiętajmy – leży w gestii państw członkowskich i to one odpowiadają za właściwe wdrożenie i egzekwowanie przepisów unijnych. Ważny jest postulat wprowadzenia większej przejrzystości, np. w odniesieniu do zachowań płatniczych. Rozwiązanie to mogłoby zachęcić opieszłych dłużników do szybszego spłacenia długów.

Zarówno wtedy, gdy przyjmowaliśmy tę dyrektywę, i dzisiaj musimy wyważyć wszystkie racje. Cele, które przyświecały regulacji, jak np. zwiększenie zatrudnienia, ochrona wierzyciela czy wzrost gospodarczy, są w tym przypadku bardzo istotne. Przedsiębiorcy – ostatnie zdanie, Pani Przewodnicząca – przedsiębiorcy, szczególnie mali i średni, są dla nas kołem zamachowym, a *pacta sunt servanda* i tak musimy pracować.

Nicola Danti (S&D). – Signora Presidente, onorevoli colleghi, signora Commissario, bisogna riconoscere che la direttiva del 2011 sul ritardo dei pagamenti ha avuto certamente in questi anni un effetto positivo, almeno quello di ridurre la durata media dei tempi di liquidazione per le aziende.

Tuttavia, sappiamo anche che ancora il 95 % delle piccole e medie imprese europee non riceve i compensi per le prestazioni nei tempi stabiliti e talvolta, anzi, questo ritardo provoca fallimenti per molte aziende. Allora io credo che questa relazione che domani il Parlamento approverà intende proporre miglioramenti per debellare questa piaga.

In particolare, a me preme sottolineare tre punti: il primo, introdurre per le imprese che vantano crediti nei confronti delle pubbliche amministrazioni, procedure di rimborso e recupero più rapido.

Il secondo: promuovere l'istituzione di servizi di mediazione gratuiti ed accessibili, per sostenere le piccole e medie imprese, che spesso non hanno i mezzi finanziari adeguati per affrontare lunghi contenziosi giudiziari.

Il terzo punto: prevedere la pubblicazione obbligatoria delle informazioni relative agli enti pubblici e privati che pagano nei tempi giusti. Credo, signora Presidente, che la certezza dei tempi di pagamento sia una sfida molto importante che noi abbiamo e può apparire anche difficile, visti i risultati non brillantissimi di questi anni. Tuttavia da questa passa la competitività del nostro sistema europeo delle aziende europee e credo che sia giusto garantire un ambiente nel quale i pagamenti sono nei tempi stabiliti e che è un ambiente nel quale esse possono svolgere bene la propria attività.

Anneleen Van Bossuyt (ECR). – Voorzitter, late betalingen zijn vaak een strop rond de nek van kleine ondernemingen. Om te groeien, om te innoveren, om aan te werven hebben zij hun zuurverdiende centen immers hard nodig. Een te laat betaalde factuur ontnemt hen vaak de zuurstof die voor hen nochtans cruciaal is om te overleven.

Ik vraag de Commissie en de lidstaten dan ook met aandrang om op te komen voor onze kleine en middelgrote ondernemingen, die uiteindelijk de ruggengraat vormen van onze economie. De achterpoortjes in de wetgeving die wanbetalers vrij spel geven, moeten gesloten worden. Twee op de drie Belgische bedrijven accepteert een langere betalingstermijn dan die welke ze eigenlijk comfortabel achten. Daarom diende mijn partij op nationaal niveau in 2017 een wetsvoorstel in om de maximale betalingstermijn vast te pinnen. Ook vanuit Europa moet er nu een krachtig signaal komen om late betalingen niet toe te staan.

Spontane Wortmeldungen

Bogdan Andrzej Zdrojewski (PPE). – Pani Przewodnicząca! Debatujemy nad niezwykle ważną sprawą. Ważną, bo dotyczącą katastrofy – katastrofy w płatnościach. Tak jak pani komisarz słusznie zauważyła, to są z jednej strony pożyczki najtańsze – najtańsze oczywiście dla tych, którzy je biorą, ale niezwykle kosztowne dla tych, którzy je dają albo którym te środki są odbierane.

Ale chciałem przy tej okazji poruszyć inny temat, dlatego się zgłosiłem. Sami możemy mieć bowiem pewną satysfakcję. Zaczynaliśmy kadencję w Parlamencie Europejskim od zwrócenia uwagi na własne opóźnienia w płatnościach, na przykład w ramach takich programów jak Erasmus+, „Kreatywna Europa”, „Europa dla obywateli”. Po czterech latach możemy powiedzieć, że przynajmniej Komisja w zobowiązaniach i płatnościach poprawiła efektywność. Dzięki temu możemy mocniej, z mocniejszym mandatem, mówić o tych zaległościach, o tych zobowiązaniach, które są po stronie podmiotów gospodarczych.

John Howarth (S&D). – Madam President, I would like to express my thanks to the rapporteur and the Commissioner. Those of us who have run small businesses understand that it isn't a lack of profitability that sends a business under, it's a lack of cash, and thousands suffer from this in the EU every year. Last year I hosted an event with the Federation of Small Businesses from the UK on the need to improve the enforcement of the Late Payment Directive, and I'm pleased to see that this report proposes exactly that. Linking procurement rules with the terms of the directive – a particularly important measure after the collapse of Carillion last year – is exactly the kind of initiative we need. Automatic accrual of interest for the public sector: the public sector should lead by example and should pay on time. Mandatory reporting requirements for larger firms has been a positive step in the UK, and other Member States should replicate this. These are all important steps. The Commission should now launch a new public consultation as the next step to strengthening the Late Payment Directive.

Caterina Chinnici (S&D). – Signora Presidente, onorevoli colleghi, malgrado la direttiva del 2011 contro i ritardi di pagamento nelle transazioni commerciali, le imprese europee e specialmente quelle di piccola e media dimensione, continuano a scontare eccessivi ritardi nella riscossione dei crediti e non soltanto nei confronti della pubblica amministrazione.

In Italia, ma non soltanto nel mio paese, il tessuto economico è composto prevalentemente da piccole e medie imprese che tendono ad accettare termini di pagamento più lunghi da parte delle imprese di maggiori dimensioni, per timore di danneggiare le relazioni commerciali.

Occorre quindi sviluppare misure più incisive per scoraggiare quelle che di fatto diventano pratiche sleali, tenendo conto della specificità di ciascun settore produttivo, sul modello della direttiva sulle pratiche sleali nella filiera agroalimentare, volta a tutelare i piccoli produttori in un settore caratterizzato da forti squilibri nel potere contrattuale.

Ed è indispensabile che Commissione e Stati membri sviluppino campagne di sensibilizzazione sul rispetto dei tempi di pagamento e sui rimedi legali contro i ritardi, e questo anche per i crediti vantati nei confronti della pubblica amministrazione.

Νότης Μαρίας (ECR). – Κυρία Πρόεδρε, οι καθυστερήσεις στις εμπορικές συναλλαγές, η μη πληρωμή δηλαδή έγκαιρα από πλευράς ιδιωτικών επιχειρήσεων, δημιουργεί τεράστιο πρόβλημα στον ίδιο τον ιδιωτικό τομέα και, φυσικά, είναι μια διαδικασία που μπορεί να οδηγήσει σε πτωχεύσεις. Το μεγαλύτερο πρόβλημα όμως είναι να χρωστάει το Δημόσιο, διότι το Δημόσιο είναι αυτό το οποίο απαιτεί από τους φορολογούμενους να πληρώσουν και, όταν δεν πληρώνουν ή έχουν δυσκολία να πληρώσουν φόρους – όπως είναι οι φτωχοποιημένοι από τα μνημόνια Έλληνες – τότε το κράτος κάνει κατασχέσεις. Κάνει κατασχέσεις στους λογαριασμούς, κάνει κατασχέσεις στην περιουσία τους. Όμως σε αυτό το κράτος, το ελληνικό Δημόσιο οφείλει αυτή τη στιγμή, με στοιχεία του Δεκεμβρίου του 2018, ένα δισεκατομμύριο ευρώ στον ιδιωτικό τομέα. Ξέρετε γιατί τα οφείλει; Διότι κρατάει τα χρήματα προκειμένου να πληρώσει τους δανειστές, για να δημιουργήσει το περίφημο πρωτογενές πλεόνασμα. Αυτό το γνωρίζει η Επιτροπή, αλλά προτιμάει να πληρώνονται οι δανειστές από το ελληνικό Δημόσιο παρά να πληρώνει το ελληνικό Δημόσιο τις ιδιωτικές επιχειρήσεις.

(Ende der spontanen Wortmeldungen)

Elżbieta Bieńkowska, Member of the Commission. – Madam President, I would like to thank all of the Members for this debate, but I especially want to thank you for again putting the late payment issue into the spotlight. It was a good debate and I believe that voting tomorrow will also be positive for this very good report. I want to remind you that we have been dealing with this issue in the EU since 1995 and there is still a lot of work to be done, especially in the area of changing the culture, as I said. Every business and every public institution must understand that this is in their own interest, that prompt payments really are in their own benefit. Since some of you have asked, I also want to underline that of course EU institutions – just like each and every European institution and business and public institution in Europe – have the same obligation under this directive. So let me tell you that the European Commission has introduced a zero tolerance rule for any late payments in the EU institutions. So this is something new and I hope it will give good results in the future. Thank you very much for this and let me say that, of course, the work on late payments is not yet finished.

(Applause)

Lara Comi, Relatore. – Signora Presidente, onorevoli colleghi, signora Commissaria, ringrazio tutti i colleghi che sono intervenuti perché è stato un dialogo molto costruttivo, ma un lavoro costruttivo per le imprese e per i cittadini.

Le pongo solo due rapidissime riflessioni: la prima, nel momento in cui uno Stato non dovesse attenersi a quella che è la direttiva sul ritardo dei pagamenti, entra in infrazione. Attenzione che questo metodo di infrazione porta a delle sanzioni e quindi ad un pagamento aggiuntivo, che va poi a ripercuotersi sui cittadini, e questo è un problema, perché paghi il doppio, cioè lo Stato non ti paga e in più devi pagare anche l'infrazione. Quindi bisogna trovare un altro metodo.

L'altro aspetto che, prima di Lei, ha ricordato il Presidente Tajani, si è ottenuto, per esempio per l'Italia, il fatto di poter sfiorare il 3 % per pagare i debiti della pubblica amministrazione. Naturalmente questo non deve essere la regola, ma sull'austerità, come giustamente ha ricordato anche ieri il Presidente Juncker, non si ottengono risultati e quindi non c'è scusa, in questo caso per l'Italia, per non pagare i debiti della pubblica amministrazione alle imprese. Penso che questo possa essere un metodo utilizzato anche per altri Stati. La ringrazio e confidiamo nel voto di domani.

Die Präsidentin. – Die Aussprache ist geschlossen.

Die Abstimmung findet am Donnerstag, 17. Januar 2019, statt.

Schriftliche Erklärungen (Artikel 162)

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D), in writing. – Late payments remain one of the problems of the European Single Market. In Europe, six out of ten businesses receive payments after the deadline set in a contract. While larger companies have the capabilities and financial means to cope with these difficulties, for SMEs and start-ups it might represent an existential constraint. Delays in transaction have a negative influence on enterprises' ability to invest, grow, plan production and pay their employees' salaries, and it hinders their general financial health. In the worse cases, delays might lead to bankruptcy or debts. Therefore, I am closely observing the implementation of the Late Payment Directive, under which businesses must pay invoices within 60 calendar days and public authorities within 30 days. Furthermore, the Directive introduces automatic payment of interest for exceeding the relevant payment date. I believe that authorities and business organisations should promote a culture of prompt payments within their guidelines, sharing the best practices processes and, if necessary, legislate. Settlement of missing payments cross-board should be simplified thanks to a European small claims procedure. A healthy business environment is a pre-condition for securing the competitiveness and solvency of the European economy.

26. Relatório anual sobre as atividades financeiras do Banco Europeu de Investimento (debate)

Die Präsidentin. – Als nächster Punkt der Tagesordnung folgt die Aussprache über den Bericht von Barbara Kappel im Namen des Ausschusses für Wirtschaft und Währung über den Jahresbericht über die Finanztätigkeit der Europäischen Investitionsbank (2018/2161(INI)) (A8-0415/2018).

Ich heiße auch den Präsidenten der Europäischen Investitionsbank, Werner Hoyer, willkommen.

Barbara Kappel, Berichterstatterin. – Frau Präsidentin, Herr Kommissar Katainen, Herr Präsident Hoyer! Wir sprechen heute über den Jahresbericht über die Finanztätigkeit der Europäischen Investitionsbank. Ich möchte mich zuallererst bei den Schattenberichterstattern, bei den Verfassern der Stellungnahmen mitberatender Ausschüsse, bei meinem Team und ihren Teams bedanken, dass wir in wenigen Monaten und auf pragmatische Art und Weise einen umfassenden Bericht über die Tätigkeit der Bank im Jahr 2017 erarbeiten konnten.

Der operative Gesamtplan der EIB für den Zeitraum 2017-2019 basiert auf den Zielen der Strategie Europa 2020 für intelligentes, nachhaltiges und integratives Wachstum in den Bereichen Energie, Verkehr und Mobilität, Gesundheit, Entwicklung der ländlichen Infrastruktur und Agrarunternehmensförderung, KMU und *Midcap*-Unternehmen, Umwelt und Innovation. In diesen Betrachtungszeitraum fiel im vergangenen Jahr auch das 60-jährige Jubiläum der EIB, zu dem ich Ihnen, Herr Präsident Hoyer, und auch den Mitgliedstaaten und letztlich uns allen herzlich gratulieren möchte.

Die EIB ist heute der größte multilaterale Anleiheemittent und Darlehensgeber der Welt. In 60 Jahren wurden insgesamt 1 100 Milliarden Euro in 11 900 Projekte in mehr als 160 Ländern investiert – ein Faktum, auf das wir durchaus stolz sein können. Die von der EIB-Gruppe begebenen Anleihen weisen die höchste Kreditqualität auf. Die Bank selbst verfügt über ein AAA-Rating und dank ihres konservativen Risikomanagements über einen Anteil an notleidenden Krediten von nur 0,3 % – auch das durchaus eine Best Practice. Hohe Kreditwürdigkeit, ein solides und hochwertiges Vermögensportfolio und tragfähige Investitionsvorhaben – das sind die grundlegenden Werte des Geschäftsmodells der EIB und ebenfalls ein Best Practice. Und trotz aller Internationalität angesichts eines Investitionsvolumens in mehr als 160 Ländern wurden über 90 % der Darlehen innerhalb der EU vergeben. Allein 2017 wurden 901 Projekte genehmigt und 78 Milliarden Euro für Innovation, Umwelt, Infrastruktur und KMU bereitgestellt. In den letzten zehn Jahren flossen über 200 Milliarden Euro in die wirtschaftliche und soziale Entwicklung der Regionen, rund 700 000 KMU hatten besseren Zugang zu Finanzmitteln.

Was die Mittelbeschaffungsseite betrifft, erlaube ich mir, Herr Präsident, eine Anmerkung zu machen: 2017 wurde rund ein Drittel der EIB-Anleihen in Dollar begeben. Wir feierten gestern in diesem Haus 20 Jahre Euro – die zwischenzeitlich zweitgrößte Währung weltweit. Vielleicht könnten Sie, Herr Präsident, zukünftig mehr Euro-Anleiheemissionen durchführen und den Dollar schrittweise zurückführen.

Die EIB hat aber auch die Wettbewerbsfähigkeit Europas im Auge. 2017 wurden Darlehen in Höhe von 13,9 Milliarden Euro unter anderem für 7,4 Millionen digitale Hochgeschwindigkeitsverbindungen und die Installation von 36,8 Millionen *smartmeters* vergeben. 16,6 Milliarden Euro flossen in Projekte in den Bereichen Umwelt und Nachhaltigkeit, in den Ausbau erneuerbarer Energiequellen, Energieeffizienz, biologische Vielfalt, sauberes Wasser und saubere Luft, Abfallwirtschaft, nachhaltiger Verkehr usw.

Die EIB ist der weltgrößte Emittent grüner Anleihen. Ein Viertel der Darlehenssumme wird für klimabezogene Projekte bereitgestellt. Deshalb nimmt die Bank auch bei der Finanzierung des Pariser Klimaabkommens eine besondere Rolle ein. 2017 hat die EIB kleine und mittlere Unternehmen mit Investitionen in Höhe von 29,6 Milliarden Euro unterstützt. 287 000 Unternehmen, bei denen 3,9 Millionen Mitarbeiter beschäftigt sind, haben dadurch Zugang zu Finanzierungen erhalten. Angesichts der enormen Bedeutung von KMU und Start-ups für die europäische Wirtschaft sind die KMU-Strategie der EIB und die damit einhergehende Kooperation bei der Überwindung der Kreditknappheit besonders hervorzuheben.

Eine wichtige Aufgabe übernahm die EIB auch bei der Überwindung der krisenbedingten Investitionslücke in Europa. Hier ist besonders der EFSI anzuführen. Mittels des Fonds, der von der EIB gemanagt wird, konnten bisher 371 Milliarden Euro an zusätzlichen Investitionen mobilisiert werden. Ich möchte hier besonders Herrn Molterer, dem geschäftsführenden Direktor des EFSI, danken, und die EIB wird bis 2021 auch federführend für die Umsetzung von InvestEU verantwortlich sein.

Eider Gardiazabal Rubial, *ponente de opinión de la Comisión de Presupuestos*. – Señora presidenta, señor comisario, señor Hoyer, hoy intervengo en nombre de la Comisión de Presupuestos para exponer los puntos que hemos considerado importante resaltar en la opinión que hemos elaborado sobre el informe de actividades del Banco Europeo de Inversiones. Y, por falta de tiempo, me voy a centrar en los temas más importantes que hemos incluido en esta opinión.

Lo primero de todo es que el BEI tiene que seguir reforzando su capacidad inversora para colmar el déficit de inversión que tenemos, tanto del sector público como del sector privado, y mantener su perfil anticíclico gracias a estas inversiones. Inversiones que tienen que tener un claro objetivo de creación de empleo, pero de empleo de calidad, y también que puedan ser sostenibles en el tiempo.

Y, en este sentido, también es importante resaltar que se tiene que seguir reforzando el apoyo a las pequeñas y medianas empresas; se tiene que mejorar la comunicación y el acceso a la información de todos los programas de los que dispone el Banco para que las pequeñas y medianas empresas puedan participar mejor.

Es fundamental también —y no solo por la existencia del Fondo Europeo para Inversiones Estratégicas— que siga desarrollándose la colaboración con bancos e instituciones de fomento nacionales y regionales con el fin de mejorar el impacto de las inversiones y de proporcionar una asistencia técnica adecuada a los promotores de los proyectos.

Y en este mismo sentido, pero hablando de las inversiones en el exterior, es fundamental también una mayor y mejor coordinación con los bancos de desarrollo para poder garantizar una coherencia en los mandatos y, sobre todo, para ser más eficaces y eliminar duplicidades.

Y, por otro lado, me gustaría resaltar también el esfuerzo del Banco al alcanzar ese objetivo del 25 % de las inversiones realizadas en favor del clima. Tenemos que seguir avanzando por este camino y mejorar este objetivo en el próximo período.

Y, por último, como todos los años —y este es el último de este mandato—, le quiero pedir al BEI que siga trabajando, que siga esforzándose aún más para mejorar la transparencia y la rendición de cuentas, así como el control de los intermediarios financieros para luchar contra el fraude, la evasión y la elusión fiscales.

Werner Hoyer, *Präsident der Europäischen Investitionsbank*. – Frau Präsidentin, sehr geehrte Mitglieder des Europäischen Parlaments, meine Damen und Herren! Lassen Sie mich zunächst einmal der Berichterstatterin, Frau Kappel, und ihren Mitstreiterinnen und Mitstreitern für diesen exzellenten Bericht sehr herzlich danken.

It's a great pleasure for me to be with you this evening. These debates play an important role in further reinforcing the working relationship between this House and the European Investment Bank (EIB).

Many issues raised in the report are extremely relevant, and I very much appreciate the support you give to the EIB in its role as a catalyst for investments that support growth and jobs, both within and outside the European Union.

As you rightly point out in your report, the EIB is a very good deal for the EU. We put money to work. By the way, not so much taxpayers' money, but money we raise from investors on the capital markets. The financing scheme of the EIB is unique. The Member States own the EIB, but they are not the principal source of funding. Indeed, the Member States, over 60 years now, have only paid directly EUR 14 billion in cash to secure their equity share of the bank, plus EUR 3.4 billion into the reserve. This has enabled us over the past 60 years to disperse more than EUR 1.1 trillion, as the rapporteur just mentioned, mobilising up to EUR 3 trillion of overall investment. This is a very efficient use of EU resources – all in support of EU policies that you in this Parliament shape and that we follow.

It is also thanks to you that we operate at an increasingly sustainable and innovative way – from issuing sustainability awareness bonds and green bonds, to ambitious climate action targets in our lending. By the way, sustainability awareness bonds – our latest product – are very interesting. When we all praised the United Nations for defining the Sustainable Development Goals, we were all made aware of the fact that taxpayers' money will never suffice to enable us to reach these objectives. We need to crowd in the private sector. This is exactly what we in the EIB are doing and for which we developed, for the first time ten years ago, green bonds. We are now also developing sustainability awareness bonds, and the first issuance on the market was very successful and encouraging.

Ladies and gentlemen, investment in the EU has recovered, but the recovery is still uneven across countries and sectors. We cannot afford to become complacent when it comes to closing the investment gap in Europe – just think of the areas of infrastructure or innovation where the EU is lagging behind. One key instrument to tackle this challenge is the Juncker Plan and the European Fund for Strategic Investment (EFSI). I thank you very much for your kind words and Mr Molterer for his work.

Ms Kappel, in your report you take stock of the success of EFSI. It is our joint success, and it was the right decision by this Parliament to extend the programme to the end of 2020, with an increased goal of mobilising EUR 500 billion. It has been a remarkable decision of this Parliament and Council to, so to speak, sacrifice EUR 16 billion of the EU budget in order to shift money from subsidies and grants into a guarantee scheme. This exercise, which, at first glance, would not seem very popular for a parliamentarian, has been a success. I thank you for that courageous decision.

EFSI has already had a concrete impact. As of December 2018, it has supported over 850 000 SMEs across the EU and is expected to trigger over EUR 371.2 billion of additional investment. It is a great example of what the EIB can do to help scarce public resources achieve more. It reflects a paradigm shift from grants and subsidies to loans and guarantees and has become a very strong element of Europe's public policy tool kit.

I fully share the view that we should retain the key success factors from EFSI and learn the lessons when designing the future InvestEU programme. We are in very good contact discussions with the Commission on this in order to translate what has worked with EFSI into the new regulation on InvestEU – and EFSI has worked.

In this regard, I welcome very much Parliament's position on InvestEU, which was voted on earlier, that indeed reflects the successful EFSI model. We very much appreciate that Parliament has called for the EIB group to have a dedicated share of 75% of InvestEU in the legal text. We also welcome the fact that the report proposes changes that will deliver a higher impact, ensure efficient management and support national commercial banks to benefit from InvestEU.

Let me briefly turn to our role as the EU's external financial arm. For over 55 years, the EIB has supported the EU's external and development policies in a very broad range of countries, at minimal cost to the EU budget. The EIB is a global leader in crowding in private sector finance and delivering innovative financing solutions for the public and private sectors.

Through our engagement, in projects both inside and outside the EU, the EIB has sectorial expertise across all regions and project types that it can deploy globally. As the external arm of EU investment, we are very active across all parts of the globe. For instance, with the aim of improving livelihoods and creating local jobs, we finance SMEs and microenterprises with limited access to finance in Africa, with particular focus on youth and African women.

At the same time, we finance climate action projects in Asia and Latin America and support EU diplomacy. We are supporting EU policy very closely in the neighbourhood, where we stand ready to respond to urgent EU priority needs, as was the case, for instance, with the Ukraine Package. Moreover, through the Economic Resilience Initiative for the Western Balkans and the Southern Neighbourhood, we have stepped up our support to countries affected by migration, whether host countries, countries of transit or countries of origin.

There are many inefficiencies within Europe's development finance architecture, and there is growing demand among European bilateral development agencies for greater coordination, new financial instruments and innovative banking solutions. While grants will continue to play an important role, there is widespread recognition that financial instruments to mobilise investment must grow in importance. The EIB stands ready to facilitate and coordinate EU external investments for our policy makers.

The challenges facing EU foreign and development policy are substantial, with uncertainties surrounding US global leadership, China playing a bigger role internationally, and – this might be the most important fact – with threats to the very concept of multilateralism. Europe is called upon to show leadership and tackle global issues. For this, we need a strong financing arm, and for this, we need a strong EIB.

I am therefore very pleased to see the emphasis in your report on keeping the central role of the EIB firmly reflected in the post-2020 architecture for financing outside the Union. I am confident that we can translate what we have now learned from EFSI for InvestEU into the new regulation about our activities outside the European Union. These negotiations are going on at this moment.

Thank you, Ms Kappel, for raising the issue of transparency, accountability and tax compliance. I fully agree with you that we cannot become complacent in that respect. On transparency, we are already second to none compared with other international financial institutions, and we intend to keep it this way. I would also welcome the European Union and its Member States using the same criteria and standards for the lending activities of other multilateral financial institutions which they use for the EIB.

We are publishing more and more information about our activities and the impact that we have on the daily lives of citizen. On curbing tax avoidance, let me assure you that we are putting a lot of effort and time into this and are fully behind the EU's push to mitigate these practices. We of course apply the EU black list and remain extremely vigilant that our money is not misused.

Let me finally update you on one issue that will unfortunately keep us all busy for some time, as yesterday's events have yet again illustrated, namely the impact of the UK leaving the EU. When, in my view very unfortunately, the UK leaves the EU, it consequently stops being a member of this bank, which has a number of implications both institutionally and financially. In this context, I would like to express my gratitude for Parliament's swift adoption of its positive opinion on amending the EIB's statute and governance due to the UK's withdrawal from the EU. The UK's departure means that the EIB's capital will be reduced by approximately EUR 40 billion, of course most of it in the form of callable capital, because the Member States paid in so little in cash. This would translate into a roughly EUR 100 billion reduction in our maximum lending space. I do not need to tell you that such a scenario is in nobody's interest. As a sign of trust in the EIB, the Board of Directors, representing all Member States, has agreed on measures to sustain and strengthen the bank's capital base after Brexit. The EU 27 Members have agreed to replace the UK's share in paid-in capital using the bank's reserves and to increase their callable capital.

Some Member States have even volunteered to contribute paid-in capital to increase their role in the bank. We are therefore confident that we will conclude an agreement on capital replacement before the UK leaves the EU, and, most importantly, preserve the EIB's ability to achieve EU policy objectives. We will all lose in the context of Brexit, but I think Parliament and Council and the Commission are doing what is necessary to reduce the damage to a minimum.

Thank you very much for your attention. I am very much looking forward to the debate.

Jyrki Katainen, *Vice-President of the Commission*. – Madam President, I would like to welcome the report and thank especially Parliament and in particular the rapporteur Ms Barbara Kappel, for its very relevant input. We welcome the importance that Parliament rightly attaches to monitoring the European Investment Bank as a key player in delivering our European political priorities.

Our Bank is an indispensable partner for implementing EU policies inside and outside the borders of the Union. Our Bank has also proven its ability to reshape significantly its activities. The successful implementation of the European Fund for Strategic Investments (EFSI) illustrates perfectly this capacity to seize new opportunities and redefine its business models to address investment gaps that still affect the EU today, especially in sectors like innovation and infrastructure.

The strategic positioning of the Bank on key sectors was at the heart of a discussion that took place in 2018 in light of the expected departure of one of the major shareholders of the Bank, the United Kingdom. I particularly welcome the recent agreement in principle found by the Member States on the capital aspects after the UK's withdrawal, as well as the reforms of the cabinet. This package demonstrates the shareholders' strong commitment to the EIB, which is key to ensuring that the Bank retains its triple A rating and to preserving the sustainability of its lending volume.

In the context of the negotiations on the next multiannual financial framework (MFF), I would like to recall that the EIB will remain a key implementing partner for the EU.

Under the InvestEU fund, the Commission and the EIB Group have proposed to establish a partnership to support programme implementation and ensure consistency, inclusivity and efficiency. Under this proposal, a 75% share of the EU guarantee for the EIB would be enshrined in the regulation. Moreover, the EIB Group's banking expertise will be pressed into use to design, implement, monitor and report on the InvestEU programme.

The Commission proposal on the post 2020 Neighbourhood, development and international cooperation instrument will bring together existing and new programmes currently serving the EU's external policies. The Commission has proposed that the new instrument should be deployed through an open architecture using all available expertise from the EIB, international financial institutions, as well as national and regional development actors.

With decades of experience, the Bank will remain a major partner for the EU for external lending activities in the next MFF. Currently the Commission is holding discussions with the EIB and other financial institutions in order to find a common approach that could provide the EIB with basic operational predictability post 2020.

Let me conclude by speaking of two particular relevant issues highlighted in your report. Firstly, climate change. The Commission fully supports the ambitious climate action strategy of the European Investment Bank, matching the commitments of the Paris Agreement. Increased investment in renewable energy and the energy efficiency sector is key to achieving this objective.

Secondly, tax compliance. The EU has achieved unprecedented progress in fighting tax avoidance in the course of the last two years. This includes new requirements against tax avoidance in EU legislation, governing in particular financing and investment operations.

As a follow-up action, the Commission has been working closely with the EIB and other implementing partners on adapting the current compliance procedures of this new environment. We also adopted a communication in March 2018 to facilitate the implementation of these new requirements.

I welcome the collaboration of the EIB and Commission services in reflecting recent developments at the EU and international levels in the procedures of the Bank. The Commission will continue to monitor closely this important file and we look forward to the EIB's proposal for the revision of its relevant policies.

Madam President, I want to thank once more the rapporteur and everybody who has participated in this work for a very accurate, very deep analysis of the situation.

Ralph Packet, *Rapporteur voor advies van de Commissie internationale handel*. – Voorzitter, wij vinden dat de Europese Investeringsbank, de investeringsbank van alle lidstaten, goed werk levert. Grote infrastructuurwerken zoals Oosterweel in Antwerpen kunnen rekenen op een lening van de Europese Investeringsbank, die deze projecten zo mede mogelijk maakt.

Wij steunen dit verslag en ik zou graag even willen ingaan op het stuk over de financiering van de Europese Investeringsbank. Want zoals u weet, gebeurt dat hoofdzakelijk via obligatie-uitgiftes op de internationale kapitaalmarkten. Jaarlijks voor ongeveer 60 miljard euro. Tegenwoordig gebeurt dat echter bijna voor een derde in dollars. Daarom kan de bank blootgesteld worden aan mogelijke Amerikaanse sancties, wat ertoe zou kunnen leiden dat de Europese Investeringsbank niet meer zelf kan kiezen waarin het wil investeren. De dollar is namelijk een instrument van de VS om wereldwijd aan geopolitiek te doen. Europa moet een eigen koers kunnen varen en daarom verzoeken we de Europese Investeringsbank geleidelijk haar financiering in dollars te verminderen.

Werner Langen, *im Namen der PPE-Fraktion*. – Frau Präsidentin, Herr Präsident Hoyer, Herr Vizepräsident Katainen, Frau Berichterstatterin! Ich möchte mich zuerst bei Frau Kappel bedanken. Sie hat eine gute Arbeit geleistet.

Herr Hoyer, Sie dürfen sich nicht wundern, dass der Saal so leer ist. Zurzeit finden die Fraktionssitzungen zur Vorbereitung der morgigen Abstimmung statt, und zwar in allen großen Fraktionen. Sie können auch deshalb beruhigt sein, weil gestern beim Jahresbericht des EZB-Präsidenten nur drei Kollegen mehr anwesend waren, als er geredet hat.

Deshalb sage ich: Der Bericht ist gut. Die Europäische Investitionsbank ist eine sehr wichtige Einrichtung. Sie haben die Vorteile geschildert. Frau Kappel hat die wichtigsten Punkte aufgegriffen. Die EVP wird diesem Bericht zustimmen. Wir haben auch in den Gesprächen mit der Berichterstatterin unsere wesentlichen Punkte durchgesetzt. Das ist positiv. Ich glaube, wenn man betont, dass die EIB die einzige internationale Bank ist, die sich ausschließlich im Besitz der EU-Mitgliedstaaten befindet und sich vollständig an den EU-Politiken und Standards orientiert, dann ist das ein ungeheurer Vorteil. Wenn wir gestern die Brexit-Entscheidung hatten – ich darf eine Anmerkung machen: Ich persönlich glaube nicht an den Brexit, er wird noch verhindert werden – so ist es aber auf jeden Fall gut, dass die EIB in der Eigenkapitalvorsorge vorangekommen ist.

Ihre Schwerpunkte mit KMUs, Nachhaltigkeit, die Tatsache, dass Sie Darlehen vergeben statt Zuschüsse zu geben, dass Sie im Bilanzvolumen größer als die Weltbank sind, das sind alles Dinge, die eigentlich verlangt hätten, dass man den Jahresbericht in einer größeren parlamentarischen Öffentlichkeit diskutiert.

Das ist leider nicht der Fall, und ich hoffe, dass wenigstens morgen die Zustimmung größer ist als im federführenden Ausschuss. Dort haben sich nämlich Ihre liberalen Freunde enthalten, die Sozialdemokraten haben sich enthalten, die Kommunisten und die Grünen haben dagegen gestimmt, sodass der Bericht mit 24 Ja-Stimmen bei 9 Enthaltungen und 9 Gegenstimmen eigentlich nur mit den Stimmen der ECR und der PPE angenommen wurde. Das ist keine Aussage des Parlaments für eine aktive Unterstützung der EIB.

Ramón Jáuregui Atondo, *en nombre del Grupo S&D*. – Señora presidenta, yo también me sumo a los elogios que se han hecho al informe y a la ponente, pero quiero destacar dos ideas que creo que no están suficientemente reflejadas en lo que es la posición del Parlamento Europeo respecto a la importancia del Banco Europeo de Inversiones. Porque coincido con ustedes en que, ciertamente, es un gran actor global de la Unión Europea que tiene una extraordinaria importancia en la aplicación de las políticas, de las prioridades, de los objetivos de la política de la Unión Europea.

Y, en ese sentido, mi primera reflexión es a propósito de la importancia de la acción en los países terceros. Realmente son muchos los países en los que se está operando; es verdad, pero me pregunto si no podríamos contemplar un incremento de nuestros préstamos y de nuestras operaciones bancarias en más países. Europa es —suele decirse— un *soft power*, un país cuya política exterior está en gran parte debilitada porque su presencia militar o su política exterior es demasiado débil. Yo creo que nuestra acción financiera —la importancia de este banco, tan grande en muchísimos aspectos— debe ser reevaluada.

Y, en segundo lugar, hablando de los países terceros, mi segunda reflexión es precisamente para matizar en el informe que los países terceros no son solo los vecinos del Este o que los países terceros no están todos en el Este. Creo que hay una excesiva pormenorización sobre la vecindad en el Este y una débil referencia a África y a América Latina. En África nos jugamos mucho; lo sabemos. Y creo que el Banco Europeo de Inversiones, aunque ha empezado a operar, especialmente en relación con lo que tiene que ver con el cambio climático, tiene que hacer más. Y América Latina es muy importante. Hay que operar más: en Cuba, en Colombia, en América Central, porque el Banco hace cosas muy importantes para esos países.

Stanisław Ożóg, *w imieniu grupy ECR*. – Pani Przewodnicząca! Panie Prezesie! W imieniu delegacji Prawa i Sprawiedliwości chcę wyrazić uznanie dla 60-letniej działalności Europejskiego Banku Inwestycyjnego. Ostatnie lata szczególnie wyeksponowały rolę EBI w rozwoju inwestycji prywatnych i publicznych w naszym obszarze gospodarczym. Ze szczególnym uznaniem odnoszę się do współpracy EBI z organami krajowymi celem zapobiegania oszustwom podatkowym, praniu brudnych pieniędzy oraz agresywnemu planowaniu podatkowemu. Działania te są w pełni komplementarne – i to podkreślę szczególnie – do działań rządu Rzeczypospolitej w ostatnich trzech latach.

Natomiast w odniesieniu do programu InvestEU chcę podkreślić, że EBI jako *de facto* jedyny bank powinien pozostać oczywistym i pierwszym partnerem odpowiedzialnym za obsługę bankową projektów realizowanych w ramach tego programu i mam nadzieję, że tak będzie. A na koniec gratulacje dla pani poseł sprawozdawcy.

Thierry Cornillet, *au nom du groupe ALDE*. – Madame la Présidente, Monsieur le Président Hoyer, Madame la rapporteure, mes chers collègues, il est effectivement indéniable que la Banque européenne d'investissement contribue au financement de l'activité économique au sein de l'Union européenne, et même au-delà – j'ai bien noté votre remarque sur les effets pervers d'un Brexit tel qu'il pourrait avoir lieu.

Naturellement, ce rapport souligne ce rôle très positif, mais je souhaiterais attirer l'attention de la BEI sur un certain nombre de points, et notamment appeler votre attention sur le fait que vous ne devez pas vous comporter comme une banque privée, mais agir là où les financements manquent. Vous devez, et cela a été souligné, réduire vos projets financés en dollars pour des raisons tout à fait évidentes concernant les États-Unis, lutter, peut-être au-delà de ce que nous souhaitons au Parlement, contre la pauvreté et, en fait, lutter contre le changement climatique, de façon à aller dans le sens de ce que l'Europe souhaite. Vous devez enfin continuer vos efforts de réforme de la gouvernance et vos efforts de transparence, en ce qui vous concerne, mais aussi en ce qui concerne les intermédiaires qui sont les vôtres.

En matière de fraude fiscale et de blanchiment d'argent, nous appelons la BEI à être particulièrement vigilante sur les nouvelles manœuvres et techniques utilisées par les malfaiteurs.

Enfin, en conclusion, en tant que membre suppléant de la commission du développement, je voudrais vous encourager à jouer votre rôle dans le financement des pays en développement, et particulièrement celui de nos partenaires africains. Je vous invite donc à financer prioritairement ces projets, notamment pour qu'ils profitent aux acteurs locaux, mais aussi pour permettre aux États de générer des recettes fiscales qui leur permettent ensuite de financer leur politique économique.

Ce rapport me paraît extrêmement pro-européen, j'en félicite la rapporteure et j'invite donc mes collègues à le soutenir.

Bas Eickhout, *on behalf of the Verts/ALE Group*. – Madam President, first of all: indeed we Greens will vote against the report. And why is that? Because we had quite a few critical amendments on the performance of the EIB which were not taken up in the compromises, so we don't feel that our criticism has been reflected in the compromises, and therefore we will vote against. But I would like to focus here today on the discussion concerning climate and climate proofing and the consistency of our European policies. Already in November the European Commission published its long-term strategy, making it very clear that Europe can be and should be zero carbon by 2050. This means that the energy sector needs to be zero carbon by 2040, because that sector needs to go first before you have the more difficult sectors to go to. So by 2040 the energy infrastructure must be fully complied with zero emissions. That means that the investments that we are making today need to think of how to be zero carbon in 20 years. So the investments now need to be zero carbon. It must be taken away from fossil fuels entirely, and that's not the case now – there is still a lot of money from the EIB going into fossil fuel infrastructure, quite often with the argument of security. However, you cannot use that argument, which contradicts our long-term strategy. And I know that the EIB has now said that we will look at our climate strategy again, but I really would like to hear more urgency. What does that mean? How is the EIB going to make sure that no further investments will go into fossil fuel infrastructure, because every euro spent on fossil fuel infrastructure today will make it impossible to be zero carbon by 2050, which is our target – as the Commission says – and this inconsistency needs to be solved fast.

(Applause)

Δημήτριος Παπαδημούλης, *εξ ονόματος της ομάδας GUE/NGL*. – Κυρία Πρόεδρε, και η Ευρωομάδα της Αριστεράς δεν θα υπερψηφίσει την έκθεση, θα την καταψηφίσει. Ο λόγος είναι ο ίδιος ακριβώς που είπε και ο συνάδελφος Eickhout από τους Πράσινους. Καταθέσαμε πολύ συγκεκριμένες προτάσεις, κύριε Langen, που περίπου μας καταγγέλλετε, για να ενισχυθεί η καταπολέμηση της φτώχειας, η αντιμετώπιση της κλιματικής αλλαγής, η ενίσχυση της διαφάνειας, η καταπολέμηση της φορολογικής απάτης. Οι τροπολογίες αυτές που καταθέσαμε δεν έγιναν δεκτές, διότι η εισηγήτρια, που ανήκει στην Ομάδα ENF, προτίμησε να φτιάξει μια πλειοψηφία μόνο με την Ομάδα ECR και την Ομάδα PPE. Είναι δικαίωμά της. Αλλά, κύριε Hoyer και κύριε Katainen, νομίζω ότι αυτή η αίσθηση της αυτάρκειας που ένας να συγχαίρει τον άλλον δεν βοηθά την Ευρωπαϊκή Τράπεζα Επενδύσεων να γίνει καλύτερη. Όντως, η Ευρωπαϊκή Τράπεζα Επενδύσεων έχει κάνει καλή δουλειά αλλά πρέπει να γίνει καλύτερη η δουλειά της. Γιατί η Ευρωπαϊκή Ένωση υστερεί ακόμη σε επίπεδο επενδύσεων και γιατί η Ευρώπη πρέπει να βοηθήσει και εκτός των συνόρων της για την ανάπτυξη επενδύσεων. Θα σας διαβάσω λίγες λέξεις: «η Ευρωπαϊκή Τράπεζα Επενδύσεων δεν είχε σαφείς μετρήσιμους στόχους από τους οποίους να προκύπτει η επίτευξη του σκοπού της». Δεν είναι δικά μου λόγια. Τα είπε ο Oscar Herics πριν μόλις έναν χρόνο ως μέλος του Ευρωπαϊκού Ελεγκτικού Συνεδρίου. Κύριε Langen, κομμουνιστής είναι και αυτός; Πράσινος; Αριστερός; Το Ευρωπαϊκό Ελεγκτικό Συνέδριο τα λέει αυτά. Δεν πρέπει να τα πάρουμε υπόψη μας;

David Coburn, *on behalf of the EFDD Group*. – Madam President, it's an astonishing reflection on the EU's anti-American sentiment that this report wants the European Investment Bank to distance itself from the world's major reserve currency. It's futile to imagine the EIB acting in different countries or raising money from global investors without converting funds from one currency to another, and yet the EU seeks to reduce the EIB's reliance on the US dollar payment system. To what end? Merely to virtue-signal the EU's distrust and opposition to American foreign policy, authorising the EIB to lend to Iran.

The breach of US sanctions was clearly not enough for you, so here we are being asked to facilitate breaking US sanctions yet again. This is no way to conduct relations with your most important ally. Similarly post-Brexit, the UK would be your best friend, but instead you stick stubbornly to offering us a deal which seeks to annex Northern Ireland, a sovereign part of the United Kingdom, which will remain a piece of the United Kingdom, now and forever.

(The President cut off the speaker)

Puhetta johti HEIDI HAUTALA

varapuhemies

Jean-Luc Schaffhauser, *au nom du groupe ENF*. – Madame la Présidente, je remercie Barbara Kappel pour cet excellent rapport. Cela a été souligné par tout le monde. Pourtant, je m'abstiendrai. Je m'abstiendrai à cause de M. Hoyer. Monsieur Hoyer, je vous reproche de manquer d'audace. Je vous reproche de ne pas adapter la Banque à la situation particulière et je vous demande de prendre exemple sur Philippe Maystadt qui, en 2012, était venu déjeuner à la maison. Que proposait-il? Qu'on sorte du financement uniquement sur les marchés pour trouver un financement directement auprès de la Banque centrale, un financement à long terme adapté au projet, ce qui ouvre une capacité énorme de financement.

Deuxièmement, il proposait que l'on mette en place une agence d'investissement liée à la Banque européenne, pour justement financer des projets qui ne sont pas des projets de marché ou qui sont situés dans des zones qui se sont appauvries à cause de l'euro, pour harmoniser le nord et le sud. Car depuis l'euro, le nord et le sud de la zone ne font que rentrer en plus grande disparité.

Voilà une manière d'adapter l'instrument aux nouveaux enjeux européens.

Jonás Fernández (S&D). – Señora presidenta, señor Hoyer, el Plan Juncker, que usted ha gestionado, tenía por objetivo impulsar la demanda en un momento de crisis. Pretendía ser un instrumento anticíclico para animar la inversión en un momento de depresión. Del Plan Juncker hemos pasado al FEIE 2.0 y ahora al InvestEU.

En mi opinión —y esa es la pregunta que le quiero hacer— hay un problema, al que quizá tengamos que enfrentarnos si no somos hábiles, y es que la capacidad anticíclica que el Plan Juncker tuvo en su inicio pueda perderse al establecerse un sistema de inversión permanente, un elemento más para poder financiar, con más actividad por parte del BEI. Que está bien, está bien que haya más capacidad de inversión; pero en mi opinión perdemos la capacidad anticíclica de ese elemento.

Y me gustaría saber cómo el BEI puede mejorar ese instrumento anticíclico que tenía en su inicio el diseño del Plan Juncker.

Thomas Waitz (Verts/ALE). – Frau Präsidentin! Als Landwirt aus Österreich kann ich mich den Lobpreisungen meiner FPÖ-Kollegin Frau Kappel und von Herrn Präsident Hoyer nicht anschließen. Die EIB vergibt großzügige Kredite an agrarindustrielle Unternehmen, hier am Beispiel der Ukraine: die Firma Nibulon, einer der größten Getreideproduzenten und -exporteure, 7,2 Milliarden Euro Umsatz, 560 Millionen Gewinn, 2016 mit einem Kredit in Höhe von 71 Millionen bedient. 2017 dann 21 Millionen an AgroFusion mit 7,5 Millionen Tonnen Tomaten. Dann 2018: Kernel Sonnenblumen vor allem auch in der Ukraine, 15 000 Mitarbeiter, 1,1 Milliarden Umsatz, bedient mit 250 Millionen, und insbesondere MHP, in Summe bedient mit 85 Millionen Euro von der EIB. Und dieser Konzern produziert 1,1 Millionen Hühner pro Jahr und verdoppelt seine Kapazitäten jetzt mit unseren Krediten. Und weil sie diese Hühner auf dem europäischen Markt verkaufen wollen, haben sie in der Slowakei und in den Niederlanden Zweigstellen begründet. Mit dieser Art von Marktdumping können wir europäischen Landwirte nicht mehr mithalten. Erklären Sie uns, wie ein Familienbetrieb da überleben soll, wenn die ukrainische Agrarindustrie den europäischen Markt mit Käfighühnern flutet. Hier müssen Sie umsteuern!

Pyynnöstä myönnettävät puheenvuorot

Bogdan Andrzej Zdrojewski (PPE). – Pani Przewodnicząca! Nie będę oceniać działalności gospodarczej banku, bo się po prostu na tym nie za bardzo znam, brakuje mi danych. Natomiast chcę z satysfakcją odnotować kondycję tej instytucji, która rzeczywiście jest dobra, i z tego też powodu możemy odczuwać pewną satysfakcję.

Natomiast chcę zaapelować o większą wiarę w przemysł kreatywny, o wiarę w to, że inwestycje w obszary kultury, w obszary edukacji są z punktu widzenia interesów rzeczywiście niezwykle sensowne. Bardzo się cieszę, że faktycznie mamy sytuację, w której inwestowanie przemysłu kreatywnego staje się faktem. Ale cały czas odczuwam, że ten fakt jest dość skromny.

Bardzo dziękuję za inwestycje w obszar Ukrainy. To bardzo ważny dla nas partner. Bardzo ważne jest reformowanie Ukrainy, także za pomocą środków europejskich. I na koniec mam tylko pytanie o prognozy.

Νότης Μαρίας (ECR). – Κυρία Πρόεδρε, κύριε Hoyer, θα επαναλάβω αυτά που σας είπα και άλλη φορά. Η Ευρωπαϊκή Τράπεζα Επενδύσεων, όσον αφορά την Ελλάδα, έχει εξελιχθεί στον βασικό χρηματοδότη ξένων εταιρειών προκειμένου, κυριολεκτικά, να αρπάξουν την ελληνική δημόσια περιουσία. Σας θέτω το θέμα της Fraport, μιας εταιρείας που έπρεπε να δώσει 1,2 δισεκατομμύρια ευρώ για να αγοράσει 14 περιφερειακά αεροδρόμια. Από το 1,2 δισ. ευρώ, τα 968 εκατομμύρια είναι με δάνεια. Εσείς, ως Ευρωπαϊκή Τράπεζα Επενδύσεων, δώσατε στη Fraport 280 εκατομμύρια ευρώ για να γίνουν επενδύσεις στα αεροδρόμια. Γιατί δεν δίνετε αυτά τα χρήματα προηγουμένως στην εταιρεία που διαχειριζόταν τα αεροδρόμια αυτά, στο κράτος για να κάνει αυτές τις επενδύσεις; Επίσης, η τράπεζα Alpha Bank έδωσε 280 εκατομμύρια ευρώ στη Fraport. Η Alpha Bank πήρε από εσάς 100 εκατομμύρια ευρώ δάνειο. Τελικά, τι κάνετε; Χρηματοδοτείτε τις ξένες εταιρείες για να αρπάξουν την ελληνική δημόσια περιουσία; Ας επενδύσουν αυτές οι εταιρείες. Όχι με τσάμπα φράγκα. Όχι τζάμπα επενδυτές.

Seán Kelly (PPE). – Madam President, I don't need a full minute because I'm speaking in the next section of this debate. But I was very interested that three MEPs mentioned about US dollars and EIB bonds and dollars. So I think it would be a lost opportunity if President Hoyer didn't address that for us in detail with his unique perspective on the situation, both from a financial but also a political point of view. That would be very helpful to us in terms of where we should be positioning ourselves regarding that issue in the near future.

(Pyynnöstä myönnettävät puheenvuorot päättyvät)

Jyrki Katainen, Vice-President of the Commission. – Madam President, just quickly – three elements which have not been mentioned during this debate, at least not too many times, but which are anyway very important and concern what the EIB is doing. Advisory services, equity operations – which are relatively new elements in the bank's operations – and cooperation with national promotional banks. These three elements are also very important when looking at what the Bank should do in the future to be an active partner in all these areas. There were some critical voices – only a few – but I want to remind everybody that the EIB is a demand-driven bank. The EIB doesn't force anybody to borrow, but it serves clients who go to the bank and ask for financial instruments. So the EIB is not the magic medicine for all the diseases we can imagine. The EIB is just a financier, also providing technical assistance. And when it comes to Greece, thanks to the EIB Greek small and medium-sized enterprises have managed to get financing for their projects.

Everybody knows that SMEs play a significant role in the Greek economy and for good reasons – or for the reasons we all know – the Greek banks have not been able to provide for the needs of SMEs. But the EIB, through EFSI, as well as through other operators, has been doing so.

So the EIB is doing a lot in the fields of addressing climate change and environmental projects, but the Bank must also be aware of the portfolio risks. It has increased significantly climate financing but everything depends on the clients as to whether there are viable, bankable projects. So the EIB is not a policymaker, but it's a financial arm of the EU, and we have to recognise this.

Werner Hoyer, *President of the European Investment Bank*. – Madam President, this has been quite a bouquet of questions and comments that I've heard and I probably will not be able to respond to all of them right away in respecting the time limitations that we have, but I promise you that our Brussels office will be in touch with each and every one of you who has put a question that I cannot respond to, and in some cases it is not just a factual response that would be necessary. It would be a political debate, for instance on the question of the trajectory towards zero carbon, which is a very important issue for the Bank, and I think we are on the right track.

However, the Bank is not the policy setter in the European Union. We can contribute to reaching objectives. We are doing this by investing more than 23 billion over the last five years in renewables, by pledging to go all the way up to 100 billion since Paris for climate change and we are ready to do more, not only on the projects side but also on the financing side. The invention of green bonds by the EIB was one of the major steps in the preparation of the international finance community in order to address climate change issues.

However, I must be quite clear that we have a big problem internationally on standards and criteria. When you talk about a green bond for instance, you don't simply take a piece of paper painted green and say this is a green bond now. You need to have clear standards, you need to have a taxonomy and so far we don't have that.

If I listen at international conferences to the presentation of other institutions and admire their enormous figures on climate change-related projects, and I then go a little bit more deeply into what is in there, what is behind that, then I find out that we don't read from the same textbook and we don't have the same criteria, and we must arrive at that. We must arrive at a taxonomy that is relevant for all multilateral financial institutions and also national promotional institutions.

I think a great job needs to be done. It has been done for green bonds to a large extent, there has been an international accord on this. We need similar things for sustainability awareness bonds because there we have the same issue, the same challenge, and we have developed the first sustainability awareness bonds for water projects because the markets are particularly far advanced there, so comparability can be achieved, but the next issues will have to be health-related and education-related and there it will be very difficult again.

So I ask for your support when going for international agreements on these issues.

Second point, one of the big changes over the last couple of years is that with the Juncker Plan we were able to address the challenges of this decade. But the countercyclical role of the Bank which we adopted at that time is to a large extent done. We not there yet completely but a lot has been done. I think we now have the obligation to look a little bit closer, and with more resolve to the position of the European Union and its Member States in the globalisation process and in international competition, and we are losing ground from day to day.

For 15 years now the Member States of the European Union have been investing 1.5% of GDP less per year in innovation, research, development and education than our main competitors in Asia and North America. Nobody should believe that this goes without a loss of competitiveness and therefore I see a particular challenge for the EIB to contribute to better financing of innovation in the next couple of years, and I say innovation in the widest sense, that begins, so to speak, in kindergarten and elementary school.

I'd like to say one word about our activities outside the European Union and I thank you very much for your support there. We are a tool of the European Union also outside the European Union and I think we can be very effective.

Somebody spoke about soft power, but then we must be given a mandate for that. The external lending mandate of the European Union for the EIB is under great threat if you expect us to do more, and I would be happy to do more, not only in Africa but also in our strategic relationship, for instance with Latin America and ASEAN. I could give other examples as well. We would be happy to do that but that requires a strengthening of the external lending mandate of the European Union for its Bank.

Finally Africa. I think we Europeans have to think about how it came that it took the migration crisis to make us aware of the challenges of Africa. Africa is not just a continent that is important for us in terms of a source of migration. It is a strategic partner for the next couple of years and we must develop our development policies from a donor-recipient thinking to a partnership thinking with Africa, that, thank God, has now started and we want to play a significant role in that context.

Barbara Kappel, *Berichterstatterin*. – Frau Präsidentin! Ich möchte allen Herren für die Redebeiträge danken. Dem spanischen S&D-Kollegen möchte ich gern sagen, dass eine Darlehensaufstockung für Drittstaaten, wie Präsident Hoyer schon sagte, sicherlich wünschenswert wäre, aber derzeit kein Mandat da ist, dass ich aber darauf hingewiesen habe, dass die Resilienzinitiative für die südliche Nachbarschaft und auch für den Westbalkan bis 2021 um 6 Milliarden erhöht wurde und dass ich sicher bin, dass es in einer nächsten Periode auch ein *external lending mandate* für eine spezielle Afrikastrategie geben wird.

Den Kollegen von den Grünen und der GUE möchte ich gern sagen, dass sie ja sicherlich wissen, dass insgesamt 25 % des Darlehensvolumens der Bank für klimabezogene Projekte verwendet werden und es in der Zukunft noch mehr werden wird. Ich hoffe, wir können darüber Einigung erzielen, dass das positiv ist. Wenn Sie das Verhalten der Bank umstellen wollen, müssen Sie auch ein neues Mandat dafür besorgen.

Herr Präsident Hoyer, Sie haben eines völlig richtig gesagt: Die Bank stellt einen Mehrwert für die EU-Mitgliedstaaten dar. Die Mitgliedstaaten haben 14 Milliarden Euro für die Bankanteile und weitere 3,4 Milliarden Euro für die Reserven einbezahlt. Im Gegenzug hat die EIB in den letzten 60 Jahren 1 100 Milliarden Euro an Darlehen vergeben und Investitionen von insgesamt 3 000 Milliarden Euro ausgelöst. Ich würde allen kritischen Kollegen ins Stammbuch schreiben, hier zu überlegen, ob das vielleicht ein echter Deal ist.

Zum Kollegen Coburn möchte ich sagen: Die EIB wird auch nach einem möglichen Brexit – vielleicht kommt er nicht, wie der Kollege Langen gesagt hat – nicht an Schlagkraft verlieren. Die verbleibenden 27 Mitgliedstaaten haben sich verpflichtet, das einbezahlte Stammkapital der Briten durch eigene Reserven zu ersetzen und das abrufbare Kapital zu erhöhen. Einige Mitgliedstaaten haben sogar angeboten, das Stammkapital zu erhöhen. Das ist sehr positiv. Aus diesem Grund bitte ich auch die Kollegen, morgen diesen Bericht in der Abstimmung zu unterstützen.

Puhemies. – Keskustelu on päättynyt.

Äänestys toimitetaan torstaina 17.1.2019.

27. Relatório anual sobre o controlo das atividades financeiras do BEI em 2017 (debate)

Puhemies. – Esityslistalla on seuraavana Georgi Pirinskin talousarvion valvontavaliokunnan puolesta laatima mietintö vuosittaisesta kertomuksesta 2017 EIP:n rahoitustoiminnan valvonnasta (2018/2151(INI) (A8-0479/2018).

Georgi Pirinski, *Rapporteur*. – Madam President, as you pointed out, it is most welcome that we have President Hoyer here personally for this annual discussion of the topic of the control and financial activities of the European Investment Bank. I have had the privilege of closely following the activities of the bank from this perspective, both as rapporteur for the Committee on Budgetary Control and as shadow rapporteur, for getting on for five years. I am glad to present today a report which builds on Parliament's positions from previous years and which has received very strong support in the committee.

I would also like to highlight that the report points out that the bank's lending activities for 2017 amounted to EUR 69.9 billion and the conclusion of the audit committee was that the financial statements adopted by the EIB Board of Directors present a true and fair view of the financial position of the bank as of 31 December 2017 and of the results of its operation and cash flows for 2017 in accordance with the applicable accounting framework.

At the same time, the report refers to a continuing concern having to do with the geographical distribution of the signatures of the bank, a theme which we have been returning to over the past years. For this year the data shows, and the report underlines, the highly worrying fact that in 2017 half of the Member States received 80% of the total EIB investment inside the EU, while the other 14 Member States received only 10% of this investment. I highlight this point in the light of what Commissioner Katainen, and to a certain extent President Hoyer, pointed out in the previous discussion, namely that the EIB is a passive recipient of project demands and, on the basis of its commercial assessment, finances some of these projects and not others.

This does not correspond to the statutory obligation of the bank to play an active role for the balanced development of the internal market, and for the social, economic and territorial cohesion. Certainly nobody questions the need for sound investments, but clearly the role of the bank cannot be reduced to a passive recipient of requests for financing.

There is a key requirement of the bank to perform, and this is pointed out in the recitals of the report, regular and thorough needs assessments in various sectors, and this is key for determining investment gaps and barriers in different investment regions, and identifying a pool of opportunities for potential for growth in job investment.

Regarding the governance of the bank, which is strictly within the Committee on Budgetary Control's remit, I would like to point out that there has been progressive response by the bank in line with Parliamentary resolutions in making better access to minutes of the meetings of the various bodies of the bank, in improving the complaints procedures, which are applied by the bank. And in this regard, I would like to welcome the efforts made.

In conclusion, however, I would like to point out that there are still significant problems in respect of preventing conflicts of interests among the members of the European Fund for Strategic Investments (EFSI) investment committee and the enacting of more stringent rules and provisions to prevent conflicts of interests on the management board and board of directors, as well as regarding transparency and disclosure of information and intermediaries and final recipients, in relation to prevention of tax avoidance, fraud and corruption.

I realise I have overrun by 30-40 seconds. I will economise on my final remarks.

Werner Hoyer, *President of the European Investment Bank*. – Madam President, it's a great pleasure to address the plenary for a second time this evening and to discuss what the EIB Group, that is the European Investment Bank and the European Investment Fund, have done and will continue to do to help support Europe's economy. In particular, I'd like to highlight how we are controlling our financial activities and address some of the points in the excellent report of the Budgetary Control Committee, for which I thank the rapporteur and the other Members of the European Parliament who have contributed to this.

Ladies and gentlemen, on 18 July 2018 we celebrated the completion of our pledge to deliver over EUR 315 billion of additional investment through EFSI – the Juncker plan. In fact, by mid-July we had surpassed this goal, providing support to investments through the mobilisation of EUR 335 billion, and we're well on track on delivering the target of EUR 500 billion by 2020.

While this particular success story continues, the tasks and challenges for the Bank are not diminishing – and some of them have been raised earlier in the debate. We have just discussed some of them, for instance the ramifications stemming from Brexit, but these are only the most obvious ones. As the report of the Budgetary Control Committee indicates, there are also internal challenges for the Bank. I'd like to highlight two of these: reforming the governance, measuring additionality and fostering cohesion.

Honourable Members, the EIB remains at the forefront of international financial institutions when it comes to transparency standards and the quality of its governance. We follow international best practice and are aligned with other IFIs.

This holds true, for example, for the Bank's transparency policy, which we revised in 2015 and will revise again next year. It also applies to our policies to combat fraud and corruption, as well as to enhance accountability.

In view of our dual role of delivering EU policy while also serving as a bank with high standards, we have intensified our cooperation with OLAF and the European Ombudsman, as well as continuing our ongoing exchange with NGOs. We take their demands and recommendations very seriously, and we just had a celebration of 10 years of the complaints mechanism at the Bank, together with European Ombudsman, the Secretary-General of the European Ombudsman, and that was a very encouraging event.

In February 2018, the Bank put into practice its new exclusion policy, which is fully aligned with the European Commission.

Last November, our governing bodies adopted a revised complaints mechanism policy. Actors such as the European Ombudsman and Transparency International, as well as the input from public consultations, were a crucial part of this process.

We are readying ourselves for future challenges and thereby strengthening the governance. We're rolling out reforms to strengthen internal financing. In July, the EIB Board of Directors agreed on a roadmap of several governance changes. A total of 14 different actions have been set in motion and will be implemented during the first half of this year.

Without going into too much detail, let me highlight one particular aspect that is also the focus of this year's committee report. We will enhance our internal control and risk management environment and strengthen the three lines of defence model across the Bank, both at the level of the EIB management committee, as well as among the Bank's services. We will also make sure that one MC member oversees risk management and therefore will not be responsible directly for any first line activities.

Moreover, I would like to stress that the Bank is close to finalising the revision of its code of conduct. This is an important point raised not only by previous EP resolutions, but also by our own EIB audit committee.

Another example of how to strengthen our governance is the discussion we were having about introducing a group chief risk officer. It would be part of a revision of the EIB Group management charter. Additional actions aim to strengthen the decision-making capacity of the board, as well as the EIB supervisory framework. And finally, we are constantly revising and assessing the actual value-added that we create.

Let me therefore briefly touch upon my second point: additionality and cohesion. The concept of additionality is central to EFSI; however, it is already central to the EIB itself. If we are not needed, if the private sector can do the job, then we are redundant. So additionality is nothing new for us, but regarding EFSI, we are particularly keen to show that what we do is additional indeed.

As you are well aware, eligible projects must point to market failures or sub-optimal investment situations. Eligibility is only the precondition, whereas additionality ensures that within such eligible operations our EIB support provides a tangible contribution, and that it makes a difference.

EIB support must compliment support from other sources. The test of additionality is whether the intervention by the Bank facilitates or strengthens an eligible project from the public welfare perspective in a way that the market alone would not deliver, at least not to the same extent or in the same timeframe. The EIB is at the forefront among IFIs in measuring additionality, and we are always looking to improve. The EIB services have begun to recalibrate our current three pillar assessment.

Ladies and gentlemen, as the EU Bank, we look at structural investment needs and continue to support the EU's transition to sustainable finance and sustainable climate. Therefore, our ambition to enhance growth, support employment and act as a catalyst for increased public and private sector investment remains key. We recognise that supporting innovation on the one hand, and deepening integration and cohesion on the other, are not a contradiction as they must be undertaken at the same time.

Only an integrated and inclusive financial and economic area can offer the required market dimensions to support innovation across Europe, and only an innovative and competitive Europe can provide the economic and political foundations for deeper integration and cohesion. Supporting cohesion and increasing convergence remains paramount to the Bank.

We will continue our activities to support cohesion via a mix of products, including structured programme loans, sector-specific programme loans and transport infrastructure loans. This made up 26% of our activities in 2015 and 2016. In 2017, we channelled 29.6% of all our lending to cohesion priority regions, just short of our ambitious target of 30%. In 2018, I'm happy to announce that we exceeded this target, with 31.8% of our lending for the year in cohesion priority regions. I'm also happy to announce that the Climate Action signatures have reached 30.3%, far ahead of the 26% objective.

Some worry that we cared too little about regional coverage. Admittedly, and deliberately, we do not apply regional or national quotas, but we also look at our activities through a regional lens. The example of EFSI shows that geographical diversification is improving. The share of the top three Member States – Italy, Germany and France – of the infrastructure window decreased, from 55% in October 2016 to below 40% in 2018. Indeed, measured as a share of GDP, which presents a much more accurate picture, the figure is very different. For instance, it's Greece, Estonia, Portugal, Bulgaria and Lithuania which are the top five recipients of EFSI financing by GDP in 2018, and that I think is a remarkably good result.

Ladies and gentlemen, let me conclude by assuring you that the EU Bank has delivered, and we will continue to deliver on its objectives. Through its financial firepower, including the Juncker plan, we provide a very significant contribution to jobs and growth in the EU and external action outside the European Union. We are the Bank of the EU, and that means we are more than the sum of our national interests and an excellent example of Europe in action. We are in, a certain way, the good news institution of the European Union.

As the EU Bank, I can assure you that we will stay unwavering in our support for the mobilisation of investment across the entire Union, and we will tackle the structural investment and cohesion challenges facing Europe and Europe's single market, in particular when it comes to the role of Europe in the world, which is changing dramatically.

(Applause)

Jyrki Katainen, *Vice-President of the Commission*. – Madam President, first I want to thank Mr Georgi Pirinski, the rapporteur, and other Members who have participated in this work. It's an excellent report.

Everybody knows that the European Investment Bank (EIB) is an indispensable partner in financing infrastructure but also SMEs, innovations in various regions of Europe, climate action, sustainable transport, artificial-related investments etc.

The Commission strongly supports the Bank's ambitious climate action strategy, matching the commitments of the Paris Agreement. Increased investment, especially renewable energy, energy efficiency and the circular economy, focusing on high impact activities and products is key in achieving this objective.

Also, advisory services to the companies operating in relatively new areas, like the circular economy or artificial intelligence, is very much needed and there is a need to look at how well financial needs match the palate or the services which are available. The Bank has the continuous challenge of checking whether the product is fit for purpose, because the economy around us is changing.

In the context of Brexit, we welcome the Bank's utmost efforts to ensure that its ability to achieve its financing objectives is not affected. As for the Bank's external lending activities, as we discussed under the previous point, the Commission and the EIB is working very closely together to find a workable solution to ensure operational predictability for the EIB post 2020.

It goes without saying that the EIB will continue to play a significant role in promoting the EU's interests abroad and delivering on the Agenda 2030.

William (The Earl of) Dartmouth, *rapporteur for the opinion of the Committee on International Trade*. – Madam President, to rephrase Mark Antony's famous speech from Shakespeare's *Julius Caesar* – I have come to praise the management of the European Investment Bank, not to bury them. The EIB's commitment to proper commercial banking practice and its execution has been impressive. In consequence, the EIB now has a stronger balance sheet than, for example, Deutsche Bank.

To declare an interest, the British Government, has a 16% shareholding. That holding has a book value of EUR 39 billion. We want that value still to be there. It is therefore most important that the adherence to sound commercial principles is not diluted or limited by political imperatives. Demands for the politicisation of lending should be resisted even if, especially if, those demands come from the green parties and their hangers-on.

Tamás Deutsch, a PPE képviselőcsoport nevében. – Tisztelt Elnök asszony! Nem az ilyenkor szokásos udvariasság jegyében szeretném azt elmondani, hogy gratulálok Pirinski úrnak, az előadónak, kiemelkedően színvonalas munkát végzett. Egy olyan jelentés fekszik most az Európai Parlament asztalán, amelyik kiválóan foglalja össze az Európai Parlamentnek az elmúlt években a költségvetési ellenőrző tevékenysége során az Európai Beruházási Bank működését illetően megfogalmazott ajánlásait, és ugyancsak megfelelő módon jelennek meg az Európai Számvevőszék éves jelentésében a bank működését javító szándékkal megfogalmazott kritikák.

Az Európai Beruházási Bank működéséről a jelen jelentésben is feltárt problémák, hiányosságok mellett is azt lehet mondani, hogy megfelelő. Két fontos kérdést szeretnék röviden említeni: egyrészt azt, amit Pirinski kollégám már említett. Természetesen az Európai Beruházási Bank egy bank, és természetesen lehet magyarázatokat találni az unión belüli hitelezési, támogatási, pénzkihelyezési politikájának aránytalanságait illetően, de egy mégoly jó magyarázat sem oldja meg a problémát. Nem lehet olyan helyzet, amely helyzetben az Európai Unió 2004 előtt már tagsággal bíró 15 országába koncentrálódik az Európai Beruházási Bank kihelyezési politikája.

És végül, de nem utolsósorban az Unión kívüli hitelezési politikában a nyugat-balkáni térség előtérbe helyezését tartjuk rendkívül fontosnak.

Inés Ayala Sender, en nombre del Grupo S&D. – Señora presidenta. Doy la bienvenida, tanto al señor Katainen, por supuesto, como al señor Hoyer. Gracias por estar presente en este debate. Y, desde luego, agradezco y felicito al señor Pirinski porque ha vertido en este informe toda su sabiduría y el seguimiento de años y profundización en las intrincadas actividades del Banco Europeo de Inversiones, sobre todo teniendo en cuenta que seguimos planteando la necesidad de que el Tribunal de Cuentas pueda también auditar esas actividades. Yo querría simplemente pasar rápidamente por tres puntos que se repiten.

En primer lugar, el reequilibrio urgente del impacto territorial. Nos dice usted, señor Hoyer, y creo que lo he entendido bien, que 2018 supone —estamos hablando de 2017— un avance importante, y ha nombrado una serie de países, sobre los cuales usted ha dicho que eran los quintos en las actividades de 2018. Querría saber si son todos juntos o si todos están en el quinto lugar del *ranking*, porque creo que en el cuarto estaba España —me parece— o Italia, por lo tanto sería un avance considerable. Si son todos juntos, ya me parece peor.

En segundo lugar, el fenómeno migratorio. De nuevo nos volvemos a encontrar con problemas de que en África, como usted ha dicho —por no hablar de Oriente Medio, pero sobre todo en África—, nos encontramos con que, en relación con créditos, microcréditos o microempresas, su banco ha afirmado múltiples contratos, por lo cual estamos muy contentos. Pero cuando vamos a la implementación, nos encontramos con que la mayoría están a cero; y eso nos preocupa mucho, porque de alguna manera tenemos que conseguir que el Banco Europeo de Inversiones sea también un banco para las políticas de desarrollo de nuestros interlocutores principales.

En tercer lugar, la innovación. De nuevo nos encontramos con que las *start-ups* nos piden financiación y acaban yéndose a los Estados Unidos. Querría saber por qué. Y finalmente —permítame señora presidenta—, me he encontrado con la sorpresa de que no se miden los empleos creados por los proyectos. No hay ninguna fórmula para ver los efectos en el empleo de sus proyectos. Yo creo que es hora de que el Banco Europeo de Inversiones empiece a contabilizarlos.

Ryszard Czarnecki, w imieniu grupy ECR. – Pani Przewodnicząca! Panie prezesie Hoyer! Panie komisarzu, panie premierze Katainen! Po pierwsze, trzeba powiedzieć, że EBI to jest *policy maker*, a nie *policy taker*, co znaczy, że jednak wszelkie limity, gdy chodzi o kwestie klimatyczne, ustanawiają właściciele banku, czyli państwa członkowskie. To tak na dzień dobry.

Po drugie, oczywiście warto powiedzieć, że EBI działa na podstawie własnych polityk, ostatnia była polityka klimatyczna ustanowiona ponad 3 lata temu, ale też na podstawie mandatów udzielonych przez prawodawców, FC, plan Junckera. I tu są oczywiście różnice, bo limit 25 % w przypadku własnych polityk i 40 % w przypadku planu Junckera.

Jedno zastrzeżenie, które chciałem bardzo wyraźnie zgłosić, to jest to, że wzywanie, aby EBI finansowało tylko te projekty, które wykazały prawdziwą wartość dodaną dla lokalnej ludności, jest kontrowersyjne, ponieważ kwestie klimatyczne mogą powodować utrudnienia w realizacji inwestycji. I tutaj uważam, że jest to po prostu kontrowersyjne.

Nedzhmi Ali, *on behalf of the ALDE Group*. – Madam President, first of all I would like to congratulate the rapporteur on the report. The pivotal role of the Bank is to ensure value-adding strategic public investment supporting sustainable growth and creating high value jobs within the EU. As an example, the overall financing as approved by the EIB Group within the EU in 2015-2016 will support EUR 544 billion of investment up 2.3% to GDP and create 2.25 million jobs by 2020. In 2017 the EIB successfully achieved its objectives, implementing EU policy in line with its mission, as detailed in its operational plan. The bank lending signature reached almost EUR 70 billion, of which 90% was within the Union. This financial resource was dedicated to four strategic areas: innovation and skills; infrastructure; environmental projects; and SMEs and midcaps. SMEs received more than 40% of the whole sum, which corresponds to their role as a backbone of the European economy. Results will be better with proactive policy and increasing the funding to these enterprises. We are satisfied with the conclusion of the audit committee that the financial statement, adopted by the EIB Board of Directors, presents a true and fair view of the financial position of the Bank and of the results of its operational and cash flows. Better corporate governance would be achieved paying greater attention to meet the long-term effects when defining investment actions in its funding decisions. In order to speed up the economic recovery in the Union and to help certain economic sectors and geographical areas to catch up, a major role is played in the European funding for strategic investments. With mobilised investment at the end of 2017 exceeding EUR 207 billion, EFSI is on the way to reach its goal. Despite the need to avoid some of the geographical imbalances, the improvement in transparency is visible with the publication of the EFSI Investment Committee decisions and the documents adopted by the steering board together within the minutes of the meetings.

Indrek Tarand, *on behalf of the Verts/ALE Group*. – Madam President, I am not going to assess the comparison made by the Earl of Dartmouth of which is more commercial, the European Investment Bank or Deutsche Bank. I just would like to say that I am happy that we don't compare the European Investment Bank with Danske Bank, which is involved in many dubious things.

Still, we would love to see, despite your denial Mr Hoyer, what the European Anti-Fraud Office (OLAF) has said about your links to Volkswagen-gate, or whatever we may call their scandal, and transparency would not hurt you, and not us either.

Finally, I would like to say that de-investment is great promising policy and even though Mr Czarnecki maybe wishes your investment into the Polish coal industry we should support him as well by not investing in the non-renewable energy sector.

Luke Ming Flanagan, *on behalf of the GUE/NGL Group*. – Madam President, with a few reservations it is a report I can support, so good work Mr Pirinski. The EIB could be well described as one of the EU's success stories and in recent years especially it is good to see it investing in a growing number of small and medium enterprises, an area which has been badly let down by the conventional banking system, not just in my own country but right across the EU.

I know from speaking to constituents how difficult it is for SMEs to get access to finance in Ireland, even for the most viable of small companies, our banks, every one of which was bailed out by the people, have abdicated the most basic responsibility for that sector, injecting finance into the real economy. Of course we wouldn't need that injection were it not for the actions of another, by far more devious EU institution, the ECB.

Page 96 of its 2017 report, which we debated yesterday, contains the following paragraph: 'The reduction of IBRC-related assets by the Central Bank of Ireland during 2017, mainly through sales of long-duration floating rate notes, is a significant step in the direction of the necessary full disposal of these assets. A more ambitious sales schedule would further mitigate the persisting serious monetary financing concerns'.

I'll translate that for you. The weaponisation of the euro by the ECB in Ireland continues, with more success recorded in 2017 when the Central Bank of Ireland destroyed another EUR 4 billion. This ongoing destruction of borrowed billions is the result of a bailout of two insolvent non-systemic banks that the latter became IBRC, a bailout that we, the ECB, forced on the Irish government through blackmail and threats. Ireland has already destroyed EUR 19 billion with plans to destroy a further EUR 12 billion in coming years.

All this has been achieved without a shot being fired, and without a word of protest from the Irish Government. Once again I compliment Mr Pirinski on his report and complement the EIB on its work. Would that the ECB would take note.

Gerolf Annemans, *namens de ENF-Fractie*. – Voorzitter, de Europese Investeringsbank moet volgens mij geen voertuig van politieke modeverschijnselen worden. De Commissie begrotingscontrole doet hier een aanbeveling om de investeringen van de Europese Investeringsbank in groene energie nog verder uit te breiden, terwijl ze nu met 25 % al boven de doelstelling van 22,8 % zitten.

De Commissie zelf heeft overigens haar eigen bescheiden begrotingsdoelstelling van 20 % niet eens gehaald op dat punt. De Commissie begrotingscontrole wil bijvoorbeeld ook dat de Europese Investeringsbank meer gaat investeren in achtergestelde regio's: vaak regio's met institutionele problemen, slechte infrastructuur, braindrain, onbetrouwbare instituties.

Het moderniseren van de marktinfrastructuur is echter niet de rol van de Europese Investeringsbank, maar veeleer het investeren in de marktcontext binnen de vier kernthema's van de bank: kleine en middelgrote ondernemingen, energie, infrastructuur en vervoer. De Europese Investeringsbank moet vooral een bank blijven die bankabele projecten medefinanciert en geen politiek gestuurd vehikel zijn. Om die reden zal ik mij onthouden.

Ingeborg Gräßle (PPE). – Frau Präsidentin, Herr Vizepräsident, Herr Präsident Hoyer, liebe Kolleginnen und Kollegen! Es ist ja nicht so einfach, wir freuen uns, dass Sie hier sind.

Ich will jetzt auch versuchen, nicht am Thema vorbeizureden. Wir wissen, was wir an Ihnen haben. Sie haben in der Governance der Bank bedeutende Fortschritte erzielt. Dafür sind wir dankbar und haben trotzdem noch ein paar Vorschläge dazu, was uns fehlt.

Ich möchte an das Höchstmaß an Transparenz erinnern und eine wirkliche Rechenschaftspflicht bei den Tätigkeiten der EIB – vor allem auch uns gegenüber. Ich werde versuchen, dann auch eine angemessene Beratungszeit für die EIB im Ausschuss zu finden.

Ich glaube, dass wir, was Transparenz betrifft, noch besser werden können, sowohl bei den Leitungsgremien als auch bei der operationellen Ebene. Wir finden, dass die Rechenschaftspflicht der EIB zu oft aus Hochglanzbroschüren besteht. Wir hätten es da gern ein bisschen konkreter und auch ein bisschen ausführlicher. Deswegen können Sie uns gerne auch damit belästigen, welche Verwaltungskosten Sie denn genau haben und welche einzelnen Vorgänge wie viel kosten. Sie können uns gerne auch mit einem Monitoring der von der EIB finanzierten Projekte nach sieben Jahren belästigen. Ich fände das ganz spannend, wenn wir das hätten.

Es wäre auch schön, wenn wir wüssten, wie viel private Mittel im Rahmen der Projekte der EIB angezogen werden, weil wir den Eindruck haben, dass öffentliche Banken sehr oft nur öffentliche Mittel anziehen. Deswegen ist hier durchaus noch Raum nach oben.

Ich möchte auch darum bitten, dass die Bank in Sachen Frauenförderung mehr macht. Es ist schön, dass Sie von sieben Männern umgeben sind, aber da könnte man ja auch noch eine Frau vermuten. Danke schön! Schön, dass Sie da sind.

Bogusław Liberadzki (S&D). – Pani Przewodnicząca! Panie Komisarzu! Panie Prezesie Hoyer! Pozwolą Panowie, że nie będę pytał o kobiety. Zaczniemy od spraw bankowych. Mamy bardzo dobre sprawozdanie, bardzo dobrego sprawozdawcę, pana Pirńskiego, i z tego nam się rysuje następujący obraz: zdrowa instytucja, zorientowana na tzw. *performance orientation*, funkcjonująca w dążeniu do osiągnięcia celów, które sobie stawiamy jako Unia Europejska. Instytucja, która jednocześnie łączy tę funkcję z bardzo dobrym funkcjonowaniem w charakterze banku inwestycyjnego. To jest dla nas bardzo ważne – banku inwestycyjnego.

Wyrażam zadowolenie, że rzeczywiście Europejski Bank Inwestycyjny wspiera rozwój gospodarczy, wzrost, ale również i rozwój, wyrażam duże oczekiwania, że połączenie środków EFISu i Europejskiego Banku Inwestycyjnego, które mogą przyciągać również źródła prywatne, czyli ten *blended financing*, może spowodować, że nasza zdolność inwestycyjna w Unii jako całości będzie rosnąć.

Odnutowuję w roku 2017 większą poprawę tej równowagi geograficznej, ale zwracam się do Pana, Panie Prezesie – w ramach nie tylko doradztwa i usług doradczych – również być może o rozwój umiejętności korzystania z nowych instrumentów finansowych, zwłaszcza w tych państwach, które nie są jeszcze tak doświadczone w korzystaniu z nich.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κυρία Πρόεδρε, κύριε Hoyer, η παροιμία λέει ότι η σιωπή είναι χρυσός. Δεν μου απαντήσατε τίποτε για τη Fraport που σας είπα προηγουμένως. Ξέρετε, οι ξένοι επενδυτές πρέπει να φέρουν ζεστό χρήμα για να είναι επενδυτές, να μην χρησιμοποιούν τα ευρωπαϊκά κονδύλια για να κάνουν δήθεν επενδύσεις και μάλιστα να αρπάξουν δημόσια περιουσία. Δεύτερη περίπτωση: Διεθνής Αερολιμένας Αθηνών. Οι διεθνείς επενδυτές πήραν από εσάς, από την ΕΤΕπ δηλαδή, 250 εκατομμύρια ευρώ για να μπορέσουν να βρουν τα λεφτά να επεκταθεί η σύμβαση για 20 χρόνια. Ο ΤΑΡ: 1,5 δισεκατομμύριο ευρώ δώσατε στις πολυεθνικές, στη BP. Και επειδή ο κύριος Katainen δεν κατάφερε να σας προστατεύσει. Διότι αυτά που δώσατε στις μικρομεσαίες επιχειρήσεις, τις ελληνικές, είναι ψίχουλα. Στο EFSI λειτουργεί και η Ελλάδα και είναι πρωταθλητής. Ξέρετε γιατί; 280 εκατομμύρια ευρώ στη Fraport, 150 εκατομμύρια ευρώ στην Cosmote, δηλαδή στη Deutsche Bank, 350 εκατομμύρια ευρώ σε γαλλική πολυεθνική που αγόρασε τη ΔΕΣΦΑ, την εταιρεία φυσικού αερίου, 700 εκατομμύρια ευρώ του EFSI για τον ΤΑΡ. Για αυτό είναι πρωταθλήτρια η Ελλάδα. Γιατί ήρθαν τα χρήματα και πήγαν στις πολυεθνικές. Έτσι είναι η κατάσταση. Να λέμε την αλήθεια.

Lambert van Nistelrooij (PPE). – Mevrouw de Voorzitter, heer Hoyer, commissaris, graag een aantal opmerkingen van de kant van het regionaal beleid, als coördinator voor de EVP in de REGI-commissie. Uw rol staat buiten kijf. De heer Hoyer heeft net ook al keurig aangegeven dat het nodige wordt bereikt om echt iets te doen aan het evenwicht in Europa na de crisis, want we spreken hier over 2017. Die taak moet u ook blijven uitvoeren en ik vind het ook heel goed dat in het verslag van de heer Pirinski die territoriale dimensie goed benoemd is. Dat is en blijft essentieel in Europa.

Tweede punt: uw adviestaak. Gisteren hebben we hier gesproken over InvestEU, de nieuwe hub die we maken, daar gaat u ook aan meedoen. Daar moeten we nog veel meer gericht aan doen. Ik doel op het programma Jaspers voor de regio's. Ik merk toch op dat er wat sleet in gekomen is. We steken daar geld in en ook adviseurs, die we beschikbaar stellen via u, maar het is niet meer zo effectief als in het begin. Ik denk dat we met die InvestEU-hub een versnelling kunnen maken en kunnen zorgen voor verbetering.

Derde punt: u krijgt een wat minder exclusieve positie in dat InvestEU en het is denk ik goed dat u ook leert met andere partners meer samen te werken. Ik denk dat één en één drie kan worden. U zei zonet: wij wachten op de initiatieven van onderaf. Gisteren zei de commissaris: dat InvestEU wordt veel meer beleidsgestuurd, zoals het ook hier in vragen zojuist aan de orde was. Daar moet u over rapporteren. Zowel over Jaspers wil ik wat meer weten binnenkort, als ook over uw veranderende rol in de adviezen en natuurlijk, mevrouw Gräßle heeft gelijk: die governanceaspecten, daar moet u echt wat aan doen.

Seán Kelly (PPE). – Madam President, we don't see Mr Hoyer around these parts too often, nor should we because it's not his place of work, but it's good to have him here today and to listen to and to exchange discussions and views with him. Also, it's an opportunity for us to compliment the good work that the European Investment Bank (EIB) has done in boosting investment and especially in helping to lead to growth and prosperity.

Over 60 years, EUR 1.1 trillion in 160 countries is pretty impressive. Above all, I think the role you have played in helping to get us out of the recession in the last number of years is very significant. And I think also you opened an office of the Bank in Dublin two years ago, with Mr Cormac Murphy at the helm, and I want to compliment him on the good work he is doing and indeed the cooperation he and Commissioner Katainen have given me when I've held several seminars around my constituency regarding the European Fund for Strategic Investments (EFSI). These have been a huge success, as you pointed out. I am pleased that I was a rapporteur for his successor for the Committee on Industry, Research and Energy. We voted overwhelmingly today to continue on in that vein in InvestEU. I think that, as other speakers have said, we especially want to see more emphasis being put on supporting SMEs. I agree with the rapporteur when they said that we should have in particular more advisory capacities for SMEs so they can see the opportunities.

So, overall, a good job has been done. I welcome also what you said about Brexit, but I do hope that the Member States will show the same generosity in filling the gap left by the United Kingdom regarding our general budget.

Pyynnöstä myönnettävät puheenvuorot

Bogdan Andrzej Zdrojewski (PPE). – Pani Przewodnicząca! Cztery główne punkty. Po pierwsze, wygląda na to, że EFSI się sprawdza, z czego się należy cieszyć. Wygląda na to – to po drugie – że założona dla tego programu dźwignia – niestety nie do końca, ale przypomnę, że została ona zaprojektowana niezwykle optymistycznie. Po trzecie, dysproporcje geograficzne słabną, co odnotowujemy z satysfakcją, ale niestety bardzo wolno. I po czwarte, ważne jest, abyśmy w większym stopniu i w większej dynamice niż do tej pory uwzględniali w projektach inwestowania technologie kosmiczne.

Co jest istotne? Istotne jest oczywiście planowanie. Proszę nie przyjąć tego jako złośliwość, tylko uwagę, bo wystąpienie było interesujące, ale pan prezes przekroczył swój limit czasu o 312%, a z kolei pan komisarz Katainen wykorzystał swój czas tylko w 69%. Dla nas w Parlamencie Europejskim jest ważne, aby reprezentować dużą precyzję i dużą dyscyplinę.

Stanislav Polčák (PPE). – Paní předsedající, já jsem si vědom pozice Evropské investiční banky, která spočívá především právě v investování ve strategických investicích v udržitelném růstu a samozřejmě v posílení pracovních míst. Toto je důležité pro naše SME, samozřejmě pro regiony, které jsou znevýhodněny. Z tohoto hlediska i já chci podpořit hodnotu té rovnováhy, respektive územní soudržnosti, a pokud tady hovoříme o SME, tak bychom si ale také měli říct pravdivě, že podle výroční zprávy 40 % investic právě Evropské investiční banky šlo směrem k SME, takže v tomto směru, myslím si, ten cíl byl naplněn. Já bych spíše volal po určité předběžné opatrnosti v rámci těch půjček, které jsou poskytovány. Chápu, že je cílem i zvyšovat efektivitu poskytovaných půjček, ale v rámci volatilních finančních trhů je důležité podle mého názoru i hledisko předběžné opatrnosti, které tady úplně zmíněno nebylo.

(Pyynnöstä myönnettävät puheenvuorot päättyvät)

Jyrki Katainen, Vice-President of the Commission. – Madam President, I would like to praise the work that Member Kelly has done in his constituency. I know he's not the only one who has done the same, but I wanted to raise his work as an example because it is exactly what we need. We need to tell our citizens – our companies – what is available, how they can benefit from the European Investment Bank and what EFSI can offer, because otherwise there is a risk that people don't know.

EU institutions and even our financial instruments are not as simple to understand as a normal bank loan from a local bank and that's why we have to spread the word.

The reason why some Member States have benefited more than others and some regions have benefited more than others, for instance from EFSI, is mostly because there have been active politicians or public authorities which have told citizens and companies what is available.

My second point is just to thank Members for a substantial, civilised and rather consensual discussion on this issue. It's a good basis to continue cooperation.

(Applause)

Werner Hoyer, *President of the European Investment Bank*. – Madam President, I am now in a little bit of a dilemma. I've just been criticised for overdrawing my time account and I have roughly 20 questions that deserve precise answers, so please forgive me if I don't address them all, but I promise again that you will get the answers in an appropriate way and as soon as possible.

A few general remarks.

The question of regional distribution begins to touch my nerves, because I think that everybody who has a feeling that his or her own country has maybe one per mil less than their neighbour is complaining about regional distribution. I told you the facts and figures about EFSI projects. In general, for all EIB projects the GDP-based distribution of the lending shows Greece number 1, Cyprus number 2, Portugal number 3, Croatia number 4 and Poland number 5. Is that so wrong?

I think this is exactly the priority setting that you're expecting from us. So I think we are making real progress on that question.

Second issue, I just wanted to throw into the debate the word infrastructure, as I heard it several times. The European Union has a significant problem with infrastructure, the quality of the infrastructure. We are not investing enough in the maintenance of our infrastructures, which leads to a structural degradation of the quality. We need to address this issue. It is much more sexy to build new things than to maintain old ones, but this is an issue we have to address.

A very interesting question that somebody raised about start-ups. We have a serious problem here in corporate financing in Europe in general, but in start-up financing in particular. The fact is that roughly 75% of all corporate financing in Europe is via banks and not via capital markets. In the US it's exactly the other way round, and this is the reason why sometimes, when an intelligent inventor develops something new, opens a market, develops a new product, then he or she might be very, very successful in the start-up phase but then comes growth financing and for growth financing we don't have enough instruments.

I would love to see EIB activities developing further in this field because I hate seeing sometimes the most promising products leaving Europe and then being developed with huge money in other continents.

By the way, we measure the employment effects of our activities as precisely as we can, so maybe we can give you a couple of figures afterwards. But I just saw that, for instance, our analysis shows that in 2018 the number of SMEs supported was 285 000 and the number of jobs maintained in SMEs and midcaps was 3.9 million. We probably need to publish these figures more loudly and with more self-esteem.

Financing, well long-term financing.

Ladies and gentlemen, some of you want to see us as a commercial bank and some want to see us as a political instrument. We are both. We need to perform in several areas like a commercial bank because we are refinancing completely on the capital markets. We must have the trust and the confidence of the investors, otherwise they don't give us 60, 70, 80 billion per year in EIB bond purchases.

On the other hand, we serve a public goal. Our objectives are set by you and the Council and the Commission, and that means that we have to reconcile the role of a public institution with commercial behaviour and expertise on the markets, and I think we are quite successful in doing that.

On the question of transparency, Ms Gräßle, I share your view and I think we are making progress, but we still can get better. But there are two small issues I would like to address.

Number one, please bear in mind that the EIB is a very lean institution. We have 3 500 people in the Bank. It sounds a lot, but we are doing twice the volume of the World Bank with this, and eight times the volume of the European Bank for Reconstruction and Development. The World Bank has 18 000 people and the EBRD in London 2 500 people. So we are a lean institution. Sometimes we are criticised for not being represented visually with official offices in all Member States of the European Union. Yes, we try to be as efficient as possible. Please take this as a serious effort to be visible and available everywhere, but at a cost reduction or a containment strategy that we pursue.

And the last word, Ms Gräßle, on gender. Well, you run into open doors with me and whenever a Member State comes with a new proposal for the management committee and the Member State proposes a lady I will embrace that immediately. Spain has just done so and I'm very grateful for that, but we could definitely have more. But this is not in the hands of the management of the Bank. This is exclusively in the hands of the Member States. When it comes to our top managerial personnel we have made progress in the seven years that I am at the Bank now from 18% to 26% in the top positions. So we are moving in the right direction, but it cannot come overnight because you need a couple of years of career at the Bank in order to get there, but I promise you I'll have that in view in each and every personnel decision we take as long as we don't discriminate against the other gender.

(Applause)

President. – Thank you very much, President Hoyer, I would like to point out that I am not sure that Mr Zdrojewski wanted you to speak less. Maybe he wanted Vice-President Katainen to speak more, so it's a great privilege for us to have you here.

Georgi Pirinski, Rapporteur. – Madam President, first, of course, I would like to thank all those who commended the report. I would like to point out that this is a report by the whole committee and I take certain credit in the name of the committee for what President Hoyer has highlighted – the steps in the direction of greater transparency and greater accountability. I believe that this is an example of the usefulness of these types of discussions on this type of the report. So I think we can be satisfied from that point of view.

I also would like to return to the geographical aspect. What the President has told us are figures which also show increased awareness and movement towards a better distribution. At the same time, you will agree that a proportion of 80-10 is anything but a sustainable balance and clearly, here, there is a challenge to be met.

I would also finally like to mention that the type of discussion we have had, the fact that the President has been as outgoing as possible – and a bit excited at the end, if I may say – is a good sign of commitment for further progress.

President. – The debate is closed.

The vote will take place on Thursday, 17 January 2019.

28. Modificação da ordem do dia: Ver Acta

29. Proteção do orçamento da União em caso de deficiências generalizadas no que diz respeito ao Estado de direito nos Estados-Membros (debate)

Puhemies. – Esityslistalla on seuraavana Eider Gardiazabal Rubialin ja Petri Sarvamaan budjettivaliokunnan ja talousarvion valvontavaliokunnan puolesta laatima mietintö ehdotuksesta Euroopan parlamentin ja neuvoston asetukseksi unionin talousarvion suojaamisesta tilanteissa, joissa oikeusvaltioperiaatteen noudattamiseen jäsenvaltioissa kohdistuu yleisiä puutteita (COM(2018)0324 – C8-0178/2018 – 2018/0136(COD)) (A8-0469/2018).

Eider Gardiazabal Rubial, ponente. – Señora presidenta, señor comisario, el otro día me preguntaba un periodista si creía que este Reglamento era necesario y mi respuesta fue clarísima: sí, sin duda.

En este mandato hemos debatido varias veces sobre violaciones de derechos en la Unión Europea y hemos visto también cómo los instrumentos existentes son lentos e ineficaces.

La Unión Europea es una comunidad basada en unos valores comunes que debemos defender y respetar como ciudadanos y como Estados miembros de la Unión. Esta no es una Europa a la carta, en la que nos podemos quedar con los derechos y no con los deberes.

Cuando un Estado quiere entrar en la Unión, tiene que cumplir con una serie de requisitos en materia económica, política, fiscal, judicial... Son muchos y muy estrictos estos requisitos y, por eso, los países candidatos tardan años en entrar —si lo consiguen—. Y, una vez dentro, ¿qué pasa? Una vez que hemos aprobado ese examen, ¿ya podemos hacer lo que queramos? Evidentemente no. Este examen tiene que ser continuo, y si se encuentran deficiencias, hay que corregirlas, y, si no, hay que establecer un sistema eficaz y proporcionado de sanciones.

Yo he de confesar que hubiera preferido sanciones directas, pero entiendo que el Tratado, para estos casos, no lo prevea. Así que creo que la Comisión ha hecho una propuesta muy inteligente, utilizando las herramientas a su disposición, en este caso el presupuesto europeo.

Pero, como ya lo dije en la Comisión de Presupuestos, creo que la Comisión Europea también ha perdido una oportunidad de oro, porque si juntamos las dos ideas que acabo de desglosar —es decir, el respeto a los valores de la Unión Europea, pero también la protección del presupuesto— nos quedamos cortos si solo nos ceñimos al Estado de Derecho. Porque los valores de los que hablamos son los valores que están consagrados en el artículo 2 del Tratado de la Unión: respeto a la dignidad humana, libertad, democracia, igualdad, derechos humanos, solidaridad, justicia, tolerancia... Todos esos están en el artículo 2. Esos son los que definen nuestra Unión y esos son los que tenemos que proteger.

Pero también tenemos que proteger el presupuesto europeo, y no hay mayor ataque a las cuentas públicas, a la solidaridad y a los valores europeos que la evasión, el fraude y la competencia fiscal desleal. Y por eso me parecía fundamental que esto también fuese uno de los valores, de los criterios que se habían de controlar, examinar y sancionar, si fuera necesario. No podemos hablar de igualdad, de justicia, de solidaridad si miramos para otro lado ante la injusticia fiscal.

En nuestras reuniones de preparación de la Posición del Parlamento, además de debatir — como ya saben perfectamente — ampliamente sobre el objeto del Reglamento, también hemos discutido y negociado fundamentalmente tres aspectos.

Uno: la protección de los beneficiarios finales. Al establecer sanciones a través del presupuesto europeo, tenemos que ser muy escrupulosos con los mecanismos y asegurarnos de que esas sanciones van directamente a los infractores y no a los beneficiarios finales. Y, por eso, creo que con las modificaciones realizadas —gracias a los servicios técnicos de la Comisión hemos podido trabajar en ello— la red de seguridad que hemos definido es mucho más garantista para los beneficiarios finales.

El segundo aspecto en el que también hemos trabajado es el panel de expertos, porque la toma de decisiones bajo este Reglamento va a ser un tema muy delicado. La Comisión Europea tiene que tener a su disposición toda la información posible para poder tomar una decisión razonada, objetiva y, sobre todo, alejada de cualquier tentación partidista, y este es el objetivo de establecer un panel de expertos: que puedan asesorar a la Comisión Europea en esta tarea.

Y, por último, el papel del Parlamento Europeo. En la propuesta de la Comisión, nuestro papel era de mero observador y esto no es aceptable, porque hablamos de valores, pero de presupuesto, y, en el presupuesto, esta Cámara también es Autoridad Presupuestaria, como lo es el Consejo, y, por lo tanto, debemos tener voz y voto.

Acabo, señora presidenta, con una frase que ha dicho esta mañana, durante el debate, el presidente del Gobierno, Pedro Sánchez: es hora de defender y de proteger los valores que hacen de nuestro proyecto un proyecto único.

Petri Sarvamaa, Rapporteur. – Madam President, democracy is never self-evident. Never. This we should keep in mind. One of the most crucial things, if not the most crucial thing to sustain democracy in any state is the rule of law. Once the rule of law is questioned, the path to the keys of Pandora's Box is open to all, because, my dear colleagues, democracy is never perfect.

Democracy, through elections, can produce governments and leaders who are tempted to take that walk to Pandora's Box and see if they can control it. On their way, they might tamper with the judicial system of the state, or they could find it handy to influence the media so that journalists would not see it in their best interest to criticise those in power. Or maybe these political leaders would like to introduce laws that make it more and more difficult for civic organisations to go about their activities, to express their ideas and worries. In doing all this, these governments and their leaders would clearly be undermining the rule of law, which is the central pillar of democracy. This, unfortunately, is nothing but a factual description of what is going on inside the European Union today. If we want to safeguard democracy itself, we need to safeguard the rule of law.

It has been painfully clear for years already that the presently available legal mechanisms in the Union do not stop governments on this dangerous path, and this is why we have this extremely important regulation in front of us. We need a mechanism that will introduce concrete consequences for the Member States in question, and that is why the Commission wisely followed the will of this Parliament – Parliament's Multiannual Financial Framework (MFF) resolution – and proposed a budgetary law for co-decision.

According to the Commission proposal and our final report, in order for the Union to protect its financial interests from the risk of financial loss caused by generalised deficiencies as regards the rule of law, the Union should be able to impose appropriate measures that include restricting, reducing or even suspending access to EU funding in a manner proportionate to the nature, gravity and scope of the deficiencies.

Let me finally underline the five things that are most crucial to understand about this legislative report. One: the legal basis for this proposal is in financial regulation, not in Article 7. This is about protecting the EU's budget – taxpayers' money. Two: we want to write a law that is the same for all Member States. The rule of law could be in jeopardy in any Member State. Three: we want to protect the final beneficiaries of EU funds – researchers, civic organisations and ordinary citizens must not suffer due to the freezing or cutting of funds. Four: we are talking about generalised deficiencies as regards the rule of law. There would have to be clear and widespread undermining of the rule of law before the budgetary consequences could be launched. And finally, five: our report puts Parliament on an equal footing with the Council, through a co-decision procedure of a transfer to a budgetary reserve.

With these words, I sincerely hope that every Member of this Chamber takes a close look at this report. When you do, I trust that you will consider it of the utmost importance to support this proposal and give us a strong mandate for the trilogues, since nothing in today's Europe is as important as the rule of law. Last, but certainly not least, let me wholeheartedly thank and praise my co-rapporteur, Ms Gardiazabal Rubial, for her excellent work on this report.

Judith Sargentini, *Rapporteur LIBE*. – Voorzitter, ik ben vereerd dat ik vandaag mijn groene collega Josep-Maria Terricabras mag vervangen. Hij is eigenlijk rapporteur voor advies van de LIBE-commissie en met hem ben ik ervan overtuigd dat dit voorstel noodzakelijk is. We hebben een nieuw stuk gereedschap nodig in onze gereedschapskist om lidstaten bij de les te houden. Het is onze taak om Europese burgers te beschermen tegen regeringen die de rechten van die individuele burgers schenden. Europese subsidies afhankelijk maken van de eerbiediging van de rechtsstaat en burgerrechten is volgens mij zo'n nieuw stuk gereedschap in die gereedschapskist die we nodig hebben om de Unie goed te kunnen onderhouden.

Ik zie Europese regeringen – en ja, daarbij denk ik natuurlijk aan Hongarije – wegekomen met zelfverrijking en met ouderwetse agitprop. We kunnen niet blijven toekijken. De LIBE-commissie stelde daarom voor om de toets aan de burgerrechten sterker te laten terugkomen in het voorstel. Die burgerrechten zijn verankerd in het Europees Verdrag voor de Rechten van de Mens. Ze zijn niet slechts een onderdeel van de rechtsstaat, nee, ze staan er heel trots naast. Ik wil u daarom vragen om het amendement van de LIBE-rapporteur, amendement 72, te steunen. Dan wordt dit verslag nog beter.

Günther Oettinger, *Mitglied der Kommission*. – Verehrte Frau Präsidentin, Damen und Herren Abgeordnete! Ich will eingangs für die Kommission allen engagierten Abgeordneten danken, den Berichterstattern Frau Gardiazabal Rubial und Herr Sarvamaa, aber auch Ihnen, Frau Sargentini, für die sehr, sehr sachkundige und gründliche, gute Befassung mit unserem Vorschlag, den Sie im Grundsatz akzeptieren, aber weiter verbessern wollen. Dafür unser, mein Dank und Respekt. Es geht bei dem von der Kommission gemachten Vorschlag für eine Verordnung über den Schutz des Haushalts der Union bei generellen Mängeln in Bezug auf das Rechtsstaatsprinzip darum, für den nächsten Haushaltsrahmen und damit für die Haushaltspolitik der Zukunft ein Instrument zu entwickeln, um Europa und seinen Haushalt und damit unsere Bürger und Steuerzahler vor Missbrauch, Korruption, Mängeln, Betrug und Untreue bestmöglich zu schützen. Eine starke Unterstützung durch das Parlament ist für die weiteren Beratungen mit dem Rat von entscheidender Bedeutung.

Wir sollten das Instrument eigentlich schon lange haben. Dass wir es jetzt vorschlagen, ist eine rein logische Vorgehensweise. Denn wenn es bei unseren Haushaltsprogrammen, wo wir Projekte fördern, wo wir Anträge bearbeiten und bewilligen, wo wir Geld bereitstellen, Streit gibt mit Partnern, mit Nutznießern, mit Mitgliedstaaten, Regionen, Kommunen und Streit auch zu Gerichtsverhandlungen führen kann, müssen wir uns in jedem Mitgliedstaat darauf verlassen können, dass die Gerichte unabhängig sind, dass sie dem Rechtsstaat verpflichtet sind, dass sie weisungsfrei sind, dass die Rechtsstaatlichkeit überall uneingeschränkt gilt.

Schon jetzt müssen die Mitgliedstaaten nachweisen, dass ihre Vorschriften und Verfahren für die Verwendung von EU-Geldern wirksam sind und ein hinreichender Schutz vor Missbrauch oder Betrug besteht. Wir verstärken mit diesem Vorschlag unsere Instrumente, wir erhöhen unsere Autorität als Europäische Union. Denn es gibt bisher in keinem Mitgliedstaat einen Mechanismus zum Schutz des Geldes unserer Bürger und Steuerzahler im Fall von generellen Mängeln in Bezug auf das Rechtsstaatsprinzip.

Der Fokus auf dem Schutz der finanziellen Interessen der EU ist mir wichtig. Nach meiner Auffassung sorgt die jetzige Definition des Geltungsbereichs unseres Vorschlags für ein sinnvolles Gleichgewicht, sie dient dem Schutz des Haushalts der Union und anderen bestehenden EU-Mechanismen wie zum Beispiel Artikel 7 unseres Vertrags.

Es geht nicht um Sanktionen, es geht um den Schutz europäischer Gelder und damit um die Wirtschaftlichkeit und Korrektheit des Haushaltsvollzugs auf europäischer Ebene. Wir schlagen einen transparenten und objektiven Mechanismus vor. Alle nach diesem neuen Verfahren möglichen Maßnahmen müssen immer in einem angemessenen Verhältnis zu Art und Schwere des Defizits an Rechtsstaatlichkeit bestehen. Das heißt, Kürzung von Mitteln oder aber Streichung von Mitteln muss immer in Relation stehen zu dem Missbrauch, zu dem Defizit in Sachen Rechtsstaatlichkeit. Ganz wichtig – es wurde erwähnt –: Der Bürger, der Nutznießer, der Student, der Forscher, der Träger von sozialen Projekten darf nicht der Dumme sein. Deswegen soll beim Bürger und bei dem Projekt das ankommen, was das Projekt und der Bürger erwarten können. Die Lastenverteilung geht zum Mitgliedstaat und nicht zulasten unserer Zivilgesellschaft, unserer Studierenden, unserer Wissenschaftler, unserer Begünstigten insgesamt.

Sollte die Kommission Grund zur Annahme haben, dass ein Rechtsstaatsdefizit besteht und damit die finanziellen Interessen der Europäischen Union und ihrer Bürger beeinträchtigt sein könnten, dann werden wir ein Verfahren einleiten, das zur Annahme geeigneter Abhilfemaßnahmen führen kann. Wir haben dabei zu berücksichtigen: Entscheidungen des Gerichtshofs, Berichte des Rechnungshofs, Schlussfolgerungen einschlägiger sachkundiger Organisationen. Bevor wir eine Entscheidung fällen, werden und müssen wir den betreffenden Mitgliedstaat anhören, ihm Gelegenheit zu einer umfassenden Stellungnahme geben. Und dass das Parlament hier neben dem Rat auf Augenhöhe beteiligt sein will, im Entscheidungsprozess dabei sein will, halte ich für mehr als naheliegend, halte ich für konsequent, und das wird auch von mir unterstützt. Der Entscheidungsprozess muss trotzdem unverzüglich, rasch und effizient, rechtsstaatlich und unbürokratisch sein.

Darüber hinaus haben wir als Kommission für jede Maßnahme, für jeden Schritt Rechenschaft abzulegen vor Ihnen, dem Parlament, dem Hohen Haus. In diesem Stadium, nachdem der Austausch mit Rat und Parlament bei dem heute hier zu beratenden Bericht angelangt ist, sollten wir für die bevorstehenden Beratungen zwischen Rat und Parlament folgende Themen vertieft besprechen: den Zusammenhang zwischen den Mängeln und dem Schutz der finanziellen Interessen der Union. Die Abgrenzung zwischen diesem Vorschlag und Instrument und anderen Mechanismen, zum Beispiel Artikel 7 unseres Vertrags, bleibt klar und muss klar sein. Es darf keine Grauzone zwischen verschiedenen Instrumenten und Handlungsmöglichkeiten entstehen. Hierzu haben wir den sachkundigen Rat unserer Juristischen Dienste herangezogen und werden weiter darauf achten, dass das Ganze wirklich glasklar beschreibt, welches Instrument für welchen Fall sinnvollerweise angewandt werden kann.

Im Rat fordern einige Mitgliedstaaten, die Liste möglicher Mängel zu konkretisieren, zu erweitern oder gar umfassend und damit erschöpfend zu erstellen. Dadurch entstünde Rechtssicherheit. Ich glaube, dies stimmt. Wir sind bereit, die Liste zu erweitern. Aber sie muss offen bleiben, um die Anwendung des Mechanismus auch bei nicht absehbaren Fällen zu ermöglichen und damit Europa alle Möglichkeiten zu geben, auf jede Situation, zu der es in Zukunft kommen kann, entsprechend einzugehen.

Es wird eine indikative Frist erörtert, innerhalb der die Kommission tätig werden muss, nachdem sie von dem betroffenen Mitgliedstaat eine Antwort erhalten hat, also eine angemessene und begrenzte Zeitspanne. Dies halten wir für naheliegend, aber hier gilt meines Erachtens: Gründlichkeit vor Schnelligkeit. Bei komplexen Sachverhalten ist es mir wichtiger, dass die Kommission umfassend prüfen kann, und deswegen darf die Frist nicht zu kurz bemessen sein, sondern sollte erst beginnen, nachdem der Mitgliedstaat angehört worden ist und seine Stellungnahme abgegeben hat.

Sie wollen die Informationsquellen, auf denen die Kommission ihre Arbeit aufbaut, präzisiert sehen. Auch dies halte ich für durchaus naheliegend. Die Liste der Rechtsprechung, auf die die Kommission verweisen kann, und der Informationsquellen, die wir heranziehen, kann gerne – wie vom Parlament gefordert – entlang Ihrer Linien präzisiert und konkret definiert werden.

Auch die Frage, wie man den Schutz des Endbegünstigten weiter stärken kann, ist meines Erachtens einer Erörterung wert. Der Rechtsstaatlichkeitsmechanismus, den Sie heute beraten und der bei Ihnen in guten Händen ist, ist ein wichtiger Baustein unseres Kommissionsvorschlags für den nächsten Mehrjährigen Finanzrahmen 2021-2027. Er soll und wird, wenn Sie ihm zustimmen, einen wichtigen Beitrag zur Wirtschaftlichkeit und Ordnungsmäßigkeit der Haushaltsführung leisten und damit den Schutz von Steuergeldern und damit von Bürgern und Steuerzahlern entsprechend stärken. Wir füllen damit eine Lücke im europäischen Recht. Ich will Sie bitten, die Lücke optimal zu füllen und in dem Zeitablauf unserer Beratungen in diesem Jahr für eine Entscheidung zu sorgen, die für die Haushaltsführung der Zukunft und des nächsten Jahrzehnts eine wichtige ergänzende Grundlage sein kann. Besten Dank für Ihre engagierte und sachkundige Mitwirkung!

ΠΡΟΕΔΡΙΑ: ΔΗΜΗΤΡΙΟΣ ΠΑΠΑΔΗΜΟΥΛΗΣ

Αντιπρόεδρος

Искра Михайлова, докладчик по становището на комисията по регионално развитие. – Г-н Председател, г-н Комисар, комисията по регионално развитие, в приетото си становище по разглеждания доклад, на първо място изтъква, че демокрацията и принципите на правовата държава, зачитането на основните права на човека, са от ключово значение за доверието към Европейския съюз.

Но всяко решение за налагане на съответни мерки, в случай на широко разпространено незачитане на принципите на правовата държава, следва да осигурява стабилни гаранции след оценка на въздействието, за да се гарантира, че крайните получатели на финансови средства на Европейския съюз не са неблагоприятно засегнати.

Необходимо е обхватът и равнището на налаганото спиране на поемане на задълженията да бъдат пропорционални, да зачитат равното третиране на държавите членки и да вземат предвид икономическите и социални условия в съответната държава и въздействието им върху икономиката.

По отношение на европейските структурни и инвестиционни фондове, при които Комисията изпълнява бюджета на Европейския съюз при споделено управление, в случай на широко разпространено незачитане на принципите на правовата държава, могат да се прилагат и мерките, определени в Регламента за общоприетите и общоприложими разпоредби.

За да се засили защитата на крайните потребители на подкрепата на Европейския съюз, Комисията следва активно да наблюдава спазването на правното задължение на държавните органи и на държавите членки да продължават плащанията и да информират крайните получатели за техните права при установяване на нарушения.

Helmut Scholz, Verfasser der Stellungnahme des mitberatenden Ausschusses für konstitutionelle Fragen. – Herr Präsident, Herr Kommissar, liebe Kolleginnen und Kollegen! Im Namen des Ausschusses für konstitutionelle Fragen unterstreiche ich, dass es wichtig ist, den EU-Haushalt vor generellen Mängeln in Bezug auf die Verwirklichung des Rechtsstaatsprinzips in einem Mitgliedstaat zu schützen. Ja, es besteht ein Zusammenhang zwischen diesem und der Umsetzung des Haushaltsplans im Einklang mit den Grundsätzen der wirtschaftlichen Haushaltsführung.

Unabhängigkeit und Unparteilichkeit der Justiz sind unerlässlich, um die Achtung rechtsstaatlicher Prinzipien zu gewährleisten. Deshalb haben wir als AFKO-Ausschuss den federführenden Ausschüssen vorgeschlagen, die Pflicht der Mitgliedstaaten zur Zusammenarbeit in dieser Richtung unabhängig von ihrer konkreten Umsetzung und im Interesse der finanziellen Solidarität unter den Mitgliedstaaten in der Gesetzgebung eindeutig zu garantieren.

Wir wollen, dass die Kommission dafür sorgt, dass die rechtmäßigen Interessen der Endempfänger oder Begünstigten des Programms oder Fonds, die gegebenenfalls von ergriffenen Maßnahmen betroffen sind, uneingeschränkt gewahrt werden.

Deshalb wollen wir die Kommission verfahrensseitig verpflichten, Bewertungen über die Auswirkung von vorgeschlagenen Maßnahmen auf die jeweiligen nationalen Haushalte vorzunehmen.

Und nicht zuletzt meinen wir, dass die Rolle des Europäischen Parlaments, sich über Informationsrechte hinaus stärker in die eigentliche Bewertung des Verfahrens einzubringen, gestärkt werden muss. Dieser gesamte Prozess muss transparent erfolgen und dem Prinzip der Verhältnismäßigkeit entsprechen.

Ingeborg Gräßle, *im Namen der PPE-Fraktion*. – Herr Präsident, Herr Kommissar, liebe Kolleginnen und Kollegen! Das sind acht schmale Artikel, die vorgelegt wurden. Aber ich habe in diese acht schmalen Artikel große Hoffnungen, weil es die erste Verordnung ist, die sich mit grundlegenden rechtsstaatlichen Defiziten in den Behörden der Mitgliedstaaten auseinandersetzt.

Ich begrüße den Kommissionsvorschlag und danke den Kollegen für den Bericht. Die Verordnung setzt an der großen Schwachstelle der EU an, nämlich an Mitgliedstaaten mit korrupten Strukturen. Wir sehen in einigen Mitgliedstaaten eine neue Entwicklung, nämlich Staatskorruption. Wir sehen Regierungsvertreter, die ihren Einfluss als Behördenchefs nutzen, um sich oder ihren Freunden und Verwandten EU-Gelder zu verschaffen, und anschließend Ermittlungen dazu verhindern. Die Verordnung sollte in diesem Fall Lösungen finden.

Ein Verfahren nach Artikel 7 würde solche Probleme nicht lösen, weil dieser Artikel ja ein generelles Justizverfahren feststellt. Aber wir haben es mit selektivem Versagen von einigen wenigen zu tun, die sich die Taschen füllen und Polizei und Justiz zum Schweigen bringen.

Deswegen, Herr Kommissar, geht heute Abend ein lang gehegter Wunsch der Haushaltskontrolle in Erfüllung, nämlich dass etwas passiert, wenn wir bei Betrug und Geldwäsche mit EU-Geldern das Nichthandeln der Mitgliedstaaten vor uns haben, weil die Täter prominent sind. Darum geht es, und da gibt es auch gar nichts zu beschönigen. Diese Verordnung löst nicht alle Probleme, aber sie hilft, vorausgesetzt dass die Kommission einen Weg findet, diese Verordnung mit Leben zu erfüllen.

Steuerbetrug gehört eigentlich nicht hier her, das ist ein Individualdelikt, deswegen wäre es schön, wenn man das morgen gemeinsam herausstimmen könnte. Es schwächt die Verordnung, es stärkt sie nicht.

Inés Ayala Sender, *en nombre del Grupo S&D*. – Señor presidente, agradezco mucho, tanto a la señora Gardiazábal, como especialmente también al señor Sarvamaa por la Comisión de Control Presupuestario, todo el trabajo que han hecho, que ha sido arduo y complejo. Yo, la verdad es que también hubiera preferido sanciones directas y políticas y en el Consejo, y no que nos revierta a la Comisión y al Parlamento llevar a cabo un trabajo en el que finalmente se ven afectados el buen nombre de la financiación europea: ya no tiene muy buena fama, pues ya lo que nos faltaba.

Pero de todos modos creo que el señor Sarvamaa y la señora Gardiazábal han conseguido un buen texto donde aparece la parte de los fondos bien protegida. Porque está claro que, sin una justicia independiente, sin unos jueces independientes, evidentemente, no se pueden proteger los intereses financieros de los fondos europeos que afectan a los beneficiarios, a los ciudadanos. Yo creo que han conseguido esa cuadratura del círculo, es decir, enmendar o procurar cambiar los hábitos de los Gobiernos mediante un castigo financiero, pero sin llegar a los beneficiarios.

En cuanto al comité de expertos, he de decir que no me acaba de gustar mucho. Lo entiendo, entiendo por qué se ha hecho, pero creo que sacar las decisiones del ámbito de los decididores políticos, en este caso del Parlamento, que ya hace sus informes de derechos humanos dentro de la Unión, me parece que siempre acaba siendo arriesgado y acaba traducándose en un enfrentamiento. Pero entiendo por qué se ha hecho y espero que lo seguiremos muy de cerca.

En definitiva, creo que se ha logrado un buen texto, que es difícil y complejo, pero que, si conseguimos aplicarlo bien y explicarlo, sobre todo, bien, conseguiremos lo que hemos venido diciendo también esta mañana: que para lograr esa Europa que protege, que plantea el señor Macron, hay que empezar antes por protegerla de quienes quieren erosionarla. Y en este caso, este texto, yo creo que va a servir para ello.

Ryszard Czarnecki, *w imieniu grupy ECR*. – Panie Przewodniczący! Panie komisarzu! Zgadza się z moją koleżanką od lat, panią Alayą Sender: trzeba chronić Europę przed tymi, którzy ją chcą zniszczyć. Tylko pytanie: kto chce zniszczyć Europę? Czy ci, którzy swoimi działaniami powodują w tej chwili falę eurosceptycyzmu w krajach Unii Europejskiej, czy ci, którzy, ingerując wewnętrzne sprawy państw członkowskich, powodują, że rośnie bunt społeczeństw? Czasem na ulicy – jak to widzimy we Francji, a czasem przy urnach wyborczych – jak to widzieliśmy w wielu krajach Europy od Włoch poczynając, przez Austrię, Czechy, Polskę, Węgry czy inne państwa.

Wydaje mi się, że miał rację pan Sarvamaa, mówiąc o tej puszcze Pandory. Tylko, że właśnie może byśmy nie otwierali tej puszkę Pandory, proponując regulacje, które mogą być bardzo różnie interpretowane. Ja przynajmniej ojczyźnie pana profesora Oettingera prawo wyboru polityka na wiceszefa Trybunału Konstytucyjnego w Karlsruhe. To są wasze sprawy, jeżeli tak robicie, (słowo *niezrozumiałe*) być szefem Trybunału Konstytucyjnego. Ale skoro my nie chcemy ingerować w wasze sprawy, to proszę, żeby państwo również uszanowali takie kraje, które były tu dzisiaj atakowane, były wymieniane np. Węgry. Oni mają przez kartkę wyborczą ustaloną demokrację i powinniśmy to respektować. Jest to propozycja jednak kontrowersyjna.

Anneli Jäätteenmäki, *ALDE-ryhmän puolesta*. – Arvoisa puhemies, oikeusvaltioperiaate on demokraattisten maiden kivi-jalka. Ellei sitä noudateta, kaikkien EU:n jäsenmaiden välinen yhteistyö ja kansalaisten toiminta vaikeutuvat.

Kun EU:hun on liittynyt uusia jäseniä, jäsenvaltiot ovat sitoutuneet tiettyihin arvoihin ja niitä tulee noudattaa. Kyse on keskinäisestä luottamuksesta.

Haluan kuitenkin huomauttaa, että tämä esitys ei tule ratkaisemaan kaikkia ongelmia, vaikka siihen kohdistuu suuria odotuksia, ylisuuriakin odotuksia. Esityksessä on kyse EU:n rahojen suojaamisesta ja sen varmistamisesta, että ne käytetään oikein. Tämä siis tarkoittaa sitä, että oikeusvaltioon liittyvillä puutteilla täytyy olla yhteys EU:n rahankäyttöön. Muussa tapauksessa tätä ei pystytä käyttämään, eikä tämä ratkaise yleisellä tasolla oikeusvaltioperiaatteessa olevia ongelmia.

Olen melko varma siitä, että tämän esityksen täytäntöönpano tulee olemaan vaikeaa. Parlamentissa me olemme pyrki-neet suojelemaan lopullisia tuensajia, kuten toki komissiossakin, mutta epäilen, että on erittäin vaikeaa varmistaa, että he lopulta saavat nämä rahat. Ryhmäni tukee tätä esitystä, mutta haluan kyllä todeta, että lakitekniseltä kannalta tämä esitys on kyllä kaikkea muuta kuin hyvää lainsäädäntöä. Tämä on monimutkainen ja byrokraattinen, ja on kyllä mielen-kiintoista nähdä, miten tämä käytännössä toimii.

Liadh Ní Riada *thar ceann an Ghrúpa GUE/NGL*. – A Uachtaráin, caithfidh mé a rá – ag léamh tríd seo – go bhfuil amhras orm, mar tá sé doiléir a dhóthain an rud a thuiscint ar an gcéad dul síos agus cé go bhfuil tú ag caint ar smacht reachta nó riail dlí, tá tú i ndáiríre ag déanamh rud polaiticiúil as agus tá sé deacair mar sin riail amháin a chur i dtreo amháin agus riail eile a chur i dtreo eile. Agus táim buartha mar gheall ar an tionchar a bheidh aige seo ar thíortha éagsúla; abair na tíortha saibhre, an buntáiste a bheidh ann dóibh siúd. Chomh maith leis sin, is dóigh liom go bhfuil tú ag tabhairt teachtaireacht do thíortha áirithe nach bhfuilid freagrach as foinsí airgid a thagann as an Aontas Eorpach.

Táimid, gan amhras, ag rá gur chóir an buiséad a chosaint ach, ag an am gcéanna, níor chóir go mbeadh an méid sin cumhachta ag an gCoimisiún, Coimisiún nach raibh tofa go daonlathach ar an gcéad dul síos, go mbeadh an chumhacht sin acu cinnithe a dhéanamh ar chúrsaí riail dlí i dtíortha éagsúla. Bhí an Coimisiún breá sásta seasamh siar – abair, nuair a fhéachaimid ar thoghcháin cosúil le mar a tharla sa Spáinn nuair a bhí muintir na Catalóine ag iarraidh vóta daonlathach a chaitheamh – bhí sé breá sásta seasamh siar fad is a bhí na daoine sin a bhí ag iarraidh vótáil, go raibh an cac buailte astu.

Mar sin, táim an-bhuartha mar gheall ar cén tslí a n-oibreoidh sé seo amach ar bhonn comhionannais ar fud na dtíortha ar fad. Tá tú ag caint ar chúrsaí trádála: an mbeidh buntáiste ann do thíortha atá ag seinnt an phoirt chéanna leis an gCoimisiún? Mar sin ní dóigh liom go bhfuil go leor soiléireachta anseo. Feicimid é seo in Éirinn, abair, nuair a fheicimid na *vulture funds*, nuair a fheicimid an tslí go bhfuil cumhacht mar sin tagtha chun tosaigh sa tír agus go bhfuil gnáth-phobal chosmhuintir na tíre i gcrúachas mar go bhfuil an chumhacht ag bua amach ag deireadh an lae.

Mar sin, ní dóigh liomsa gurb é seo an tslí cheart chun aghaidh a thabhairt air seo. Tá an Chúirt Bhreithiúnais againn cheana féin san Eoraip agus nílidsan chomh tiomanta i dtaobh cúrsaí polaitíochta is atá an Coimisiún. Mar sin, bheinn ag cur ceist ar an gCoimisiún féachaint le hathbhreithniú a dhéanamh air seo ar fad agus an chumhacht a bhaint díobh.

Jonathan Arnott, *on behalf of the EFDD Group*. – Mr President, in this debate the big question is: what are the circumstances in which this will be used? If you're talking about fraud, if you're talking about abuse of funds and taxpayers' money being used badly, then that is one thing, and you'd find no one who more strongly opposes money being used fraudulently. However, if we're talking about situations where the European Union considers that a Member State has acted in a way that it doesn't like and takes what become, in effect, politicised decisions against a Member State, then that is very much another. It seems to me there that Mr Czarnecki very much has a point.

One thing that concerns me about this is the procedure of the Commission acting and then effectively the Council having a month to react to that by qualified majority voting (QMV), otherwise the funds will be suspended. It just seems to me that not so much the burden of proof, but that the direction of it is the wrong way round. You should produce the evidence to prove that something is wrong rather than expecting it to have to be overturned.

I fear, Mr President, that this leads in practice to a situation where, in effect, you have the unelected Commission sitting in judgment on the elected governments. I fear that this is a proposal where the decisions to sanction or not to sanction could be based on a whim or on whether a country is popular or unpopular with the European Union itself. But you wouldn't have the same procedure being used against Poland or Hungary or Spain, so you end up with a situation where, whatever happens, it's perceived to be politicised. Mr President, if the European Union really wants to prove a commitment to the rule of law, then surely to goodness it would need to emulate the best practices of those who do follow the rule of law, and that seems to me fundamentally lacking in this proposal.

Stanisław Żółtek, *w imieniu grupy ENF*. – Panie Przewodniczący! Ten projekt Komisji Europejskiej to ostateczny krok do przejęcia całkowitej władzy nad państwami Unii. Od dzisiaj urzędnicy Komisji będą mogli odebrać każdemu krajowi wszelkie dofinansowanie, jeśli kraj okaże jakiegokolwiek nieposłuszeństwo. Wystarczy, że urzędnicy Komisji sami uznają, że zbyt mało kochamy homoseksualistów, imigrantów, równouprawnienie kobiet lub że nasz sąd wydał jakiś wyrok niezgodny z opinią Komisji. Ale państwa i tak muszą wpłacać do Unii swoją składkę, część podatków i haracz związany z opłatami za dwutlenek węgla, który notabene w najbliższych latach ma tak wzrosnąć, że zniszczy energetykę i gospodarkę Polski. Kraje Unii stają się od dzisiaj prowincjami wykonującymi polecenia Komisji Europejskiej. Dlatego też założyliśmy w Polsce partię Polexit, by wyjść z tej wrogiej nam od dzisiaj struktury. My cały czas chcemy Unii Europejskiej, ale takiej, jaką w zamyśle miał Schuman – wspólnoty narodów, gdzie panuje swoboda podróżowania ludzi, przepływu towarów, usług, idei i tylko tyle. Jeśli jednak Unia zamienia się w okupanta, a nasz kraj – w wyzyskiwaną kolonię, to trzeba się rozstać.

Apeluję do obywateli wszystkich państw Unii Europejskiej: zarejestrujcie w swoich krajach takie same partie i wspólnymi siłami albo przywróćmy Unię taką, jaka miała być, albo rozbijmy ją, wychodząc z niej i tworząc od nowa prawdziwą Unię.

Sophie Montel (NI). – Monsieur le Président, l'article 3 de la déclaration des droits de l'homme et du citoyen de 1789 est on ne peut plus clair: «Le principe de toute souveraineté réside essentiellement dans la nation. Nul corps, nul individu ne peut exercer d'autorité qui n'en émane expressément.»

La Commission européenne n'est pas un corps dont l'autorité émane de quelque nation que ce soit. En donnant aux commissaires un pouvoir de sanction contre les États membres qui ne respecteraient pas les prétendues valeurs de l'Union européenne, votre texte en réalité viole ce droit fondamental des peuples à décider souverainement de la politique qu'ils souhaitent voir appliquer chez eux.

Suivant la jurisprudence Orbán, un pays pourrait être privé des fonds européens, auxquels d'ailleurs il contribue, pour des motifs aussi frivoles que la fermeture d'une université financée par des fonds étrangers ou le refus d'ouvrir ses frontières à toute la misère du monde. On ne se souvient que trop bien de la doctrine de la souveraineté limitée conçue par le dirigeant soviétique Brejnev. Alors que l'Union européenne recycle aujourd'hui ce concept sous couvert de démocratie et d'état de droit, laissez-moi espérer qu'elle connaisse le même destin que cette URSS qu'elle semble vouloir imiter, pour que vive la souveraineté populaire et que vive la démocratie.

Marian-Jean Marinescu (PPE). – Domnule președinte, stimați colegi, consider că avem nevoie de acest regulament. Bugetul european trebuie să fie cheltuit cu eficiență, respectând regulile din toate punctele de vedere. Dacă un stat membru nu respectă una din valorile fundamentale ale Uniunii, statul de drept, trebuie să existe posibilitatea să se intervină pentru a proteja banii europeni.

Propunerile raportorilor elimină o parte dintre neclaritățile textului Comisiei, dar au mai rămas prevederi care cred că trebuie îmbunătățite. Nu se identifică concret, clar și detaliat, modul în care deficiențele statului de drept afectează protejarea intereselor financiare ale Uniunii. Nu este clar stabilită proporționalitatea măsurilor de sancționare cu prejudiciile aduse bugetului european de deficiențele statului de drept. Nu se oferă suficiente garanții că beneficiarii proiectelor își vor primi banii în cazul unei suspendări de plăți pentru statul respectiv. Procedura de declanșare a mecanismului de condiționare se suprapune cu procedura prevăzută la articolul 7 din Tratatul Uniunii.

Eu sper că negocierile cu Consiliul vor reuși să elimine toate neclaritățile, pentru a elabora un regulament aplicabil în beneficiul cetățenilor.

Isabelle Thomas (S&D). – Monsieur le Président, Monsieur le Commissaire, chers collègues, la démocratie est un joyau trop précieux, trop fragile et trop sérieux pour la laisser aux seules mains des gouvernements. Il n'y a pas de démocratie sans état de droit, comme le consacre le préambule de la charte européenne des droits fondamentaux. Je la cite: l'Union «repose sur le principe de la démocratie et le principe de l'état de droit». Elle a donc le devoir de les garantir.

Pourtant, ces dernières années, des dérives que l'on croyait d'un autre temps, inacceptables et dangereuses, sont apparues. Contre la liberté de la presse, contre l'indépendance de la justice, contre les droits humains. Malheureusement, elles ne cessent de se multiplier aux quatre coins de l'Europe. J'ajouterai qu'aucun État membre n'est à l'abri.

Il devenait donc urgent que l'Union se dote d'un outil efficace pour mettre fin à ces manquements et sévir contre les gouvernements coupables. Je tiens à remercier la Commission pour cette initiative, mais surtout mes collègues M^{me} Gardiazabal et M. Sarvamaa, qui ont fait un travail remarquable pour ciseler ce mécanisme de sanction budgétaire, ancré sur les valeurs de l'Union découlant de l'article 2 et répondant à une faille de notre système juridique, comme l'a dit le commissaire Oettinger.

Cependant, par obligation de trouver une base légale dans l'état actuel des traités, ce mécanisme a dû être rattaché au budget de l'Union européenne, ce qui nous rend particulièrement vigilants à l'égard de son application, et ce pour deux raisons. Tout d'abord, nous serons vigilants quant à sa mise en œuvre pour contrôler qu'elle sanctionne effectivement les gouvernements, et non les citoyens bénéficiaires des fonds européens, car il serait tout à fait absurde que ce soit les étudiants, les laboratoires de recherche, les universités, les agriculteurs ou les régions qui se retrouvent victimes des fautes commises par leurs gouvernements. Ce serait en quelque sorte une double peine. Nous serons également vigilants pour empêcher que cet instrument de défense de l'état de droit ne devienne un outil de gestion budgétaire ou, devrais-je dire, de gestion de la pénurie budgétaire, compte tenu de la pauvreté de notre budget. J'espère que la Commission ne sera pas tentée.

Zbigniew Kuźmiuk (ECR). – Panie Przewodniczący! Panie komisarzu! Zabierając głos w tej debacie, chcę zwrócić uwagę, że mimo iż sprawozdawcy usilnie starają się zaproponować jednoznaczne kryteria ustalania uogólnionych braków w zakresie praworządności w państwach członkowskich, to niestety pole uznaniowości jest ogromne, co stwarza zagrożenie karania przez Brukselę nie lubianych rządów. Tę poważną wątpliwość potwierdza także opinia ETO z sierpnia 2018 r., który stwierdził, że rozporządzenie pozostawia Komisji bardzo szeroki margines swobody w tej procedurze.

Przy tej okazji należy przypomnieć, że w obecnie obowiązujących przepisach istnieje możliwość blokowania środków z budżetu Unii w związku z nieprzestrzeganiem dyscypliny finansów publicznych i mimo że np. Francja przez kilka kolejnych lat nie przestrzegała kryterium 3 % PKB, to żadne restrykcje Komisji tego kraju nie dotknęły. Pytany o tę zastanawiającą łagodność Komisji przewodniczący Juncker powiedział z rozbijającą szczerością: „bo to Francja...”. W tej sytuacji powierzenie Komisji kolejnego instrumentu karania krajów członkowskich na podstawie kryteriów o charakterze w dużej mierze uznaniowym byłoby nieodpowiedzialnością i dlatego delegacja polska w grupie ECR będzie głosowała przeciwko temu sprawozdaniu.

Nedzhmi Ali (ALDE). – Mr President, in order to protect the Union's budget and financial interests for the next Multiannual Financial Framework (MFF), we need a new regulation that is not a sanctioning mechanism, but rather a tool to ensure sound financial management. The regulation includes under the term rule of law all the Union's values enshrined in Article 2 of the Treaty on the Functioning of the European Union and the Copenhagen Criteria for Union membership, including fundamental rights.

A generalised deficiency as regards the rule of law may affect the principles of sound financial management or the protection of the financial interests of the Union. The Commission should establish an advisory panel of independent experts, which would undertake an independent annual assessment of the rule of law situation in all Member States. The Commission, when making its decisions, should take into account the relevant panel's opinion. In order to strengthen the protection of final recipients or beneficiaries, the regulation proposes additional measures. The Commission shall also ensure that any amount due by government entities or Member States is paid to the beneficiaries.

A positive characteristic of the regulation is that the Parliament is put on an equal footing with the Council in the process of adopting or lifting their respective measures. The Commission submits a proposal to Parliament and the Council to transfer to a budgetary reserve the respective amounts, which would enter into force only if both institutions do not reject it.

Miguel Viegas (GUE/NGL). – Senhor Presidente, o que se pretende com esta proposta é condicionar a atribuição de fundos aos Estados-Membros com base na existência de um Estado de Direito. Mas a pergunta que se impõe é: de que Estado de direito é que nós estamos a falar e quem irá aferir da existência deste Estado de direito?

Vamos ter a União Europeia a controlar o funcionamento institucional dos Estados-Membros? Esta União Europeia que recusou o resultado dos referendos na Irlanda, na Holanda e na França em relação à Constituição Europeia? Esta União Europeia que não aceita o resultado do referendo no Reino Unido, onde o povo se pronunciou livre e democraticamente pela saída da União Europeia? Esta União Europeia que promove a recapitalização do sistema financeiro com fundos públicos e depois apresenta a fatura aos povos com políticas de austeridade? Esta União Europeia que deixa morrer no Mediterrâneo milhares de refugiados e criminaliza as associações humanitárias que pretendem promover o seu salvamento?

Esta lista, não exaustiva, exprime bem a falta de legitimidade da União Europeia para aferir do Estado de direito. A soberania dos povos reside na capacidade de poder decidir livremente do seu futuro e escolher o seu modelo de desenvolvimento, ainda que este modelo não seja aquele que é prescrito pela União Europeia. Em suma, rejeitamos veementemente este instrumento.

André Elissen (ENF). – Voorzitter, vandaag spreken we over bescherming van de begroting van de Unie in geval van fundamentele tekortkomingen op het gebied van de rechtsstaat in de lidstaten. Zoals uit deze titel blijkt, is er gezocht naar een middel om landen als Hongarije en Polen te kunnen bestraffen omdat zij zich niet slaafs onderwerpen aan de machtswellustelingen van de EU. De arrogante EU-elite eist dat haar zogenaamd universele waarden klakkeloos worden overgenomen door alle lidstaten.

Men wil onder andere nieuwe nationale belastingmaatregelen onmogelijk maken als die schadelijk zouden kunnen zijn voor de EU. Landen moeten verplicht solidair zijn, ook op het gebied van belastingen. Bij het opleggen van sancties wil men een panel van deskundigen instellen en de Commissie zelfstandig laten beslissen. Hierdoor wordt de soevereiniteit van landen nog verder uitgehold. Uit alles blijkt dat de maatregelen rechtstreeks gericht zijn tegen Polen en Hongarije. Deze trotse landen laten zich terecht na decennialange communistische dictatuur niet zomaar opnieuw overheersen. Wij zullen tegenstemmen.

Claudia Schmidt (PPE). – Herr Präsident, sehr geehrte Vertreter der Kommission, liebe Kolleginnen und Kollegen! Es wundert mich jetzt schon ein bisschen, in welche Richtung die Diskussion hier geht.

Eines ist doch wohl eine klare Tatsache: EU-Förderungen sind kein Geschenk, sondern Investitionen. Wenn in manchen Staaten die Betrugsbekämpfung bei EU-Geldern nicht funktioniert, dann muss man doch sehr wohl etwas dagegen unternehmen.

Ein Beispiel: 80 % des EU-Budgets – und das waren 2017 125,6 Milliarden Euro – werden von den Ländern ausgegeben. Deswegen müssen sie auch sicherstellen, dass, wenn ein Betrug vorliegt, gehandelt wird. Länder wie Polen haben zum Beispiel im Jahr 2016 10,6 Milliarden Euro erhalten, Rumänien 7,3 Milliarden Euro, die Slowakei 2 Milliarden Euro, Ungarn 4,5 Milliarden Euro oder Tschechien 4,6 Milliarden Euro. Diese Länder haben hier massiven Nachholbedarf.

Mit dem vorliegenden Vorschlag bekommt die EU – die Kommission – endlich einmal die Handhabe, Gelder einzufrieren, zu reduzieren oder zu stoppen, bis die Probleme im jeweiligen Mitgliedstaat beseitigt sind.

Was auch noch wichtig ist: Diese ewige Geheimnistuerei des OLAF wird endlich einmal unterbunden. Die Förderungen sind an Bedingungen gebunden. Und noch mal: EU-Förderungen sind kein Geschenk, es sind Investitionen. Wenn sich beim Verhalten der Empfänger nichts ändert, muss die EU eben Konsequenzen ziehen. Denn wer europäisches Steuergeld ausgibt, muss sich auch an die europäischen Regeln halten.

Cécile Kashetu Kyenge (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, come possiamo chiedere ai cittadini europei di rispettare i principi e i valori sanciti nel trattato sull'Unione europea, se proprio i primi a non ottemperare ai propri obblighi sono gli stessi Stati membri?

È anche grazie all'esempio di una cultura condivisa dello Stato di diritto da parte delle istituzioni che si può consolidare la fiducia dei cittadini nell'Unione e si deve garantire l'efficace attuazione delle sue politiche. Ecco perché quelle carenze generalizzate riguardanti lo Stato di diritto negli Stati membri che si ripercuotono sulla sana gestione finanziaria dell'Unione devono essere fortemente contrastate, per garantire non solo l'interesse finanziario dell'Unione, compresa l'efficace riscossione delle entrate, ma anche la fiducia dell'opinione pubblica nell'Unione e nelle sue istituzioni.

Non capisco, infine, le motivazioni che stanno dietro agli emendamenti soppressivi della proposta della Commissione. Dobbiamo invece unire le nostre forze, per garantire il pieno rispetto e la promozione dei diritti e dei valori, quale presupposto essenziale della legittimità del progetto europeo, per rilanciare un'Europa che protegga i propri cittadini.

Ruža Tomašić (ECR). – Poštovani predsjedavajući, Uniju na okupu drže zajednički interesi i temeljne vrijednosti. I dok nikome ne treba posebno objašnjavati da čini stvari u svom interesu, činjenica je da temeljne vrijednosti često budu zapostavljene u ostvarivanju tog interesa. A interes ne smije biti nadređen vrijednostima, nego usklađen s njima.

Logično je stoga da članice koje krše ugovore nepoštivanjem temeljnih vrijednosti ne bi trebale ostvarivati svoje interese korištenjem zajedničkih finansijskih sredstava.

No teorija i praksa ovdje se razilaze. Svjedočili smo dosad vrlo nategnutim interpretacijama temeljnih vrijednosti i pokušajima discipliniranja članica koje imaju ponešto drukčiju viziju Unije od onih koji trenutno vode glavnu riječ. To je put u jednoulje. Dosad viđeno bilo mi je dovoljno da shvatim čemu služe ovakvi mehanizmi i zato ovo neću podržati na glasovanju.

Steeve Briois (ENF). – Monsieur le Président, chers collègues, apeurée à l'idée qu'une majorité de députés eurosceptiques viennent siéger ici, en mai prochain, la Commission européenne tente par tous les moyens de renforcer son pouvoir répressif.

Dernière lubie en tête, celle d'un règlement qui propose de suspendre l'octroi des fonds européens aux États membres qui seraient accusés de violer l'état de droit. Concrètement, et avec votre approbation, la Commission pourra désormais couper les vivres de n'importe quel pays qui ne se plierait pas à ses caprices. Le simple refus d'accueillir des migrants ou d'appliquer la purge budgétaire imposée par la Commission entraînera donc une suspension des fonds européens.

Ce chantage permanent aux fonds européens est inadmissible car, d'une part, ces fonds proviennent justement des contributions nationales des États membres et, d'autre part, car ces gouvernements italien, polonais ou hongrois, qui déplaisent tant à la Commission, ont, eux, été élus par le peuple. C'est pourquoi nous rejetons toute forme de conditionnalité dans l'attribution des fonds européens.

Tamás Deutsch (PPE). – Elnök Úr! Csodálkozva hallom azt az intézményi fetisizmust, amelyik az Európai Unió és a tagállamok létezésének a legfőbb célját abban véli felfedezni, hogy a jogállamiság az működjön. Kedves Kollégák!

Az Európai Uniónak, és természetesen a tagállamoknak működésük, a tevékenységük középpontjában az áll, hogy garantálják az európai polgárok szabadságát, és mindent megtegyenek az európai polgárok jólétének gyarapítása érdekében. Ezt, a polgárok szabadságának a garantálását és a polgárok jólétének a gyarapítását segíti, ehhez nyújt garanciát a jogállami intézményrendszer, jogszabályok, intézmények működésének együttthatása. Természetesen lehetnek olyan jelenségek az Európai Unió működésében, amelyek fenyegetik a jogállamiságot, de bármi is fenyegetné a jogállamiságot, az Európai Unió nem hozhat olyan döntést, amikor a jogállamiságot veszélyeztető eszközökkel akarja a jogállamiságot állítólag fenyegető veszélyeket elhárítani.

Márpedig az Európai Bizottság javaslata gyenge, a parlamenti előkészítés során még tovább romlott, a normativitást – a jogállamiság alapját jelentő legfontosabb eszmét – nélkülözi. Nem lehet világosan kihámozni, hogy milyen szabályok milyen megsértése esetén indul olyan eljárás, amelynek rendkívül fontos pénzügyi szankciója lehet. A jogállamiság lebontását, veszélyeztetését jelenti ez az előterjesztést, ez támogatni nem lehet.

Arndt Kohn (S&D). – Herr Präsident, Herr Kommissar, liebe Kolleginnen und Kollegen! Warum sprechen wir heute wieder einmal über Rechtsstaatlichkeit? Weil das ein Thema ist, das die Menschen in Europa bewegt.

Ich werde ganz oft von Bürgerinnen und Bürgern aus meiner Region gefragt: Warum macht die EU da nichts? Warum gibt es Regierungen, die gerne Fördermittel entgegennehmen, halten sich auf der anderen Seite aber nicht an die Spielregeln halten und demokratische Werte missachten?

Ein funktionierender Rechtsstaat ist aber essenziell dafür, dass ein ordnungsgemäßer Einsatz von EU-Mitteln auch sichergestellt werden kann. Wenn er nicht funktioniert, dann steigt das Risiko von Missbrauch und Betrug. Daher ist es wichtig, dass wir dieses Instrument heute auf den Weg bringen. Aber nicht die Mittelempfänger, nicht Studierende oder Landwirte sollen hier getroffen werden und unter dem Fehlverhalten ihrer Regierungen leiden, sondern die nationalen Regierungen selber.

Wir Sozialdemokraten fordern zusätzlich auch Sanktionen für Länder, die sich unfairen Steuerwettbewerb oder Steuerbetrugsmodelle zunutze machen, denn diese Steuern fehlen in anderen Ländern, in Krankenhäusern und Schulen in Milliardenhöhe. Wenn wir eine europäische Familie sein wollen, dann kann das nur funktionieren, wenn wir unsere demokratischen Werte schützen und nicht gegeneinander, sondern miteinander arbeiten.

Josef Weidenholzer (S&D). – Herr Präsident! Der gemeinsame Haushalt ist das Rückgrat der Union, und er beruht auf dem Solidaritätsprinzip. Das heißt, leistungsstarke Mitgliedstaaten sind bereit, eine besondere Verantwortung zu übernehmen, und die zur Verfügung stehenden Mittel sind bekanntlich knapp. Es ist daher naheliegend, dass die Verwendung der Mittel besonderen Kriterien unterliegen muss. Wer sich nicht an gemeinsame Regeln hält, kann nicht gleichzeitig Förderungen in Milliardenhöhe kassieren und das Solidaritätsprinzip ad absurdum führen.

Die Rechtsstaatlichkeit ist das Fundament der EU, und alle Mitgliedstaaten sind dazu verpflichtet, Grundsätze der Rechtmäßigkeit einzuhalten und durch die Kontrolle durch unabhängige und unparteiische Gerichte Rechtssicherheit zu garantieren. Wenn ein Mitgliedstaat systematisch gegen diese Prinzipien verstößt, müssen wir in der Lage sein, darauf zu reagieren. Deshalb unterstützen wir diesen neuen Mechanismus und danken der Kommission für diese Initiative. Besonders wichtig ist für uns allerdings auch eine stärkere Miteinbeziehung des Europäischen Parlaments, weil die Genehmigung des Haushalts zu den wichtigsten Prärogativen des Parlaments gehört.

Διαδικασία catch-the-eye

Michaela Šojdrová (PPE). – Pane předsedající, vidím, že někteří předřečníci se obávají zneužití tohoto nařízení proti demokracii. Ano, stejně jako premiéři našich států zneužívají svého postavení, své moci, pak to riziko nepochybně je i na evropské úrovni. Ale já se domnívám, že principy Evropské unie musí být dodržovány a chráněny, jak členskými státy, tak na úrovni Evropské unie, a pokud se v tomto případě děje porušování případů, musí existovat nástroje na jejich vymahatelnost. Já sama jsem několikrát nepodpořila aktivaci článku 7, protože podle mého názoru to je velmi silný, řekněme krajní, politický signál, který do značné míry stigmatizuje vládu, potažmo danou zemi. Ukazuje se, že tento nástroj není dostatečný k ochraně například rozpočtu Evropské unie, ochraně právního státu. Myslím si, že musíme se pokusit nastavit nový ochranný mechanismus, je to lepší, než se bezmocně dívat na rozkrádání evropského rozpočtu.

Maria Gabriela Zoană (S&D). – Domnule președinte, domnule comisar, stimați colegi, am citit cu foarte mare atenție acest raport, care îmi amintește de cartea lui George Orwell. Uniunea Europeană devine, în fiecare zi, o fermă orwelliană, în care unele state sunt mai egale decât altele.

În cuprinsul raportului se vorbește de mai multe ori de Mecanismul de cooperare și verificare dar, din câte știu, acest mecanism nu îl au decât două state din Uniunea Europeană. Eu vă propun, domnule comisar, domnule președinte, dacă doriți ca mâine să votăm acest raport, înainte de acest vot să votăm ca toate statele din Uniunea Europeană să aibă Mecanismul de cooperare și verificare. Implementați-l și la dumneavoastră acasă, căci, altfel, acest raport nu va crea egalitate între state.

Principiul protejării Uniunii Europene poate să fie unul bun, dar procedura mă îngrijorează foarte tare. Cine va fi, în acest context, câinele de pază al democrației în Uniunea Europeană?

Lecturând raportul de față, am avut sentimentul că ne transmite frica că va rămâne cu buzunarele goale Comisia Europeană – și vă dau un simplu exemplu: amendamentul 12, care spune că identificarea unor deficiențe generalizate o face Comisia, care se bazează pe informații primite din toate sursele pertinente. Ce înseamnă surse pertinente? Eu sunt avocat și știu că, într-o astfel de situație, trebuie să fie o formulare foarte clară. Surse pertinente înseamnă mass-media, înseamnă organizații, înseamnă colegi din alte țări binevoitoare?

Domnule președinte, trebuie să privim cu foarte mare atenție o astfel de reglementare.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κύριε Πρόεδρε, το άρθρο 7 προσδιορίζει την προστασία του κράτους δικαίου και, βεβαίως, των αξιών της Ευρωπαϊκής Ένωσης, αλλά η λειτουργία του άρθρου 7 γίνεται εντός του πλαισίου λειτουργίας της ίδιας Συνθήκης, δηλαδή οφείλει η εφαρμογή του άρθρου 7 να σέβεται τις αρμοδιότητες της Ευρωπαϊκής Ένωσης. Επομένως, το άρθρο αυτό θα λειτουργεί στο πεδίο όπου υπάρχει αρμοδιότητα της Ευρωπαϊκής Ένωσης και όχι εκτός. Βεβαίως, όλοι θέλουμε να χτυπηθούν οι απάτες κι αυτό είναι δεδομένο. Δεν πρέπει όμως να αξιοποιείται το άρθρο 7 κι ο μηχανισμός ο οποίος προτείνεται ως ένα πολιτικό εργαλείο επέμβασης στα εσωτερικά των κρατών και να εκφράζεται έτσι, επί της ουσίας, μία νεοαποικιακή πολιτική. Υπάρχει και διγλωσσία. Όταν η τρόικα και οι μνημονιακές κυβερνήσεις στην Ελλάδα παραβίαζαν το κράτος δικαίου – και αυτό το καταγγείλαμε επανειλημμένα εδώ στο Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο – δεν είδαμε να λαμβάνονται μέτρα. Αντίθετα, μας είπαν ότι η εφαρμογή των μνημονίων, παρότι παραβίαζε τα θεμελιώδη δικαιώματα, ήταν νόμιμη. Πρέπει, λοιπόν, να προσεξούμε το πώς θα εφαρμοστεί αυτός ο μηχανισμός.

Ivana Maletić (PPE). – Poštovani predsjedavajući, zaštita ljudskih prava, ljudskog dostojanstva, vrijednosti EU-a, vladavine prava, demokracije – nema alternativu i ne mogu se složiti da je to pitanje zaštite finansijskih interesa EU-a i proračuna. To je pitanje zaštite EU-a u cjelini, daleko iznad samih finansijskih interesa.

Mjere koje poduzimamo ne mogu biti vezane uz sredstva koje pojedina država članica koristi jer to bi značilo da za isto nepoštivanje ljudskih prava ili nefunkcioniranje sudstva, na primjer, kažnjavamo više u državama koje koriste više sredstava iz EU-a, a manje u državama koje koriste manje sredstava iz EU-ovog proračuna.

Iako su kolege izjavitelji značajno unaprijedili prijedlog Komisije koji je bio poprilično neprovediv u praksi, ovu regulativu treba još doraditi i osigurati jedinstvenu primjenu u svim državama članicama neovisno o novcu.

Răzvan Popa (S&D). – Domnule președinte, stimați colegi, bugetul Uniunii Europene este extrem de important pentru fiecare cetățean al statelor membre. Prin acest buget este susținută dezvoltarea economică și socială a țărilor care fac parte din Uniunea Europeană. Provin dintr-o țară unde fondurile europene au contribuit la creșterea economică, la creșterea locurilor de muncă, la modernizarea sistemului de sănătate sau a infrastructurii.

Cu toții ne dorim ca banii europeni să fie cât mai bine folosiți în interesul oamenilor și, tocmai de aceea, avem instituții care să supravegheze modul de utilizare a banilor europeni. Bugetul european este protejat de instituțiile europene și de instituțiile fiecărui stat membru. Însă introducerea unor criterii politice de sancționare în privința acordării fondurilor europene este un pas riscant.

Este important să existe criterii clar definite, pentru a evita situația în care un stat membru poate să devină victima unor jocuri politice. Suspendarea fondurilor europene ar trebui să fie bine fundamentată pe norme obiective, echitabile, juste, dincolo de orice dubiu sau contestare. Ori acest lucru nu reiese clar ca urmare a acestui Mecanism propus.

(Λήξη της διαδικασίας catch-the-eye)

Günther Oettinger, Mitglied der Kommission. – Herr Präsident, verehrte Kolleginnen und Kollegen, meine Damen und Herren! Wir haben die Wortmeldungen sehr aufmerksam entgegengenommen, werden sie auswerten und sind im weiteren Verfahren an einer möglichst guten Weiterentwicklung unseres Vorschlags interessiert. Er ist die Grundlage und nicht das Ergebnis Ihrer Gesetzgebung. Ich sehe aber aus der Mehrzahl der Wortmeldungen durchaus Bereitschaft, dem Vorschlag der Kommission im Grundsatz zu folgen und einige Änderungen vorzunehmen.

Klar muss sein: Wenn man die Rechtsstaatlichkeit bei Mitgliedstaaten verlangt, muss ein Verfahren auf europäischer Ebene völlig rechtsstaatlich sein und darf in keiner Form Willkür oder gar Parteilichkeit Tür und Tor öffnen. Deswegen haben wir im Vorschlag der Kommission ja festgelegt, wie wir arbeiten müssen, wie wir Objektivität wahren müssen, wie wir alle Informationen von dritten Stellen und von Gerichten berücksichtigen müssen, wie wir unseren Vorschlag begründen müssen, wie der betroffene Mitgliedstaat anzuhören ist, wie ihm Gelegenheit zur Stellungnahme zu geben ist. Und die Kommission ist nicht alleine verantwortlich. Der Rat und das Parlament spielen eine wichtige Rolle. Der Rat kann Vorschläge der Kommission auch zurückweisen. Ein entscheidender Punkt: Wenn eine Entscheidung getroffen sein sollte, ist sie justiziabel, dann kann also der Mitgliedstaat, der betroffen ist, sich ungerecht behandelt fühlen sollte, vor Gericht gehen. Deswegen werden wir mit Sicherheit, sollten Sie dem Vorschlag folgen, in den nächsten Jahren einige wegweisende Gerichtsurteile bekommen, die dann wiederum für die künftige Praxis wegweisend sind.

Ich danke Ihnen für Ihre Mitwirkung und bin an einer intensiven zeitnahen Beratung mit Rat und Parlament interessiert.

Eider Gardiazabal Rubial, ponente. – Señor presidente, ya acabo rápido porque llevamos un día muy largo y todavía quedan intervenciones y debates en este Pleno. Pero concuerdo perfectamente con lo que decía ahora el señor comisario. He oído, he escuchado atentamente este debate, entiendo perfectamente las dudas legítimas que han planteado aquí ciertos oradores y estoy segura de que tanto el señor Sarvamaa como yo misma nos comprometemos a seguir trabajando en este informe y a intentar buscar un acuerdo con la Presidencia rumana en este momento.

Así que, simplemente, quiero aprovechar el poco tiempo que me queda ya para agradecer muy sinceramente al señor Sarvamaa su colaboración. Partimos de posiciones un poco alejadas —digámoslo así—, pero yo creo que hemos conseguido elaborar un buen informe gracias a su trabajo, pero también gracias al trabajo de los negociadores del resto de los grupos políticos, tanto de la Comisión de Control Presupuestario como de la Comisión de Presupuestos.

Y quiero agradecer también el trabajo de la Comisión Europea, del comisario Oettinger y de todos sus servicios, porque han sido muy útiles a la hora de realizar nuestro trabajo. Así que, simplemente, yo solo espero que lo que hemos negociado durante estos últimos meses se vea ratificado mañana en la votación en esta Cámara y que podamos empezar ya a negociar con la Presidencia rumana y todavía mejorar más el texto.

Petri Sarvamaa, Rapporteur. – Mr President, thank you to everyone for their interventions. I listened to them extremely carefully, of course. Let me go in a little bit of an unusual order and do the thanking first and then just say a few final words. So, those that I still have not thanked I thank now, and that is the Commission, of course, the Commissioner and others working on this, all the shadow rapporteurs and especially the secretariats and the very wise people there in both the Committee on Budgets and the Committee on Budgetary Control.

Then, not the last thing but the thing before the last is this: I especially want to thank those who were constructive, maybe not straight in endorsing either the proposal or the final report, but constructive and who had some reservations and some ideas for the upcoming trilogues.

But the last thing I want to say is that I'm extremely depressed. The reason for that is that this is how politics works; we heard a bundle of people tonight who were very dishonest. They were mostly speaking to their national audiences. I have to say this. And for the last two and a half years we've been witnessing the tragic farce of the most severe consequences that politics can have for one great nation and for the whole European Union. And you know what I'm talking about. And this, unfortunately, is what politics is sometimes. So let's genuinely try to work for a better Europe.

Πρόεδρος. – Η συζήτηση έληξε.

Η ψηφοφορία θα διεξαχθεί την Πέμπτη 17 Ιανουαρίου 2019.

30. Instituição do programa «Fiscalis» para a cooperação no domínio aduaneiro (debate)

Πρόεδρος. – Το επόμενο σημείο στην ημερήσια διάταξη είναι η συζήτηση επί της εκδήσεως του Sven Giegold, εξ ονόματος της Επιτροπής Οικονομικής και Νομισματικής Πολιτικής, σχετικά με την πρόταση κανονισμού του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου και του Συμβουλίου σχετικά με τη θέσπιση του προγράμματος «Fiscalis» για τη συνεργασία στον τομέα της φορολογίας (COM(2018)0443 - C8-0260/2018 - 2018/0233(COD)) (A8-0421/2018)

Molly Scott Cato, deputising for the rapporteur. – Mr President, the fight against tax avoidance, tax evasion and financial crime cannot be tackled effectively by each country alone because of its cross-border nature, so increased collaboration and a true European response to tax dodging are necessary. Unfortunately, in the Council, EU governments have been blocking key legislative files that would help ensure fair competition in the common market and make big corporations and rich individuals pay their fair share, from tax transparency in country-by-country reporting, to a common tax base to the digital tax.

Yesterday, the Commission presented the proposal to shift from unanimity to qualified majority and to give this Parliament co-decision powers on tax matters. We think that the Commission has chosen the wrong instrument to achieve their objective. It is doomed to failure to take recourse to the ineffective passerelle clause, which requires unanimity itself, instead of using Article 116. However, it is not the Commission, but the Member States, that are responsible for stalling crucial legislative tax files.

Against this backdrop, I present on behalf of Sven Giegold the report on the Fiscalis programme, which witnesses that Member States are able to overcome their national egoism to the benefit of their citizens. The Fiscalis programme is a success story showing the positive results stemming from cooperation between national tax authorities. Since its inception, the Fiscalis programme has facilitated and enhanced cooperation between tax authorities within the Union. It has helped national tax authorities to accomplish their core task of collecting taxes. So we are happy that the Rapporteur's draft report received broad support from different political groups. We are glad that the majority in this House acknowledges the need for intensified tax cooperation, an increase of the budget and enhanced transparency of the programme itself.

There is only one amendment tabled for tomorrow's plenary vote, and we want to use this opportunity to ask for your support for that amendment. The instrument of cross-border joint audits is the latest frontier for enhanced administrative cooperation between tax authorities across the different Member States. Joint audits are particularly useful in the case of transfer price agreements, residency or permanent establishment issues and aggressive tax planning schemes. We therefore urge you to vote in favour of the joint S&D-Greens amendment, which makes joint audits eligible for funding under the Fiscalis programme. We are convinced that this will foster fair taxation to the benefit of all citizens.

Günther Oettinger, *Mitglied der Kommission*. – Herr Präsident, meine Damen und Herren Abgeordnete, meine Damen und Herren! Ich vertrete heute Abend meinen Kollegen Moscovici, der sich dienstlich in Athen zu Gesprächen bei der griechischen Regierung aufhalten muss. Ich darf Sie, Frau Abgeordnete Scott Cato, bitten, den Herrn Kollegen Giegold zu grüßen und ihm unseren, meinen Dank für seine hervorragende Arbeit an diesem Dossier auszurichten.

Nach wie vor leiden unsere nationalen Steuerbehörden und die Europäische Union an nicht immer ausreichender Kapazität und an einer nicht umfassenden Zusammenarbeit. Die Kooperation zwischen Mitgliedstaaten ist unverändert ausbaubar. Dies gilt innerhalb der Europäischen Union und gilt auch für die Beziehungen unserer Steuerbehörden zu Drittstaaten. Dadurch leidet die Effizienz und Wirksamkeit ihrer Arbeit. Deswegen sind Antworten auf die Fragen, wie man Steuerbetrug, Steuerhinterziehung, Steuerumgehung und —vermeidung weiter eindämmt und wie man Antworten auf die Digitalisierung und neue Geschäftsmodelle geben kann, weiterhin wichtig. Zugleich müssen wir unsere Bürger und Unternehmen von unnötigen Verwaltungslasten befreien. Diese Faktoren bringen ständig neue Aufgaben für das Funktionieren und die Leistung der nationalen Steuerbehörden mit sich. Diese sollten sich auf ihre Kernaufgabe, die Steuererhebung, konzentrieren können. Daraus speist sich der nationale, indirekt auch der europäische Haushalt. Deswegen schlagen wir vor, das bewährte Programm Fiscalis fortzuführen mit dem Ziel, die Steuerpolitik und die Steuerbehörden durch Maßnahmen der operativen Zusammenarbeit zu unterstützen. Ein wesentlicher Teil der Unterstützung wird in der Einrichtung und dem Betrieb von IT-Systemen und im Austausch von steuerbezogenen Informationen zwischen den Mitgliedstaaten sowie mit Bürgern und unseren Unternehmen liegen.

Indem es einen Rahmen für Maßnahmen schafft, die den Binnenmarkt unterstützen, die Wettbewerbsfähigkeit der Union fördern und dem Schutz der finanziellen und wirtschaftlichen Interessen der Union und ihrer Mitgliedstaaten dienen, soll das neue Fiscalis-Programm, das im Vorschlag der Kommission auch im Haushaltsrahmen für die Jahre nach 2020 enthalten ist, dazu beitragen, Steuerbetrug, Steuerhinterziehung und Steuervermeidung zu verhindern und zu bekämpfen und damit Steuergerechtigkeit zu stärken.

In Ergänzung hat das Programm ein wichtiges weiteres Ziel: Es soll die Arbeit der Steuerverwaltungen erleichtern und modernisieren. Dazu stellt Fiscalis praktische Instrumente bereit, die zu einer besseren Dienstleistung und einem geringeren Verwaltungsaufwand für die Steuerzahler, die Bürger und die Unternehmen führen könnten.

Wie will Fiscalis dies erreichen? Ich nenne vier wesentliche Programmkomponenten. Erstens: ein weiterer Ausbau der Zusammenarbeit zwischen den Steuerverwaltungen durch optimalen Erfahrungsaustausch und Best Practices. Zweitens: ein Augenmerk auf Innovationen und Antworten auf neue Aufgaben sowie die Nutzung von Möglichkeiten, die sich aus neuen Techniken wie Blockchain ergeben können. Drittens: eine optimale Koordinierung und ein Überblick über alle im Rahmen des Programms finanzierten IT-Entwicklungen, —Systeme, —Netzwerke und —Plattformen und last but not least Investitionen in die Steuerbehörden selbst, in die Mitarbeiter: Ausbildung, Seminare, Konferenzen, Schulungsmaterialien. Gerade diese Maßnahmen sind von großer Bedeutung und sollen das Personal in den Steuerverwaltungen gut über die steuerpolitischen Maßnahmen der EU informieren und sie darauf vorbereiten.

Fiscalis ist nicht neu. Das bestehende Programm hat in der Vergangenheit und in der Gegenwart schon wichtige Verbesserungen erbracht, einen Mehrwert erbracht, der auch von den Steuerbehörden und den Finanzministern in den Mitgliedstaaten als sehr hoch eingeschätzt und anerkannt wird. Gemeinsame Audits, Projektgruppen, Sachverständigenteams – all dies gehört dazu und wird daraus auch finanziert.

Wir schlagen für die sieben Jahre des nächsten Haushaltsrahmens einen Gesamtbetrag von 270 Millionen Euro vor, um mit diesen Geldern und diesem Instrument den Kampf gegen Steuerbetrug und —hinterziehung weiter zu verstärken. Alles in allem glauben wir, dass ein modernisiertes Fiscalis-Programm den europäischen Interessen und denen der Mitgliedstaaten dient. Wir freuen uns, dass sowohl im Parlament als auch im Rat durch Herrn Giegold durch gründliche Arbeit ein Fortschritt bei diesem Dossier im ECON-Ausschuss erreicht wurde. Vielen Dank für diesen Fortschritt! Wir bauen auf eine weiterhin konstruktive Diskussion. Und wenn die Frau Abgeordnete zu Beginn angefragt hat, warum wir nicht Artikel 116 nutzen – bei dem, was die Kommission gestern als Vorschlag beschlossen hat für das Mehrheitsprinzip im Steuerrecht, in einigen steuerrechtlichen Fragen –, dann lautet die Antwort: Wir orientieren uns an dem Ziel oder an der Betrachtung: Welcher Weg, welches Vorgehen könnte im Rat mehrheitsfähig sein? Und nach einer gründlichen Betrachtung durch meinen Kollegen Moscovici kommt er zum Ergebnis, Artikel 116 wäre im Rat weniger aussichtsreich als das Vorgehen der Kommission. Sicher sind meine Kollegen Dombrovskis und Moscovici in den nächsten Wochen zu direkten Gesprächen mit dem Abgeordneten Giegold und anderen Abgeordneten dieses Hohen Hauses über das weitere Vorgehen bereit.

Manuel dos Santos, *relator de parecer da Comissão dos Orçamentos*. – Senhor Presidente, permita-me, em primeiro lugar, que me dirija à Senhora representante do relator, que fez um excelente trabalho. Apresento aqui os meus cumprimentos e esse trabalho foi aliás valorado pela Comissão de Orçamentos com a votação expressiva do relatório sobre ele. Depois, que me dirija também ao Sr. Comissário para lhe agradecer a cooperação que sistematicamente tem com a Comissão de Orçamentos, a cooperação positiva que muitos louvamos e da qual muito aproveitamos. Estou convencido de que, também em relação a este programa, o Sr. Comissário não deixará de o desenvolver, como é desejo e interesse da União Europeia no quadro do diálogo permanente que mantém com o Parlamento e com a Comissão dos Orçamentos.

O Programa Fiscalis, como sabem, tem como objetivo a cooperação entre as administrações fiscais e tributárias através da colaboração e troca de informação. Esta cooperação pode ser fulcral para uma maior eficácia na luta contra a evasão e elisão fiscais e contra o branqueamento de capitais.

Apresentei, juntamente com o meu Grupo, algumas propostas de alteração ao texto de onde destaco estas três ideias: o processo de seleção dos peritos externos deve ter em linha de conta a igualdade do género, de acordo com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, nomeadamente o seu número 5; o Programa Fiscalis deve tentar explorar sinergias com outras medidas da União em campos relacionados com o Programa Alfândega, o Programa Europeu Antifraude, o Programa de Mercado Único e os programas de apoio às reformas estruturais para uma melhor eficácia dos custos; e o aumento do financiamento total do programa deve permitir atingir cerca de 300 milhões, de euros a preços de 2018, conforme decisão da Comissão dos Orçamentos. Penso que a Comissão poderá fazer um esforço nesse sentido.

O texto aprovado em comissão, que se espera receba um apoio massivo em plenário, permite-nos criar então um programa que apoiará as autoridades tributárias dos Estados-Membros na prossecução das melhores políticas fiscais, na cooperação entre elas e no desenvolvimento das capacidades de recursos humanos e dos sistemas eletrónicos europeus.

A propósito, é importante recordar que a Comissão Europeia está empenhada em encontrar compromissos em matéria fiscal entre os Estados-Membros que possam traduzir-se progressivamente na eliminação do atual modelo da unanimidade. Esta regra da unanimidade em política fiscal justificou-se historicamente, mas está hoje ultrapassada e, quando for possível encontrar sobre esta matéria um bom consenso, dar-se-á um passo firme no desenvolvimento da União Económica e Monetária. O Parlamento deve apoiar a Comissão neste objetivo.

Theodor Dumitru Stolojan, *în numele grupului PPE*. – Domnule președinte, o să votez mâine pentru acest program, Fiscalis, deoarece este singurul program european care se adresează în mod direct autorităților fiscale din statele membre. Este programul care construiește, ajută, finanțează infrastructura necesară pentru schimbul reciproc de informații între autoritățile fiscale în legătură cu veniturile, cu impozitele.

De asemenea, este programul care reușește să pună față în față experți de la autoritățile fiscale și alți experți, pentru a promova cele mai bune metode și practici. Apreciez în mod deosebit că acest program Fiscal este deschis și participării experților din țările candidate, ca și a celor din alte țări. Este absolut necesar, dacă vrem într-adevăr să luptăm împotriva evaziunii fiscale, a fraudei fiscale, să asigurăm și accesul experților din aceste țări la programul respectiv.

În mandatul actual, programul Fiscalis se execută cu succes. Nu au fost probleme deosebite. Îl voi susține.

Hugues Bayet, *au nom du groupe S&D*. – Monsieur le Président, le programme Fiscalis que nous présenterons au vote permettra pour la période 2021-2027 de renforcer et de faciliter la coopération entre les États membres dans le domaine de la fiscalité. Après les différents scandales fiscaux que nous avons connus ces dernières années, il est évidemment indispensable de pouvoir continuer à mettre en place un programme qui facilite l'échange d'informations entre les États membres afin de mieux lutter contre l'évasion fiscale.

Le budget de ce programme sera principalement consacré à l'amélioration de l'infrastructure informatique, mais aussi à la coopération fiscale nécessitant un réseau de communications permettant aux administrations nationales d'échanger des informations en toute sécurité.

Comme l'a dit M. le Commissaire, en tant que groupe socialiste, nous sommes fiers d'avoir pu contribuer à intégrer dans ce rapport la mise en place de formations au sein des administrations, mais aussi la mise en place d'une plus grande coopération entre les administrations fiscales en ce qui concerne la lutte contre le blanchiment. Car la lutte contre l'évasion fiscale passe évidemment par une administration performante qui a tous les outils en main afin de mettre en place une réelle justice fiscale. Enfin, Molly Scott Cato, merci de transmettre à notre collègue Sven Giegold tous nos remerciements pour l'excellent travail dans ce dossier.

Ralph Packet, *namens de ECR-Fractie*. – Voorzitter, fiscalis gaat over events, trainingen, uitwisselingen voor meer dan dertig Europese belastingdiensten. Een goede samenwerking tussen de Europese belastingdiensten is van groot belang voor de Europese Unie als geheel én voor Vlaanderen. Je zou Fiscalis een soort Erasmus voor belastingcontroleurs kunnen noemen. Het huidige programma loopt nog tot 2020 en dit voorstel gaat over een volgende periode tot 2027. Dat steunen wij. Maar in het voorstel van de Commissie werd het budget voor de volgende periode met 22 % verhoogd, als we de brexit mee calculeren. Het Parlement doet daar nu nog eens 11 % bij.

Bovendien zijn de prioriteiten in deze tekst eenzijdig links geïnspireerd en die eenzijdige aanpak steunen we niet. De enorme focus op derdewereldlanden, zoals in dit voorstel, is onhaalbaar, en we hadden graag meer aandacht gezien voor administratieve vereenvoudiging, in plaats van allerlei nieuwe rapporteringen en toezicht. We hopen dat dit in de onderhandelingen met de Raad wordt verbeterd.

Dariusz Rosati (PPE). – Mr President, one of this Parliament's main priorities in this mandate, which is now coming to an end, has been the fight against tax fraud, tax evasion and tax avoidance. But what we have noticed during the work of numerous committees – special committees and inquiry committees – is that the cooperation between the national tax services, national tax authorities has not been up to the standard and up to the requirements to make this fight really effective.

This is why I welcome this fiscal programme and fiscal report and I would like to congratulate Sven Giegold, who is unfortunately not with us, but also Ms Scott Cato for this important contribution, and I want to say that, without having a technical programme that supports national authorities in exchanging information, sharing good practices and implementing efficient IT technologies, the fight against tax abuses would not be successful.

That's why I very much support this programme and I am also in favour of increasing the financing of this programme to EUR 300 million. I think this is a bare minimum in order to make this programme effective. Remember what kind of benefits we can still get out of this. Billions of euro are being lost due to tax evasion. So this is really not a big price to get this money back to Member States' coffers. This is certainly a programme that deserves support and I will be in favour in our political group of supporting this programme.

Tom Vandenkendelaere (PPE). – Voorzitter, jaarlijks zien we miljarden euro's aan belastinginkomsten in rook opgaan door belastingfraude. Winsten gemaakt in de ene Europese lidstaat worden via niet eens zo moeilijke constructies door-
gesluisd naar belastingparadijzen. Zij het via btw-carroussels of andere constructies: fraudeurs maken handig gebruik van die grensoverschrijdende systemen, juist omdat die ontsnappen aan het oog van de verschillende nationale administraties. En het probleem wordt alsmaar urgenter.

Globalisering en digitalisering zorgen ervoor dat onze grenzen vervagen. Bedrijven richten gemakkelijk filialen op aan de andere kant van de wereld en verkopen hun producten wereldwijd, maar onze belastingautoriteiten werken nog altijd op een eiland. De inkomsten van een lokale kmo zijn heel eenvoudig te belasten en te controleren want die blijven binnen onze landsgrenzen. Maar de belastingaangifte van multinationals en internetbedrijven controleren is een heel ander paar mouwen. Samenwerken op Europees niveau is daarom dan ook echt cruciaal. Ik ben ervan overtuigd dat onze belastingdiensten over meer dan genoeg informatie beschikken om de rotte appels eruit te halen. We moeten de verschillende administraties daarom nog meer uit hun isolement halen en investeren in bruggen tussen die nationale eilanden.

Vlotte en efficiënte uitwisseling van informatie en data is wat mij betreft de slimste manier om grensoverschrijdende belastingfraude aan te pakken. Dat is wat we met Fiscalis 2020 kunnen bereiken: meer investeren in belastingdiensten leidt tot minder fraude en automatisch tot meer inkomsten. Geen overheid die daar volgens mij niet de absolute logica van inziet.

Διαδικασία catch-the-eye

Νότης Μαρίας (ECR). – Κύριε Πρόεδρε, η φοροδιαφυγή, η φοροαποφυγή και οι φοροαπάτες, βεβαίως, είναι στην ημερήσια διάταξη με αποτέλεσμα να έχουμε απώλειες δισεκατομμυρίων ευρώ από τα κρατικά ταμεία. Φυσικά, υπάρχουν τα συστήματα που έχουμε δει, το «καρουζέλ», υπάρχει η απάτη. Αλλά άργησε η Ευρωπαϊκή Ένωση, διότι ανέχθηκε και δεν προχώρησε στο να χτυπήσει τις φοροαπάτες, είδαμε τη λίστα Falciani, δεν είδαμε σημαντικά αποτελέσματα, ανέχθηκε τα «tax rulings» με ιδιαίτερη φορολογική ρύθμιση στο Λουξεμβούργο και στην Ολλανδία. Πρέπει, λοιπόν, να πάρουμε συγκεκριμένες αποφάσεις και να αλλάξουμε τη νομοθεσία. Οφείλει κάθε πολυεθνική να πληρώνει τους φόρους εκεί όπου βγάζει τα κέρδη. Πρέπει να κλείσουν τα διάφορα νομικά παραθυράκια, γιατί έτσι γίνεται κυρίως η φοροαποφυγή. Και, φυσικά, να εφαρμοστεί το συγκεκριμένο πρόγραμμα, να υπάρξει ανταλλαγή καλών πρακτικών από πλευράς φορολογικών αρχών, να ληφθούν μέτρα προκειμένου να χτυπηθούν οι απάτες, όμως να αλλάξουν και τη νομοθεσία. Διότι η νομοθεσία επιτρέπει να υπάρχουν τα διάφορα νομικά παράθυρα και έτσι να φοροαποφεύγουν κυρίως οι πολυεθνικές χρησιμοποιώντας τις τριγωνικές σχέσεις.

(Λήξη της διαδικασίας catch-the-eye)

Günther Oettinger, Mitglied der Kommission. – Herr Präsident, meine Damen und Herren Abgeordnete! Ich darf feststellen, dass ein breites und hohes Maß an Einvernehmen hier in diesem Hohen Hause betreffend der Arbeit des Berichters-tatters, Herrn Giegold, besteht und auch betreffend des Vorschlags der Kommission, das Programm Fiscalis fortzuführen und es aufbauend auf den guten Erfahrungen der Vergangenheit in der Zukunft weiter optimal anzuwenden.

Sie haben den Haushaltsvorschlag der Kommission angesprochen. Wir schlagen Ihnen in aktuellen Preisen für die nächsten sieben Jahre einen Betrag von 270 Millionen Euro vor. Wir halten den für ausreichend. Mehr Geld kann man immer sinnvoll verwenden. Es geht ja hier primär um Beschaffung und Pflege von ICT, Hard- und Software, Informations- und Kommunikationstechnologien.

Aber für den Betrag wollen wir auf jeden Fall kämpfen; er sollte keiner Kürzung unterliegen, damit die Zusammenarbeit der Steuerbehörden im Interesse der Vermeidung und Bekämpfung von Betrug und Hinterziehung auf europäischer und nationaler Ebene weiter optimal fortgeführt werden kann. Besten Dank für Ihre breite Unterstützung!

Molly Scott Cato, Rapporteur. – Mr President, I won't spend much time discussing Article 116. I do understand the problems with using that process, but I have to say that, as a Parliament that has worked very heavily on tax issues, we are disappointed with the slow progress. We do feel that there's a breakdown in trust between the citizens we represent and the European institutions if we're not able to make sure that corporations and wealthy people pay their taxes. We really do need better cooperation between Member States to make sure that happens.

But in the case of this debate, I have rarely received so many plaudits and so much appreciation for so little work, so thank you very much for that at least. I will certainly pass on all your appreciation to Sven. I know he'll want to thank all his colleagues here for the excellent cooperation that there has been at committee level and the very good support right across the Groups in Parliament here.

We're hoping that we'll get that same broad support tomorrow in the vote and that we will be able to enter into interinstitutional negotiations next week, and I will certainly pass on your good wishes back to Sven Giegold.

Πρόεδρος. – Η συζήτηση έληξε.

Η ψηφοφορία θα διεξαχθεί την Πέμπτη 17 Ιανουαρίου 2019.

31. Criação do Programa «Direitos e Valores» (debate)

Πρόεδρος. – Το επόμενο σημείο στην ημερήσια διάταξη είναι η συζήτηση επί της εκδόσεως της Bodil Valero, εξ ονόματος της Επιτροπής Πολιτικών Ελευθεριών, Δικαιοσύνης και Εσωτερικών Υποθέσεων, σχετικά με την πρόταση κανονισμού του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου και του Συμβουλίου για τη θέσπιση του προγράμματος «Δικαιώματα και αξίες» (COM(2018)0383 - C8-0234/2018 - 2018/0207(COD)) (A8-0468/2018)

Bodil Valero, föredragande. – Herr talman! Jag vill börja med att tacka alla skuggor, övriga föredragande, alla organisationer jag träffat, politiska tjänstemän, assistenter och sekretariatet för ett gott samarbete. Det är ett viktigt arbete som vi har gjort tillsammans, och jag är glad att det lett till att vi har nått en bred samsyn i utskottet.

Vi lever i en tuff tid i Europa, där respekten för våra egna principer och regler är i gungning. Vi har regeringar som lagstiftar eller på andra sätt agerar mot yttrandefrihet, pressfrihet, minoriteters rättigheter. Regeringar som tror att demokrati bara är att rösta med ett visst intervall. Men en demokrati som inte respekterar de grundläggande rättigheterna eller rättsstatens principer kan inte kallas en fullvärdig demokrati, och ett rättssäkert samhälle kännetecknas av oberoende domstolar och att domstolars utslag respekteras. Likhet inför lagen ska garanteras; enskilda ska inte drabbas av godtycke.

Häromdagen mördades den populära borgmästaren Paweł Adamowicz från Gdansk i Polen. Enligt gärningsmannen var attacken en hämnd mot borgmästarens tidigare parti. Men saken är den att borgmästaren redan tidigare hotats, att han anmält hoten, men att myndigheten valt att lägga ner ärendet. Gdansks borgmästare var känd för sin välkomnande attityd gentemot flyktingar och för sitt stöd till civilsamhällets organisationer.

Under bara ett år har tre journalister som har avslöjat omfattande korruptionshärvor mördats i EU-länder – Bulgarien, Slovakien, Malta. I Ungern har premiärminister Orbán anklagats för att ha begränsat det fria ordet, för att ha skadat rättsväsendets oberoende, för korruption, för att ha begränsat den akademiska friheten i landet och för att ha urholkat minoriteters mänskliga rättigheter. Polen har lagt tretton lagförslag som kommissionen menar riskerar att leda till politiskt styre av rättsväsendet. Lagförslagen ger bland annat Polens justitieminister makt att utse och avskeda landets domare utan kriterier.

Listan är tyvärr lång på exempel, och därför behöver vi ett starkt program för rättigheter och värden. Parlamentet föreslog i april 2018 att ett stödprogram riktat till civilsamhället i EU skulle skapas, precis som vi stöttar MR-organisationer utanför EU:s gränser. Och vi välkomnar därför kommissionens förslag, men kan inte acceptera att ett helt nytt område, det vill säga rättigheter och värden, ska bakas in i redan befintliga program och dessutom med en lägre budget när situationen är den att befintliga program redan är underfinansierade.

Därför begär vi en kraftigt utökad budget och att rättigheter och värden ska vara ett eget program, stå på egna ben. Vi riktar en större del av stödet till civilsamhället och gör det lättare att söka även för mindre gräsrotsorganisationer. Syftet är att skydda och främja demokrati och rättsstatens principer, jämlikhet och jämställdhet, rättigheter, icke-diskriminering och att stärka integreringen av jämställdhetsperspektivet, *gender mainstreaming*, att höja medborgarnas kunskap om unionen, att främja yttrandefrihet, mångfald, samhällsengagemang och att bekämpa våld och våld mot kvinnor.

Problem ska i första hand förebyggas och det är just vad det här programmet handlar om. Det riktar sig till alla medlemsländer, civilsamhället, till kommuner, regioner, andra institutioner. Men vi behöver både morötter och piskor för att komma till rätta med de problem vi ställs inför, och därför föreslår vi också att det ska finnas en möjlighet att kommissionen i vissa specifika fall kan gå in och föra över andra EU-medel i berört land till programmet då ett förfarande inletts mot landet i fråga, och att det avsätts en procentsats av stödet som kan användas då vi ser en snabb och allvarlig försämring i ett medlemslands efterlevnad av våra gemensamma värden. Att vara EU-medlem förpliktar.

Artikel 2 i fördraget stadgar: "Unionen ska bygga på värdena respekt för människans värdighet, frihet, demokrati, jämlikhet, rättsstaten och respekt för de mänskliga rättigheterna, inklusive rättigheter för personer som tillhör minoriteter. Dessa värden ska vara gemensamma för medlemsstaterna i ett samhälle som kännetecknas av mångfald, icke-diskriminering, tolerans, rättvisa, solidaritet och principen om jämställdhet mellan kvinnor och män." Det är grunden för det nya programmet.

Sylvie Guillaume, *rapporteure pour avis de la commission de la culture et de l'éducation*. – Monsieur le Président, l'Union européenne connaît une forte montée de l'intolérance, des mouvements nationalistes et eurosceptiques de tout poil, et également une désinformation sans commune mesure. Ceci remet en cause le sentiment d'appartenance à un espace commun et à des principes démocratiques. Pour soutenir le dialogue entre Européens et renforcer la compréhension mutuelle, il est indispensable de défendre ce programme et de le voir doté d'un budget à la hauteur des enjeux à relever. Je tiens à remercier la rapporteure et les différents rapporteurs fictifs pour leur engagement à défendre un ambitieux programme «Citoyens, égalité, droits et valeurs».

C'est dans cet esprit que la commission de la culture et de l'éducation a soutenu le doublement du budget dédié à la citoyenneté active, soit 500 millions d'euros pour la période 2021-2027. Ces fonds seront destinés aux organisations locales et aux groupes de citoyens œuvrant en faveur d'une citoyenneté inclusive et participative, avec la poursuite du travail de mémoire et la promotion du sentiment d'appartenance à une Europe commune. À la veille d'échéances électorales majeures pour l'avenir de l'Europe, ce soutien accru a tout d'un symbole.

Le Conseil peut compter sur la détermination du Parlement européen à défendre des moyens renforcés pour des projets qui viennent du terrain, menés par des citoyens, des réseaux de villes ou des villes jumelées. Tous ces projets aident, je crois, à nourrir une Europe démocratique, civique et propice à la diversité culturelle.

PRESIDENZA DELL'ON. FABIO MASSIMO CASTALDO

Vicepresidente

Věra Jourová, *Member of the Commission*. – Mr President, at a time when European societies are confronted with extremism, radicalism and divisions, it is more important than ever to promote, strengthen and defend justice, rights and EU values. For this reason, the Commission has proposed a new Justice, Rights and Values Fund, whose overarching aim is to sustain open, democratic and inclusive societies. The Rights and Values programme is part of the new Fund, together with the Justice programme. With the adoption of the report and the mandate for the future negotiations, Parliament shows once again its strong support for the promotion of rights and values and its commitment to advance the negotiations. I welcome this ambition and support it.

The new programme will continue funding key activities, such as the promotion of gender equality, anti-discrimination, the rights of the child, fighting violence against women, anti-racism and other values and priorities. It will continue the successful activities of the Europe for Citizens Programme, in particular town twinning, remembrance activities and civil society projects, allowing citizens a direct engagement with Europe. The new programme should also encourage and facilitate active participation in the construction of a more democratic union, as well as awareness of rights and values.

The Commission shares the views expressed by Parliament on the important role of civil society organisations in promoting and defending rights and values, and this role is recognised at the highest possible level in the general objective. Non-governmental organisations will continue to have a key role in the implementation of the future programme. At the same time, the Rights and Values programme shall also continue to fund a broad range of beneficiaries besides the civil society organisations, for instance, equality bodies, expert networks, public administrations, local and regional authorities, museums, academic stakeholders and so on. An equilibrium is needed to respect the variety of the programme and the policies it serves.

The Rights and Values programme is also interlinked to the Justice programme and, more generally, to the rule of law mechanism. The Commission has carefully drafted them in such a way as to clearly define their scope, to develop synergies and to avoid duplications. This is a key point of our future discussion.

I do of course agree that there should be more money. There is never enough money. As you know, the negotiations on the budget had to cope with the fact that there is less money for more priorities. This is the reality. But, at the same time, I want to say that the programmes which I have just mentioned and whose main goals I have described can be combined with the money which should be put into the European Social Fund, where there is money, and there will be money, for social integration, very probably also involving the new Horizon programme, where there will be money for research and data collection related to the values and goals which we have in mind in this discussion. So I believe that, even with less money, we can do more work.

Michał Boni, w imieniu grupy PPE. – Panie Przewodniczący! Pani Komisarz! Udało się dla programu „Prawa i wartości” pozyskać w parlamentarnej propozycji trzy razy więcej środków: przeszło 2 mld euro. Udało się wyodrębnić filar „Wartości unijne” z 850 mln euro dla organizacji działających lokalnie i regionalnie. Udało się uprościć procedury dostępności środków bez nadmiaru biurokracji, z możliwością wsparcia codziennych działań organizacji, przy zapewnieniu przejrzystości rozliczeń. Udało się tak opisać tworzenie punktów kontaktowych w krajach, że nadrzędna będzie zasada bezstronności. To oznacza, że rządy niechętnie organizacjom obywatelskim nie będą miały wpływu na przyznawanie dotacji i tak idących przeciw bezpośrednio z budżetu unijnego. Udało się stworzyć rezerwę w wysokości 5% rocznego planu, by wspierać dodatkowo organizacje pozarządowe tam, gdzie naruszane są demokracja i praworządność tak, by prowadzić demokratyczny dialog także z tymi, którzy inaczej widzą problemy. Udało się znaleźć konkretne rozwiązanie, by rozwijać europejskie wartości: demokrację – jako proces uczestnictwa obywateli w podejmowaniu decyzji, praworządność – jako fundament porządku państwa, niedyskryminację – jako podstawę ładu społecznego. To droga do wzmocnienia społeczeństwa obywatelskiego. Silne niezależne społeczeństwo obywatelskie to jedyna odpowiedź na groźbę zawłaszczenia społeczeństwa przez państwa, które krok po kroku idą w stronę autorytaryzmu

Cécile Kashetu Kyenge, a nome del gruppo S&D. – Signor Presidente, onorevoli colleghi, investire nei diritti e valori dell'Unione europea, nei cittadini e nell'uguaglianza, significa investire nella coesione e nella giustizia sociale, significa promuovere il concetto di cittadinanza, l'impegno democratico e la partecipazione civica, significa dotarsi di un ulteriore strumento per portare avanti le nostre battaglie contro il razzismo, la xenofobia, l'incitamento all'odio, la violenza sulle donne, l'estremismo, per un'Europa plurale e inclusiva.

Mai come oggi abbiamo bisogno di prevenire e contrastare ripetuti fenomeni di odio e di discriminazione, sempre più spesso alimentata da un clima politico violento, nonché di proteggere le vittime, soprattutto i soggetti più vulnerabili. Sappiamo tutti che le società aperte, democratiche e inclusive non si autofinanziano. Per questa ragione proponiamo un notevole incremento della dotazione finanziaria del programma, per consentire alle organizzazioni della società civile di sostenere quelle attività che contribuiscono a creare società democratiche basate sui diritti di tutti i cittadini.

Investiamo nel futuro dei giovani, diamo loro gli strumenti per comprendere la tolleranza e la diversità, valori che sono al centro del progetto europeo comune.

Marek Jurek, w imieniu grupy ECR. – Panie Przewodniczący! Wartości europejskie – mówił pan poseł Boni – płęć społeczno-kulturowa (cokolwiek miałoby to znaczyć), orientacje seksualne, zwalczanie ksenofobii, homofobii i innych form nietolerancji. Tylko w tym wszystkim na przykład milczenie o nienawiści antychrześcijańskiej, której przykłady tylko z jednego 2017 r. podawałem dzisiaj w debacie na temat rocznego sprawozdania o przestrzeganiu praw podstawowych.

Poprawka 20 ustęp 11 tego projektu mówi „chcę tropić nienawiść do muzułmanów”, ale dlaczego nie mówi nic o nienawiści do chrześcijaństwa, pogardzie dla religijnego dziedzictwa Europy, skądinąd wartości traktatowej Unii Europejskiej. Mamy bardzo poważne obawy, że w postaci tego programu powstaje potężny instrument realizujący marzenie o zamienieniu Unii Europejskiej w jedną potężną demokrację sterowaną. Demokracja nieliberalna, o której mówił Viktor Orban. Bardzo często słyszymy cytaty z niego. To nie jest tylko postulat, to jest konstatacja tego, o czym w tej chwili tutaj rozmawiamy.

Danilo Oscar Lancini, *a nome del gruppo ENF*. – Signor Presidente, onorevoli colleghi, il programma diritti e valori si propone scopi importanti e obiettivi di alto profilo, come la promozione del rispetto della dignità umana, dell'uguaglianza, dell'ambiente e dello Stato di diritto.

Seppur nobile nell'idea, la stesura ha portato con sé tutte quelle ambiguità che sono proprie dell'Unione che noi qui rappresentiamo, contraddizioni che costantemente emergono e che in questi mesi sono salite, come mai prima d'ora, alla ribalta delle cronache internazionali.

Analizzando il dettaglio tecnico della proposta, scopriamo amaramente che la missione civilizzatrice di questa Europa viene messa all'asta del miglior offerente e declassata a contratto di appalto con l'ONG di turno. Scopriamo che il programma Uguaglianza e Diritti, come tanti altri, non è così importante, altrimenti questa Unione avrebbe avuto la premura di gestirlo in prima persona.

Le ONG che risulterebbero prime beneficiarie del supporto finanziario in questi mesi hanno dimostrato tutta la loro arroganza. Come non citare l'ultimo caso di Open Arms che, in spregio alle leggi internazionali, ha favorito il traffico di esseri umani dalle coste della Libia fino alla Spagna. Questi soggetti giuridici hanno interessi propri che non sempre corrispondono a quelli dell'Unione e sostenerli economicamente comporta una serie di rischi morali che questo Parlamento non si può più permettere.

Dobromir Sośnierz (NI). – Panie Przewodniczący! Wpisałiście Państwo do tej dyrektywy sprzeczne wartości: nie da się pogodzić wolności i równości w jednym dokumencie, bo wolność jest sprzeczna z równością. Wolność, z powodu naturalnych różnic między ludźmi w uzdolnieniach, w pracowitości i postawach, w wartościach, powoduje właśnie nierówności. Równość można osiągnąć tylko w obozie koncentracyjnym, więc się zdecydujcie: chcecie równości czy równouprawnienia. To są dwie zupełnie różne rzeczy.

Chcecie wolności, wolności słowa? Dopiero co wczoraj przegłosowaliście rozszerzenie sankcji za nieprawomyślne wypowiedzi w tym Parlamencie, więc znowu zdecydujcie się: chcecie wolności słowa czy tylko wolności słowa własnego, wolności własnych przekonań? Chcecie demokracji? Odrzucacie kolejne niebieskie kartki. Coraz więcej osób chce tutaj eliminować ten jedyny element debaty, jaki tutaj mamy, czyli możliwość zadawania pytań, i nie przyjmować ode mnie niebieskich kartek w ramach właśnie tej tak rozumianej przez Was demokracji.

Barbara Kudrycka (PPE). – Panie Przewodniczący! Jeszcze kilka lat temu nikt by nie pomyślał, że fundamentalne wartości Unii Europejskiej wymagają ochrony i promocji wewnątrz Unii. Dzisiaj jednak, gdy w kolejnych krajach drażniący populizm niszczy trójpodział władzy, niezależność sądownictwa i wolność mediów, takie programy jak ten są niezbędne. Propozycja Komisji była za mało ambitna. Nie uwzględniała nowych wyzwań dla wartości europejskich. Słusznie więc, że komisja LIBE zdecydowała się na gruntowną rewizję programu. Nawet trzykrotne zwiększenie budżetu nie jest wygórowaną ceną na taki cel. Program „Prawa i wartości” w proponowanym kształcie będzie dobrym uzupełnieniem instrumentów wspierających praworządność. W przeciwieństwie do artykułu siódmego, który każe za regres demokracji, program „Prawa i wartości” działa wyprzedzająco i profilaktycznie, tak aby demokracja w ów regres nie wpadła. Program „Prawa i wartości” nie działa doraźnie. Jest to rozwiązanie systemowe wzmacniające społeczeństwo, które jest w końcu najpewniejszym fundamentem demokracji. Dla przykładu, gdyby nie determinacja społeczeństwa obywatelskiego w Polsce, proces odwrotu od demokracji byłby o wiele bardziej zaawansowany. Ostatecznie program powinien doprowadzić do lepszego zrozumienia Wspólnoty Europejskiej i naszych wspólnych wartości.

Juan Fernando López Aguilar (S&D). – Señor presidente. Comisaria Jourová, dicen que la Unión Europea está cuestionada como nunca en sus valores fundacionales, pero lo está, sobre todo, por las actitudes y los comportamientos manifestamente, rabiosamente antieuropeos que se están propagando en toda Europa. Por eso es tan importante que este Parlamento Europeo tome una posición favorable a la adopción de un instrumento que promueva los valores europeos a través de las organizaciones no gubernamentales, del tercer sector y la sociedad civil que estén dispuestas a comprometerse con el ideal y la construcción europea, y que eso tenga consignación presupuestaria en el marco financiero plurianual 2021-2027. De este modo estamos lanzando un mensaje muy claro de compromiso de defensa de la Unión Europea, que es coincidente con lo que hemos escuchado esta mañana del presidente del Gobierno de España: la necesidad de que los europeos europeístas de cuerpo entero protejan Europa. El lema «Europa que protege» no se acuñó

de ninguna manera para blindar Europa frente a enemigos imaginarios o chivos expiatorios como los inmigrantes o como los refugiados, sino, por el contrario, para que Europa sea defendida y protegida frente a los enemigos reales, que son la xenofobia, el discurso del odio propagado con mentiras y la insolidaridad. Y el discurso del odio propagado con mentiras tiene que ser contestado con rotundidad por este instrumento europeo, que tiene todo el apoyo del Parlamento Europeo. Desde luego, lo tiene de los socialistas y demócratas en el Parlamento Europeo.

Udo Voigt (NI). – Herr Präsident! Ein starkes Programm „Rechte und Werte“ vereint hier in die Europäische Union einzubringen, bedeutet natürlich, dass man dieses auch in der Praxis in allen Mitgliedstaaten umsetzt.

Ein aktuelles Beispiel möchte ich hier anführen: Horst Mahler, 83 Jahre alt, erhielt aufgrund einer Meinungsäußerung zwölf Jahre Gefängnis, die er äußerte, die er seit 2009 verbüßt. 2015 wurde ihm während der Haft der linke Fuß amputiert. Jetzt im November wurde das andere Bein bis zum Oberschenkel amputiert. Bis zum 10. Januar dieses Jahres verbrachte er dann seine Rehabilitation in einer Klinik in Brandenburg. Dort litt er unter Schlafentzug, weil der nächtliche Überwacher die Türe zum Patientenzimmer offenstehen ließ, was ihm den Schlaf raubte.

Seine Beschwerde führte dazu – und das ist das Aktuelle, was mich erschüttert –, dass die Leiterin der Justizvollzugsanstalt dann dem Posten erlaubte, die Türe zu schließen, aber anordnete, den an beiden Beinen verstümmelten Patienten mit Handschellen an das Bett zu fesseln, wenn der Aufpasser zum Beispiel wegen Toilettenbesuch, Nahrungsaufnahme seinen Posten verlassen muss. Das verstehe ich nicht unter „Rechte und Werte“.

(Der Redner ist damit einverstanden, eine Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte“ gemäß Artikel 162 Absatz 8 der Geschäftsordnung zu beantworten.)

Γεώργιος Επιτήδειος (NI), ερώτηση με γαλάζια κάρτα. – Κύριε συνάδελφε, αφού, πρώτα, σας ευχαριστήσω διότι δεχθήκατε την ερώτησή μου, ήθελα να σας υποβάλω την εξής ερώτηση: αυτό το απαράδεκτο και απάνθρωπο περιστατικό, το οποίο προσβάλλει τον πολιτισμό και τον ανθρωπισμό μας, έχει γίνει γνωστό στον γερμανικό λαό; Και, αν ναι, με ποιο τρόπο αντιδρά αυτός;

Udo Voigt (NI), Antwort auf eine Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte“. – Sie schweigen darüber. Es ist ja in Deutschland kein Einzelfall. Auch eine 90-jährige Frau, Frau Ursula Haverbeck, wurde wegen Meinungsäußerung inhaftiert.

Insgesamt sind in Deutschland über 1 000 Patrioten wegen freier Meinungsäußerung in Haft. Die Medien reden nicht darüber. Wir haben eine ähnliche Situation wie bei Ihnen in Griechenland, wo ja selbst Abgeordnete einer Partei in Haft genommen werden, obwohl sie dort im nationalen Parlament vertreten ist. Ich denke, in ganz Europa sollten wir mit solchen Dingen aufhören.

Michaela Šojdrová (PPE). – Pane předsedající, pane Voigte, Vy tady ale mlčet nemusíte, a proto myslím, že Evropský parlament je důležitý. Na úrovni Evropské unie máme svobodu a díky tomu Vy tady můžete volat po spravedlnosti pro lidi, kteří ji potřebují. Já musím v úvodu ještě zareagovat na kolegu Sośnierze, protože jsem nevěřila vlastním uším.

Pane kolego, Vy jste zpochybnil zásadu rovnosti, ale já myslím, že Vy jste si ji hlavně spletl s uniformitou a to je opravdu něco jiného. Rovnost, to je především zásada, která vychází z křesťanství, takže kdybyste byl křesťan, tak byste věděl, že rovnost je něco, o co musíme usilovat jak na úrovni národní, tak na úrovni Evropské unie. A já samozřejmě s návrhem tohoto programu Práva a hodnoty souhlasím. „Občané a rovnost“, které má být přidáno do názvu, je návrh našeho Výboru pro kulturu a rovněž souhlasím s tím, aby toto zapracování bylo schváleno stejně jako navýšení rozpočtu. Současný program Evropa pro občany není dostatečně známý v některých zemích a je to škoda. Je málo využíváný.

Věřím, že nový program bude zase novým a velkým zdrojem prostředků pro kvalitní projekty zejména neziskového sektoru a také pro obce, pro projekty, kterým říkáme twinning mezi obcemi a městy, což je velmi dobrá zkušenost s využíváním těchto projektů, takže podporuji.

(Řečnice souhlasila s tím, že odpoví na otázku položenou zvednutím modré karty (čl. 162 odst. 8 jednacího řádu).)

Dobromir Sośnierz (NI), pytanie zadane przez podniesienie niebieskiej kartki. – Ja chciałbym się upewnić, czy się dobrze rozumiemy. Czy Pani rozumie różnicę pomiędzy równością a równouprawnieniem? Równouprawnienie to są takie same prawa, a równość to jest równość materialna, czyli takie same efekty. Równouprawnienie jest sprzeczne z równością, bo jeśli jeden zarabia więcej, a drugi zarabia mniej, no to równość można osiągnąć tylko, zabierając jednemu i dając drugiemu, a to już jest sprzeczne z wolnością i ze wszystkimi tradycyjnymi wartościami europejskimi.

Michaela Šojdrová (PPE), odpověď na otázku položenou zvednutím modré karty. – Já jsem Vás poslouchala, pane kolego, velmi dobře a já se domnívám, že rovnost před zákonem a rovnost ve smyslu rovných práv platí pro všechny. A pokud jde o rovnoprávnost a rovnost, já v tom nevidím rozdíl. Já se domnívám, že máme usilovat o to, aby všichni měli rovná práva, rovné šance.

Julie Ward (S&D). – Mr President, the EU Rights and Values programme is necessary today more than ever. The fundamental values that underpin our European democracy must not be taken for granted. I frequently give my support to grassroots civil society projects funded by the EU. These are needed to ensure that principles such as the rule of law, pluralism and tolerance are not just words, but meaningful accessible values that enhance society and citizenship across Europe.

Today, sadly, we see the erosion of civil society in Orbán's Hungary, where the rule of law is attacked and laws are passed criminalising grassroots support for refugees. Legislation against the judiciary in Poland is equally troubling. Democratic values must be valued and supported, first and foremost, by citizens.

I welcome amendments to the report fostering democratic participation as part of European citizenship. Grassroots projects encouraging participation in meaningful European democracy will strengthen the democratic processes that hold the EU together. We must push back against negative and divisive narratives and champion EU rights and values, including in the UK, where Theresa May has vowed to take us out of the Charter of Fundamental Rights if we Brexit. Shame on her for attacking our hard won rights. The EU is a beacon for many around the world who live under oppression, and we must nourish it.

Silvia Costa (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, devo ringraziare le relatrici per questo lavoro, che hanno fatto insieme due commissioni, anzi tre commissioni, perché ritengo che nell'attuale contesto europeo abbia un significato preciso questo programma che accorpa tre attuali programmi e noi abbiamo voluto molto nella commissione cultura – e ringrazio per questo la collega Guillaume – che non si perdesse la dimensione della costruzione della cittadinanza, inserendo questo titolo accanto a diritti, valori, uguaglianza.

Perché riteniamo che questa visibilità del programma specifico, con risorse dedicate, azioni specifiche, molto conosciute, tra l'altro, da studenti, da associazioni, da comuni, i gemellaggi e i molti progetti di cittadinanza praticata europea, deve trovare una identificazione precisa nell'ambito del nuovo programma che è un *merging program*.

È importante che quello che era l'Europa dei cittadini, e che ora troverà spazio nel nuovo programma, rimanga legato a due aree di azione, quella della memoria da condividere e ne abbiamo parlato anche prima, la condivisione anche di un approccio storico, con occhio critico, ma con una capacità di creare anche questa base di storia comune e alla comprensione da parte dei cittadini delle ragioni d'essere, valoriali e storiche dell'integrazione europea. Questo contro il razzismo, odio e tutte le diverse forme di nazionalismo e di estremismo che stanno attraversando l'Europa.

Per questo noi vogliamo che lo *strand* Cittadinanza attiva sia appunto ancora visibile, che ci siano delle risorse aggiuntive che abbiamo chiesto e speriamo che tutto il Parlamento le difenda e per costruire competenze di cittadinanza, anche attraverso azioni di istruzione formale, non formale e informale.

Ma credo che è stata anche colta un'occasione, e chiudo, e cioè che abbiamo anche voluto fortemente inserire il tema del dialogo interculturale e interreligioso, perché anche questa dimensione costruisce un sentire comune e una prospettiva di fraternità europea.

Procedura «catch-the-eye»

Νότης Μαρίας (ECR). – Κύριε Πρόεδρε, ένα δισεκατομμύριο ευρώ από το πρόγραμμα θα δοθεί για τη στήριξη των αξιών της Ένωσης, 474 εκατομμύρια ευρώ για την ισότητα και τα δικαιώματα, 500 εκατομμύρια ευρώ για τη δραστηριοποίηση των πολιτών. Όλα αυτά με στόχο να ενισχυθούν οι ίδιοι οι πολίτες. Θεωρώ ότι η καλύτερη στήριξη για τους πολίτες είναι, πρώτα από όλα, να δημιουργήσουμε προϋποθέσεις για εργασία, διότι μόνο έτσι μπορεί να υπάρχει αξιοπρέπεια. Για την εργασία, η Ευρωπαϊκή Ένωση στο θέμα το γνωστό «Εγγυήσεις για τη Νεολαία» έχει δώσει μόνο έξι δισεκατομμύρια ευρώ. Βλέπω ότι το ποσό το οποίο θα διατεθεί, δύο δισεκατομμύρια ευρώ στις ΜΚΟ, θα δώσει ευκαιρία σε πολλές ΜΚΟ να κάνουν το γνωστό «πάρτι», ό,τι έκαναν και με τα κονδύλια που δόθηκαν για τη μετανάστευση. Για αυτό και πρέπει να υπάρχει προσοχή. Από εκεί και πέρα, πιστεύω ότι τα κονδύλια πρέπει να πάνε στα πανεπιστήμια, στα σχολεία, στους δήμους, στις Περιφέρειες και, φυσικά, να δοθούν για την αντιμετώπιση του μίσους κατά των χριστιανών. Να επισημάνω ότι το 2017 έγιναν 556 επιθέσεις στην Ελλάδα, το 94% κατά της Ορθόδοξης Ελληνικής Εκκλησίας. Θεωρώ, λοιπόν, ότι είναι ένα σοβαρό θέμα το οποίο πρέπει να εμπεριέχεται στο συγκεκριμένο πρόγραμμα για να μην είναι μονομερές.

Γεώργιος Επιτήδειος (NI). – Κύριε Πρόεδρε, σε μία εποχή κατά την οποία όλες οι χώρες της Ευρωπαϊκής Ενώσεως υφίστανται οικονομικά προβλήματα και οι λαοί τους υποφέρουν, ο ηγετικός κύκλος της Ευρωπαϊκής Ενώσεως αποφάσισε να δημιουργήσει και να χρηματοδοτήσει το πρόγραμμα «Δικαιώματα και Αξίες». Στην έκθεση διατυπώνονται προτάσεις για να διατεθούν δισεκατομμύρια ευρώ προκειμένου να προαχθούν και να προστατευθούν η δημοκρατία, η ισότητα, το κράτος δικαίου και να αντιμετωπισθούν όλες οι μορφές της βίας. Κάποιοι, όμως, πρέπει να επισημάνει σε αυτούς τους πεφωτισμένους εγκεφάλους της Ευρωπαϊκής Ενώσεως ότι η δημοκρατία, η αγάπη προς την ισότητα, τις αξίες και ο σεβασμός των πάσης φύσεως δικαιωμάτων είναι αποτέλεσμα συνειδήσεως και πνευματικής καλλιέργειας και όχι αντικείμενο μιας κερδοσκοπικής επιχειρήσεως. Ως εκλεγμένος εκπρόσωπος του ελληνικού λαού, θεωρώ ότι δεν έχω το δικαίωμα να ανεχθώ και να συναινέσω στο να υλοποιηθεί αυτό το όργιο κατασπαταλήσεως των χρημάτων των ευρωπαίων φορολογουμένων από την Ευρωπαϊκή Ένωση, η οποία έχει καταδικάσει τους συμπατριώτες μου σε λιτότητα και εξαθλίωση. Για αυτό, λοιπόν, δεν θα υποστηρίξω την έκθεση και καλώ να κάνουν το ίδιο όσες και όσοι αισθάνονται ότι έχουν ευθύνη απέναντι σε αυτούς οι οποίοι τους τίμησαν με την ψήφο τους.

Jiří Pospíšil (PPE). – Pane předsedající, já velmi podporuji tento návrh, protože jsem přesvědčen, že je třeba rozšiřovat informovanost o evropských hodnotách. Z vlastní zkušenosti z České republiky vím, že zvláště důraz na vzdělávání, povědomí o Evropské unii mezi mladými lidmi je mimořádně důležitá věc.

Mnoho mladých lidí zkrátka nemá informace o tom, co přináší Evropská unie, a pak pod vlivem různých desinformačních kampaní nevnímají Evropskou unii jako volné dobrovolné sdružení zemí, které vyznávají hodnoty svobody, demokracie a lidských práv. A právě tuto část programu já subjektivně považuji za mimořádně důležitou. V rámci své činnosti jezdím po školách a musím říci, že jsem leckdy velmi smutný, když vidím neznalost některých mladých lidí o tom, co Evropská unie obnáší. Takže vítám i navýšení peněz na tento program a považuji tento návrh za mimořádně důležitý a prospěšný.

(Fine della procedura «catch-the-eye»)

Věra Jourová, Member of the Commission. – Mr President, this debate has shown the importance that you place on the promotion of rights and values, and the support for the future rights and values programmes proposed by the Commission. It was a very interesting debate, also at that moment when we heard different interpretations of the word equality. I will confess to you about one moment in my history in this position as Commissioner responsible for fundamental rights in Europe. When I came to the Commission I heard that we have to promote equality. I lived half my life under a regime which imposed equality. Equality in the sense that Ms Šojdrová spoke about – in the sense of uniformity.

I lived in a society where we didn't see people in wheelchairs. I lived in a society where I don't remember seeing mentally handicapped people. They were hidden. They were hidden somewhere so that they were not seen because they were not equal, ideal, socialist people. That's why I had to clarify for myself and with my colleagues that we speak about equality before the law. We speak about the principle that we all have the same rights and obligations and that we also have a duty to protect the weak ones in the sense of fighting against any kind of discrimination.

At the same time I find it very important that we are promoting diversity, plurality, dialogue and active citizens. What I mean by dialogue – you know that I'm also responsible for the gender equality agenda, I fight for the ratification of the Istanbul Convention, and there is a very strong rejection from the side of the churches – I invited the churches for a dialogue. I wanted to hear their arguments. I think that this is also our duty, to listen to other opinions and I don't see anyone here who would like to use this funding for silencing somebody who has a different opinion.

Yes, we have some limits on the freedom of speech. You might say we are silencing some people. Yes, I will always fight for silencing people who call for violence and the killing of people, especially where it is obvious and very well seen, i.e. on the Internet and social media.

That's why we are pushing for digital companies to delete hate speech which contains this definition, that is to say hate speech which has the potential to incite violence in real life, that they delete it from the networks.

I will never defend the freedom of expression of people who call for killing, and we have started to relativise these things, and this is dangerous. That's why we need to promote civil society and dialogue so that the people themselves define what's still okay and what should not be tolerated. It should not be the politicians only who define these things. We need active society.

That's why I am glad that we have this programme, which I believe will be used as a smart funding programme to promote reasonable good projects to help society to increase tolerance and common understanding – diversity, plurality, dialogue and so on – and I am afraid that we will also have to find other ways of helping society to flourish and democracy to develop as a dialogue of people.

I mentioned the IT sphere. The Internet is also a fantastic instrument for developing democracy and dialogue. I will always be for promoting technologies for the benefit of society, but as we all know this is the sphere which is also abused for fuelling hatred, for increasing intolerance, for attacks against people. At the end of January I will get a report from IT companies which will inform me about something which I call a 'map of hatred in the EU'.

On the list there is the menu of usual suspects. There are minorities. There are, yes, also the churches, the religious people who openly express their religious views, including Christians. There are gays and lesbians, there are journalists, there are politicians, in some countries there are judges, and I think that this is also one of the reasons why we have every day to think about names like Jo Cox, Pavel Adamovich, Daphne Caruana Galizia and Ján Kuciak. How many others will become victims of this increased hatred? I am afraid that if we do not stop it this will go further.

So how to face this new situation? We spoke about funding. I am convinced that if we manage to promote the idea of a digital tax, we should use part of this money for education – not propaganda but education – objective informing about our history, for working with the young generation so that they are able to apply critical thinking to be able to work with the information. I am sure that if we are promoting the technologies on one side we have to use the benefit of it and maybe the future possible own source of the EU, which might be a digital tax, for better education and for better developing the values which we speak about. I think that this is the way we will have to go anyway.

(Applause)

Bodil Valero, föredragande. – Herr talman! Jag vill börja med att tacka alla som har yttrat sig i den här frågan, både de som håller med om att det här är ett viktigt program och de som inte gör det. Jag vill också tacka kommissionen för det goda samarbete som vi har haft under hela den här tiden som vi har tagit fram det här programmet. Vi har fått mycket bra teknisk hjälp för att hitta lösningar på de problem som vi har sett.

Jag blir lite oroad när jag först hör – vilket är jättepositivt – att kommissionären menar: "Ja, det behövs mycket pengar till det här", men sedan avslutar med att säga: "Med mindre kan vi göra mer". För oss är det viktigt att det faktiskt finns en budget för alla, för hela programmet. Dels för de befintliga programmen – som vi också vill höja; vi kommer inte att kunna gå med på att de befintliga programmen sänks, till att börja med – dels ordentligt med pengar till den nya pelaren, den som handlar just om rättigheter och värden specifikt, mer kopplat till artikel 2. Om vi försöker få in allting under samma program, under samma pelare, kommer vi inte att få det genomslag som vi hoppas att vi ska få med det här programmet. Det är oerhört viktigt; det är en stark signal från oss att vi dels behöver ordentligt med pengar, dels behöver ha den nya pelaren separat, inte inbakad i de andra.

När det handlar om pengar är det också så att du pratade om man kan ta dem från kanske andra delar eller någonting i socialfonden och någonting någon annanstans. När det handlar om frågor som den här – rättigheter och värden, eller sociala frågor – är det ofta väldigt svårt att lägga till de här pengarna, för medlemsstaterna att gå med på medel.

När det handlar om den europeiska försvarsfonden har det inte varit några problem att få till tretton miljarder euro. Det är en ansevärd summa som kommer att belasta skattebetalarna. Men är vi inte beredda att faktiskt satsa på det som också är en del i Europas egen säkerhet, vår interna säkerhet, tycker jag att det är mycket märkligt.

Vi behöver de här pengarna, de här medlen till programmen, befintliga program, och till den nya pelaren. Det är mitt väldigt klara budskap till kommissionären, och jag hoppas att vi kommer att kunna ha bra diskussioner. Vi börjar snart trilogramötena och det finns en del som jag tror att vi inte kommer att ha några problem att komma överens om. Till exempel när det gäller att göra det enklare för organisationer att söka medel, etc. Det bör inte vara några problem. Sen har vi några större frågor som vi måste lösa, men jag hoppas att vi i god diskussion kommer att kunna göra det.

Presidente. – La discussione è chiusa.

La votazione si svolgerà giovedì 17 gennaio 2019.

Dichiarazioni scritte (articolo 162)

Kinga Gál (PPE), írásban. – Az Európai Parlament ma elfogadott „Jogok és Értékek” programja szerint az Európai Unió 850 millió eurót tenne elérhetővé az olyan Európában működő NGO-k számára, melyek a nyílt és befogadó társadalom megvalósításért küzdenek. Számomra ez azt jelenti, hogy azon civilek kapnának többletforrásokat, amelyek nyílt politikai szerepvállalással támogatják Brüsszel agendáját, így a bevándorlást nyíltan elősegítő NGO-k erősödése várható az uniós finanszírozáson keresztül. Elfogadhatatlan, hogy az Európai Bizottság NGO-knak szervezi ki azokat a tevékenységeket, amiket jogi felhatalmazás hiányában maga nem tud elvégezni. Így a jövőben az európai adófizetők is finanszírozni fogják a nyíltan bevándorláspárti, Magyarországot folyamatosan támadó álciviléket.

Csaba Molnár (S&D), írásban. – Történelmi pillanat elé néz az Európai Parlament, hiszen a holnapi nap folyamán két szavazásra kitűzött jelentés is az orbáni diktatúrák által eltiprott uniós alapértékek megerősített védelmét javasolja. Európai berkekben is ismert tény, hogy az Orbán-kormány a magyar állampolgárok helyett saját oligarcháik zsebébe tömi az Unió források jelentős részét, melynek az Európai Parlament most véget kíván vetni. Az új törvény jogállamisági kritériumok betartásához kívánja kötni az uniós források kifizetését. A másik javaslat a demokratikus fejlődést és a jogállamiságot előmozdító civil szervezeteknek nyújtott uniós támogatást kívánja 1,9 milliárd euróra növelni, annak érdekében, hogy az európai értékek védelmére és népszerűsítésére azon tagállamokban is sor kerüljön, ahol a kormány maga veszélyezteti azt.

Magyar képviselőként úgy gondolom, hogy kötelességem felhívni képviselőtársaim figyelmét a jelentés támogatásának fontosságára, hiszen az Orbán-kormány azon kormányok egyike, aki ellenséggépként tünteti fel a demokráciáért, emberi jogokért küzdő civil szervezeteket és uniós jogszabályokba ütköző törvénnyel lehetetleníti el működésüket. Bízom abban, hogy holnap az Európai Parlament kiáll majd a civilek támogatása mellett, gátat szabva az illiberális rendszerek által eszközölt, a demokráciát és a jogállamiságot eltaposni kívánó intézkedéseknek.

Sirpa Pietikäinen (PPE), kirjallinen. – EU:n tulee kasvattaa resursseja kansalaisoikeuksien ja perusoikeuksien turvaamiselle. Perusoikeuksien ja arvojen ohjelma tarjoaa tälle hyvät puitteet. Ohjelman resursseja onkin lisättävä. Erityisen tärkeää on pysäyttää naisiin kohdistuvan väkivallan vastaiseen työhön osoitettujen tukien leikkaukset. Euroopan unionin perusoikeuskirjan mukaan ”unionin perustana ovat ihmisarvon, vapauden, yhdenvertaisuuden ja yhteisvastuullisuuden jakamattomat ja yleismaailmalliset arvot”. Ihmis- ja perusoikeudet kuuluvat jokaiselle kaikkialla. Perusoikeuksia kunnioitetaan jäsenvaltioissa kuitenkin valikoidusti. Eräät jäsenvaltiot ovat viime vuosina yhä julkeammin hyökänneet niitä vastaan. Tiettyjä perusoikeuksia taas rikotaan räikeästi useammassa unionin jäsenvaltiossa. Viimeisen parin vuoden aikana naisten oikeudet ovat kohdanneet joissain EU-maissa erityistä vastustusta. Huolestuttavaa on ollut mm. pyrkimys heikentää naisten jo saavutettuja seksuaali- ja lisääntymisterveyteen liittyviä oikeuksia. Perusoikeuksien puolustamiseksi tulee tehdä enemmän töitä. Euroopan unionin ja kaikkien jäsenvaltioiden tulee kiireellisesti ratifioida Euroopan neuvoston Istanbulin sopimus, joka on kattavin naisiin kohdistuvaa väkivaltaa ja perheväkivaltaa torjuva kansainvälinen sopimus. Kiitos.

32. Composição dos grupos políticos: Ver Acta

33. Composição das comissões e delegações: Ver Acta

34. Programa de assistência ao desmantelamento nuclear da central nuclear de Ignalina na Lituânia (debate)

Presidente. – L'ordine del giorno reca la relazione di Rebecca Harms, a nome della commissione per l'industria, la ricerca e l'energia, sulla proposta di regolamento del Consiglio che istituisce il programma di assistenza alla disattivazione nucleare della centrale nucleare di Ignalina in Lituania (programma Ignalina) e che abroga il regolamento (UE) n. 1369/2013 del Consiglio (COM(2018)0466 - C8-0394/2018 - 2018/0251(NLE)) (A8-0413/2018).

Rebecca Harms, Berichterstatterin. – Sehr geehrter Herr Präsident, sehr geehrte Kolleginnen und Kollegen, Schattenberichterstatter, Frau Kommissarin! Ich möchte auch für den Fall, dass das in Litauen interessant ist, was wir hier diskutieren – und davon gehe ich aus – die litauischen Bürgerinnen und Bürger begrüßen, insbesondere die Bürgerinnen und Bürger des Ortes Visaginas.

Bei meinen Besuchen in Litauen – in Visaginas und am Atomkraftwerk Ignalina – die ich in den letzten 15 Jahren immer wieder gemacht habe, ist mir klar geworden, was das für eine schwierige Entscheidung gewesen ist, der Stilllegungsempfehlung der Europäischen Union in den Beitrittsverhandlungen von Litauen mit der Europäischen Union zuzustimmen.

Ich möchte aber auch sagen, dass ich diese Entscheidung bis heute ausgesprochen richtig und vernünftig finde, denn die Sicherheitsmängel, die diesen sowjetischen RBMK-Reaktoren – den graphitmoderierten Reaktoren – innewohnen, die waren anders als durch Stilllegung nicht gut in den Griff zu bekommen. So richtig diese Stilllegungsentscheidung für mich gewesen ist, so richtig war es aber auch, dass die Entscheidung für die vorzeitige Stilllegung, die durch den Druck aus Brüssel in Gang gesetzt worden ist, verbunden worden ist mit der Verpflichtung der Europäischen Union, die Lasten des Rückbaus nicht auf Litauen – auf das kleine Land Litauen – abzuwälzen, das diese größten RBMK-Reaktoren, die je gebaut worden sind, auf Druck Moskaus auf seinem damals – so sagen die Litauer – besetzten Territorium errichtet hat.

Heute reden wir über die Zuverlässigkeit des Versprechens der Europäischen Union, diese Lasten des Rückbaus mitzutragen. Ich bin sehr froh, dass die Mehrheit des Europäischen Parlaments meinem Vorschlag zugestimmt hat, die ursprünglich vorgeschlagene Summe für den nächsten MFR, den nächsten siebenjährigen Haushaltsplan der Europäischen Union, nicht auf dem vorgeschlagenen Niveau zu belassen, sondern auf 780 Millionen Euro hinaufzusetzen. Es soll durch diese Finanzierung sichergestellt werden, dass 2026 bzw. 2027 der Rückbau von Block 1 bzw. Block 2 der beiden Reaktoren begonnen werden kann.

Wichtig an unserer heutigen Entscheidung, über die wir morgen dann abstimmen werden, ist auch, dass das Verhältnis zwischen der Eigenbeteiligung Litauens und der Beteiligung der Europäischen Union auf dem Niveau verankert werden soll, auf dem es heute ist. Das Management des Rückbaus ist in Ignalina meines Erachtens nach – ich habe die Anlage regelmäßig besucht – in sehr guten Händen. Die Voraussetzungen für einen verantwortlichen Umgang mit den Risiken dieses Rückbaus, aber auch für einen verantwortlichen und transparenten Umgang mit den Finanzen, sind meiner Meinung nach wirklich gewährleistet.

Litauen hat sich inzwischen in einer Volksentscheidung komplett zum Ausstieg aus der Atomenergie bekannt. Auch das sollte uns klar sein. Ich glaube, dass man das nicht nur anerkennen muss, sondern ich glaube, dass man die Entscheidungen, die wir heute zu Ignalina und zum Rückbau treffen, mit einem konsequenten Engagement gegen den Neubau des Atomkraftwerks Ostrowets auf dem Territorium Weißrusslands verbinden muss. Fast in Sichtweite von Vilnius wird dort ein – meiner Meinung nach – hochriskanter Bau eines Atomkraftwerks verfolgt. Es ist fast fertig. Der europäische Stresstest, der für Ostrowets durchgeführt worden ist, hat Risiken aufgezeigt, von denen wir nicht wissen, wie wir sie denn eigentlich in den Griff bekommen werden. Nachrüstungen sind zum Beispiel bei einer Anlage über die es heißt, dass sie nicht für die Erdbebenrisiken in der Region ausgelegt ist, kaum vorstellbar.

Also im Zusammenhang mit der Entscheidung für die Zuverlässigkeit bei der Finanzierung des Rückbaus plädiere ich auch für eine Zuverlässigkeit hinsichtlich der Verteidigung der Sicherheitsinteressen Litauens gegen atomare Risiken gegenüber Weißrussland.

Věra Jourová, *Member of the Commission*. – Mr President, let me thank the rapporteur, Ms Harms, for her introductory remarks and the Committee on Industry, Research and Energy (ITRE) for its report, which was adopted on 21 November 2018. The Commission is grateful for the debate today and welcomes the vote on the other decommissioning report which took place earlier today.

Let me say a few words on the most important points. The safety of European citizens is of the utmost importance to us all, and the contributions of the Members of this Parliament show your attachment to this principle. It requires the application of the highest safety standards, of transparency on risks and costs, and of the immediate decommissioning of nuclear liabilities so as not to transfer this burden to the next generations.

The Ignalina programme is contributing to a substantial decrease in the level of radiological hazard and risk to the general public, as the nuclear fuel is now being transferred out of the reactor and the cooling pools into a safe dry storage facility.

Remarkable progress has been achieved in the dismantling of huge installations and the processing of radioactive waste. This would not have been possible without longstanding financial support from the European Union that started already in 2001, and in the pre-accession stage in Lithuania. At that time, the European Union required Lithuania to close its only nuclear power plant – a bigger version of the Chernobyl model – and made a commitment to provide financial assistance to mitigate the consequences. Funding the decommissioning of Ignalina is a matter of solidarity with Lithuania, and the Commission is strongly attached to this principle.

By the end of 2020, the Union will have provided nearly EUR 1.9 billion of financial assistance, and the Commission proposal provides for the continuation of appropriate support in the future. Based on the Ignalina detailed decommissioning plan, the Commission proposal makes it possible to start dismantling the nuclear reactor core element. More importantly, and in line with recommendations made by the Court of Auditors, it sets a maximum level of EU co-financing, which will remove uncertainties and increase ownership of the project by the beneficiary.

This project is a first-of-a-kind endeavour on an unprecedented scale and will require the involvement of the best and brightest nuclear specialists. This is reflected by the higher priority given to the financing of those activities. It will generate highly relevant experience and know-how that can be of benefit to other projects in the Union and will result in increased levels of safety within the EU. It is in sharing what we know and showing solidarity that the Union brings the highest added value to its citizens.

Werner Langen, *im Namen der PPE-Fraktion*. – Herr Präsident! Ich möchte zuerst der Berichterstatterin Dank sagen. Wir haben im Ausschuss für Industrie, Forschung und Energie hart gestritten um die Finanzierung, wir haben uns am Ende mit 61 Ja-Stimmen bei 2 Nein-Stimmen geeinigt. Aber Litauen braucht die Hilfe, das ist völlig klar. Sie mussten sich im Rahmen der Beitrittsverhandlungen verpflichten, diese beiden Kernkraftwerke stillzulegen. Die Kommissarin hat gerade gesagt, dass 1,9 Milliarden bereits ausgegeben wurden. Jetzt geht es um weitere 780 Millionen, und die Finanzierungslücke insbesondere im Hinblick auf die Endlagerung ist vom Rechnungshof auf weitere 1,6 Milliarden beziffert worden. Es ist also ein Projekt von über fünf bis sechs Milliarden Euro, das die EU schultern muss. Wir haben uns verständigt, dass wir Litauen helfen wollen, natürlich unter wirtschaftlich vertretbaren Bedingungen.

Aber, Frau Kommissarin, ich muss die Kommission rügen. Die Kommission hat 552 Millionen vorgeschlagen für das gleiche Programm, Litauen hat 780 Millionen gefordert. Wir haben uns am Ende auf den Litauer Wert verständigt, weil die Kommissionsbeamten nicht in der Lage waren, eine vernünftige Berechnung der tatsächlichen Kosten vorzulegen. Und ich bleibe bei dieser Diskussion, denn am Ende haben die Berichterstatterin und ich als Schattenberichterstatter mit Kommissar Oettinger und mit dem Energieminister von Litauen verhandelt, und es sollte bis zur Abstimmung im Parlament ein Kompromiss erarbeitet werden. Der liegt bis heute nicht vor. Und deshalb werden wir dem Bericht Harms zustimmen, aber die offenen Fragen bleiben.

Петър Курумбашев, *от името на групата S&D*. – Г-н Председател, нека да отбележа, че нашето предложение включва и финансирането, което вместо предложените от Комисията 80% съфинансиране, следва да бъде на ниво 86%. Позволете ми да изкажа своята благодарност, както към основния докладчик г-жа Хармс, така и към г-н Вернер Ланген, защото ние имаме отлична съвместна работа, както по отношение на досието за Литва, така и по отношение на досието за България, Словакия и Съвместния изследователски център на Европейския съюз.

Искам да открия предложението за това Съвместният изследователски център да разпространява в бъдеще знанията, които са придобити в процеса на извеждането от експлоатация на ядрени съоръжения. Също така искам да отбележа болката, която имаше в обществата в тези държави при приемането им – в България, в Словакия и в Литва – и също така да отбележа, че искаме Комисията и Съветът да вземат сериозна бележка от увеличената сума, която ние предлагаме от 780 милиона евро, тъй като със сигурност има едно нещо, с което не могат да се правят компромиси, а именно ядрената безопасност.

Valdemar Tomaševski, *ECR фракcijos vardu*. – Gerbiamas Pirmininke, šiandien svarstome Europos Tarybos reglamentą dėl lėšų padidinimo saugiam Ignalinos atominės elektrinės uždarymui. Tai- akivaizdus dalykas, o pagalba Lietuvai yra būtina, jei norime išlaikyti aukščiausius saugumo standartus. Atominės elektrinės uždarymas yra ypatingas iššūkis Europos branduolinei saugai, ypač dėl įrengimo dydžio ir techninių reaktorių charakteristikų. Ignalinos jėgainėje veikia du tos pačios rūšies kaip ir Černobylio reaktoriai. Elektrinės eksploatavimo nutraukimo programa artėja prie kulminacijos stadijos, t. y. grafito reaktorių likvidavimo. Tai yra negrįžtama operacija. Pakankamų lėšų stoka nutrauktų išmontavimo procesą, kas labai padidintų viso projekto išlaidas ir keltų pavojų Europos branduoliniam saugumui. Saugaus ir efektyvaus šios priemonės uždarymo užduotis smarkiai viršija Lietuvos finansines galimybes. Taip pat dėl to, kad šalis patiria papildomų išlaidų, susijusių su elektrinės uždarymu, kuri buvo didžiausios regiono darbdavys. Dėl šios priežasties gyventojų pajamos Visagine sumažėjo, o nedarbo lygis yra didžiausias šalyje. Kaip priimti tą našta savivaldybės biudžetui? Savo ruožtu Bendrija išpareigojo remti eksploatavimo nutraukimo programą ir jos pasekmes, todėl Lietuvai turėtų būti patvirtinta speciali finansinė pagalba.

Bronis Ropė, *Verts/ALE фракcijos vardu*. – Ačiū, Gerb. Pirmininke, komisare, gerbiami kolegos, noriu dar kartą padėkoti mano gerai kolegei iš Žaliųjų фракcijos Rebecca Harms. Labai pasisekė, kad Parlamento pranešimo rengimas dėl Ignalinos atominės finansavimo, buvo patikėtas būtent jai, kadangi tai viena stipriausių Europos Parlamento narių Europos Sąjungos ir branduolinės energetikos klausimais. Visų pirma džiugu, kad ITRE komitetas nepritarė Komisijos pasiūlymui dėl to, kad europinis indėlis Ignalinos programoje mažėtų, o Lietuvos didėtų. Stojimo sutartyje Lietuvos privalomas finansavimo indėlis nenumatytas. Šiandien šalis prie uždarymo kštų savanoriškai prisideda 14 proc. ir tai Lietuvai yra didžiulė finansinė našta. Taip pat sveikintina, kad ITRE komitetas pritarė Ignalinos atominės elektrinės uždarymui skirti daugiau kaip dviem šimtais milijonų eurų didesnę sumą nei numatyta Komisijos pasiūlyme. Didesnis finansavimas yra būtinas darbų kaštų vertinimas paremtas detaliais tarptautinių ekspertų patvirtintais skaičiavimais. Be to, Lietuvai šalia uždarymo darbų kofinansavimo dar tenka pareiga išspręsti regiono socialines ir demografines problemas. Kaip ilgametis Ignalinos rajono meras džiaugiuosi, kad pranešime primenamas Lietuvos išpareigojimas skirti deramą dėmesį sprendžiant regiono bedarbystės, gyventojų pajamų, viešųjų paslaugų prieinamumo ir kitas socialines problemas. Galiausiai, noriu atkreipti dėmesį kolegų, kad rytoj vykstantis balsavimas dėl šio pranešimo yra piliečių pasitikėjimo, kuris siunčia mūsų piliečiams svarbų solidarumo ženklą ir parodo, kad Europos Sąjunga yra atsakinga, patikima partnerė, vykdanči savo pažadus.

Antanas Guoga (PPE). – Mr President, I would like to thank the rapporteur for the wonderful job done by the whole team. I think it was very important to come to this conclusion and decision to increase our financing from the reduced amount the Commission unfortunately proposed.

The highest rate of support for the EU has been shown by Lithuania. I hope that the Commission considers that and sorts out the financing so that this nasty reactor is closed down. It's the same type as the Chernobyl one, which blew up.

So let's make sure we have the funding. Let's make sure that the Commission helps and sorts this out and we can progress, because the people are really expecting it. We have suffered a lot of hardship due of the closure, and the country is ready to finance what it can afford –14% – but I am expecting the Commission to support us here.

Zigmantas Balčytis (S&D). – Gerb. Pirmininke, tikrai ir aš pats labai nuoširdžiai noriu padėkoti šito pranešimo pranešėjai Rebecca Harms, taip pat savo frakcijos kolegai ir šešėliniam pranešėjui Peter Kouroumbashev bei kitų frakcijų kolegoms, kurie labai aiškiai suprato ir palaikė Lietuvos situaciją, uždarant Ignalinos atominę elektrinę ir užtikrino Europos Sąjungos finansinius išpareigojimus ir kitoje finansinėje perspektyvoje. Šios elektrinės uždarymas nėra vien tik tikrai Lietuvos rūpestis, tačiau bendra ir Europos Sąjungai tenkanti atsakomybės našta už tinkamą finansavimą bei saugų galutinį eksploatavimo nutraukimą. Lietuvos žmonės pasitikėjo Europos Sąjunga ir jos išpareigojimais numatytais ketvirtajame stojimo sutarties protokole, kurie buvo patvirtinti referendume. Todėl Komisijos abejonės dėl tolimesnio Europos Sąjungos finansavimo prieštarautų jos pačios išpareigojimams. Džiaugiuosi, jog Europos Parlamentas tvirtai ir vieningai remia Lietuvos poziciją ir jos pastangas saugiai uždaryti, techniškai sudėtingiausią ir vieną didžiausių atominų elektrinių, ne tik Europoje, bet tuo pačiu ir pasaulyje.

Владимир Уручев (PPE). – Г-н Председател, г-жо Комисар, приветствам регламента и направените от докладчика г-жа Хармс добри изменения за продължаване на подкрепата от Европейския съюз на програмата за извеждане от експлоатация на АЕЦ „Игналина“. Предложените 780 милиона евро за следващия период представляват адекватно финансиране за програмата, което е съобразено с експертното мнение и удовлетворява реалистичните графици за изпълнение на огромния обем дейности.

Важно е да се подчертае, че не трябва поради недостатъчно финансиране да се допуска прекъсване на дейностите в един сложен етап на обезвреждане и демонтаж на двата реактора, за да се предотвратят рисковете за ядрената безопасност и радиологичните опасности за региона и за цяла Европа.

Не споделям тезата, че по-голямото съфинансиране от страна на държавата членка би довело до по-ефективно използване на средствата. Подкрепям запазването на сегашното разпределение на финансирането от Европейския съюз и Литва съответно на 86% и 14%. Всяко увеличаване на съфинансирането би представлявало значителна финансова тежест за страната. Не е справедливо за населението и би уронило репутацията на Европейския съюз в изпълнение на поетите задължения пред Литва за извеждане от експлоатация на АЕЦ „Игналина“.

Ingeborg Gräßle (PPE). – Herr Präsident! Der Haushaltskontrollausschuss hat alle drei Kernkraftwerke besucht und sich mit dem Rückbau auseinandergesetzt, zuletzt Ignalina im Juni 2018 — ich war zweimal dort.

Ich verstehe, dass alle Kollegen aus den betroffenen Ländern ein großes Interesse an weiteren Geldern für den Rückbau haben. Frau Kommissarin, die Kommission hat es sich in dieser Frage extrem einfach gemacht, und der ITRE-Ausschuss hat sich dem extrem Einfachen angeschlossen. Ich finde das nicht gut. 2009 gab es eine internationale Machbarkeitsstudie für Alternativen zum Rückbau, nachdem die Brennstäbe aus dem Reaktor herausgenommen wurden. Dieses haben zwei internationale Unternehmen gewonnen. 2010 wurde diese Ausschreibung auf Druck der litauischen Behörden und mit Genehmigung der Kommission gecancelt und als Inhouse-Arbeit an Ignalina INPP übergeben und damit war es zu Ende.

Ich kann nur sagen: Ignalina wird auf Dauer und auf Jahrzehnte, Jahrhunderte ein Nuklearstandort bleiben. Man hätte dort unbedingt Alternativen untersuchen müssen, statt für viel Geld eine grüne Wiese herzustellen, die hinterher keinem nützt.

Procedura «catch-the-eye»

Jiří Pospíšil (PPE). – Pane předsedající, já jsem celou kauzu prostudoval a jsem přesvědčený, že požadavky Litvy jsou oprávněné a že bychom hlavně měli zachovat poměr financování, to znamená 14 % ze strany Litvy. Pokud bychom tento poměr měnili, jsem přesvědčený, že to může vyvolat v daném regionu, ale i v celé zemi negativní obraz Evropské unie, a to opravdu si nemůžeme dovolit.

Sám vnímám, jak v některých postkomunistických státech v poslední době je Evropská unie vnímána relativně negativně, a ten politický rozměr celé kauzy je podle mého názoru důležitější než to, jestli dáme o 200 milionů EUR více či méně. Takže moc prosím, při konečném rozhodování vnímejme to, aby v Litvě dále bylo vnímáno, že Evropská unie stojí za svými závazky ve věci Ignaliny a že nemění pravidla za chodu při odstraňování této elektrárny.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κύριε Πρόεδρε, είναι σημαντικό το εγχείρημα να αποσυναρμολογηθεί ο πυρηνικός σταθμός στην Ignalina διότι πρόκειται όπως ειπώθηκε για παλαιούς αντιδραστήρες, ίδιου τύπου με αυτούς στο Τσέρνομπιλ. Άλλωστε κάτι τέτοιο έχει γίνει ήδη στη Σλοβακία. Υπάρχει μια διαδικασία και για τον αντίστοιχο πυρηνικό σταθμό στη Βουλγαρία στο Kozlodou, για τον οποίο διαβάζω ότι η αποθήκευση των ραδιενεργών υλικών θα γίνει στη Βουλγαρία. Το ερώτημα είναι: τα ραδιενεργά υλικά από τη διάλυση του σταθμού στη Λιθουανία πού θα αποθηκευτούν; Μήπως στο Κόσοβο, μήπως στα Σκόπια; Θέλω μια απάντηση, διότι είναι επίσης σημαντικό σε ποιον τόπο θα αποθηκευτούν τα ραδιενεργά απόβλητα. Από εκεί και πέρα, συμφωνώ με τις παρατηρήσεις της κυρίας Harms και για υπάρχοντα πυρηνικά εργοστάσια. Να πω ότι είναι επικίνδυνο

πλέον το πυρηνικό εργοστάσιο που θα γίνει στο Akkuyu, στην Τουρκία, και κάτι πρέπει να κάνει για αυτό η Ευρωπαϊκή Ένωση. Μην εμφανιστούμε πάλι μετά από χρόνια εδώ και πληρώσει η Ευρωπαϊκή Ένωση το κόστος για την αποσυναρμολόγηση του πυρηνικού εργοστασίου στο Akkuyu.

(Fine della procedura «catch-the-eye»)

Věra Jourová, Member of the Commission. – Mr President, I would like to thank the honourable Members very much for their valuable comments. Since 2001, the European Union has consistently contributed support for the decommissioning of Ignalina. The European Union is committed to meeting its commitment towards Lithuania, as provided for in Lithuania's accession treaty.

The decommissioning plan established by Lithuania, and agreed by the Commission, has scheduled activities until 2038, when all pre-existing installations will have been removed and the radioactive waste safely stored or disposed of. Based on that schedule, the Commission proposal covers all the needs for the key dismantling projects to be started up to 2027. As for your calls for increasing the budget, I cannot of course promise you anything. I don't have the power to do so from my colleagues, but I will inform them of the core outcomes of this debate.

Finally, I want to thank Parliament for the great commitment to advancing this Multiannual Financial Framework package as much as possible.

Rebecca Harms, Berichterstatterin. – Herr Präsident! Vielleicht einen Satz kurz zu meiner Kollegin Frau Gräßle: Der sichere Einschluss von Atomkraftwerken im Rückbau kann eine Alternative zu dem Ziel, möglichst schnell die grüne Wiese wiederherzustellen, sein. Aber ich rate davon ab, wenn man in Deutschland überall den schnellen Rückbau und grüne Wiese propagiert, dann für andere Länder sozusagen die Methode der Verschiebung auf der Zeitachse vorzuschlagen. Ich glaube, es gibt in Litauen wirklich gute Gründe für den Rückbau.

Ich würde gerne der Frau Kommissarin noch mit auf den Weg geben: Es ist tatsächlich so, wie Herr Langen das gesagt hat: Es gab jetzt in der aktuellen Debatte einen willkürlichen Strategiewechsel vonseiten der Kommission, was die Finanzierung angeht. Für mich ist in den Besuchen in Litauen sehr deutlich geworden, dass das Thema auch eine Frage der wirklichen Verlässlichkeit, des Vertrauens zwischen Litauen und der Europäischen Kommission ist. Ich richte diesen Appell nicht nur an Sie, sondern auch an den Rat. Denn letztlich wird es nicht alleine die Kommission sein, sondern es wird auch der Rat sein, der die Zuverlässigkeit gegenüber den Litauern unter Beweis stellen muss.

Ich danke für Ihre Aufmerksamkeit und danke nochmal allen Schattenberichterstattern.

Presidente. – La discussione è chiusa.

La votazione si svolgerà giovedì 17 gennaio 2019.

Dichiarazioni scritte (articolo 162)

Ignazio Corrao (EFDD), per iscritto. – Il programma di assistenza alla disattivazione nucleare ha l'obiettivo di sostenere la Lituania nella disattivazione di una centrale nucleare a Ignalina. L'assistenza concerne nello specifico tutte le problematiche di radio sicurezza legate alla disattivazione, fondamentali sotto il profilo della sicurezza nucleare della regione. Il completamento del programma è previsto entro il 2038 e occorrono ancora somme ingenti per affrontare i problemi rimanenti in materia di radiosicurezza legati alla disattivazione della centrale. Motivo per il quale la relatrice ha proposto un aumento della dotazione finanziaria del programma per un totale di 780 milioni, rispetto ai 552 milioni stabiliti dalla Commissione per il periodo 2021-2027. Il sostegno finanziario dell'Unione a questo processo contribuirà a garantire una disattivazione efficace e sicura, aumentando al contempo la credibilità dell'Unione nella promozione della sicurezza nucleare. I finanziamenti e il know-how acquisiti dalla Lituania e da tutte le parti coinvolte, inoltre, potrebbero rivelarsi utili e propedeutici per lo sviluppo di competenze in chiave di disattivazioni future.

Carolina Punset (ALDE), por escrito. – Nada hay que objetar a la importante suma de dinero, cercana a los 800 millones de euros, que le va a costar a la UE el desmantelamiento de los reactores nucleares de la central de Ignalina, amparados por el tratado de adhesión de Lituania a la Unión. Sin embargo, nos parece que este informe es una gran oportunidad para reflexionar sobre los costes de desmantelamiento que derivan del uso de la energía nuclear. En la UE, hay más de 90 reactores totalmente parados y sin desmantelar y nuestro parque nuclear es uno de los más antiguos del mundo, con el 75 % de sus centrales con más de 30 años de funcionamiento y un 15 % con más de 40. Con tantas centrales cerradas y dada la inacción de los Estados para eliminar las instalaciones paradas, la Comisión debería tomar cartas en el asunto y obligar a los Estados a que exijan a los propietarios de las centrales el desmantelamiento de estos focos de potencial contaminación radioactiva.

35. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta

36. Encerramento da sessão

(La seduta è tolta alle 23.20)

Legenda dos símbolos utilizados

*	Processo de consulta
***	Processo de aprovação
***I	Processo legislativo ordinário (primeira leitura)
***II	Processo legislativo ordinário (segunda leitura)
***III	Processo legislativo ordinário (terceira leitura)

(A base jurídica proposta no projeto de ato determina o processo a adotar.)

Significado das siglas das Comissões

AFET	Comissão dos Assuntos Externos
DEVE	Comissão do Desenvolvimento
INTA	Comissão do Comércio Internacional
BUDG	Comissão dos Orçamentos
CONT	Comissão do Controlo Orçamental
ECON	Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários
EMPL	Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais
ENVI	Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar
ITRE	Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia
IMCO	Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores
TRAN	Comissão dos Transportes e do Turismo
REGI	Comissão do Desenvolvimento Regional
AGRI	Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
PECH	Comissão das Pescas
CULT	Comissão da Cultura e da Educação
JURI	Comissão dos Assuntos Jurídicos
LIBE	Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos
AFCO	Comissão dos Assuntos Constitucionais
FEMM	Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros
PETI	Comissão das Petições
DROI	Subcomissão dos Direitos do Homem
SEDE	Subcomissão da Segurança e da Defesa

Significado das siglas dos Grupos Políticos

PPE	Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos)
S&D	Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu
ECR	Conservadores e Reformistas Europeus
ALDE	Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
GUE/NGL	Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde
Verts/ALE	Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
EFDD	Grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta
ENF	Grupo Europa das Nações e da Liberdade
NI	Não Inscritos